

HR HUMANIDADES EM REVISTA

ISSN 2674-6468

HUMANIDADES



EM REVISTA

*Revista discente do Centro de Ciências Humanas e
Sociais da UNIRIO*



VOLUME 3, NÚMERO 2. 2021-2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Reitor

Dr. Ricardo Silva Cardoso

Diretora da Biblioteca Central

Me. Márcia Valéria da Silva de Brito Costa

Decano do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Dr. Nilton José dos Anjos de Oliveira

Editores

Dr. Leonardo Villela de Castro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO - Fundador

Dra. Patricia Horvat, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Pedagoga Sonia Terezinha Oliveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Maria Eichler Sant'Angelo, UNIRIO/Faculdade de São Bento -FSB Rio de Janeiro.

Comitê Editorial

Dra. Alejandra Saladino, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Ana Cristina Comandulli, CEC Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Real Gabinete Português de Leitura, UNIRIO

Dra. Andrea Bieri, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. André da Silva Bueno, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Dr. Deivid Valério Gaia, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ

Dra. Fernanda Areas Peixoto, Universidade de São Paulo USP

Dra. Maria Eichler Sant'Angelo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO, Faculdade de São Bento - Rio de Janeiro FSB

Dra. Miriam Cabral Coser, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Patricia Horvat, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Rosâne Mello, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. Rossano Pecoraro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Pedagoga Sonia Terezinha Oliveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Me. Stefanie Cavalcanti Freire, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Conselho Consultivo

Dr. Adilson Florentino, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense UFF

Dr. André da Silva Bueno, Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ

Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima, Universidade Federal Fluminense UFF

Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul UFMS

Dra. Celeste Anunciata Moreira, Centro Universitário Augusto Motta UNISUAM, UNIRIO/

Dra. Claudia Beltrão da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Juiz Gustavo Kalil, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Dra. Heloisa Dias Bezerra, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. João Marcus Figueiredo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Teol. Jefferson Santos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Regina Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ

Dr. Rossano Pecoraro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Simone Feigelson Deutsch, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dr. Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Dra. Valeria Cristina Lopes Wilke, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

Assistentes de edição - 2019

Estagiárias/os da Escola de Educação

Bernardo Nort, Deborah Carvalho, Fylena Melo, Gabriela Lins, Lohane Oliveira, Nathalia Batista e colegas.

Créditos

Imagem da Capa: The Literary & Philosophical Society of Newcastle upon Tyne. <https://www.facebook.com/thelitandphil>

SUMÁRIO DOSSIÊ & VARIA:**DOSSIÊ: HISTÓRIA E LINGUAGENS**

APRESENTAÇÃO: *Evander Ruthieri Saturno da Silva, Ana Carolina de Azevedo Guedes, Maycon da Silva Tannis, Edson Silva de Lima* 1

CIÊNCIAS DO PASSADO, FICÇÕES DO FUTURO: A TRILOGIA DA FUNDAÇÃO DE ISAAC ASIMOV E A CIÊNCIA HISTÓRICA - *Jade Noronha de Oliveira* 3

O REINO ZULU, THEOPHILUS SHEPSTONE E A "QUESTÃO NATIVA" NA CAPE MONTHLY MAGAZINE (ÁFRICA DO SUL, DÉCADA DE 1870) - *Evander Ruthieri da Silva* 18

A RELAÇÃO HISTÓRIA E FILOSOFIA EM R. G. COLLINGWOOD - *Edson Silva de Lima* 34

“A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR”: MARIA FIRMINA DOS REIS E A ESCRITA NEGRA FEMININA COMO CONSTRUTORAS DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA - *Leliane Amorim Faustino* 43

DEUX CANAUX SANS NOM: PALAVRA, SUJEITO E OBJETO EM PRIMEIRO AMOR, DE SAMUEL BECKETT - *Lucas Peleias Gahiosk* 59

O HISSOPE NO BRASIL MODERNISTA: CONFLITOS, DISCURSOS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DA LITERATURA (1932-1953) - *Andrezza Alves Velloso* 72

PERMANÊNCIAS E ROMPIMENTOS HEGELIANOS EM O ARCO E A LIRA DE OCTAVIO PAZ [1914-1918] - *Maycon da Silva Tannis* 82

ENTRE EFEITOS DE SENTIDO E EFEITOS DE PRESENÇA: ATMOSFERA (STIMMUNG), REALISMO E MELANCOLIA - *Matheus Silva Marciano* 94

A IMAGERIA AQUÁTICA EM VIRGINIA WOOLF, UM ESTUDO DE CASO - *Ana Carolina de Azevedo Guedes* 112

VARIA

OCUPAÇÃO URBANA, HISTÓRICA E TURÍSTICA DO RIO DE JANEIRO: APAC DO LIDO, FORMAÇÃO DO BAIRRO DE COPACABANA E A BOSSA NOVA - *Simone Feigelson Deutsch; Laís Severiano Oliveira*..... 122

ELOGIO DA VELHICE: PERCEPÇÕES SOBRE O CORPO IDOSO NO BRASIL - *Valmir Moratelli* 133

MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO: DO DIREITO, DA MANUTENÇÃO E DAS TESES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - *Lucas Melo Rodrigues de Sousa* 148

DOSSIÊ HISTÓRIA E LINGUAGENS

Apresentação

Organizadores:

*Evander Ruthieri Saturno da Silva*¹,
*Ana Carolina de Azevedo Guedes*²,
*Maycon da Silva Tannis*³,
*Edson Silva de Lima*⁴.

O presente dossiê visa contribuir para o campo historiográfico reunindo textos de pesquisadores que se dediquem à reflexão sobre a natureza do discurso da História a partir do eixo Teoria-Biografia-História da Historiografia. Esses três campos remetem ao pensamento historiográfico, tanto quanto são necessários para compreender afinal o que é que o historiador produz enquanto produz.

A Biografia como elemento narrativo da história concentra em si possibilidades analíticas que reúnem críticas de fontes e dos arquivos que comportam a missão de “salvaguardar uma vida”, tanto quanto a reflexão sobre os limites e possibilidades que o discurso historiográfico tem ao dar conta do elemento conceitual e metafórico, Vida.

A História da historiografia renova a possibilidade de pensar a natureza do discurso historiográfico pois o coloca no centro das atenções, tomando-o como problema do pensamento que não se limita ao questionamento metodológico, mas parte do princípio de que a História como “ciência dos homens no tempo” remete a uma instância dupla: por um lado ela, como já demonstrou Koselleck, é a tentativa de dar sentido a algo que em si não possui sentido imanente, ao mesmo tempo em que ela é um sentido que depende – e se apregoa – ao tempo em que ela é produzida. Conservando assim características que nos indicam os questionamentos e as possibilidades de indagação sobre um tempo

¹ Professor adjunto na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Regional de Blumenau, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR.

² Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre em História Política pela UERJ, com a dissertação "Sophia Jobim: trajetória e individualidade.

³ Doutorando em História na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro -PUC -Rio. Mestre pela PUC-Rio e graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

⁴ Doutorando no programa de pós-graduação em história na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, mestre em História pela UNIRIO e graduado em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ.

determinado em que surge a necessidade de se debruçar sobre outro tempo em seus vestígios e sinais, assim como fazemos em cada um dos textos que produzimos. Ter a História da Historiografia como tema de reflexão nos elucida sobre nosso fazer e sobre os impactos que o tempo tem neste ato.

Por fim, ao trazer o tema da teoria da história como um elemento de reflexão, fechamos o ciclo que aqui propomos com este dossiê. A teoria da história compreende um arco de pensamento sobre o que fazemos e como o fazemos e, sem se confundir com uma imediação de ortodoxia teleológica, a teoria da história nos faz considerar vivamente as questões profundas que nos norteiam. Elementos como tempo, memória, pensamento filosófico, existência, dentre outros que tomamos como dados fixos perdem sua estabilidade, mas se abrem como possibilidade de pensar sobre o nosso fazer a partir do questionamento de elementos, conceituáveis ou não, que aparentemente se mostram como dados em nosso cotidiano, e conseguimos romper com as limitações e adicionamos sempre mais ao que se sabe. Pensar Teoria da História é olhar para dentro.

CIÊNCIAS DO PASSADO, FICÇÕES DO FUTURO A TRILOGIA DA FUNDAÇÃO DE ISAAC ASIMOV E A CIÊNCIA HISTÓRICA

Jade Noronha de Oliveira⁵

Resumo: O seguinte artigo tem como principais objetivos investigar as particularidades temáticas e estilísticas do gênero literário conhecido como Ficção Científica, bem como, analisar a ciência ficcional conhecida como Psico-história, como vista nas obras Fundação (1951), Fundação e Império (1952) e Segunda Fundação (1953) de Isaac Asimov (1920 - 1983), e suas potenciais similaridades à uma ciência histórica contemporânea.

Palavras-chave: Ficção Científica; Isaac Asimov; Psico-história; Literatura; Ciência Histórica

SCIENCES OF THE PAST, FICTIONS OF THE FUTURE ISAAC ASIMOV'S FOUNDATION TRILOGY AND HISTORICAL SCIENCE

Abstract: The following paper has as its main objective the investigation of the thematic and stylistic particularities of the literary genre known as Science Fiction, as well as the analysis of the fictional science known as Psychohistory, as seen in the works Foundation (1951), Foundation and Empire (1952) and Second Foundation (1953) by Isaac Asimov (1920 - 1983), and its potential similarities to a contemporary historical science.

Key words: Science Fiction; Isaac Asimov; Psychohistory; Literature; Historical Science

Naves espaciais, viagens no tempo, máquinas fantásticas e inteligências artificiais. É comum que ao nos depararmos com estas palavras elas imediatamente nos remetam à literatura de Ficção Científica, uma vez que estas alegorias e muitos outros símbolos “científicos” estão presentes no que se pode considerar um dos gêneros literários mais conhecidos na contemporaneidade. O *Oxford English Dictionary* define Ficção Científica como “*Fiction based on imagined future scientific or technological advances and major social or environmental changes, frequently portraying space or time travel and life on other planets.*”⁶ Obras como Frankenstein (1818) de Mary Shelley, Da Terra à Lua (1865) de Jules Verne e A Máquina do Tempo (1895) de H. G. Wells, são alguns dos exemplos expressivos de produções literárias que marcaram o século XIX, e que o determinaram como sendo o século do nascimento da Ficção Científica, muito embora haja uma corrente de críticos que apontam obras mais antigas que potencialmente poderiam ser consideradas as primeiras tentativas de se escrever Ficção Científica, como Utopia (1516) de Thomas More, The Blazing World (1666) de Margaret Cavendish e O Ano 2440 (1771) de Louis-Sebastien Mercier. Entretanto na época

⁵ Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: jade_noronha@hotmail.com

⁶ Disponível em https://www.lexico.com/en/definition/science_fiction Acesso: 10/05/2018. “Ficção baseada em futuros imaginados ou avanços tecnológicos e grandes mudanças sociais ou ambientais, frequentemente retratando o espaço ou a viagem no tempo e vida em outros planetas”

de seus respectivos lançamentos nenhuma dessas obras pertencia a um gênero específico, sequer eram reconhecidas como Ficção Científica. Essas obras eram categorizadas como Contos Góticos, Contos Fantásticos entre outras variações de ficção imaginativa. Seria apenas a partir da segunda década do século XX que o termo Ficção Científica começaria a ser usado amplamente em consequência do reconhecimento adquirido através da publicação de contos e noveletas em *Pulp Magazines* como a *Amazing Stories* (1926-2005), *Astounding Science Fiction* (1930- 1980) e *Science Fiction Magazine* (1939-1941).

As *Pulp magazines* eram publicações comuns no início do séc. XX e, devido à baixa qualidade de seu material impresso, estas revistas eram extremamente baratas e logo tornaram-se populares. Com edições abrangendo os mais variados gêneros, do terror às histórias de crime, na especialidade de Ficção Científica, foram responsáveis pela publicação de autores como Edgar Rice Burroughs, John Campbell, C. L. Moore e Ray Bradbury.

*The magazines exerted considerable influence on sf's form and subject matter; the nature of magazine publishing and distribution, and, in particular, boom-and-bust cycles within the industry, have likewise played a part in shaping what is written and read. In addition, the location of most of the magazines' publishers in the USA has strengthened the association between sf and American culture, both in the United States and abroad.*⁷

O decorrente sucesso adquirido pelo gênero na década de 1920 estimulou a evolução temática e estilística das obras de Ficção Científica, resultando em uma enorme produção literária de melhor qualidade nas décadas de 1930 e 1940. Autores como Isaac Asimov, Aldous Huxley, Robert A. Heinlein e Arthur C. Clarke escreveram os mais importantes clássicos de suas carreiras durante esse período que tardiamente ficou sendo conhecido como A Era de Ouro da Ficção Científica.

Com narrativas marcadas por cenas muitas vezes comuns ao cotidiano contemporâneo, a literatura de Ficção Científica (FC) é permeada pelos anseios dos homens perante à tecnologia, à industrialização e às mudanças sociais servindo como veículo dos sentimentos e desejos das massas. No entanto, estas características não são exclusivas da literatura de FC, muito pelo contrário, estas temáticas estão presentes em inúmeras outras produções literárias. Como podemos então delimitar as particularidades deste gênero? O crítico Peter Nicholls acerca dos elementos necessários para uma real ficção científica escreve: “*SF proper requires a*

⁷ ATTEBERY, Brian. 2003, 32. “As revistas exerceram considerável influência na forma e nos assuntos da FC; a natureza da publicação e distribuição de revistas e, em particular, os ciclos de expansão e retração dentro da indústria, também desempenharam um papel na formação do que é escrito e lido. Além disso, a localização da maioria das editoras de revistas nos EUA fortaleceu a associação entre FC e cultura americana, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior.”

consciousness of the scientific outlook, (...) a cognitive, scientific way of looking at the world did not emerge until the 17th century and did not percolate into society at large until the 18th (partly) and the 19th (to a large extent)" (CLUTE; NICHOLLS, 1993, 567-568).⁸

Partindo do pressuposto apresentado por Nicholls, de que a literatura de ficção científica está diretamente ligada ao pensamento e desenvolvimento científico moderno, procuraremos compreender a relação entre este gênero literário e a ciência, bem como a sua estruturação a difere dos demais gêneros literários. Para desenvolver esse trabalho escolhemos fazer, em um recorte específico, uma análise das obras pertencentes à Trilogia da Fundação (1942-1949), de Isaac Asimov, mais especificamente nos debruçaremos sobre o desenvolvimento da narrativa ao redor do conceito da Psico-história.

Psico-história (...) Gaal Dornick, utilizando conceitos não matemáticos, definiu a psico-história como o ramo da matemática que trata das reações dos conglomerados humanos a estímulos sociais e econômicos fixos (...) (...) Implícita em todas essas definições está a suposição de que o conglomerado humano que está em foco é suficientemente grande para um tratamento estatístico válido. O tamanho necessário de tal conglomerado pode ser determinado pelo Primeiro Teorema de Seldon, que diz "Uma suposição necessária é que o conglomerado humano esteja ele próprio inconsciente da análise psico-histórica para que suas reações sejam verdadeiramente aleatórias" A base de toda psico-história válida baseia-se no desenvolvimento das Funções de Seldon, que exibem propriedades congruentes com as das forças sociais e econômicas (...).⁹

Utilizaremos este conceito com o objetivo de compreender a construção do pensamento do autor em sua estruturação científica, bem como destacar as semelhanças temáticas que a aproximam da ciência histórica.

A natureza da Ficção Científica

O termo Ficção Científica resiste a definições simples, embora tenhamos um senso coletivo daquilo que pode ser considerado como pertencente ao gênero, nomear as propriedades particulares desta categoria demonstra-se uma tarefa árdua, uma vez que parece não haver um consenso entre historiadores, críticos, autores e fãs, nem mesmo para apontar as origens desta corrente literária. Edward James, crítico literário, considera não haver real distinção entre produções de Ficção Científica e demais gêneros, ele sugere que FC é aquilo que é vendido

⁸ v. HISTORY OF SF. In CLUTE; NICHOLS. 1993. "A FC, propriamente dita, requer uma consciência da perspectiva científica, [...] uma forma cognitiva e científica de ver o mundo que não surgiu até o século XVII e não se espalhou pela sociedade de modo geral até o século XVIII (parcialmente) e o século XIX (extensivamente) [...]".

⁹ ASIMOV. 2009, p. 25

como FC (JAMES, 1994, 86). Em completo, Parkin (1999) diz que devido à dificuldade de se definir e selecionar as produções de Ficção Científica, um livro normalmente aparece na sessão de FC se os editores acreditarem que este rótulo irá maximizar as vendas do produto. No entanto compreender todo um gênero literário como mera estratégia de marketing seria contraproducente; em razão disso iremos nos debruçar sobre uma definição que é elogiada por sua abrangência e acuidade.

Em 1979, Darko Suvin, crítico de Ficção Científica e ex-editor da *Science Fiction Studies*¹⁰, definiu FC como a literary genre whose necessary and sufficient conditions are the presence and interaction of estrangement and cognition, and whose main formal device is an imaginative framework alternative to the author's empirical environment (Suvin, 1979, 7)¹¹. Cognição (Cognition), na definição de Suvin, refere-se à racionalidade e implicações lógicas presentes em produções de Ficção Científica, mais especificamente sobre os aspectos da história que estimulam e possibilitam a nossa compreensão acerca do desconhecido e do extraordinário particulares de cada cenário narrativo. Estranhamento¹² (Estrangement), termo derivado de Brecht, neste contexto refere-se aos elementos presentes nas narrativas de FC que nós reconhecemos como diferentes, anormais, que divergem do nosso entendimento do mundo. Se a literatura de Ficção Científica se baseasse inteiramente na perspectiva de estranhamento, seríamos incapazes de assimilar a narrativa, em contraponto se baseada inteiramente na perspectiva da cognição, esta perderia seu caráter ficcional tornando-se uma narrativa documental. Ainda de acordo com o autor, para que a Ficção Científica tenha relevância cultural, que seja capaz de desafiar o ordinário e de reinterpretar questões contemporâneas, é necessário que ambas perspectivas estejam presentes.

Essa relação entre cognição e estranhamento, estabelece-se como alicerce da literatura de Ficção Científica, porém não é exclusiva deste gênero, uma vez que a literatura fantástica ou o realismo mágico compartilham desta mesma estrutura. Suvin então continua o desenvolvimento de sua tese ao complementá-la com uma nova variável, o “*Novum*”.

O *Novum*, termo em latim para “novo”, seria o elemento literário responsável por causar o estranhamento em uma obra de Ficção Científica, esse elemento não pode ser de origem

¹⁰ Revista acadêmica fundada em 1973 por R. D. Mullen, atualmente publicada pela DePauw University

¹¹ “Um gênero literário cujas condições necessárias e suficientes são a presença e interação de estranhamento e cognição, e cujo principal dispositivo formal é uma estrutura imaginativa alternativa ao ambiente empírico do autor.”

¹² “In the notion of cognitive estrangement, Suvin conflated two distinct, but related, ideas of estrangement from earlier literary theory: *ostranenie* (de-familiarization) from the Russian Formalists, and Berthold Brecht's *Verfremdungseffekt* (alienation effect).” CSICSERY-RONAY, Jr. Istvan. Marxist theory and science fiction. In JAMES; MENDLESOHN, 2003, p. 118

sobrenatural, uma vez que isto caracterizaria a obra como fantasia, mas tampouco precisa ser exclusivamente um tipo de tecnologia. No livro “A mão esquerda da escuridão” (1969) de Ursula K Le Guin, o *Novum* se apresenta como um diferente modelo de gênero. Em “Solaris” (1961) de Stanislaw Lem, aparece como um planeta que possui consciência e em “A história de sua vida” (2002) de Ted Chiang a linguagem utilizada pelas formas de vida visitantes ao planeta terra é responsável pelo estranhamento presente na narrativa. Para que se mantenha a estrutura lógica da narrativa, o *Novum* deve ser estruturado de forma plausível ao longo da estrutura do texto, usualmente baseado em possibilidades advindas da ciência e da tecnologia, bem como deve promover a racionalização, pois esta é a singularidade da Ficção Científica, e o que a difere de outros gêneros literários.

The novum is the historical innovation or novelty in an sf text from which the most important distinctions between the world of the tale from the world of the reader stem. It is, by definition, rational, as opposed to the supernatural intrusions of marvellous tales, ghost stories, high fantasy and other genres of the fantastic. In practice, the novum appears as an invention or a discovery around which the characters and setting organize themselves in a cogent, historically plausible way. The novum is a product of material processes; it produces effects that can be logically derived from the novum's causes, in the material and social worlds; and it is plausible in terms of historical logic, whether it be in the history of technoscience or other social institutions. Suvin adopts the concept of the novum from the work of Ernst Bloch, for whom the term refers to those concrete innovations in lived history that awaken human collective consciousness out of a static present to awareness that history can be changed. The novum thus inspires hope for positive historical transformations. The value of such a philosophy of future orientation for an understanding of sf should be obvious, for sf as a genre depends on its readers' unquenchable desire to imagine more or less plausible transformations of the quotidian, whether those transformations lead to greater freedom, to technological despotism, a linguistically unimaginable transcendence or even merely a different everyday world.^{13 14}

¹³ *Ibid* CSICSERY-RONAY, Jr. Istvan., P. 118-119 The novum and cognitive estrangement together characterize a mode of thinking that is not only science fictional, but also utopian, as the term is used by Bloch. Together they critique empirical reality and imagine an alternative to it. For this reason, Suvin argues that true sf is genetically linked to the genre of literary utopia. Bloch argued that all manifestations of culture, even artistically worthless escapist formulas, include some utopian aspect, if only because they deny conditions as they are and activate wishes to make life manageable and pleasurable. This combination of critical denial and wish-fulfilment is particularly active in sf, since it is concerned with the wishing into being of imaginary worlds constructed on ostensibly rational principles.” *Op. cit.*, CSICSERY-RONAY, Jr. Istvan P.119

¹⁴ “O *novum* é a inovação ou novidade histórica em um texto FC, do qual derivam as distinções mais importantes entre o mundo do conto e o mundo do leitor. É, por definição, racional, em oposição às intrusões sobrenaturais de contos maravilhosos, histórias de fantasmas, fantasia elevada e outros gêneros do fantástico. Na prática, o *novum* aparece como uma invenção ou descoberta em torno da qual os personagens e o cenário se organizam de forma convincente e historicamente plausível. O *novum* é um produto de processos materiais; produz efeitos que podem ser logicamente derivados das causas do *novum*, nos mundos material e social; e é plausível em termos de lógica histórica, seja na história da tecnologia ou em outras instituições sociais. Suvin adota o conceito de *novum* da obra de Ernst Bloch, para quem o termo se refere às inovações concretas na história vivida que despertam a consciência humana coletiva de um presente estático para a consciência de que a história pode ser mudada. O *novum*, portanto, inspira esperança para transformações históricas positivas. O valor de tal filosofia de orientação

A potência da definição apresentada por Suvin está na incorporação de uma tautologia na qual a ficção científica nada mais é do que do que cientificidade ficcional, mesmo quando as obras utilizam termos pseudocientíficos como naves que viajam à velocidade da luz, raio encolhedor ou andróides com inteligência artificial. O tratamento e a designação dados a esses elementos dentro da narrativa segue uma lógica cognitiva semelhante à metodologia e ao discurso científico contemporâneo.

'Science' in Science Fiction has always had a tacit meaning other than that commonly accepted. It had nothing in particular to say about the subject matter, which may be just about anything so long as the formal conventions of future dress are observed. means only, finally, that whatever phenomenon or speculation is treated in the fiction, there is a claim that it is going to be studied to some extent scientifically—that is objectively, rigorously, in a controlled environment. The business of the writer is to set up the equipment in a laboratory of the mind such that the 'what if' in question is at once isolated and provided with the exact nutrients it needs.^{15 16}

A Fundação

Isaac Asimov é um dos mais aclamados escritores de FC da Era de Ouro da Ficção Científica. Nascido em 1920 em Petrovichi, Rússia, mudou-se com a família para os Estados Unidos ainda aos três anos de idade. Cresceu na cidade de Nova Iorque, onde formou-se em Química em 1939 e em 1948 recebeu seu Ph.D. Iniciou sua carreira de professor na Medical School of Boston University em 1951 mas em 1958 deixou suas atividades acadêmicas para tornar-se escritor em tempo integral. Estima-se que Asimov tenha escrito e editado mais de 500 livros, artigos e antologias, variando entre ficção científica, matemática, física e livros de mistério, fantasia entre outras muitas categorias. É o único escritor de FC a ter uma revista criada em sua homenagem, a *Isaac Asimov's Science Fiction Magazine*. Ganhou inúmeros prêmios ao longo de sua carreira e foi palestrante assíduo na Universidade de Boston. Faleceu em 1992 devido a complicações renais causadas pelo vírus HIV, contraído em uma transfusão

futura para uma compreensão de FC deveria ser óbvio, pois FC como um gênero depende do desejo insaciável de seus leitores de imaginar transformações mais ou menos plausíveis do cotidiano, se essas transformações levam a uma maior liberdade, para despotismo tecnológico, uma transcendência linguisticamente inimaginável ou mesmo apenas um mundo cotidiano diferente.”

¹⁵ JONES, Gwyneth. *Deconstructing the Starships: Science, Fiction and Reality*, Liverpool: Liverpool University Press. 1999. Apud Roberts, Adam. *Science Fiction: The New Critical Idiom*. Taylor & Francis e-Library, 2002, P.10.

¹⁶ “‘Ciência’ na ficção científica sempre teve um significado tácito diferente daquele comumente aceito. Não tinha nada em particular a dizer sobre o assunto, que pode ser quase qualquer coisa, desde que as convenções formais do vestido futuro sejam observadas. significa apenas, finalmente, que qualquer fenômeno ou especulação é tratado na ficção, há uma alegação de que será estudado até certo ponto cientificamente - isto é, objetiva, rigorosamente; em um ambiente controlado. A tarefa do escritor é configurar o equipamento em um laboratório da mente de modo que o "e se" em questão seja imediatamente isolado e fornecido com os nutrientes exatos de que necessita.”

de sangue realizada durante uma cirurgia em 1983. A importância e a repercussão de suas obras, no meio literário e científico é incalculável, seus livros foram traduzidos para mais de 20 idiomas, e a cada ano surgem novas adaptações televisivas e cinematográficas de seus trabalhos. Entre os fãs era carinhosamente chamado de O Bom Doutor.

Entre os anos de 1942 e 1950, a revista estadunidense *Astounding Science Fiction* publicou oito contos seriados produzidos pelo escritor, que teriam sido inspirados pelo livro *História do Declínio e Queda do Império Romano (1776)* do historiador Edward Gibbon. Nos anos seguintes, os contos foram compilados e publicados respectivamente como *Fundação (1951)*, *Fundação e Império (1952)* e *Segunda Fundação (1953)*, todos pela editora *Gnome Press*. Conhecidos como A trilogia da Fundação, esta tornou-se uma das mais aclamadas obras do autor, ganhando o título de *Best All-Time Series* pelo Prêmio Hugo em 1966.¹⁷

Os livros de Asimov pertencentes à trilogia da Fundação se passam em um futuro distante onde a humanidade alastrou-se pelo espaço e é regida por um Império Galáctico. Um cientista, chamado Hari Seldon, examinou matematicamente o funcionamento do fluxo histórico e, através da Psico-história, uma ciência ficcional criada pelo autor, pôde prever uma série de acontecimentos de cunho político, econômico e social que levariam ao fim do Império Galáctico e a uma era das trevas que duraria cerca de trinta mil anos. Desacreditado pelo governo, Seldon cria uma organização em um planeta periférico, denominada A Fundação. Esta supostamente seria responsável por escrever uma enciclopédia galáctica afim de preservar todo o conhecimento adquirido pela humanidade até então. No entanto, o grupo de cientistas reunidos por Seldon secretamente tinha como objetivo estudar a Psico-história, realizar os cálculos para reajustar as previsões e intervir diretamente nas variáveis que pudessem ajudar a reduzir o período das trevas por ele previsto. Os livros narram o sucesso das aplicações da Psico-história, até que um mutante conhecido como O Mulo começa a interferir no cenário político e conseqüentemente no andamento das previsões calculadas pelos psico-historiadores. Devido a sua natureza não humana, O Mulo ameaça a continuidade do trabalho feito pela Fundação, mas é impedido por uma Segunda Fundação, uma organização de salvaguarda criada por Seldon para garantir que as intervenções feitas pela Fundação fossem bem-sucedidas.

As seguintes passagens retiradas do primeiro e do segundo livro da Trilogia da Fundação respectivamente, demonstram o funcionamento da Psico-história dentro dos livros de Asimov, e foram selecionadas para exemplificar a estrutura metodológica presente nesta obra de Ficção Científica. A primeira se dá em uma reunião entre os membros da Fundação e uma

¹⁷ O Hugo Awards é uma premiação promovida anualmente pela World Science Fiction Society, de 1953 à 1992 era conhecida como Science Fiction Achievement Awards.

projeção holográfica de Hari Seldon, o cientista responsável pelo desenvolvimento da Psico-história. Nele, Seldon explica aos presentes que o trabalho da Fundação na Enciclopédia Galáctica era uma farsa, e que seu verdadeiro objeto é utilizar a Psico-história para manipular o futuro histórico da humanidade:

Nos cinquenta anos em que vocês trabalharam neste projeto fraudulento... não há por que suavizar a expressão... a rota de fuga foi cortada, e agora vocês não têm escolha a não ser prosseguir no projeto infinitamente mais importante que era, ou é, nosso verdadeiro plano. Com esse propósito, nós colocamos vocês num planeta e numa época tais que, em cinquenta anos, vocês foram levados além do ponto onde não têm mais liberdade de ação. De agora em diante, e nos próximos séculos, o caminho que devem tomar é inevitável. Vocês enfrentarão uma série de crises, como esta primeira que estão enfrentando agora e, em cada caso, sua liberdade de ação se tornará circunscrita de forma semelhante, de modo que sejam forçados a trilhar um, e somente um, caminho. É este caminho que nossa psicologia tem trabalhado, e por uma razão. Por séculos, a civilização galáctica tem sofrido estagnação e declínio, embora poucos de nós sequer percebessem isso. Mas agora, finalmente, a periferia está se fragmentando e a unidade política do Império está abalada. Em algum ponto nos cinquenta anos que se passaram, os historiadores do futuro colocarão uma linha arbitrária e dirão: “Esta linha marca a Queda do império Galáctico”. E eles estarão certos, embora praticamente ninguém venha a reconhecer essa Queda por mais alguns séculos. E, depois da Queda, virá a inevitável barbárie, um período que, nossa psico-história nos diz, deveria, sob circunstâncias comuns, durar trinta mil anos. Não podemos impedir a Queda. E tampouco desejamos, pois a cultura do Império perdeu a virilidade e o valor que teve um dia. Mas podemos encurtar o período de barbárie que deverá se seguir para um único milênio. Não podemos lhes contar os meandros desse encurtamento, assim como não pudemos lhes dizer a verdade sobre a Fundação cinquenta anos atrás. Se vocês descobrissem esses meandros, nosso plano poderia falhar; o mesmo teria acontecido se vocês tivessem descoberto a fraude da Enciclopédia antes; pois assim, por conhecimento, sua liberdade de ação seria expandida e o número de variáveis adicionais se tornaria maior do que nossa psicologia conseguiria lidar”.¹⁸

O diálogo a seguir, retirado do segundo livro *Fundação e Império* (1952), se dá entre um general do Império Galáctico e um nobre patricio:

- Foi a psico-história que Seldon e o grupo com o qual ele trabalhou aplicaram com força total para criar a Fundação. O lugar, tempo e as condições, tudo isso conspira matematicamente e, portanto, inevitavelmente, para a criação de um Segundo Império Galáctico.
- Você quer dizer que essa arte dele prevê que eu atacaria a Fundação e perderia tal e tal batalha por tal e tal motivo? Você está tentando dizer que sou um tolo robotizado, seguindo um curso predeterminado para a destruição?
- Não. Eu já disse que a ciência nada tem a ver com ações individuais. E o pano de fundo maior que foi previsto.
- Então continuamos presos à mão da Deusa da Necessidade Histórica.

¹⁸ ASIMOV, Isaac. *Fundação*. Editora Aleph. São Paulo, 2009, P. 83-84

- Da necessidade Psico-histórica.
- E se exercer minha prerrogativa de livre-arbítrio? Se eu escolher atacar no ano que vem ou não atacar? Quão flexível é essa Deusa? Que recursos têm?
- Ataque agora ou nunca; com uma única nave, ou com toda a força do Império; pela força militar ou por pressão econômica; por uma declaração de guerra honesta e aberta ou por emboscada traiçoeira. Faça o que desejar, no mais amplo exercício do livre-arbítrio. Você ainda perderá.
- Por causa da mão morta de Hari Seldon?
- Por causa da mão morta da matemática do comportamento humano, que não pode ser detida, desviada nem atrasada.¹⁹

O próximo excerto, também proveniente do segundo livro, relata a explicação de um psicólogo, como são chamados os cientistas que lidam com a Psico-história, sobre ela.

É tão simples, na verdade. Não requer nenhum conhecimento especializado. Na matemática da psico-história, é claro, funciona imediatamente, numa equação de terceiro grau que não envolve nada mais. Não importa. Isso pode ser colocado em palavras comuns e fazer sentido, o que não é comum em fenômenos psico-históricos. Perguntem a si mesmos: o que pode desequilibrar o cuidadoso esquema histórico de Hari Seldon, hein? Quais foram as suposições originais de Seldon? Primeiro, de que não aconteceria nenhuma mudança fundamental na sociedade humana ao longo dos próximos mil anos. Por exemplo, suponhamos que existisse uma grande mudança na tecnologia da Galáxia, como a descoberta de um novo princípio para a utilização de energia ou o aperfeiçoamento do estudo da neurobiologia eletrônica. Mudanças sociais tornariam as equações originais de Seldon obsoletas. Mas isso não aconteceu, aconteceu? Ou suponhamos que uma nova arma fosse inventada por forças fora da Fundação, capaz de resistir a todos os armamentos da Fundação. Isso poderia provocar um desvio ruinoso, embora menos certo. Mas nem isso aconteceu. O depressor de campo nuclear do Mulo era uma arma desajeitada e podia ser combatida. E essa foi a única novidade que ele apresentou, mesmo sendo pobre como era. Mas existe uma segunda suposição. Mais sutil! Seldon supunha que a reação humana a estímulos permaneceria constante. Garantindo que a primeira suposição fosse verdadeira, então a segunda deve ter sido quebrada!²⁰

A partir destas passagens é possível compreender mais expressivamente o papel desempenhado pela Psico-história nesta obra de FC. Uma vez que o estranhamento (Estrangment) presente no livro não é causado apenas pela presença de naves espaciais ou de armas a laser, mas também por essa ciência ficcional que funciona como uma ferramenta narrativa de inovação validada por uma lógica cognitiva. A Psico-história se analisada pela teoria de Suvin, pode ser considerada como o Novum da obra de Asimov. A semelhança metodológica à estatística, matemática, sociologia e história, bem como sua estrutura e a utilização de um vernáculo pseudocientífico são responsáveis por promover a cognição.

¹⁹ ASIMOV, Isaac. Fundação e Império. Editora Aleph. São Paulo. 2009. P.35

²⁰ Op Citi. ASIMOV. P.224-225

Segundo o próprio autor a metodologia da Psico-história foi baseada na teoria cinética dos gases:

O modelo para meu conceito de psico-história foi a teoria cinética dos gases, que havia estudado exaustivamente na universidade. As moléculas de que um gás é feito se movem de forma totalmente aleatória, com velocidades as mais variadas. Mesmo assim, podemos descrever de forma bastante satisfatória como vão ser esses movimentos em média e, a partir deles, deduzir leis que permitem prever o comportamento dos gases com uma precisão admirável. Em outras palavras, embora seja impossível prever o comportamento de uma molécula isolada, é perfeitamente possível prever o comportamento coletivo de trilhões e trilhões de moléculas. Procurei aplicar a mesma idéia aos seres humanos. Um ser humano, considerado isoladamente, pode ter “livre arbítrio”, mas uma multidão deve se comportar de forma até certo ponto previsível; a análise do “comportamento de multidões” constitui o que chamei de psico-história.²¹

Embora a base teórica para o funcionamento ciência criada por Asimov venha das ciências naturais, a sua construção como uma ciência social é sem dúvida o ponto mais importante da trama. Produzir uma narrativa que lida filosoficamente com questões historiográficas, teoria da história, epistemologia, psicologia, e o fazê-lo em uma escala universal é o que marca a originalidade e a relevância dos livros da fundação. Não havia precedentes na literatura de FC de obras que lidavam com ciências sociais.

This faith in predictive social science led not only Asimov but a number of other writers as well to begin considering social dynamics more seriously, writing stories that emphasized politics, religion and other collective activities. The result was a richer form of fiction than the super-science adventures of earlier decades.^{22 23}

A Psico-história e a Ciência Histórica

É indubitável que os livros da Trilogia da Fundação são de natureza ficcional, e ainda que uma obra de FC utilize quase que inteiramente termos pseudocientíficos é possível que se assemelhe a alguma ciência não ficcional devido à própria natureza racional e metodológica da Ficção Científica. No caso da Psico-história vemos várias simetrias, já mencionadas acima, mas nos concentraremos nas similaridades com Teorias da História que permeavam o cenário intelectual no período em que foi elaborada. Diferentemente das teorias voltadas para ciências

²¹ ASIMOV, Isaac. Isaac Asimov's Ficção Científica Magazine. Editora Record. N°3, Rio de Janeiro, P. 3-4

²² ATTEBERY, Brian. *Ibid.* P.39.

²³ “Essa fé na ciência social preditiva levou não apenas Asimov, mas também vários outros escritores a começar a considerar a dinâmica social mais seriamente, escrevendo histórias que enfatizavam política, religião e outras atividades coletivas. O resultado foi uma forma mais rica de ficção do que as aventuras da superciência das décadas anteriores.”

naturais, a teoria da história não é diretamente aplicada ao objeto de estudo da história, o passado humano. Ela é, no entanto utilizada como interpretação da própria narrativa histórica, uma espécie de autorreflexão da escrita científica. Costumando ser reconhecida pelos termos; *Metahistory*; *Historik*; Historiologia ou Historiosofia.

O historiador alemão Jörn Rüsen, ao elaborar uma Teoria da História como ciência escreve três principais dimensões do conhecimento histórico, advinda da aplicação da sua teoria. Sendo elas, a dimensão disciplinar, que trabalha com o desenvolvimento da narrativa histórica enquanto uma ciência especializada e como esta se difere de outros modos não científicos de lidar com o passado humano. A dimensão interdisciplinar, que é responsável pela articulação entre a disciplina científica da história e demais disciplinas científicas, principalmente com aquelas que também lidam com o passado histórico, como por exemplo a sociologia, antropologia, geologia e geografia. E por último, a dimensão transdisciplinar que procura compreender a conexão entre o pensamento histórico científico e a vida humana prática. Dentre as três dimensões identificadas pelo historiador, a transdisciplinaridade do pensamento científico histórico é a que utilizaremos para compreender o papel da Psico-história nos livros de Asimov.

A experiência histórica sempre estará passível de interpretação, tornando-se assim, saber histórico, o qual pode ou não ter caráter científico. O saber histórico é indispensável para a interpretação do mundo, e se aliado à orientação cultural pode ter utilidade existencial para a vida humana prática. O saber histórico pode ser utilizado como prevenção contra abusos e para motivar a vontade de mudar (Rüsen, 2015).

História é uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob a forma de narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual. ... Ela não ocorre monologicamente, mas sempre em contextos sociais. Nesses contextos, elabora-se sua “utilidade para a vida”. É decisivo para o entendimento da especificidade e do desempenho do pensamento histórico o fato de essa utilidade para a vida não lhe vir apenas de fora. Ela tampouco pode ser entendida como mera “aplicação”, sem qualquer influência sobre a coisa mesma, ou seja, a experiência interpretada do tempo. O significado adquirido pela experiência histórica mediante o trabalho interpretativo do pensamento histórico não pode ser suficientemente decifrado e entendido sem que se leve sistematicamente em conta essa utilidade para a vida. ...Uma resposta dessas, só pode ser suficiente quando remova o obstáculo com que a vida humana prática se depara sob forma de experiência de mudança, carente de interpretação. Tal ocorre pela integração dessa experiência na representação de uma conexão temporal, com sentido e significado, entre passado, presente e futuro.²⁴

²⁴ RÜSEN, Jörn. Teoria da História: Uma Teoria da História Como Ciência. Editora UFPR. Curitiba. 2015. P.52

Esse sentido orientador da história é indissociável do saber histórico científico, uma vez que fundamenta e legitima representações e critérios de valores, formando uma *orientação do agir*. Se nos voltarmos para a narrativa da Fundação (1942), veremos que embora haja um grau de separação entre a ciência histórica e a ciência fictícia da Psico-história, ambas possuem uma conexão de interpretação histórica entre o passado, o presente e o futuro. No livro de Asimov, a aplicação da Psico-história possibilita que a interpretação e a análise dos eventos passados possam ser utilizadas na vida humana prática, com fins sociais e políticos. Essas características são compartilhadas com a ciência histórica. O saber histórico pode fortalecer o poder das tradições, mas, também pode, inversamente, ser utilizado para romper a força das tradições, a fim de possibilitar novas tradições (Rüsen 2015).

Ainda sobre a possibilidade de orientação à partir da interpretação de eventos do passado, a narrativa criada por Asimov também compartilha semelhanças com a Teoria da História cíclica, cujos principais contribuintes são o historiador alemão Oswald Spengler e o historiador inglês Arnold Toynbee. Nessa teoria, a história de uma civilização está sujeita a um desenvolvimento determinista e cíclico que pode ser estudado e que fica marcado por suas fases de nascimento, maturidade e conseqüente declínio. Asimov relatou em entrevistas que uma das inspirações para a escrita dos livros da Trilogia da Fundação foi o livro de Edward Gibbon Declínio e Queda do Império Romano (1776), que assim como seu clássico da ficção científica também narra a ascensão e decadência de uma grande civilização.

A Psico-história também foi analisada à partir da perspectiva Marxista, Charles Elkins aponta em Isaac Asimov's FOUNDATION Novels: Historical Materialism Distorted into Cyclical Psycho-History, as possíveis semelhanças entre a metodologia criada por Asimov e o materialismo histórico.

To what can one attribute the extraordinary success of THE FOUNDATION TRILOGY? I would suggest that the "Sense of Wonder in the underlying concept" which so captivates readers is a concept of history which is, in its grand sweep, similar to one of the main ingredients of Marxism—historical materialism—which had captured and is capturing the imagination of millions (although Asimov's use of it, as I shall argue, is a crude caricature of this concept, a simplistic distortion similar to other varieties of "vulgar" Marxism of the period when the "Foundation" stories were being written). The perspective of historical materialism entails the assertion of overriding historical laws. In its cruder versions, it involves the old puzzle of historical inevitability (predestination) versus free will, which itself flows out of the often unsuccessful yet desperately necessary, and therefore always repeated,

struggles of men to control their personal futures and the future of their societies.^{25 26}

No artigo publicado pela Science Fiction Studies, Elkins critica a abordagem de outros críticos literários que classificam a Psico-história como *the science that Marxism never became* (WOLLHEIM 1971,40)²⁷, o autor aponta que tais comparações seriam inadequadas, uma vez que as possíveis semelhanças presentes na obra de Asimov seriam análogas a uma versão vulgar e mal interpretada do Marxismo. Também discute que possivelmente estas analogias não foram introduzidas propositalmente por Asimov em seu trabalho, mas que devido ao período histórico, pós-guerra, em que as obras foram produzidas, toda a sociedade estava permeada por reinterpretções dos trabalhos de Marx e Engels. Ainda que o materialismo histórico e a Psico-história sejam teorias aplicáveis ao desenvolvimento social e histórico, Elkins argumenta que diferentemente das proposições feitas por Wollheim, a Psico-história corrobora uma visão de manutenção de poder pelas elites, neste caso, intelectuais.

From a Marxian perspective, Asimov's depiction of the particular future embodied in the "Foundation" stories is an accurate reflection of the material and historical situation out of which these works arose: the alienation of men and women in modern bourgeois society. For Marxists, alienation describes a situation in which the creations of people's minds and hands—whether they be goods or complex social systems—stand over against and dominate their creators. Alienation is a consequence of man's impotence before the forces of nature and society, and of his ignorance of their operations. Alienation abates to the extent that man's knowledge and powers over nature and his social relations are increased. Thus, in one sense, Asimov's Foundation Trilogy endures because of its fatalistic perspective. It accurately sizes up the modern situation. Reading these novels, the reader experiences this fatalism which, in a Marxist analysis, flows from his own alienation in society and his sense of impotence in facing problems he can no longer understand, the solutions of which he puts in the hands of a techno-bureaucratic elite.^{28 29}

²⁵ ELKINS, Charles. Isaac Asimov's FOUNDATION Novels: Historical Materialism Distorted into Cyclical Psycho-History. In Science Fiction Studies # 8 = Volume 3, Part 1 .March. 1976.

²⁶ “A que se pode atribuir o extraordinário sucesso da Trilogia da Fundação? Eu sugeriria que o “Sentido de Maravilha no conceito subjacente” que tanto cativa os leitores é um conceito de história que é, em seu grande alcance, semelhante a um dos principais ingredientes do marxismo - o materialismo histórico - que capturou e está capturando a imaginação de milhões (embora o uso dela por Asimov, como argumentarei, seja uma caricatura grosseira desse conceito, uma distorção simplista semelhante a outras variedades de marxismo “vulgar” do período em que as histórias da “Fundação” estavam sendo escritas). A perspectiva do materialismo histórico envolve a afirmação de leis históricas predominantes. Em suas versões mais grosseiras, envolve o velho quebra-cabeça da inevitabilidade histórica (predestinação) versus livre arbítrio, que em si flui das muitas vezes malsucedidas, mas desesperadamente necessárias, e, portanto, sempre repetidas, lutas dos homens para controlar seus futuros pessoais e o futuro de suas sociedades.”

²⁷ “A ciência que o Marxismo nunca se tornou”

²⁸ *Ibid*, ELKINS.

²⁹ “De uma perspectiva marxista, a descrição de Asimov do futuro particular incorporado nas histórias da “Fundação” é um reflexo preciso da situação material e histórica da qual essas obras surgiram: a alienação de homens e mulheres na sociedade burguesa moderna. Para os marxistas, a alienação descreve uma situação em que as criações das mentes e mãos das pessoas - sejam elas bens ou sistemas sociais complexos - se opõem e dominam

Considerações Finais

Como vimos ao longo deste trabalho, a Ficção Científica é um gênero muito peculiar e que devido a sua natureza imaginativa possibilita ao autor uma série de possibilidades narrativas. Sua intrínseca relação com a linguagem e a metodologia científica desenvolvidas a partir do século XIX, permite que a sua estrutura seja diferente dos demais tipos literários e pavimentam o caminho para reflexões e críticas contundentes para a modernidade. A base para uma verdadeira obra de Ficção Científica, não precisa necessariamente ser estruturada sobre desenvolvimentos científicos reais, mas deve conter elementos que possibilitem a leitura da mesma através de uma perspectiva racional dentro da própria narrativa.

A Trilogia da Fundação, do escritor americano Isaac Asimov, mesmo que escrita a setenta e sete anos ainda é considerada um clássico da Ficção Científica, pois foi capaz de retratar com precisão os questionamentos contemporâneos frente aos processos históricos, o desenvolvimento das civilizações e as possibilidades científicas que o futuro nos guarda. A Psico-história, embora ficcional aproxima-se dos questionamentos impostos pela ciência histórica, muitos dos quais ainda são relevantes para o estudo da história.

Os livros de Asimov certamente não são os únicos provenientes deste gênero capazes de promover novas interpretações e análises a cerca das ciências humanas e sociais, a Ficção Científica incontestavelmente tem o potencial para promover infinitos panoramas relacionados à condição humana através do tempo histórico, basta que estejamos dispostos a explorar novos universos.

Bibliografia:

- ASIMOV, Isaac. Fundação. Editora Aleph. São Paulo, 2009.
- ASIMOV, Isaac. Fundação e Império. Editora Aleph. São Paulo, 2009.
- ASIMOV, Isaac. Segunda Fundação Editora Aleph. São Paulo, 2009.
- ASIMOV, Isaac. Isaac Asimov's Ficção Científica Magazine. Editora Record. N°3, Rio de Janeiro. 1989.
- ATTEBERY, Brian. The magazine era: 1926–1960. In JAMES, Edward; MENDLESOHN, Farah (org) *The Cambridge Companion To Science Fiction*. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

seus criadores. A alienação é uma consequência da impotência do homem diante das forças da natureza e da sociedade, e de sua ignorância de suas operações. A alienação diminui na medida em que o conhecimento e os poderes do homem sobre a natureza e suas relações sociais são aumentados. Assim, em certo sentido, a Trilogia da Fundação de Asimov perdura por causa de sua perspectiva fatalista. Ele avalia com precisão a situação moderna. Ao ler esses romances, o leitor experimenta esse fatalismo que, em uma análise marxista, decorre de sua própria alienação na sociedade e de seu sentimento de impotência diante de problemas que não consegue mais entender, cujas soluções põe nas mãos de uma elite Tecno-burocrática”

- CLUTE, John; NICHOLS, Peter, *The Encyclopedia of Science Fiction*. New York. St. Martin's Press, Inc., 1993.
- CSICSERY-RONAY, Jr. Istvan. Marxist theory and science fiction. In JAMES, Edward; MENDLESOHN, Farah (org) *The Cambridge Companion To Science Fiction*. Cambridge University Press, Cambridge, 2003.
- ELKINS, Charles. Isaac Asimov's 'Foundation' Novels: Historical Materialism Distorted into Cyclical Psycho-History." *Science Fiction Studies* 3, no. 1 (1976): 26–36. <http://www.jstor.org/stable/4238993>.
- JAMES, Edward. *Science fiction in the 20th century*. Oxford, Oxford University Press, 1994.
- JONES, Gwyneth. *Deconstructing the Starships: Science, Fiction and Reality*, Liverpool: Liverpool University Press. 1999. Apud ROBERTS, Adam. *Science Fiction: The New Critical Idiom*. London. Routledge. 2002.
- PARKIN, Lance (1999) Letter to Interzone 139 (January), 4–5. apud ROBERTS, Adam. *Science Fiction: The New Critical Idiom*. Taylor & Francis e-Library, 2002, P. 2
- ROBERTS, Adam. *Science Fiction: The New Critical Idiom*. London. Routledge. 2002
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: Uma Teoria da História Como Ciência*. Editora UFPR. Curitiba. 2015.
- SUVIN, Darko. *Metamorphoses in Science Fiction: On the poetics and history of a literary genre*. Yale University Press, New Heaven. 1979.

O REINO ZULU, THEOPHILUS SHEPSTONE E A “QUESTÃO NATIVA” NA *CAPE MONTHLY MAGAZINE* (ÁFRICA DO SUL, DÉCADA DE 1870)

Evander Ruthieri da Silva³⁰

Resumo: O texto concentra-se na trajetória do administrador colonial Theophilus Shepstone (1817-1893), com ênfase em seu envolvimento na “questão nativa” na Colônia de Natal na metade do século XIX, em sua participação nas cerimônias de passagem de poder a Cetshwayo, *inkosi* do Reino Zulu na década de 1870, e no discurso colonial elaborado em *The Zulus*, texto publicado na revista *Cape Monthly Magazine* em 1875. A partir de um diálogo com a produção historiográfica sobre o tema, a atenção do artigo incide nas estratégias colonialistas adotadas por Shepstone em suas práticas e discursos políticos, sobretudo nos usos do passado e na apropriação de elementos da história política africana, bem como as iniciativas e resistências dos Zulus em parte desses processos.

Palavras-chave: África do Sul; Reino Zulu; colonialismo;

THE ZULU KINGDOM, THEOPHILUS SHEPSTONE AND THE “NATIVE QUESTION” AT THE *CAPE MONTHLY MAGAZINE* (SOUTH AFRICA, 1870s)

Abstract: The essay focuses on the biography of the colonial administrator Theophilus Shepstone (1817-1893), with an emphasis on his involvement with the “native question” in Colony of Natal during mid-19th century, on his involvement with the ceremonies for crowning of Cetshwayo, the Zulu *inkosi* in the 1870s, and the colonial discourse elaborated in *The Zulus*, an article published in 1875 at the *Cape Monthly Magazine*. Through a dialogue with historiography on the subject, this analysis focuses on the colonialist strategies adopted by Shepstone in his political practices and discourses, especially uses of the past and appropriation of elements of African political history, as well as the Zulus' initiatives and resistances in part of these processes.

Keywords: South Africa; Zulu Kingdom; colonialism.

No início da década de 1870, o sul da África encontrava-se geopoliticamente dividido entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal; as repúblicas bôeres do Transvaal (República Sul-Africana) e do Estado Livre de Orange; e os territórios africanos, em especial, o Reino Zulu, povo de língua e cultura Nguni. Profundas e significativas transformações sociais e econômicas afetaram a região após a descoberta das minas de ouro em Witwatersrand e de diamantes em Kimberley, ao norte da Colônia do Cabo, nas décadas de 1870 e 1880, situação que atraiu os interesses da elite colonial, em especial, por meio de demandas voltadas ao controle efetivo dos territórios de mineração e dos fluxos de trabalhadores migrantes oriundos de outras partes do continente africano (VAN ONSELEN, 2001). Essas descobertas, que

³⁰ Professor de História da África na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com período de doutorado-sanduíche na University of Exeter (Reino Unido). Esse artigo integra a pesquisa “História, Literatura e Imprensa na África do Sul (Colônia do Cabo, décadas de 1850-1880)”, desenvolvida na UNILA. Email: evander.silva@unila.edu.br

promoveram a expansão dos interesses do imperialismo minerador e do capitalismo britânico, também resultaram em conflitos territoriais e, por parte do colonato branco, em esforços para controlar a população africana, destinando-a ao papel de mão de obra barata e acessível. O contexto marcou aquilo que poderia ser caracterizado como um “processo de proletarização” de africanos negros (AJAYI, 2010, p. 922), baseado na expropriação das terras ancestrais pertencentes a reinos, linhagens ou chefias africanas, o que criaria um vasto número de populações sem-terra, deixados sem escolha a não ser o trabalho em condições rigorosas fixadas por seus rivais brancos.

Quanto à Colônia de Natal, convém mencionar que a região se tornou território britânico a partir de maio de 1843, momento em que os britânicos anexaram a República de Natal, de breve existência e estabelecida por emigrantes bôeres em uma área outrora pertencente aos Zulus. Em 1856, separou-se da Colônia do Cabo, e tornou-se um importante centro da administração britânica na região. De acordo com Norman Etherington, Natal distinguia-se pela existência de partidários do “expansionismo imperial”, isto é, um esforço conjunto da elite político-econômica local em expandir suas áreas de influência, sobretudo para territórios ocupados por reinos e chefias africanas, com o afã de controlar a mão de obra e o acesso às terras (ETHERINGTON, 1979). Em Natal, “os esforços empregados para obrigar os africanos a fornecerem essa força de trabalho foram em vão, devido às condições de trabalho medíocres e aos baixos salários oferecidos pelos plantadores” (BHEBE, 2010, p. 183). Por isso, o crescimento da lavoura açucareira na região, baseado no modelo de *plantation*, dependia fortemente da migração de trabalhadores africanos vindos do Norte, da África Central e da África Oriental, e muitos proprietários de terras envolveram-se com o comércio interno. Quaisquer ameaças às levadas migratórias e às fontes de mão de obra produziam demandas, da parte do colonato branco, pela intervenção britânica na região.

O caso de Theophilus Shepstone (1817-1893), por sua trajetória e atuação política, ilustra a questão territorial e a “questão nativa” na colônia britânica de Natal na metade do século XIX. Afinal, Shepstone, que era filho de um missionário britânico do sudoeste do Cabo Oriental e atuou no serviço civil desde a partir dos anos de 1830, ocupou o cargo de secretário de assuntos nativos desde 1856 e encarregado especial das relações com os Zulus na Colônia de Natal, o que, em termos práticos, tornava-o numa espécie de diplomata e, por seu conhecimento dos costumes e do isiZulu, uma referência na elaboração de políticas de tratamento aos nativos. Desde a década de 1840, havia sido um dos articulistas na criação de reservas para as populações nativas em Natal e, em entre 1876 e 1877, um dos responsáveis pela malfadada anexação da República Sul-Africana (Transvaal) às posses britânicas, questões

que faziam parte dos esforços promovidos no período sobretudo pelo Secretário das Colônias, Lord Carnarvon, para estabelecer uma confederação sul-africana governada por britânicos. Esse projeto político também passava pelos esforços de desmobilização do Reino Zulu, cuja independência passou a ser vista como uma ameaça aos interesses da elite colonial na exploração das terras africanas e da mão de obra nativa. As tensões entre britânicos e Zulus eclodiram em 1879 na chamada Guerra Anglo-Zulu, que resultou na derrota do *inkosi* (rei, chefe) Cetshwayo kaMpande (1826-1884), na desarticulação de seus regimentos *amabutho* e instituições militares e na fragmentação do território Zulu.

O controle sobre o território do Transvaal era visto, da perspectiva de Shepstone e de outros dirigentes na Colônia de Natal, como uma das vias necessárias para a manutenção do fluxo de migrantes africanos do Norte, a serem empregados nas plantações de cana de açúcar e no trabalho com a mineração. A anexação do Transvaal estava vinculada ao esforço dos britânicos em liberar a mão de obra africana que, na república bôer, havia sido bloqueada por leis de passes estabelecidas entre 1873 e 1874, a fim de que “ela pudesse afluir livremente às minas de diamantes e aos canteiros de construção da estrada de ferro na colônia do Cabo” (BHEBE, 2010, p. 196). Como muitos dos seus contemporâneos em Natal, Shepstone acreditava que a expansão territorial dos domínios britânicos garantiria o controle da mão de obra africana, ameaçado pelos centros independentes de poder africano, por colônias rivais e pelas repúblicas bôeres. A anexação do Transvaal só fez crescer as expectativas de invasão colonial sobre os territórios Zulus, e após 1876, Cetshwayo passou ser associado pelos dirigentes coloniais ao despotismo militar e visto como um risco às colônias britânicas, sobretudo ao Transvaal, cujos limites avançavam sobre terras de litígio com os Zulus.

Naquele momento, Shepstone era lembrado por sua atuação no que alguns historiadores definiram como “*Locations System*” ou “sistema Shepstone”, um esquema de distribuição de reservas que, na metade do século XIX, visava segregar, organizar e controlar a população negra na Colônia de Natal (ETHERINGTON, 1989). O sistema, criado pela Comissão de Localização dos Nativos em 1846, marcaria a carreira política de Shepstone em Natal, mas seria profundamente questionado e desmantelado pelo governador Benjamin Pine na década seguinte. O esquema de governo indireto estava embasado na ideia de que as reservas de nativos manteriam o sistema tradicional de chefias nativas, embora submetidas à autoridade do colonato branco com a intenção de “civilizar” gradualmente as populações africanas (IVEY, 2008, p. 3).

O sistema implementado por Shepstone resultava da crença de que africanos negros estariam incapacitados para integrarem a sociedade colonial e, portanto, necessitavam ser

“civilizados” com o auxílio de instituições religiosas e educacionais, sobretudo pela atuação do missionarismo. A despeito de divergências posteriores, sobretudo após o caso de Langalibalele, chefe dos Hlubi, em 1874³¹, Theophilus Shepstone manteve, nas décadas de 1850 e 1860, diálogos com J. W. Colenso, primeiro bispo de Natal, o qual idealizava um modelo de colonialismo missionarista a partir da aproximação entre a administração de Shepstone e a Igreja Anglicana (ETHERINGTON, 2019). A elaboração de políticas de tratamento aos africanos tornara-se particularmente urgente do ponto de vista dos administradores coloniais, que reverberavam as ansiedades do colonato branco com o crescimento quantitativo da população africana em Natal nas décadas de 1840 e 1850.

Na época, o fato era associado às políticas de expansão promovida pelos Zulus desde a década de 1820, que, na perspectiva dos administradores coloniais, teriam resultado na dispersão e migração forçada de milhares de africanos que cruzaram as fronteiras rumo à Colônia de Natal. Além disso, acordos e tratados firmados entre bôeres e Zulus resultaram no deslocamento de aproximadamente 17 mil Zulus para a região de Natal após o exílio do *inkosi* Mpande kaSenzangakhona em 1838. Antes de ser incorporada às posses britânicas, o *volksraad* bôer da República de Natal já havia proposto um sistema segregacionista para as populações africanas, com a intenção de criar uma vasta reserva nativa entre os rios Umtamfuna e Umzimvubu. Com a anexação, a administração colonial britânica optou pela descentralização, por intermédio da criação de múltiplas reservas, o envolvimento de missionários e a indicação de oficiais do governo para supervisionar o desenvolvimento e a segurança dos nativos em cada território. Shepstone foi designado agente diplomático para os nativos, e assumiu as rédeas da organização das reservas, por meio de boas doses de coerção e negociação com os *amakhosi* (chefes) locais (IVEY, 2003, p. 18-38).

Shepstone considerava que a política de reservas nativas, desenvolvida e implementada entre 1846 e 1852, resolveria os choques advindos pelos conflitos em torno da posse de terras, especialmente entre os bôeres e os Zulus. Nas reservas, a população africana estaria submetida à vigilância de magistrados brancos, conservando as autoridades locais das chefias africanas e

³¹ Desde o final da década de 1840, os Hlubi habitavam um vasto território na Colônia de Natal, entre Estocourt e a cordilheira de Drakensberg. A descoberta dos diamantes em Kimberley atraiu milhares de trabalhadores negros para a região de Natal, muitos dos quais jovens pagos por seu trabalho com armas e munição, prática considerada legal na Griqualândia Oriental. Em 1873, o governador de Natal, Benjamin Pine ordenara a prisão de Langalibalele após a resistência e recusa de seus súditos a registrar a posse das armas, e as tratativas de paz entre as partes envolvidas foram entrecortadas por conflitos armados entre as forças Hlubi e a guarda colonial. A prisão e o julgamento de Langalibalele em 1874, presidido por Benjamin Pine e Theophilus Shepstone, dividiu opiniões a respeito da legitimidade da jurisprudência adotada e a inconstância das políticas de tratamento aos africanos empregadas nas diferentes colônias britânicas. A questão tornara-se ainda mais acirrada com a intervenção do bispo Colenso, o qual acusava a administração colonial de promover grave injustiça e falsas acusações contra Langalibalele (Ver: MOKOENA, 2019).

“tornando a *lei nativa* um princípio orientador das sentenças e deliberações” (SANTOS, 2017, p. 188). A política nativa idealizada por Shepstone sustentava-se na premissa de que as culturas e sociedades africanas estavam constituídas de modo estático, em “em linhagens identificáveis que ocupavam áreas circunscritas” (ETHERINGTON, 1989, p. 181). Contudo, ao mesmo tempo, elementos de origem europeia seriam gradativamente incorporados nas reservas, ao exemplo de escolas e missionários que atuariam como agentes de cristianização e aculturação, para assim romper gradativamente com as autoridades tradicionais africanas e suas instituições políticas e religiosas.

Embora a determinação pessoal de Shepstone tenha levado parte da historiografia colonial a retratá-lo como um defensor das culturas africanas e um ávido opositor aos esquemas de exploração de africanos pelos colonos brancos, essa imagem idealizada tem sido recentemente problematizada. Isto porque as evidências demonstram que, nos momentos precedentes ao estabelecimento das reservas, Shepstone manifestou apoio aos interesses de exploração dos trabalhadores africanos e dos recursos minerais da região, e que a própria política de distribuição de terras e reservas facilitaria o cerceamento da mão de obra africana. Não obstante, após o desmantelamento do “*Locations System*” em 1852, Shepstone apoiou a Lei de Refugiados de 1854, que obrigava todos os africanos recém chegados em Natal a cumprirem três anos de serviço em obras públicas ou nas fazendas a um salário fixo. Finalmente, os interesses de Shepstone por territórios mais afastados do litoral entrecruzavam ambições pessoais e políticas oficiais, já que sua família e alguns de seus associados estavam envolvidos com projetos de exploração de recursos africanos (ETHERINGTON, 1979; SANTOS, 2017).

Com a abolição do “*Locations System*” por Benjamin Pine, governador da Colônia de Natal no início da década de 1850, Shepstone propôs o estabelecimento de um vasto território ao sul do rio Umkomanzi, com o objetivo de abrigar permanentemente as populações nativas que previamente ocupavam as reservas instituídas pelo esquema. Na sua perspectiva, a abolição do sistema de reservas daria início a um processo de reintegração forçada entre brancos e africanos negros. Shepstone idealizou o que Jacob Mckinnon Ivey denomina de “*Grand Removal Scheme*”, mediante o qual a população nativa de Natal seria forçadamente realocada e segregada em um novo território fora das fronteiras ao sul da colônia. No mesmo período, iniciou uma série de negociações com Faku, *inkosi* dos Mpondo, no afã de garantir acesso às terras necessárias ao esquema e assegurar a autoridade do administrador sobre as populações nativas a serem realocadas. Os esquemas de Shepstone assumiram feições segregacionistas, ancoradas no que observava como uma desigualdade natural entre as diferentes raças, o que

justificaria a criação de territórios separados para africanos negros no intento de “civilizá-los”. Embora o plano tenha sido preliminarmente aceito pelo governador Pine, seu sucessor, George Grey, designado ao cargo em 1854, opôs-se ao esquema sob a alegação dos custos excessivos, decisão que inviabilizou a sua implantação (IVEY, 2003, p. 66-72).

Em suma, a política nativista adotada por Theophilus Shepstone durante sua gestão enquanto Secretário de Assuntos Nativos, entre as décadas de 1840 e 1850, visava gradativamente disseminar ideais e comportamentos considerados como civilizados entre os africanos negros de Natal na metade do século XIX, para assim garantir acesso fácil à mão de obra e, ao mesmo tempo, neutralizar as resistências africanas diante do avanço do colonialismo. O estabelecimento das reservas nativas, elemento chave em seu sistema territorial, seria viável graças a acordos e tratados firmados com as chefias locais, circunstância sintomática do jogo de coerções e negociações estabelecidas entre a administração colonial e as populações nativas no período em questão. O reconhecimento da diplomacia e das visitas oficiais às lideranças africanas também transparece na década de 1870, em particular, no momento imediatamente anterior à anexação do Transvaal às posses britânicas. Esses encontros são sugestivos do que Mary Louise Pratt designou de “zonas de contato” do colonialismo, isto é, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, ao exemplo do “colonialismo, o escravismo ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27).

Encontros coloniais: Theophilus Shepstone e a “coroação” do *inkosi* Cetshwayo

No início da década de 1870, o Reino Zulu abrangia uma área que se estendia da costa do Oceano Índico, ao Rio Tugela no Sul e ao Rio Pongola no Norte. O Reino Zulu foi estabelecido na década de 1820 por Shaka kaSenzangakhona, em um contexto demarcado por significativas transformações sociais e políticas na região, iniciadas nas últimas décadas do século XVIII, que levaram à expansão das áreas de influência de novas linhagens dominantes (ELDREDGE, 2014). Uma das reformas mais significativas introduzidas por Shaka foi a instituição de um exército permanente, composto por guerreiros armados com azagaias (assegais) e protegidos com escudos ovais feitos de pele de boi; ademais, Shaka aprimorou o sistema *amabutho*, regimentos de guerreiros distribuídos por faixas etárias e vinculados, por meio de rituais de iniciação e símbolos, à linhagem dominante. Após sua morte em 1828, Shaka foi sucedido por Dingane, seu meio-irmão, o qual entrou em conflitos com os *trekkers*, bôeres

que deixaram a Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente na metade dos anos de 1830. A força política e militar dos Zulus, em particular nos tempos de Cetshwayo, representava um obstáculo para a formalização das anexações territoriais orquestradas pelo então Secretário de Estado das Colônias, Lord Carnarvon, que em 1877 defendeu junto ao Parlamento britânico o Ato de Confederação Permissiva, com a intenção de autorizar a criação da confederação de colônias e estados na África do Sul.

Cetshwayo ascendeu ao poder no Reino Zulu como resultado, entre outros fatores, de conflitos dinásticos. Em 1839, o *inkosi* Mpande reconheceu a legitimidade de seu filho Cetshwayo como herdeiro, contudo, passou a temer sua crescente influência política e militar, especialmente durante as ofensivas contra Mswati II, *inkosi* dos Swazi, em 1852, que deixaram evidente sua capacidade de articulação militar. No início da década de 1850, Mpande redirecionou seus favoritismos a outro filho, Mbuyazi kaMpande e, em um esforço para evitar rivalidades, tentou realocar Mbuyazi e seus seguidores, os izGqoza, ao norte do território Zulu, e Cetshwayo e seus seguidores uSuthu na região ao sul. Diferentes signos de transmissão de poder possivelmente perpassavam as aspirações ao trono: no caso de Mbuyazi, o fator matrilinear, por ser filho de Mpande e de uma das viúvas de Shaka. Em 1856, as tensões entre os grupos rivais escalaram em uma guerra civil, que levou à derrota dos izGqoza e seus aliados izNqobo pelas forças de Cetshwayo na batalha de Ndongakusuka. A morte de Mbuyazi reforçou a legitimação de Cetshwayo, e, na década de 1870, as redes de poder e guerreiros do Reino Zulu eram vistas pelos britânicos como ameaças para a unificação dos territórios ao sul da África.

Em 1873, Theophilus Shepstone participou de forma ativa em uma das cerimônias de passagem de poder de Cetshwayo. De acordo com Carolyn Hamilton, a inclusão de Shepstone nas cerimônias era carregada com simbolismos, na medida em que o administrador colonial assumia o “papel” de Shaka, *inkosi* que, desde a década de 1830, era descrito por relatos de viajantes e comerciantes europeus como um tirano monstruoso, numa imagem que começou a ganhar forma na interação com a oralidade africana, sobretudo de grupos deslocados pelos Zulus, tais como os Qwabe. Pela ocasião das cerimônias de Cetshwayo, os *amakhosi* (os chefes das linhagens) Zulus enviaram uma mensagem às autoridades da Colônia de Natal informando que “pela lei Zulu, o Sr. Shepstone representa Chaka, e, portanto, no lugar do pai de Cetywayo; que ele foi a testemunha diante de quem Cetywayo foi proclamado herdeiro por Panda mais de dez anos atrás, e que ele representa o governo britânico” (HAMILTON, 1998, p. 72). Ao aceitar o convite e assumir o “manto de Shaka”, Shepstone, a partir da “lógica cultural dos oficiais coloniais de Natal” (HAMILTON, 1998, p. 74), se apropriava de elementos da história política africana e ressignificava valores e tradições Zulus, para defender interesses coloniais ancorados

em um modelo centralizado de governo, na intenção de impor um controle mais efetivo das populações africanas.

Os ritos de passagem de poder representam um momento importante na lógica cultural, política e religiosa dos Zulus nos tempos de Cetshwayo. Como sumariza Gabriela Aparecida dos Santos, entre os povos de língua e cultura Nguni, incluindo os Zulus, “a morte de um soberano representava a passagem de uma situação de estabilidade para um momento de incertezas e indefinições, ainda que breve” (SANTOS, 2010, p. 64). Imediatamente após a morte de Mpande, Cetshwayo provavelmente passou a conduzir as cerimônias funerárias, que incluíam o sacrifício ritual de um touro negro; a bexiga do animal morto seria utilizado em cerimônias purificadoras e, depois disso, o corpo do *inkosi* morto revestido na pele do touro sacrificado até ficar em estado de putrefação. Nesse ínterim, objetos cotidianos e de valor ritual seriam coletados, queimados ou posicionados junto ao corpo. O gado bovino era considerado pelas sociedades Nguni como uma fonte de riqueza e, além disso, “ao touro, em especial, e à sua condição de bem econômico, atrelava-se um valor religioso, de propiciação e transmissão de força, enquanto ao boi se reservava a função ritual de aplacar os espíritos em cólera e atrair as bençãos dos antepassados” (SANTOS, 2010, p. 65). Dessa forma, a fusão do corpo do *inkosi* morto à pele do touro sacrificado adquiria um forte simbolismo religioso e político, para garantir a continuidade e “reestabelecer a ordem provisoriamente suspensa pela morte” (SANTOS, 2010, p. 65).

A presença de Shepstone na cerimônia de passagem, que durante muito tempo foi considerada como um “gesto imperial vazio de significado”, envolveu um batalhão da Royal Durban Artillery, um regimento militar, uma banda marcial, cerca de trezentos Zulus e suas lideranças, além de elementos simbólicos: um amplo palanque, uma coroa e um manto em escarlate e dourado. Shepstone planejava atravessar o território Zulu rumo à povoação (*umuzi*) de Cetshwayo, e, então, apresentá-lo enquanto soberano diante de sua nação, simultaneamente estabelecendo parâmetros de controle colonial sobre o reino, transformando o *inkosi* em um vassalo. Nesse meio tempo, contudo, outra cerimônia era realizada por Masiphula kaMamba, que ocupou funções políticas de proeminência durante o potentado de Mpande, e comandou a passagem de poder para Cetshwayo em uma área ritualmente significativa (*emakhosini*), cercada pelos túmulos dos primeiros *amakhosi*, e onde Shaka havia sido anteriormente proclamado chefe dos Zulus. Com a chegada de Shepstone, os oficiais de Cetshwayo propuseram que as cerimônias envolvendo o administrador colonial fossem realizadas em local afastado do *emakhosini*, mais próximo do ajuntamento militar do *inkosi*, em Lambongwenya. Na avaliação de Hamilton, essa mudança de cenário “diminuiu o papel de Shepstone nos

eventos. As narrativas de Shepstone revelam que uma estratégia de contenção também foi implementada pelos líderes Zulus em diversas outras formas” (HAMILTON, 1998, p. 76-77).

No contato entre Cetshwayo e Shepstone antes da realização da cerimônia, o administrador colonial tentou esboçar um acordo implicando no apoio dos Zulus quanto às disputas territoriais nas fronteiras entre a Colônia de Natal e o Transvaal bôer. No dia seguinte, a procissão liderada por Shepstone adentrou em Lambongwenya e o oficial, em isiZulu, proclamou uma série de “leis”, que determinavam as condições para sentenças de morte e proibindo uma série de violências arbitrárias no Reino Zulu. A partir desse momento, Cetshwayo foi revestido pelo manto e coroado por Shepstone e posteriormente apresentado aos seus oficiais, conselheiros e familiares como “um homem e um Rei” (HAMILTON, 1998, p. 77-78). Do ponto de vista dos relatórios de Shepstone, ao assumir o manto de Shaka e “coroar” Cetshwayo, o oficial havia exercido um gesto colonial por excelência, implicando seu reconhecimento pelo *inkosi* era uma evidência da suserania britânica sobre o Reino. Entretanto, os mesmos relatos evidenciam rastros das agências africanas nos cerimoniais, em especial o modo como Cetshwayo taticamente esquivava-se dessas implicações, sugerindo, inclusive, que seu reconhecimento enquanto *inkosi* havia partido, em primeiro lugar, dos próprios Zulus. Os relatos evidenciam que Cetshwayo habilmente resistia a algumas das imposições de Shepstone, ao mesmo tempo em que aceitava outras, em especial aquelas que acarretavam no apoio e proteção britânica (COPE, 1985, p. 11-31).

Do ponto de vista dos *amakhosi*, a inclusão de Shepstone nas cerimônias de passagem de poder para Cetshwayo resultaria no apoio dos britânicos, em especial, nas disputas territoriais contra os bôeres transvaalenses sobre os limites geopolíticos na área do Rio Ncome. Além disso, é preciso lembrar que a trajetória de Cetshwayo envolveu conflitos com seu meio-irmão, Mbuyazi, e, portanto, o convite ao administrador colonial contribuiria para sedimentar a passagem de poder político diante da possível ameaça representada por outros membros da família real (ao exemplo de seus meio-irmãos, realocados na Colônia de Natal) ou mesmo para reforçar sua autoridade diante dos *amakhosi* que constituíam a base política do Reino. Da parte de Shepstone, a participação nos cerimoniais não resultava em benefícios diretos para Natal, além da sugestão de governo indireto sobre os Zulus. Entretanto, os eventos ocorreram em um momento no qual Shepstone enfrentava constante insatisfação do colonato branco sobre o controle de terras e mão de obra, assim como temores de uma possível invasão Zulu, o que explica as várias determinações sugeridas pelo administrador durante as cerimônias. Portanto, em sua lógica, os ritos de passagem permitiriam influência política de Natal sobre os Zulus, mesmo que pelo modelo de um governo indireto, e em consequência, sobre todos os africanos

da região, controlando seus movimentos migratórios e garantindo acesso à força laboral africana (IVEY, 2008, p. 86-88).

Em suma, as cerimônias evidenciam que as práticas políticas coloniais, especialmente voltadas ao controle da população africana negra, envolviam em uma rede intrincada de processos e encontros com “formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder” (MCCLINTOCK, 2010, p. 21), os quais também promoveram “processos de mutação cultural e inquieta (des)continuidade que ultrapassam o discurso racial e evitam a captura por seus agentes” (GILROY, 2001, p. 35) – enfim, uma situação histórica contestada, em conflito, mesmo que em um contexto de fortes hierarquias e desigualdades de poder político. Nos anos seguintes, Cetshwayo tentou consolidar o poder real que havia sido subvertido pelos *amakhosi*, bem como revitalizar o sistema *amabutho*, modelo de formação de guerreiros profundamente enraizado na organização sociocultural Zulu. Embora as políticas de Cetshwayo seguissem originalmente certa cordialidade diplomática com os britânicos de Natal, a anexação do Transvaal pelos britânicos, cujo território avançava sobre as terras pertencentes ao Reino Zulu, tornou as relações muito mais hostis, e as negociações foram infrutíferas, culminando na guerra Anglo-Zulu em 1879. Em partes, as justificativas para o início da guerra estavam relacionadas às cerimônias de passagem de poder, afinal, alegavam os britânicos, Cetshwayo não havia cumprido com as “obrigações” estabelecidas, talvez unilateralmente, por Shepstone na ocasião.

Usos do passado e colonialismo: *The Zulus* (1875)

Theophilus Shepstone contribuiu para a popularização da imagem de Shaka enquanto um líder autocrático, porém efetivo, com o afã de justificar as ações autoritárias de seu departamento em nome de uma tradição costumeira, isto é, uma política nativa centralizada e autoritária. Shepstone mobilizou esse modelo político no momento de passagem de poder a Cetshwayo em 1873, já que, como relatou um testemunho da época, Shepstone “foi solenemente anunciado como um rei Zulu, para permanecer no lugar do grande fundador da nação deles, Chaka (...). Por mais estranho que pareça, investiu-se no Sr. Shepstone todos os atributos de um rei Zulu, como o poder de estabelecer leis, ou ordenar execuções” (HAGGARD, 1896, p. 10). Em linhas gerais, Shepstone interpretava o sistema militar-administrativo de Shaka como um paradigma exemplar de administração nativa, o que exigia amplo conhecimento das práticas culturais e das instituições locais. Nesse sentido, ao longo das décadas de 1860 e 1870, o oficial investigou e escreveu sobre a história política dos Zulus, constantemente

ressignificando e enfatizando determinados elementos para compor narrativas que reforçassem a autoridade colonial na região ao sul do Rio Zambezi.

Em agosto de 1875, Shepstone publicou, na revista científico-literária *Cape Monthly Magazine*, o ensaio “The Zulus”, onde realizou um exercício de periodização da história política do Reino Zulu. Até aquele momento, havia redigido relatórios oficiais cuja publicação permaneceria inédita até, pelo menos, a década de 1880. No conjunto, seus escritos acerca da história política dos Zulus fornecem perspectivas ambíguas, e mesmo contraditórias. Em 1864, a serviço do departamento de assuntos nativos de Natal, Shepstone redigiu dois textos, “*Inhabitants*” e “*Historic Sketch*”, que tratavam das migrações internas nas três primeiras décadas do século. Em “*Inhabitants*”, Shepstone elaborou noventa e três pequenos relatos sobre as linhagens africanas em Natal, responsabilizando os Zulus, os Ngwane, Thembu, Chunu e Bhaca pela aniquilação de parte expressiva desses grupos. Em “*Historic Sketch*”, redigido pouco tempo depois, Shepstone afirma que Shaka, o *inkosi* Zulu, havia apenas aniquilado as elites dirigentes dessas linhagens e chefias africanas, substituindo suas lideranças e incorporando as populações ao Reino Zulu (RICHNER, 2005, p. 96-97). Portanto, nos escritos desse período, a responsabilização pelo chamado “*mfecane*”³² recaía sobre diversos centros de poder político que emergiram no início do século.

A publicação de seu “*Historic Sketch*” na *Cape Monthly Magazine* é particularmente significativa. Registro significativo da produção cultural e intelectual na Colônia do Cabo, a revista *Cape Monthly Magazine* iniciou sua publicação em janeiro de 1857. O periódico mensal configurava um esforço de divulgação e circulação de ideias e encontrava-se no ponto de convergência de diversas instituições científicas, históricas e culturais fundadas nos decênios anteriores, tais como a *South African Library* (criada em 1818) e o *South African Museum* (1825), e dedicava parte significativa de suas páginas impressas para promover as atividades desses centros de produção cultural. Ao lado do parlamento local, da imprensa periódica e da Universidade do Cabo, fundada em 1829 sob a designação de *South African College*, a *Cape Monthly Magazine* contribuiu “significativamente para o senso de empreendedorismo colonial e pertencimento que se desenvolveu significativamente durante o período de transição entre um

³² *Mfecane*: neologismo cunhado pela historiografia no século XX e comumente traduzido como “esmagamento”³², utilizado para designar uma série de transformações históricas e migrações populacionais transcorridas na África do Sul do início do século XIX. A respeito dos debates em torno do conceito de *mfecane* na historiografia sul-africana e dos usos políticos do passado, ver: ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa* (1815-1854). Londres: Longman, 2001; GUMP, James. Origins of the Zulu Kingdom. *The Historian*, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988; COBBING, Julian. The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolompo, *Journal of African History*, v. 29, p. 487-519, 1988.

governo representativo, estabelecido em 1853, e um governo autônomo” (DUBOW, 2006, p. 71), em 1872. Além de sua função social, por noticiar acontecimentos nos clubes e instituições coloniais, a revista constituiu lugar significativo na disseminação de novas pesquisas desenvolvidas naquele contexto em diversos campos de conhecimento, em especial nas áreas de literatura, filosofia, religião, ciências naturais, botânica, geologia, paleontologia e antropologia.

No que se refere ao ensaio publicado na *Cape Monthly Magazine*, Shepstone mobiliza uma divisão temporal da história da Colônia de Natal e do Reino Zulu em três principais períodos, os quais teriam sido perpassados por uma “revolução na condição social bem como política” (SHEPSTONE, 1875, p. 95). A primeira fase seria marcada por um longo período de relações sociopolíticas edênicas entre as linhagens africanas, e que perduraram por tempos imemoriáveis até 1812. Nessa primeira fase, a “região foi densamente habitada por numerosas tribos, sob chefes independentes. Essas tribos [sic] viviam muito próximas, de modo que mudanças de territórios eram difíceis, se não impossíveis. Eles casavam-se uns com os outros (...) viviam em facilidade e abundância, e em paz com seus vizinhos” (SHEPSTONE, 1875, p. 95). Com pouco ou nenhum contato com a presença colonial na África Austral, os povos africanos desse período não “lutavam para derramar sangue, ou queimar casas, ou capturar gado, ou destruir uns aos outros, mas para resolver problemas” (SHEPSTONE, 1875, p. 96). Observa-se, em um primeiro momento, a idealização do africano enquanto um “bom selvagem”, pacífico e sem tendências à guerra, caracterização inserida em uma tradição literário-filosófica que remete aos ideais iluministas do século XVIII, momento em que a variação humana era discutida por europeus em especulações científicas, religiosas e filosóficas (CURRAN, 2013).

Esse estado edênico sofreria uma transformação significativa em 1812, embora as raízes tivessem se iniciado, na ótica de Shepstone, pelo menos vinte anos antes, quando as linhagens africanas do interior do subcontinente tiveram contato com “a primeira lição da civilização”, que inaugurou “a segunda, ou a turbulenta fase da sua história” (SHEPSTONE, 1875, p. 97). Na lógica do administrador colonial, o contato com europeus no Cabo teria germinado o “espírito militar, e causado a introdução de uma organização militar”. Inicialmente, a introdução desse “espírito militar” teria causado a conquista e a incorporação das linhagens africanas em centros de poder; contudo, foi com o “gênio sanguinário de Chaka que o extermínio, o maior possível” passou a “seguir cada conquista” (SHEPSTONE, 1875, p. 97). Como resultado, nas primeiras duas décadas do século, a formação do Reino Zulu e dos seus regimentos militares teriam causado dois efeitos simultâneos: primeiro, forçaram milhares de

africanos a migrar rumo ao território que, posteriormente, seria ocupado pelas colônias britânicas; e, segundo, provocou uma militarização agressiva de outros potentados africanos, seguindo o modelo estabelecido por Shaka. Em tom melodramático, Shepstone afirma que “onda após onda de desolação afetou a terra” e o “instinto por autopreservação, estimulado pelo terror, transformou amigos em inimigos” (SHEPSTONE, 1875, p. 97).

Shepstone ainda afirma que, dentre os efeitos colaterais provocados pelo avanço dos regimentos Zulu, constava o saque ou a apropriação de colheitas, o que levou à fome generalizada e, somado ao clima de “desmoralização”, converteu diversas linhagens em canibais. As narrativas de canibalismo integravam os relatos de missionários e viajantes que descreveram as regiões de Natal, do Transvaal e do vale Caledon durante a primeira metade do século XIX, e faziam parte do imaginário de muitos europeus a respeito do interior da África do Sul. As práticas de canibalismo e escravidão, com certa frequência inter-relacionadas, integravam a imaginação literária e as ficções que definiam a África enquanto um “continente negro”. Essa percepção foi intensificada nas últimas décadas do século com a proliferação de relatos de viajantes e antropólogos e com o acirramento da corrida colonial. Os relatos de europeus sobre o canibalismo reforçavam estereótipos racistas que observavam em seus praticantes os estágios mais inferiores da evolução humana e ofereciam uma legitimação política, de base pseudocientífica, para justificar o domínio das terras ultramarinas por europeus vistos como civilizados ao legitimar o extermínio das “raças menos desenvolvidas” (BRANTLINGER, 1985).

Em seu ensaio, Shepstone culpabiliza os Zulus, e o *inkosi* Shaka de forma mais específica, pela instauração do estado de violência e barbarismo na região. Para tanto, o administrador perfaz uma incursão à trajetória individual de Shaka e à formação do seu reino. Relata que, até o final do século XVIII, os Zulus não passavam de um “pequeno coletivo de famílias”, tributário dos Umtweta (a confederação Mthethwa), cujo chefe, Godongwana, havia sido obrigado a fugir em meio a disputas dinásticas com seu irmão, Tana. Antes de regressar, Godongwana teria viajado à Colônia do Cabo, “e deve ter vivido ou trabalhado para algum colono”, período no qual “adquiriu informação, ou fez observações, que seriam responsáveis por causar grande mudança na sua terra nativa e nas regiões ao redor”. Na Colônia do Cabo, Godongwana teria aprendido o “valor da disciplina e do treinamento”, o que teria levado, após seu regresso, à formação de regimentos permanentes, uma “força regular e formidável em seu comando”. Godongwana também teria alterado seu nome para Dingiswayo, “aquele que vagueia” (SHEPSTONE, 1875, p. 100-102).

Nesse ponto, Shepstone esforça-se para caracterizar os africanos enquanto meros “copistas”, destituídos de originalidade político-militar ou agencialidade, e organizando-se a partir de princípios europeus. No ínterim, Shaka, o filho ilegítimo de Senzangakhona, o *inkosi* da linhagem Zulu, teria ascendido politicamente, atuando nos regimentos a serviço de Dingiswayo e, ao “adquirir poder, adotou o sistema intransigente que levou o nome Zulu a tamanho renome na África do Sul” (SHEPSTONE, 1875, p. 102-103). A aliança entre os Zulus e os Umtweta (Mthethwa) resultou no avanço dessas linhagens africanas sobre o território ocupado posteriormente pela Colônia de Natal, e os efeitos provocados foram causados “por Chaka, sozinho. Seu gênio não suportava oposição” (SHEPSTONE, 1875, p. 103). Em suma, Shepstone interpreta que, nessa segunda fase, o “mesmo barbarismo, os mesmos povos, e a mesma região” teriam sido profundamente afetados por uma “pitada de civilização”, que transformou “milhares de milhas quadradas literalmente em um deserto, derramou rios de sangue, aniquilou comunidades inteiras, e tornou os membros de outras em canibais” (SHEPSTONE, 1875, p. 103).

A terceira fase teria sido inaugurada pela chegada dos *trekkers* na década de 1830, dos colonos bôeres que deixaram a Colônia do Cabo para afastarem-se da esfera de influência política britânica, e que teriam instaurado o “reavivamento da esperança”. Nesse momento, na perspectiva de Shepstone, os avanços da “civilização”, sobretudo por meio da ação de agentes da administração colonial e missionários europeus, teriam levado a um “melhoramento” na condição dos africanos sobreviventes. No desfecho, que retoma certa perspectiva autobiográfica, Shepstone relembra ter “contribuído, e não pouco, para o cultivo da civilização nessa terra para algum propósito sábio e beneficente” (SHEPSTONE, 1875, p. 104).

Como se pode perceber, em “The Zulus”, Theophilus Shepstone estabelece as bases para um discurso colonial em torno das transformações sociais e políticas no interior do subcontinente sul-africano nas primeiras décadas do século XIX, culpabilizando os Zulus pela onda de genocídios e esvaziamentos territoriais, em áreas que, posteriormente, seriam ocupadas pelo colonato branco. Diferentemente de suas práticas no início da década, e nas cerimônias de passagem de poder a Cetshwayo, onde o administrador assumia o “manto” de Shaka, em seu ensaio, produzido nas vésperas da anexação do Transvaal, o primeiro *inkosi* passava a ser caracterizado novamente como uma figura tirânica e monstruosa. Esse discurso possuía implicações políticas, pois visava a desmobilizar simbolicamente a autoridade política de Cetshwayo, caracterizando a independência do Reino Zulu, e as suas instituições militares, como um risco e uma ameaça aos projetos coloniais britânicos, legitimados, na sua perspectiva, por princípios paternalistas que visavam disseminar a “civilização”.

Esses e outros textos (ao exemplo de romances, narrativas de viagem e tratados histórico-geográficos) produzidos a partir da perspectiva do colonato branco ou da administração colonial na segunda metade do século XIX evidenciam instâncias de apropriação da história política africana – reelaborada, ressignificada e até mesmo distorcida para atender aos objetivos do colonialismo e legitimá-lo publicamente. O caso de Theophilus Shepstone evidencia essas situações nas quais os usos do passado estão entrelaçados a contexturas políticas, no caso em questão, o esforço por parte da administração colonial em controlar terras e mão de obra africana. A mobilização da figura de Shaka, tanto nas práticas quanto nos discursos de Shepstone, demonstra o modo como a caracterização do *inkosi*, sob um ponto de vista do colonizador, visava reforçar o mito do barbarismo em torno dos Zulus, culpabilizando-os por episódios de violência desregrada ao longo do século XIX.

Referências:

- AJAYI, Jacob Adeniyi. A África às vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. *Critical Inquiry*, v.12, n.1, 1985, pp.185-186.
- COPE, R. L. Political Power Within the Zulu Kingdom and the Coronation Laws of 1873. *Journal of Natal and Zulu History*, v. 8, n. 1, 1985, pp. 11-31.
- CURRAN, Andrew. *The Anatomy of Blackness: Science & Slavery in na Age of Enlightenment*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2013.
- DUBOW, Saul. *A Commonwealth of Knowledge: Science, Sensibility and White South Africa (1820- 2000)*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- ELDREDGE, Elizabeth. *The Creation of the Zulu Kingdom, 1815–1828: War, Shaka, and the Consolidation of Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- ETHERINGTON, Norman. Labour Supply and the Genesis of South African Confederation in the 1870s. *Journal of African History*, v.20, n.2, pp. 235-253, 1979.
- ETHERINGTON, Norman. The “Shepstone System” in the Colony of Natal and beyond the borders. In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (orgs.). *Natal and Zululand from Earliest Times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1989.
- ETHERINGTON, Norman. Bishop Colenso and Theophilus Shepstone: Partners in Christian Imperialism. *Journal of Natal and Zulu History*, v.33, n.1, 2019, pp. 1-22.
- BHEBE, Ngwabi. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- HAGGARD, H. Rider. *The Days of My Life*. Vol. 1. Londres: Longman’s, Green & Co., 1926.
- HAMILTON, Carolyn. *Terrific Majesty: The Powers of Shaka Zulu and the Limits of Historical Invention*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1998.

- IVEY, Jacob Mckinnon. *The White Chief of Natal: Sir Theophilus Shepstone and the British Native Policy in Mid-Nineteenth Century Natal*. Dissertação de Mestrado em História. Orlando, Florida: University of Central Florida, 2008.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MOKOENA, Hlonipha. Zuluness on Trial: Re-Reading John W. Colenso's 1874 Langalibalele and the Hlubi Tribe: Being Remarks upon the Official Record. *Journal of African History*, v. 60, n. 1, 2019, pp. 67-85.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, 1999.
- RICHNER, Jürg Emil. *The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Rhodes University, Grahamstown, 2005.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: USP, 2017.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *O reino de Gaza: O desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SHEPSTONE, Theophilus. The Zulus. *Cape Monthly Magazine*, v.11, agosto de 1875, pp.95-104.
- VAN ONSELEN, Charles. *New Babylon, New Nineveh: Everyday Life on the Witwatersrand, 1886-1914*. Joanesburgo e Cidade do Cabo: Jonathan Bal Publishers, 2001.

A RELAÇÃO HISTÓRIA E FILOSOFIA EM R. G. COLLINGWOOD

Edson Silva de Lima³³

Resumo: Neste artigo procuramos fazer uma breve reflexão sobre a relação entre história e filosofia na *Ideia de história*, livro póstumo de R. G. Collingwood. Para R. G. Collingwood a relação entre história e filosofia é fundamental para estabelecer um conjunto holístico de reflexões sobre as questões relativas à constituição de uma epistemologia do conhecimento histórico, que não tenha como questão central narrar os fatos como eles realmente aconteceram. Mas que disponha de instrumentos de pensamento que permitam antes de tudo conhecer os processos mentais que desembocam em ações produtoras de sentido. Seria preciso colocar a história ao lado da filosofia, de maneira a implicar uma compreensão *res gestae* dos estudos do pensamento e das ações humanas.

Palavras-chave: história; filosofia; epistemologia, conhecimento histórico; sentido histórico.

Abstract: In this article, we seek to briefly reflect on the relationship between history and philosophy in the *Idea of History*, a posthumous book by R. G. Collingwood. For R. G. Collingwood, the relationship between history and philosophy is fundamental to establish a holistic set of reflections on issues related to the constitution of an epistemology of historical knowledge, which does not have as central, narrating the facts as they really happened. But that it has tools of thought that allow, above all, to know the mental processes that lead to actions that produce meaning. It would be necessary to place history alongside philosophy, in order to imply a *res gestae* understanding of the studies of human thought and actions.

Keywords: history; philosophy; epistemology, historical knowledge; historical sense.

Para Robin George Collingwood a relação entre história e filosofia é fundamental para estabelecer um conjunto holístico de reflexões sobre as questões relativas à constituição de uma epistemologia do conhecimento histórico, que não tenha como questão central narrar os fatos como eles realmente aconteceram, mas que disponha de instrumentos de pensamento que permitam antes de tudo conhecer os processos mentais que desembocam em ações produtoras de sentido. Seria preciso colocar a história ao lado da filosofia, de maneira a implicar uma compreensão *res gestae* (MELO, 2019) dos estudos do pensamento e das ações humanas. “A filosofia é reflexiva” (COLLINGWOOD, 1946, p. 8) afirmou categoricamente. Ele esclarece, portanto, que a filosofia é um constante exercício de pensar a si mesma enquanto pensa um objeto. Collingwood mostra que o interesse da filosofia não se concentra em objetos alhures de seu efetivo exercício reflexivo, mas que ao se debruçar sobre uma questão não tem como centralidade o objeto em si, mas as condições necessárias de produção de pensamento acerca desse objeto. A filosofia teria o privilégio, diz Collingwood, de não se concentrar em uma única atividade intelectual. Assim, ela:

³³ Doutorando em história pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; bolsista CAPES. E-mail: edson_hist@yahoo.com.br

Não se ocupa diretamente do pensamento como algo perfeitamente separado do seu objeto, algo que acontece simplesmente no mundo, como uma espécie particular de fenômeno, que pode ser discutido em si mesmo; diz respeito à relação entre pensamento e objeto, interessando-se tanto pelo objeto como pelo pensamento (COLLINGWOOD, 1946, p. 8).

Collingwood procura aplicar essa ideia diferenciando-se de outras filosofias da história, como cunhadas nos séculos XVIII e XIX. Ele se refere às considerações de Voltaire, Hegel e os “positivistas”. Segundo ele “o positivismo pode ser definido como uma filosofia ao serviço das ciências da natureza” e, também, consiste em duas coisas: “determinar os fatos e estabelecer leis” (COLLINGWOOD, 1946, p. 7); contrariando, assim, sua proposição de que a história não pode ser apreendida pelo pensamento matemático, subordinada a leis gerais. Sua filosofia da história não teria a pretensão de dar conta da totalidade do mundo e nem de produzir regras, leis específicas, se não parâmetros de abordagem, bem como comprovar que se deve abandonar as filosofias tradicionais “até poder demonstrar, por si só, como é possível a história” (COLLINGWOOD, 1946, p. 12).

Se por um lado o historiador dispõe de uma forma particular de pensamento interessado numa espécie particular de objeto, a filosofia tem maiores ambições. Ela não se interessa puramente pelo passado e nem apenas pelo pensamento, mas na relação que se estabelece entre essas duas dimensões, em um caráter epistemológico (COLLINGWOOD, 1946, p. 9). Em uma leitura de efeito comparativo, Collingwood mostra que a psicologia está interessada no como é que os historiadores pensam, qual funcionamento de sua vontade de saber, suas operações cognitivas e seus desdobramentos intuitivos. A filosofia ambiciona descobrir sobre como é que os historiadores sabem, como conseguem apreender o passado.

Em outras palavras, que formas de articulação entre pensamento e objeto são mobilizados pelos historiadores na tentativa de reconstituição do passado. Como essa relação possibilita a apreensão dessas experiências engendradas num pensamento interessado. De fato, as questões que os historiadores fazem ao objeto (o que, por que, quando, onde) podem ser considerados sua instrumentação mental de apreensão do passado em um acordo tácito com os vestígios de seus objetos, portanto como coisa em si mesma.

Para Collingwood, ao historiador cabe questionar sobre o que fará com o conhecimento sobre os acontecimentos do passado, que possibilidades são possíveis a partir deles, seja como explicação, seja como afirmação. Isso denota que sua preocupação é de outra natureza. O historiador que Collingwood delineia tem um lugar específico no tempo. Para ele, a compreensão dos objetos não poderia se dar pela captação puramente mental, mas pela mera

compreensão das ações *a posteriori*; seria preciso, antes, que se fizesse presente às perguntas que o guiariam a certas respostas, não como copresença ou compreensão, mas como possibilidade de experimentar o mundo como fenômeno histórico.

Luiz Costa Lima tem apontado que o paradigma da verdade ainda é o centro mobilizador da explicação histórica. Sendo possível encontrar desvios, mas que, no entanto, não abriram mão de afirmar seu lugar de salvaguarda dos fatos, dos acontecimentos em certa medida, da causalidade em sua condição de verdade. Não há de ser estranhar a ratificação dessa afirmação ancorada no chamado giro ético-político, que tem como pressuposição dizer sobre a responsabilidade, seu caráter social e por conseguinte um uso político da história.

De todo modo, sua leitura de Alexander (1927) e Whitehead (1919), nos aponta uma preocupação em acentuar seu caráter idealista, seja pós-kantiano em acordo com a primeira crítica – Crítica da Razão Pura (1781), seja com as considerações de Hegel (COLLINGWOOD, 1946, p. 9). Alexander e Whitehead se apropriavam de um sistema *Naturphilosophie*, em outras palavras, os filósofos realistas do pós-guerra tinham um cunho antirrealista ou não-realista de modo a endossar a hipótese de Collingwood que afirmava, que o “realismo” reestabelecia seu contato com aquele que, de alguma maneira, procurava refutar em favor de uma crítica da cultura puramente lógica ou imanentista (COLLINGWOOD, 1946, idem). No bojo do pensamento evolucionista estas hierarquizações são, eventualmente, tomadas como pilares da estrutura social humana, que corrobora com uma forma limitada de desenvolvimento passivo enquanto ação do tempo, e ativo enquanto transformação no sentido dado por Darwin, como se o mundo e sua constituição química fossem apenas uma fase superior ao processo evolutivo.

Collingwood admite que o pensamento dos historiadores é um sistema de conhecimento e autoconhecimento, uma *episteme*, se quisermos determinar uma postura relativa à condição menos fática e mais reflexiva. Em outras palavras o filósofo trata o passado como um sistema de conhecimentos, um sistema de coisas conhecidas (COLLINGWOOD, 1946, p. 9) enquanto o historiador teria como indagação a natureza do conhecimento dos fatos, dos acontecimentos e seus movimentos. Muito embora seja impactado pelas narrativas, não são elas que produzem as inquietações e deslocamentos em seu espírito, mas sim, a historicidade enquanto pensamento científico.

A filosofia trata dessas dimensões inseparadamente, de modo que Collingwood entende que o conceito de filosofia é um conhecimento de segundo grau. Explico: ela é um exercício de reflexão sobre os mecanismos de um pensamento interessado em objeto específico. “A filosofia, portanto, não pode separar o estudo do que há de conhecer do estudo do que já conhece” (COLLINGWOOD, 1946, p. 10). Collingwood demonstrou com isso que a filosofia da história

deveria ocupar um lugar nos contornos gerais da teoria do conhecimento ocidental, concebida como um conjunto de diferenciações no corpo da filosofia que, no entanto, são inseparáveis, embora distintas (COLLINGWOOD, 1946, p. 10).

O que importa agora é acentuar que esse postulado de Collingwood coloca em questão a tradição filosófica britânica em que se tem pensado historicamente, mas raramente refletindo sobre as ações (COLLINGWOOD, 1946, p. 10). Ele afirma “a nossa tradição filosófica dirige-se para o passado” (COLLINGWOOD, 1946, p. 11) como ancoragem das ideias. Procura-se no passado a ancoragem das ideias “transformadoras” do pensamento contemporâneo e por conseguinte do presente. Acentua também que na história da filosofia ocidental, da antiguidade ao século XIX, havia uma *episteme* particular que procurava responder inquietações universais de seu próprio Cosmos.

Ele assinala que na Grécia a *episteme* tinha fundamento em bases matemáticas, era o centro de seu quadro mental. Na Idade Média a base era a teologia, correspondia a procurar e estabelecer uma relação entre Deus e o homem. Do século XVI até o XIX a *episteme* era o estabelecimento, ou criação dos fundamentos das ciências naturais, de alguma maneira subjugando ou endossando a importância de se enquadrar nesse regime epistêmico continental como condição última ao conhecimento do mundo.

Segundo ele, a filosofia, por sua vez, ocupava-se nesse momento “da relação do espírito humano, como sujeito, com a natureza que o circunda, o espaço, como objeto” (COLLINGWOOD, 1946, p. 11). Para Collingwood todo trabalho histórico até esse instante teria uma forma rudimentar ou maculada por interesses particulares, não havia obrigação de refletir sobre a condição mesma da história, sobre si mesma, senão sobre os mecanismos de sua produção, diferenciando-se, portanto, de uma reflexão sobre a prática historiográfica ou de uma teorização da história enquanto autocompreensão da ciência da história. Este último sobre as mãos dos filósofos que oscilavam entre as determinações dos historiadores, preocupados com o caráter metodológico, e as determinações de uma certa possibilidade de pensamento teológico singular e infinito.

Para Collingwood o século XVIII toma a frente sobre pensar criticamente a história, por ela tomar o corpo de uma ciência particular, uma “forma específica de pensamento, não exatamente matemática, teológica ou ciência” (COLLINGWOOD, 1946, p. 11). Seu diagnóstico determina que isso só foi possível porque essas *epistemes* não eram mais suficientes para o mundo em seu contexto geral. O que abriu a possibilidade de multiplicar as condições explicativas, pois a história seria plural e finita. Ela diz sobre o homem em sua condição de finitude.

Para Collingwood a história tem como objeto o passado em sua manifestação de espaço e tempo, os a priori kantianos, possui particularidades específicas, que não podem ser apreendidas pelo pensamento matemático, por esse ser objetivo e não dispor de situação específica, nem pelo pensamento científico. Embora o positivismo tenha incorrido de encontrar leis definidoras de arregimentos positivos, pois tem como base a observação empírica e a experimentação exemplificada, essa *episteme*, para Collingwood não toca nos problemas particulares da história, a consideram um conhecimento impossível (COLLINGWOOD, 1946, p. 12).

Se a história como conhecimento válido para observação, explicação e orientação do mundo toma fôlego no século XIX, as correntes do conhecimento baseadas na matemática, na teologia e na ciência tiveram de parar e analisar se o conhecimento histórico permanecia inaplicável (COLLINGWOOD, 1946, p. 12). Portanto, a intenção de Collingwood “é fazer uma investigação filosófica acerca da natureza da história” (COLLINGWOOD, 1946, p. 13) como forma de incluí-la no conjunto de *epistemes* da Teoria do conhecimento ocidental.

No que consiste em fazer uma explicação geral desse tema podemos tomar a exposição do próprio Kant (2016, p.20), quando afirma que “a representação sistemática da faculdade de pensar se divide em três”: Conhecer o universal (o entendimento), subsumir o particular sob o universal (faculdade de julgar) e por fim, a faculdade de determinar por meio do universal (a razão).

Tomando as leis da natureza que foram orientadas pela crítica da razão pura teórica, o conceito de liberdade não se confunde com arbítrio, pois este último estaria diretamente relacionado às leis da natureza. Assim, a liberdade seria compreendida como leis aprendidas a partir da razão, enquanto a natureza (*physis*), em seu significado mais amplo, refere-se à realidade, não aquela pronta e acabada, mas a que se encontra em movimento e transformação.

Sendo o entendimento o fornecedor das matrizes da natureza e a crítica da razão prática, da liberdade, fica, pois, clara a conjugação que se encontra na faculdade de julgar como produtora de seus fundamentos e, portanto, de seus próprios princípios a priori. Assim, podemos chegar à sentença; a experiência histórica é variável. Como gerador de seus próprios princípios a faculdade de julgar em que a intuição não seria determinante, compreende a extensibilidade conjuntural da experiência cognoscível, ou seja, a fusão de horizontes.

A faculdade de julgar em si não produziria conceitos como o entendimento e nem ideias como a razão. Dessa maneira supõe conceitos já estabelecidos; ou seja, a faculdade de julgar contém doses intensas de compartilhamento como parte do sistema filosófico proposto por Kant. Por essa condição ela estaria em uma relação finítima com conceitos de coisas da

natureza, com a experiência, com a experimentação e porque não dizer, com a descoberta. Isso quer dizer que estaria instruído a conceber um “conceito de uma finalidade da natureza em função da nossa faculdade de conhecê-la” (KANT, 2017, p. 20-23). A partir de uma razão interna, atinar para aparência de empírico naquilo que se julga particular, como aquele outro contido no universal.

O particular endossa, assim, a experiência como sistema segundo leis empíricas. Mas a grande heterogeneidade de formas da natureza e a diversidade de leis empíricas podem trazer um desafio ao sistema do pensamento transcendental à medida em que atente para sua impossibilidade universalista. Com tal característica, apontar para a experiência particular sem levar em consideração sua interconexão sistemática de leis empíricas, se tornaria inócuo. Seriam essas leis que possibilitariam subsumir o particular sob o universal. A preocupação, aqui, me parece ser ocasionada pela peculiaridade da intuição. Se Kant abdica da razão em favor da intuição, isso se torna sintomático de uma relação mais afinada com o particular.

O fato de as leis serem empíricas não impõe um distanciamento em relação à sua conexão com a natureza (universal). Assim o agregado de experiências particulares pode e deveria ser visto como parte de um sistema, pressupondo, por conseguinte, uma unidade empírica. Por outro lado, Kant afirma que o entendimento que a faculdade de julgar presume acerca da natureza não seria uma finalidade da natureza mesma, senão pelo que nós assumimos nela. A nós é dado, portanto, apenas o julgamento e investigação da natureza. Assim, são as experiências particulares o território da faculdade de julgar em suas extensibilidades.

Tomamos, portanto, a natureza como arte (*tecné*) e como algo que emerge da experiência, aspirando a suas leis particulares; podemos acentuar que aparece como o contínuo do particular com o universal do juízo de reflexão. Kant deixa claro que não se empreende aqui uma teoria universal e objetiva da natureza, tão somente ocorre de perceber que compreende a faculdade de julgar, a observação da natureza e a interconexão de suas formas; isto é, a natureza não se explica apenas pela razão senão pela complementaridade do julgamento.

Dessa forma, a história compreendida em sua discursividade nos permite reorientar a maneira como experimentamos o mundo, não como condição puramente autônoma como articulado pelos relativistas dramáticos, para quem a única forma de admitir a existência do passado, seria pela sua condição narrativa; retirando dela sua dimensão existencial. Na esteira de Martin Heidegger, essa extensão da vida é somente possível se de algum modo atingirmos sua camada originária da própria existência humana, i.e. do *Dasein*. Nele vale a indagação posta por Kant, de que as questões sobre o que é possível e permitido saber, esperar e fazer supõem uma adequada investigação e solução da pergunta do que é o homem.

O existivo deve ser considerado como a própria dinâmica da vida sem que efetivamente esteja ancorada em uma memória passível de ser recontada. Seria o lugar em que a vida simplesmente ocorre, existe em sua trivialidade, em sua condição situacional e por conseguinte como sentido em si mesma, que nos permite observar a experiência cotidiana em seus aspectos individuais e sociais, instintivos e intencionais.

Compreender o existivo como essa lacuna que o discurso histórico procura meios de controlar em sua forma e organizar em um modo explicativo conciso, é antes de qualquer coisa, compreender o círculo de conhecimento, de afetos, de interesses, desejos e preocupações, portanto, estar em relação com o outro e consigo mesmo. Em outras palavras nos ocupamos com aquilo que nos acontece, de modo a projetarmos para além do que somos no mundo em sua dinamicidade.

Ao nos depararmos com essas possibilidades é possível entender que o homem é sempre um ser no mundo, um ser em situação. De modo geral esse traço existencial está relacionado a outros traços definidos por Heidegger como a amplitude das relações de reciprocidade entre a existência e o ser; tomando o ente privilegiado, que para ele é o homem. Devido “a aceitação do dom da existência que lhe entrega a responsabilidade e a tarefa de ser e assumir esse dom” (ARAÚJO, 2007, p. 4), o homem só pode compreender a partir da sua existência, da possibilidade de ser ou não ser ele mesmo. Seria ela, a existência, o modo de ser do ente que é o homem.

Sendo assim, a temporalidade seria o outro elemento central do caráter existencial do homem. Portanto, sua compreensão tem como significado a transitoriedade, que não é o tempo em si, mas o que passa com ele em seu decurso. Em outras palavras, o homem é, segundo Heidegger, inseparável do tempo, sendo apenas possível sua existência no tempo em percurso. O homem, portanto, não seria prisioneiro do presente. Ao construir o futuro, se distingue dos demais entes que estão ancorados na vida como condição última do presente imediato.

De todo modo, a existência une os sentidos do existir, constituindo a totalidade das estruturas do homem. Portanto, o homem em situação não estaria ancorado na soma dos momentos, mas em totalidade, do passado, do presente e do futuro. Isto permite com que o homem repouse no seu verdadeiro ser e de algum modo se encontre sempre além de si mesmo. Em outras palavras passado e futuro se antecipam no presente como um misto de possibilidades de “recomeçar” e “reconstruir” sua vida. Existir seria temporalizar-se, segundo Heidegger, uma vez que o ser é determinado enquanto presença.

Essa breve anotação sobre as considerações heideggerianas nos permite avançar no pensamento de Collingwood como importante para montarmos o argumento de que a

experiência histórica enquanto espaço de remontagem das dimensões intelectivas e existivas, não estão puramente fadadas à narrativa enquanto elaboração explicativa, mas que nos permitem, de alguma maneira, tocar em aspectos que excedem ou, no melhor dos cenários, reinventam a própria peculiaridade de sua relação com a vida.

Collingwood tinha muito claro que essa concepção de história ou de filosofia da história, como ele preferia chamar, implicava em valorar a história como aquela que não ensina sobre o passado puramente, mas que nos mostra o que o homem tem feito em sociedade, portanto, em grupo e/ou individualmente. Desse modo, o que interessa a Collingwood efetivamente é saber “o que o homem é”. Afinal, enquanto filósofo, ele pensa a condição histórica do mundo como um sistema de coisas conhecidas, isto é, “o filósofo, na medida em que pensa no aspecto subjetivo da história é um epistemólogo e, na medida em que pensa no aspecto objetivo, é um metafísico” (COLLINGWOOD, 1981. p. 9). Portanto, para alcançar uma forma de explicação histórica é preciso que se reflita sobre a experiência do pensamento filosófico e também sobre a experiência da história; isto é, uma consciência que funciona adequadamente é, portanto, uma consciência devotada a servir ao autoconhecimento.

A história é exatamente este setor da comunicação sem reciprocidade. Só há compreensão quando eu me transporto a uma vida exterior à minha; a compreensão do outro só é possível porque ele se objetiva e porque esta objetivação é plena de sentido. O conhecimento do outro se faz por semelhança, por analogia com os estados vividos pelo meu eu, por via da empatia e da compaixão.

A história é aberta, enquanto compreensão, entendimento, explicação, questionamento e discurso irracional e nada que seja passível de memorização pode ser chamado história para Collingwood. Diz ele “uma árvore é para observar, mas um bosque não é para observar senão para viver nele” (COLLINGWOOD, 1939. p.76). Inclusive, para ele, uma história da filosofia exige uma filosofia da história, portanto, uma investigação do pensamento histórico. Seria preciso ter em mente que essa aproximação entre história e filosofia tem como ponto de partida, se assim podemos tomar, dois contornos: os problemas epistemológicos e os problemas metafísicos.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, S. *Space, time, and deity*. The Gifford Lectures at Glasgow. New York: The Humanities Press, 1927 [1920]. 2 v.
- COLLINGWOOD, R.G. The history of philosophy In: *An Autobiography*. Oxford University Press. 1939.

- COLLINGWOOD, R.G. Introdução. (1946) In: *A ideia de história*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, sd.
- _____. *A idéia de história*. Portugal: Editorial Presença, Portugal: Editorial Presença, sd.
- DE ARAÚJO, Paulo Afonso. *Nada, angústia e morte em Ser e Tempo, de Martin Heidegger*. Revista Ética e Filosofia Política, v. 2, n. 10, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Parte I. Petrópolis: Vozes, 1988. _____ . *Ser e tempo*. Trad. Márcia de Sá Cavalcante. Parte II. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade de julgar*. Editora Vozes: Petrópolis, 2016.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Collingwood e o Ofício do Historiador*. Acesso em 13 de Outubro de 2019: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1604200007.htm>
- MARTINS, R. F. *As tradições da Ciência*, de Alfred North Whitehead. Anãnsi: Revista de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 213-223, 30 dez. 2020.

“A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR”: MARIA FIRMINA DOS REIS E A ESCRITA NEGRA FEMININA COMO CONSTRUTORAS DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

*Leliane Amorim Faustino*³⁴

Resumo: Este texto traz os resultados parciais do projeto de mestrado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Ouro Preto. Nosso objetivo se concentra na análise da trajetória da escritora e professora Maria Firmina dos Reis (1822-1917), e do romance *Úrsula* (1859), com recorte nas personagens pretas na condição de escravizadas: Susana, Túlio e Antero. Acreditamos ser possível identificar na construção dessas personagens, representações da pessoa negra que se diferem daquelas elaboradas a partir de estereótipos presentes no corpus narrativo romântico oitocentista. Nesse sentido, a metodologia historiográfica, a teoria da história e o estudo de história da historiografia brasileira se somam à análise literária e são entendidas como ferramentas de análise do discurso na construção deste trabalho, funcionando como orientadoras para projetar Maria Firmina como uma mulher negra letrada e politicamente ativa em seu contexto, o Maranhão na segunda metade do século XIX. Por meio dessa imersão, busca-se delinear o conceito de liberdade trazido pela autora, que só ocorre em um cenário sem Escravidão. Na impossibilidade de tal realização, Maria Firmina teve por escolha, a elaboração de enredo que se vale da metáfora como figura de linguagem capaz de associar liberdade à morte. Dessa forma, pretendemos apontar o corpo negro como *episteme*, sobretudo o feminino, e sua inscrição na literatura romântica brasileira, no que concerne ao local de produção e enquanto sujeito narrado pelo romantismo.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; história da historiografia brasileira; ficção e teoria da história; escrita negra feminina; literatura e sociedade.

“L'ESPRIT QUE PERSONNE NE PEUT ASSERVIR”: MARIA FIRMINA DOS REIS ET L'ÉCRITURE FÉMININE NOIRE EN TANT QUE CONSTRUCTRICES D'HISTOIRE DANS L'HISTORIOGRAPHIE BRÉSILIENNE.

Résumé: Cet article présente les résultats partiels du projet de maîtrise développé dans le cadre du programme de troisième cycle en histoire de l'Université Fédérale d'Ouro Preto. Notre objectif est d'analyser la trajectoire de la écrivaine et enseignante Maria Firmina dos Reis (1822-1917), et le roman *Úrsula* (1859), en se concentrant sur les personnages noirs dans la condition d'esclaves : Susana, Tulio et Antero. Nous pensons qu'il est possible d'identifier dans la construction de ces personnages, des représentations de la personne noire qui diffèrent de celles élaborées à partir des stéréotypes présents dans le corpus narratif romantique du XIXe siècle. Dans ce sens, la méthodologie historiographique, la théorie de l'histoire et l'étude de l'histoire de l'historiographie brésilienne se joignent à l'analyse littéraire et sont comprises comme des outils d'analyse du discours dans la construction de ce travail, fonctionnant comme des guides pour projeter Maria Firmina comme une femme noire lettrée et politiquement active dans son contexte, l'état de Maranhão dans la seconde moitié du XIXe siècle. A travers cette immersion, nous cherchons à esquisser le concept de liberté apporté par l'auteur, qui n'existe que dans un scénario sans esclavage. Dans l'impossibilité d'une telle réalisation, Maria Firmina a eu le choix de développer une intrigue qui fait appel à la métaphore comme figure de style capable d'associer la liberté à la mort.

³⁴ Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) de 2015 a 2017 e produtora e roteirista do núcleo de jornalismo da TV UFOP (2019). É membra do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM-UFOP), do Grupo de estudos História, Cultura e outras Linguagens (HILL-UFMA) e do Coletivo Negro Braima Mané (CNBM).

Ainsi, nous avons l'intention de mettre en évidence le corps noir en tant qu'épistème, surtout féminin, et son inscription dans la littérature romantique brésilienne, en ce qui concerne le lieu de production et en tant que sujet raconté par le romantisme.

Mots-clés : Maria Firmina dos Reis ; histoire de l'historiographie brésilienne ; fiction et théorie de l'histoire ; écriture féminine noire ; littérature et société.

Introdução: *Fragmentos de uma vida*³⁵...

“Uma maranhense”. Assim foi apresentada Maria Firmina dos Reis na primeira edição do romance *Úrsula*, publicado em 1859, pela Tipografia do Progresso, em São Luís do Maranhão. Ela opera com seu dispositivo de invisibilidade, o uso de pseudônimo, algo relativamente comum no Antigo Regime, se projetarmos a condição da escrita feminina no século XIX, e que pode nos revelar também o entendimento próprio de Firmina acerca do seu local de produção literária: negra e mulher, e em consequência, sobre as condições de recepção de sua obra.

Nascida em São Luís, no dia 11 de março de 1822, mudou-se ainda criança para São José de Guimarães, comarca próxima à capital (ADLER, 2015, p.219). A infância da escritora carece de melhores informações, sendo uma das partes ainda fragmentadas para sua construção historiográfica. Em 1847 é efetivada ao cargo de professora do ensino básico público em Guimarães, e, anos depois, em Maçaricó, localidade também próxima à São Luís, fundou uma aula mista, cuja pretensão era educar simultaneamente meninas e meninos (BLAKE, 1900, p. 232). O projeto logo foi repellido, tendo em vista os distintos caminhos educativos quanto à gênero no período.

Sobre a ascendência de Maria Firmina, sabe-se que era filha de Leonor Felippa dos Reis, “molata forra”, como consta nos autos da *Certidão de Justificação de Batismo*, documentação consultada pela pesquisadora Dilercy Aragão Adler, no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), e que embora não tivesse reconhecimento legal, João Pedro Esteves³⁶:

(...) sócio do Comendador Caetano José Teixeira (1760-1818), ex-proprietário de Leonor Felippa dos Reis, homem de natureza portuguesa, comerciante e

³⁵ O título desta seção faz referência à obra *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* (1975) de autoria de José Nascimento Morais Filho, sendo a primeira biografia da escritora. O texto de Morais Filho foi digitalizado e dividido em seis partes, que agrupam os relatos de pessoas que conviveram com Maria Firmina, bem como seus textos literários. A digitalização não possui paginação, sendo assim, quando se fizer necessário sua citação, indicaremos qual dos volumes e numeração referente à página do arquivo.

³⁶ A atribuição da paternidade de Maria Firmina dos Reis à João Pedro Esteves, só foi legalmente atestada na certidão de óbito da escritora (MORAIS FILHO, 1975, vol. 06, p.24).

negociante de pessoas escravizadas (ADLER, 2015. p. 219) — era figura conhecida como seu pai.

Para além de *Úrsula*, Firmina publicou *Gupeva* (conto/ novela indianista. 1861); *Cantos à beira mar* (poesia. 1871) e *A escrava* (conto. 1887). Em 1888 compôs letra e música do *Hino de libertação dos escravos* (MORAIS FILHO, 1975). Foi colaboradora assídua de diversos periódicos locais, dentre eles: *A imprensa* (1860); *Publicador Maranhense* (1861); *A verdadeira Marmota* (1861-1862)³⁷. Os jornais foram veículos fundamentais para a difusão do nome e texto de Maria Firmina dos Reis, ainda que datados da segunda metade do século XIX e localizado no estado do Maranhão.

Maria Firmina passou grande parte da sua vida em Guimarães, conciliando a carreira docente com a produção literária. Adotou e foi madrinha de diversas crianças, algumas delas também foram suas alunas. Os relatos de Nhazinha Goulart e Leude de Guimarães, dois de seus filhos adotivos, foram indispensáveis para a construção da biografia feita por José Nascimento Morais Filho (1975), indicando sua postura em convívios rotineiros.

A escritora morreu em 1917, aos 95 anos de idade, na cidade de Guimarães. Deixou seu “Álbum³⁸”, espécie de diário, onde escrevia poesias para amigas e amigos pelos quais demonstrava grande afeto, bem como notas sobre seu atual estado de espírito, revelando por vezes sentimentos de tristeza e melancolia. “Bem compreendeis o que é um álbum - são as páginas d’alma escritas ora com sangue, outra hora com lágrimas; nunca animadas por benéfico sorriso. Amor ou desesperança - saudade, ou dor, eis o que ele significa.” (MORAIS FILHO, 1975, vol.4, p.26).

A retomada póstuma da escritora ocorreu na segunda metade do século XX. Em 1962, o historiador Horácio de Almeida, encontrou em um sebo, na cidade do Rio de Janeiro, um exemplar original de *Úrsula*, ainda assinalado pelo pseudônimo “Uma maranhense”. Movido pela inquietação, recorreu então ao escritor maranhense José Nascimento Morais Filho, que através de incursões à Biblioteca Pública Benedito Leite - MA, assim como de consultas no *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Sacramento Blake (1900). e por meio dos periódicos

³⁷ Uma listagem completa dos jornais maranhenses que citam Firmina e aqueles em que publicou, pode ser acessada no Memorial de Maria Firmina dos Reis. Site organizado pelas pesquisadoras Fernanda Miranda, Luciana Diogo e Marília Correia, no intuito de propagar material digitalizado disponível sobre a vida e obra da escritora, a fim de contribuir para pesquisas e fomentar o interesse de leitoras e leitores sobre Maria Firmina dos Reis. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/>. Acesso em julho de 2021.

³⁸O diário de Maria Firmina dos Reis, intitulado por ela como “Álbum”, após sua morte, ficou sobre a posse do filho Leude de Guimarães, que relata ter sido roubado em um hotel no qual era hóspede durante estadia em São Luís - MA. Dessa forma, os originais nunca foram encontrados e o texto só existe como parte integrante da biografia de Nascimento Morais Filho. (MORAIS FILHO, 1975, vol. 6, p. 4.).

oitocentistas onde a escritora aparece, conseguiram localizar o nome de Maria Firmina dos Reis (ZIN, 2016, p. 27).

Em 1975, Nascimento Moraes Filho, elaborou *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*, em que promoveu a reunião dos textos da autora e reproduziu parte das críticas e publicações de Firmina nos jornais oitocentistas e alguns relatos de pessoas que conviveram com a escritora. Nesse sentido, vale ressaltar que a recuperação do nome de Maria Firmina e de sua obra aconteceu devido à preservação da memória da população vimarense sobre sua atuação no campo da educação e pela forma como sua lírica é exaltada no estado do Maranhão, enquanto parceria essencial para a elaboração desta biografia. O texto, embora seja de grande relevância para a desfragmentação da historicidade firminiana, precisa ser localizado em suas circunstâncias de estabelecimento temporal, na medida em que o foco narrativo foi feito a partir de uma evocação legítima pelo reconhecimento de Maria Firmina dos Reis como primeira romancista negra do Brasil³⁹ - mas que por vezes, corrobora para a construção de uma imagem heroica ou ficcional sobre a escritora. Sendo assim, alguns dados acerca do seu nascimento foram atualizados, através da consulta aos *Autos de Justificação do dia de nascimento de Maria Firmina dos Reis*, feita por Dilercy Aragão Adler, já citada, em 2015. Dessa forma, acreditamos que as revisões, bem como novos fatos que possam contribuir para a biografia em constante formação de Maria Firmina dos Reis, são substanciais para uma historiografia que se ocupe objetivamente com a pluralidade de sujeitos e discursos em sua narrativa e de tal maneira naturalize a presença de corpos negros enquanto agentes no tempo nas mais variadas circunstâncias.

História e Literatura: relações e limites para o conhecimento histórico.

Para melhor situarmos Maria Firmina dos Reis e a forma como ela se inscreveu no romantismo brasileiro, precisamos estabelecer as relações e limites entre ficção e conhecimento histórico (WHITE, 1992; RICOEUR, 1997; CHARTIER, 2002). O campo História da Historiografia Brasileira como hoje o conhecemos não estava bem delimitado no século XIX, ao passo que percebemos a narrativa histórica ligada aos estudos literários ou ao domínio das ciências sociais (PEREIRA, 2011, p.21-22). Ao escreverem antologias de história da literatura, os homens das letras em grande medida também redigiram a história do Brasil. Assim sendo, o romance histórico era fonte narrativa para historiadores e, como as fronteiras entre o campo

³⁹ Importante debate, promovido por outros intelectuais como Norma Telles (1987), Luíza Lobo (1988), Clóvis Moura (1994), e Eduardo de Assis Duarte (2018).

literário e historiográfico ainda não estavam bem delineadas, o público leitor consumia ao mesmo tempo romances e História.

Por sua vez, a consolidação de uma literatura brasileira estava intimamente ligada à ideia de evolução de um povo (PEREIRA, 2011, p. 203), premissa condizente com os silogismos românticos e modernistas⁴⁰ pretendidos para a nação. Dessa forma, ao estabelecer uma gênese de criação que fosse capaz de se articular com o cenário internacional e, ao mesmo tempo, apresentasse características consideradas genuinamente brasileiras, colocariam o Brasil em um quadro de progresso e modernização gradativos, com condições de um dia se equiparar aos países do eixo norte ocidental, considerados desenvolvidos.

O texto literário romântico oitocentista era entendido como um lugar de produção do discurso da nacionalidade brasileira, enquanto preceito estético, havia a exaltação à pátria feita por meio de retrospectos narrativos, que criavam quadros imaginários refletindo a exuberância da paisagem brasileira (CANDIDO, 2017. p.328). Em concordância, a fim de traçar a *Cor local* (ASSIS, 1873) do país, elementos de grupos étnicos não brancos, ocupavam locais específicos nas tramas, sendo os povos originários retidos no momento de conquista de pessoas negras na condição de escravizadas (ALONSO, 2002, p.56).

A historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2014), ao analisar a trajetória de literatos negros livres⁴¹ nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, durante o século XIX, afirma que a imprensa foi um veículo político difusor não só da produção literária dos intelectuais por ela investigados, mas também, de um ambiente onde estes escritores podiam se manifestar, alterando o estado de coisas na medida que atuavam diretamente nas redações dos jornais. Uma rede negra organizada em prol de garantir direitos mínimos, em meio a uma estratificação social que não os via como cidadãos legítimos, embora naquele contexto, a população brasileira já

⁴⁰ Chamamos de modernismo, um discurso alargado, que permite ou tem como consequência o surgimento de movimentos artísticos, teóricos e sociais, despertando no tempo-espço a consciência de modernidade, onde se projetam valores como o novo, o avanço, a vanguarda. Esse discurso assenta-se na seleção de partes específicas de um passado que pode ser ressignificado ou, em sentimentos de ruptura com o que deseja ser esquecido (VELOSO. 2008, p. 353), feitas por meio de dispositivos de distinção, pautados sob um mote modernizante. Embora as artes demarquem o movimento modernista a uma cronologia específica, ligada a eventos que circundam a Semana de Arte Moderna em São Paulo, a produção de uma intelectualidade modernista é anterior a este tempo; desde o século XIX, percebe-se a estruturação de desejos por modernização nos discursos científicos, na escrita literária ou em projetos políticos, sobretudo pelos intelectuais da chamada “Geração de 1870” (HARDMAN, 1992, p.390). Por fim, precisamos ressaltar a ambiguidade gerada no discurso modernista, bem como nos projetos de modernização projetados para o país, ao passo que os muitos desejos por inovação e progresso não acompanharam planos efetivos para uma mudança também social, destacando o caráter excludente da modernidade.

⁴¹ A rede de intelectuais negros analisados por Ana Flávia Magalhães Pinto compreende: Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro. A ordem aqui citada é a mesma disposta pela autora em seu texto.

fosse composta majoritariamente por pessoas não brancas, como se pode verificar no censo 1872⁴², representando um problema para as elites locais.

Entendemos que a literatura e a imprensa incorporaram a seus respectivos discursos a presença de pessoas negras enquanto agentes, algo que a historiografia brasileira oitocentista não se ocupou devidamente. Acreditamos que esta invisibilização e deslocamento a lugares fixos de corpos negros na narrativa histórica se deva à ideia de sujeito universal da história (PEDRO; SOIHET, 2007, p.284), aquele que não só é detentor de protagonismo em suas narrativas, como é também quem está habilitado a escrevê-las, ao passo que produz saberes autênticos. Tal crença foi construída a partir do suposto potencial universalizante da história; ao falar do homem, todos os outros grupos estariam envoltos no conceito. Herdeira de uma metodologia iluminista, havia uma predileção por fontes onde predominavam espaços e vivências destinados ao masculino. Eram narradas histórias de governantes, guerras e batalhas, invisibilizando a presença feminina.

No que se pode observar da crítica feita pelos jornais oitocentistas, bem como da própria retórica firminiana, que no prólogo de *Úrsula* cria uma espécie de guia de leitura, onde defende sua escrita e aponta para o tipo de autora o qual se entende, há uma reivindicação por pertencimento temporal através do discurso que aponta uma luta por contemporaneidade recusada às mulheres negras. Ao se intitular como “autora de seus dias”, entendemos que a escritora demarca um *ethos* de autora que não só está conectada com seu contexto social, como propõe mudanças radicais a esta conjuntura, que só podem ocorrer em uma sociedade onde não existe a Escravidão. Através de um movimento político estratégico que se vale da estética romântica, Firmina consegue meios para se colocar como atual e tecer sua crítica antiescravista.

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento à *autora de seus dias*, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir coisa melhor, ou quando menos, *sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras*, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2018, p.34, grifos nossos).

As ressalvas de Maria Firmina, embora atendessem também a um estilo de escrita, no que concerne a recepção de sua obra, apontam para quem detinha e ainda detém o poder de produção intelectual e como este ser se funda e se legitima na modernidade. Nos valem das concepções da filósofa Sueli Carneiro (2005), que por sua vez tem como base teórica as noções

⁴² Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf . Acesso em: julho de 2021.

de Michel Foucault (1979) de *dispositivo*⁴³ e *biopoder*⁴⁴, e Boaventura Souza Santos (1995), a fim de estabelecer o caminho percorrido entre *construção do outro como não ser*, feito pelo grupo hegemônico, até o epistemicídio.

A partir de Foucault, Carneiro elabora o conceito de *dispositivo de racialidade/biopoder* para analisar e projetar seus efeitos na realidade dinâmica das relações raciais no Brasil. Dessa forma, o epistemicídio é um sistema de seleção de conhecimentos, construído sob uma ótica racista, que recusa ou sequer considera pessoas negras como plenamente humanas (racionalis), promovendo o assassinato de suas inteligências, que são deslocadas de seu próprio tempo de existência, retirando-as do presente e congelando-as em uma temporalidade pretérita. Em um jogo de oposições, para tornar-se contemporâneo é necessário apontar aqueles que não o podem ser, criam-se então mecanismos distintivos, que se valem da repetição contínua de um discurso estereotipado (BHABHA, 1998, p. 105), capaz de incluir grupos e sujeitos no tempo moderno e excluir aqueles que não possuem qualidades mínimas de inclusão, pois não correspondem ao arquétipo hegemônico.

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta. (CARNEIRO, 2005, p.97).

⁴³ “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.” (FOUCAULT, 1998, p.244)

⁴⁴ A noção de *biopoder* em Foucault está ligada ao conceito de biopolítica e diz sobre sistemas que delimitam direitos à vida e à morte. Foucault se vale da teoria clássica da soberania para se referir às políticas de vida e morte operadas pelo Estado sobre grupos e sujeitos.

“O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como “de vida e morte” é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver.” (FOUCAULT, 1999, p.128).

O discurso de contemporaneidade, recorrente na tópica modernista, está em constante diálogo com epistemes racistas. Através das leituras de Bhabha (1998), Carneiro (2005) e Hall (2016) e seus possíveis diálogos, entendemos a mecânica que opera sobre estas estruturas de poder e como funcionam os mecanismos aniquiladores de determinados grupos sociais, edificados em uma sociedade racista. Em suma, o *dispositivo de racialidade/biopoder* enquanto arcabouço de sustentação dessa hierarquia social, é gerador do epistemicídio (produto), se valendo da *estereotipagem* (HALL, 2016, p.216) como uma das ferramentas de fixação da diferença durante o processo.

As personagens pretas em *Úrsula*: narrativas de liberdade.

A trama central de *Úrsula* gira em torno da impossibilidade de materialização do amor entre as jovens brancas protagonistas do romance, Úrsula e Tancredo. A medida que o enredo se desenvolve, Susana, Túlio e Antero, nos vão sendo apresentados e ganham relevância para o desenrolar dos acontecimentos, estando presentes nos momentos de clímax e desfecho.

Acreditamos que ao construir seu texto dentro dos preceitos estéticos românticos, no que tange a composição da trama, ambientação e estrutura narrativa, Maria Firmina tinha noções acerca da recepção de sua obra e, através de uma estratégia retórico-discursiva, insere suas personagens negras no enredo em que ganham desenvolvimento psicológico. Dessa forma, mesmo diante de um horizonte de leitoras e leitores pertencentes a elite patriarcal escravista, a qual Firmina desaprova, a autora consegue fazer sua crítica antiescravista.

Por meio da análise das personagens escravizadas do romance *Úrsula*, encontramos a forma outra como Maria Firmina dos Reis se filia à literatura romântica oitocentista e como constrói seu *ethos* de autora, que se manifesta quase que em uma ‘anti autoria’, na medida que edifica seu discurso em sentido oposto àquele estabelecido pelo cânone literário. Sendo assim, na análise literária recortada às personagens escravizadas, identificamos o conceito de liberdade formulado pela escritora, onde sua narrativa aponta para o único caminho possível de existência, uma conjuntura social onde seus semelhantes não são escravizados.

Preta Susana: A liberdade metamorfoseada na morte.

Preta Susana é uma escravizada de origem africana e, sob a posse de Luísa B., mãe de Úrsula, dispõe de um capítulo inteiramente dedicado a ela, intitulado com seu nome (REIS, 2018, p. 111-118). Ao longo da trama, Susana faz relatos de sua vida antes da captura, a

liberdade que vivenciou e as relações afetivas e referentes ao trabalho ligado à terra, estabelecidas no continente africano. Por meio de sua voz são narradas situações de cativo, em que a personagem descreve as atrocidades do sistema escravista que vivencia com seus companheiros na mesma condição.

A personagem foge do movimento de *estereotipagem* comumente associado à mulher negra na representação literária, não correspondendo ao arquétipo da mulata hipersexualizada, tampouco é realçado atributos ligados a uma imagem idealizada da mucama. Embora seja escravizada por Luísa B., Susana e não é colocada como acessório da vida familiar: a personagem tem fala e se posiciona diante dos percalços que surgem, desobedecendo sua condição de escravizada⁴⁵.

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:
- Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! liberdade... ah! eu gozei na minha mocidade! - continuou Susana com amargura - Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente de meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em que tinha depositado todo o amor de minha alma: uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade!” (REIS, 2018, p. 114).

Enquanto aspecto recorrente no discurso romântico, há o escape narrativo que desloca a personagem com nostalgia a um passado saudoso e uma descrição densa da paisagem local a fim de ambientar e fortalecer através de imagens este retrospecto, diretamente ligado a um tempo pretérito, vivenciado na África. A narrativa de Susana também nos remete a outro passado para a população negra, que escapa àquele que estabelece sua história a partir do marco

⁴⁵ Lélia Gonzalez aponta os estereótipos produzidos especificamente para mulheres negras, presentes no regime de representação e que funcionam como desdobração do que foi a mucama no Antigo Regime. A autora define as figuras da “mãe preta”, a cuidadora de crianças que não são suas, intermediadora e facilitadora das relações e vida cotidiana de pessoas brancas; “a empregada doméstica”, primeiro lugar pensado enquanto prestação de serviço destinado à mulher negra; e por fim, a “mulata”, hipersexualização do corpo feminino negro, que é reduzido ao ato sexual. (GONZALEZ, 1984, p. 230).

temporal fixo da escravidão. A humanização da personagem se dá a partir dos relatos de felicidade, amor e constituição de família.

Em primeira pessoa, Susana estabelece a relação que tinham entre o trabalho e terra no país africano de origem, como se davam os procedimentos de contagem do tempo para a agricultura e a divisão das funções diárias para lidar com a roça, entre familiares ou membros da comunidade local. É a própria personagem que vasculha sua memória a fim de construir a narrativa que primeiro recria esses momentos de liberdade na vida cotidiana para em seguida relatar a ruptura mediante a escravização.

Vou contar-te o meu cativo.

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em abundância nas nossas roças. Era um desses dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! nunca mais devia eu vê-la...

Ainda não tinha vencido cem braços do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma *prisioneira* - era uma *escrava*! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava - pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! meu Deus! o que se no fundo de minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (REIS, 2018, p. 115, grifos nossos).

A escolha para a construção narrativa é o realismo, que elabora um enredo cuja construção literária nos leva às imagens de suas atitudes diárias. O quadro ficcional afetuoso se quebra quando a personagem passa a narrar seu processo de captura, sem contudo se afastar do realismo ao descrever com espanto, sua transformação em “prisioneira” e “escrava”. Ao clamar por sua liberdade, Suzana relata apelar à sua condição materna que, não somente é ignorada como se torna motivo de deboche. A liberdade requerida pela personagem foi aquela forçosamente deixada na diáspora, sendo assim, o nacionalismo evocado pelo discurso romântico é transferido para uma noção de pátria, ainda que artificial mas, que remete ao continente africano.

A análise de Susana usa a morte como metáfora de liberdade⁴⁶, caminho único para o cessar das dores e sofrimentos que lhe afligiam corpo e mente. Ao fim, Susana se liberta da dor, ao resistir às ordens de delatar o paradeiro de Úrsula e Tancredo, foragidos em meio à obsessão que Fernando P. nutre pela sobrinha. O comendador manda que se aplique um castigo tão severo na escravizada, que tamanha violência a mata.

“A mente ninguém pode escravizar⁴⁷”: narrativas de liberdade, revolta e afeto na personagem Túlio.

Túlio é um escravizado jovem, nascido em cativo no Brasil. A construção psicológica da personagem é feita de modo a conciliar uma atitude consciente e revoltosa perante a escravidão, mas sua personalidade é afetuosa. O caráter amável de Túlio fortifica a imagem humanizada do sujeito escravizado no romance, sem se desvencilhar da realidade social escravista que lhe é imposta.

O primeiro capítulo do livro, “Duas almas generosas” (REIS, 2018, p.35-47) nos é narrado como Túlio encontra Tancredo e o salva da morte. Nesta seção, é estabelecida a amizade entre os dois, mediante a gratidão de Tancredo após a ajuda de Túlio. Ambas as personagens compartilham de um mesmo universo léxico-gramatical, e a linguagem do escravizado não é construída de forma estereotipada, conotando com fins intencionalmente jocosos uma ideia de inferioridade através do discurso falado, usada quando se pretendia incorporar a pessoa negra à trama romântica.

O homem que assim falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar com vinte e cinco anos, e que ria franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano refervia-lhe nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e servidão não puderam resfriar, embalde - dissemos - se revoltava; porque se lhe erguia como barreira - o poder do forte contra o fraco!... (REIS, 2018, p. 41, grifos nossos).

Túlio é referido como "homem" e assim permanece em todo romance. É interessante notar que são compartilhadas imagens de consciência crítica à escravidão, tendo-a como odiosa

⁴⁶“Boa parte do ‘mal do século’ provém dessa condição estética: desconfiança da palavra em face do objeto que lhe toca exprimir. Daí o desejo de fuga, tão encontradiço na literatura romântica sob a forma de invocação da morte, ou ‘lembrança de morrer’; há nela uma corrente pessimista, para a qual a própria vida parece o mal. Entre as suas manifestações a mais significativa é a associação do sentimento amoroso à ideia da morte”. (CANDIDO, 2017, p. 350).

⁴⁷ (REIS, 2018, p.54).

e deplorável, e Túlio a sofre e a apresenta no corpo: “- *Sennor!- balbuciou o negro - vosso estado... Eu - continuou com o acanhamento que a escravidão gerava [...]*” (REIS, 2018, p. 43), contudo, ainda assim é representado como uma pessoa amável e gentil.

Túlio difere das três personagens analisadas por ser um jovem que já nasceu em cativo no Brasil, não vivenciando, pois, a verdadeira liberdade no continente africano. Mesmo após a fatídica decisão de, uma vez alforriado, não deixar de acompanhar Tancredo, demonstrado sua plena devoção, o que culminaria em sua morte, Túlio não está inerte diante da sua condição de escravizado, tampouco deixa de lamentar as perdas que sofrera em consequência do regime escravista. Em longa conversação que mantém com Tancredo, ele relata como foi separado da mãe ainda criança.

- Pois bem, - prosseguiu Túlio, com voz lacrimosa - minha desgraçada mãe fez parte *daquilo* que ele comprou aos credores, e talvez fosse ela mesma uma das *coisas* que mais o interessava. Quando ela se viu obrigada a deixar-me, recomendou-me entre soluções aos cuidados da velha Susana, aquela pobre africana, que vistes em casa de minha senhora, e que é a única escrava que lhe resta hoje!
Minha mãe previa a sorte, que a aguardava; abraçou-me sufocada em pranto, e saiu correndo como uma louca.
Ah! quão grande era a dor que a consumia! Porque era escrava, submeteu-se à lei que lhe impunham, e como um cordeiro abaixou a cabeça, humilde e resignada. (REIS, 2018, p.157-158, grifos do original)

Por meio do relato de Túlio, podemos compreender a coisificação da pessoa escravizada ao nível de produto pertencente a seus senhores, onde os laços parentais não são considerados. A dor da separação entre mães escravizadas e seus filhos, igualmente reduzidos à posse legal dos grandes potentados, é tema frequente nos textos de M. Firmina e é retomada em 1887, no conto *A escrava*.

“Maldito vício é esse! E que não possa eu vencer semelhante desejo!”⁴⁸: A dedicação de Antero.

Antero está às ordens do comendador Fernando P., antagonista da obra. O capítulo em que é descrito, intitula-se “A dedicação” (REIS, 2018, p. 187- 196). Trata-se do desfecho final do romance, em que Túlio é feito refém por Fernando P. e fica sob os cuidados do escravizado para que, dessa forma, não possa ajudar Tancredo e Úrsula durante a fuga. Decrépito e

⁴⁸ REIS, 2018, p. 188.

decadente, Antero se entrega ao alcoolismo como escape efêmero da sua realidade de escravizado. “Antero era um escravo velho, que guardava a casa e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas” (REIS, 2018, p. 187). Assim como Susana, o escravizado nascera em liberdade no continente africano e rememora, com amargura e desilusão o tempo em que era livre e podia estabelecer outra relação com a bebida, vista como compensatória ao fim de longas jornadas de trabalho no campo.

- Pois, bem, - continuou o velho - no meu tempo bebia muitas vezes, embriagava-me, e ninguém me lançava isso em rosto; porque para sustentar meu vício não me faltavam meios. Trabalhava, e trabalhava muito, o dinheiro era meu, não o esmolei. Entendes?

- Perfeitamente - retorquiu Túlio, fingindo sorrir-se.

- Pois ouça-me senhor, senhor conselheiro: na minha terra há um dia em cada semana, que diverte-se, brinca, e bebe. Oh! lá então é vinho de palmeira mil vezes melhor que cachaça, e ainda que tiquira. (REIS, 2018, p. 189).

Neste ponto, há um debate entre as personagens acerca do vício de Antero. Túlio estabelece a conversação com a finalidade de ludibriar o velho para que assim, possa fugir da prisão. Contudo, durante o diálogo, o escravizado demonstra uma plena consciência de si. Através da análise é estabelecida relações distintas com a bebida alcoólica, no país africano de origem, beber, estava ligado a recompensas após o período de trabalho ou às celebrações. Em contrapartida, uma vez escravizado, embriagar-se era visto com uma resolução ou deslocamento possível a realidade da escravidão, onde sua liberdade fora sequestrada, cujas expectativas são nulas, ao passo que na condição cativa, retira-se sua humanidade.

Hamilton Borges dos Santos (2020), professor, escritor e membro da “Reaja ou será morta@”,⁴⁹ aborda o excesso de bebida alcoólica entre a população masculina preta, em que também operam os dispositivos do racismo para além do mero consumo. O autor argumenta que o alcoolismo é parte de uma postura forjada diante da sociedade racista, que impõe modos deturpados de vida aos homens pretos, entre eles ser vítima constante do consumo desenfreado e sem sentido. Assim, ao nos depararmos com a narrativa presente no texto de *Úrsula* acerca de Antero estabelecemos um longo histórico, em que o hábito de beber transforma-se em vício inalterável da realidade fatídica à qual homens pretos estão submetidos, nos alertando sobre sua condição destrutiva.

Não dá pra chamar de sadia essa quantidade de álcool que nós ingerimos. Gastamos dinheiro com álcool para nos alegrarmos entre nós, mas as estatísticas não metem! O álcool nos deixa mais tristes, melancólicos, vulneráveis e violentos. A bebida nos coloca como algozes de nossa própria

⁴⁹ Disponível em: <https://reajaeditora.com.br/> Acesso em: julho de 2021.

gente. Nós, através do álcool, temos perdido tudo, temos destruído nosso futuro, temos adoecido de maus físicos e psicológicos. (BORGES, 2020).

Estar sob a constante mira de um sistema que intencionalmente cria mecanismos para transformar o consumo alcoólico em relação viciosa, patologizando o uso, para em seguida criar instituições onde estes corpos negros, adoecidos pela dependência, são depositados, é sobretudo uma estratégia do *dispositivo de racialidade/biopoder* estruturada por um Estado racista. A abordagem do alcoolismo na personagem firminiana traça uma linha evolutiva do quadro social da população negra no Brasil, que pode ser associada com a discussão de Borges e também com a conjuntura real do escritor Lima Barreto (1881-1922), que em *Diário do hospício & cemitério dos vivos* reúne seu próprio testemunho de internação em um texto ficcional inacabado que teve por inspiração sua vivência em uma clínica na cidade do Rio de Janeiro, no período de 25 de dezembro de 1919 à 02 de fevereiro de 1920.

Não me achou muito arruinado e, muito polidamente deu-me conselhos, para reagir contra meu vício. Oh! meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações também. Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro.

Não quero morrer, não; quero outra vida.” (BARRETO, 1993, p.32, grifos do original)

Autor e obra se misturam no relato de Lima Barreto que estipula uma linhagem de problemas relacionados ao alcoolismo e “loucura” como parte integrante de sua família. Lima Barreto morreu em 1 de novembro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, aos 41 anos de idade. A cronologia do romance de Maria Firmina dos Reis, que em 1859 tece um debate sobre o alcoolismo entre pessoas escravizadas, transcende o texto de Lima Barreto e acompanha os registros atuais duramente debatidos por Hamilton Borges dos Santos. Com efeito, a literatura produzida por Maria Firmina no século XIX se mostra como uma narrativa lúcida de uma mulher negra a par de questões centrais, promovidas por um olhar interno sobre seus semelhantes.

Considerações finais

Úrsula funciona como representação do corpo negro e de uma identidade cultural pautada em um olhar diaspórico sobre África. O repertório linguístico e de imagens foge à estereotipagem por destoar do discurso da hipersexualização e subserviência. Retirar Maria Firmina do vazio do desconhecimento é devolver à superfície um rico e vasto repertório artístico-intelectual; é uma obrigação ética da historiografia brasileira e do ensino de história que se comprometem minimamente com a pluralidade de discursos e sujeitos em sua narrativa; é reparar um longo hiato que impossibilitou principalmente à população negra, carente de representação e de narrativas históricas que não as colocam apenas como escravizadas, o conhecimento de uma mulher negra professora e escritora da literatura em nosso país.

A literatura feita por Maria Firmina dos Reis, pode ser compreendida como uma exceção que confirma a regra. Não possuímos mecanismos que possam mensurar em níveis quantitativos a produção artístico-intelectual negra no século XIX, que foram apagadas da historiografia que cobre os oitocentos, contudo, podemos afirmar que pessoas negras não existiram somente na condição de escravizadas e, considerando as mais variadas formas de expressão desses sujeitos, o que cabe à História é a normalização da presença de pessoas negras enquanto agentes nos tempos.

Referências:

Obras de Maria Firmina dos Reis:

- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Taverna, 2018.
_____. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara. 2018.
_____. *Gupeva. O Jardim das Maranhenses* 1861; *Porto Livre*. 1863; *Echo da Juventude*. 1865.
_____. *Cantos à beira mar* poesia. *Tipografia do paiz*. 1871.
_____. *A Escrava*. *Revista Maranhense*. 1887.

Bibliografia:

- ADLER, Dilercy Aragão. *Maria Firmina Dos Reis: Consolidando a ressignificação de uma precursora*. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador, n. 59, p.217-222, 2018.
Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28875/17096>. Acesso em: maio de 2021.
ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

- ARAÚJO, Valdeci Lopes; FREIXO, André de Lemos. Prefácio a BEVERNAGE, Berber. *História, Memória e Violência de Estado: tempo e justiça*. Mariana: Milfontes; SBTHH, p.13-22, 2018.
- ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Obra Completa de Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Publicado originalmente em O Novo Mundo, 24/03/1873.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.6., 1900.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: FAPESP, 2017.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação da USP, 2005.
- CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Afrobrasileira*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29criticadeautoresfeminios/317mariafirminadosrei seosprimordiosdaficcaoafrobrasileiracritica>. Acesso em: julho de 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. Direito de morte e poder sobre a vida. In: *História da sexualidade - I A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje Anpocs*, São Paulo, 1984.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu, Tradução: Daniel Almeida e willian Oliveira. - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.289-308.
- MORAIS FILHO, Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- MOURA, Clovis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.54, v. 27, 2007.
- PEREIRA, Luisa Rauter. “Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo” uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870). 2011. 280f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.bdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6363 Acesso em: maio de 2021.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281270>>. Acesso em: maio de 2021.
- SANTOS, Hamilton Borges. *Entre nós , Homens Pretos: Pedagogia ao Pé da Orelha*. Disponível em: <https://teiadospovos.org/entre-nos-homens-pretos-pedagogia-ao-pe-da-orelha/> Acesso em: maio de 2021.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- ZIN, R.B. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

DEUX CANAUX SANS NOM: PALAVRA, SUJEITO E OBJETO EM *PRIMEIRO AMOR*, DE SAMUEL BECKETT

*Lucas Peleias Gahiosk*⁵⁰

Resumo: O presente texto busca descrever de que forma a relação do narrador/personagem com a palavra e o ato de nomear, na novela *Primeiro Amor*, de Samuel Beckett, põe em evidência uma crise do próprio ato, e, portanto, uma crise da linguagem como instrumento de apreensão do mundo. Em diálogo com a discussão de Bruno Clément sobre a mudança do estatuto da palavra em Beckett, e de algumas noções acerca de especificidades da retórica beckettiana, faremos uma análise crítica de trechos chave da novela, para ao final descrever como o estranhamento do mundo se torna um estranhamento da palavra.

Palavras-chave: Samuel Beckett; literatura; linguagem; sujeito; ficção.

DEUX CANAUX SANS NOM: WORD, SUBJECT AND OBJECT IN SAMUEL BECKETT'S FIRST LOVE

Abstract: The goal of this paper is to describe in which way the relationship between the narrator/protagonist, the words, and the act of naming the world, in Samuel Beckett's *First Love*, can point to a crisis of this very act, therefore highlighting a crisis which undermines the role of language as an instrument capable of attributing meaning to the world. In dialogue with Bruno Clément's discussion about the status of language in Beckett's universe, as well as some thoughts on the characteristics of Beckett's rhetoric, we will make a critical analysis of key moments in *First Love*; at the end, we shall describe how the strangeness of the world becomes the strangeness of language itself.

Keywords: Samuel Beckett; literature; language; subject; fiction.

*Pensaba que el poeta es aquel hombre
que, como el rojo Adán del Paraíso,
impone a cada cosa su preciso
y verdadero y no sabido nombre.
J. L. Borges, "La Luna".*

Em 1945, enquanto a Europa via terminar a guerra e se recuperava da destruição sem precedentes causada por ela, o escritor irlandês Samuel Beckett, que à época vivia no sul da França, compõe, em francês, uma breve novela chamada *Primeiro Amor*. A escolha do idioma estrangeiro será uma constante na vida criativa de Beckett após a guerra, sendo sua obra marcada pelo bilinguismo (LOUAR, 2010, p. 40)⁵¹, na medida em que é o próprio autor que

⁵⁰ Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Puc-Rio. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa da qual faz parte o presente artigo foi financiada pelo CNPq. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1302496284195327> Contato: gahiosk@gmail.com.

⁵¹ Nadia defende que este traço marcará não apenas a produção, mas também a leitura crítica da obra beckettiana. A ideia de reescritura significa que os dois caminhos – o inglês e o francês – se reenviam um para o outro a todo momento. A obra está em constante autorreferência.

traduzirá, sistematicamente, a maior parte dela, dando à obra um caráter bifurcado, sob o signo da reescritura constante. Tal procedimento não deixará de afetar, também, sua obra dramática, haja vista que o próprio Beckett não só traduziu, mas também dirigiu ou supervisionou diversas montagens de seus textos até o fim de sua vida.

A novela, a princípio, pode frustrar leitores e leitoras desavisados. *Primeiro Amor* é um título um tanto quanto estranho. Citação do escritor russo do século XIX Ivan Turgêniev (CLÉMENT, 1994, p. 220), ele empresta à narrativa uma dimensão de quase ironia. Existe, de fato, uma relação amorosa; ela apresenta um progresso gradual, que vai desde o momento em que os amantes se conhecem, passando por uma fase intermediária de “enamoramento”, chegando à fase de união de duas vidas sob um mesmo teto até a derradeira separação. James Gourley, ao analisar a dialética entre pânico e angústia em *Primeiro Amor*, aponta inclusive para um certo caráter autobiográfico dessa relação, como é defendido por Deirdre Bair. Para a biógrafa, inclusive, esta seria uma das razões que levaram à publicação tardia da novela, em 1970 (GOURLEY, 2017, p. 153). Gourley, ao levantar esta questão, aponta para uma tendência de parte da crítica beckettiana que busca aproximar a vida do escritor e sua obra. Assim, é possível, segundo o crítico, considerar *Primeiro Amor* como parte de um esforço empreendido por Beckett, a partir da década de 1930, de utilizar a escrita como forma de compreender e enfrentar seus problemas psicológicos – que, de acordo com Gourley, o acompanharam por praticamente toda a vida. Este traço autobiográfico da novela pode auxiliar-nos a compreender a relação que se estabelece entre as personagens; contudo, não esgota as possibilidades de leitura da obra, como aponta o próprio Gourley. Ao mobilizar o conceito de *autography*⁵² elaborado por H. Abbott Porter, o crítico complexifica a relação obra/vida, apontando na direção de um jogo que se estabelece entre as percepções subjetivas da angústia – o que era objeto de análise no tratamento clínico de Beckett – e a assunção da própria angústia como condição ontológica, objetiva, da existência humana. *Primeiro Amor* seria, então, uma obra situada na fronteira entre a escrita autobiográfica, que predominaria em Beckett durante a década de 1930, e uma virada autográfica mais característica de sua obra do pós-guerra. Para os propósitos do presente argumento, será privilegiada a dimensão mais objetiva da obra, sobretudo na angústia como fruto também da tensão entre o narrador/personagem e a linguagem.

De forma alguma podemos qualificar a relação que se lê em *Primeiro Amor* como uma relação “romântica”, em termos usuais. O título da novela inaugura desde logo o tom de

⁵² “Autografia”, em tradução livre.

estranheza e não familiaridade que acompanhará a leitura – e, por que não, comicidade? Tragédia e comédia são dois planos que andam juntos em diversos momentos, tanto na prosa quanto no drama beckettianos.

Ao longo da novela, acompanhamos um homem que narra alguns acontecimentos que se sucedem logo após a morte de seu pai. Toda a narrativa se dá em retrospectiva: a partir de um “presente” indefinido, o narrador nos apresenta aquilo que se passou à época da morte de seu pai e de seu casamento, que se deu pouco tempo depois. Nosso narrador não tem nome. Ele vive na antiga casa de seu progenitor, junto a hóspedes que, aparentemente, alugam quartos e ali vivem com suas famílias. O pai do narrador, antes de falecer, deixara uma certa quantia ao filho. Além disso, ele pedira aos inquilinos para que o rapaz continuasse a viver na casa, o que sempre foi contestado por eles, por razões que não nos são reveladas. Ausente o pai, nada mais resta para constranger os inquilinos de cumprir seu objetivo: nosso “herói” é posto na rua, um belo dia, pelos misteriosos moradores da casa depois de uma sessão sofrida – e quase sublime – de constipação no banheiro.

Aqui começa sua “aventura”: expulso da antiga casa, o narrador erra pelas ruas de uma cidade que, como ele, não tem nome. Assim como a maior parte dos lugares em Beckett, a cidade de *Primeiro Amor* é apresentada como um espaço amorfo: além da ausência do nome, não é feita nenhuma descrição que nos permita situar personagens e o próprio lugar em um espaço geográfico específico que seja – ou que possa ser – familiar ao leitor. Mas podemos saber um pouco, é verdade. Lemos alguns nomes que, ao menos para um leitor ou leitora da Europa ocidental, podem causar alguma sensação de familiaridade, como Ohlsdorf, na Alemanha, ou a referência “*em terra prussiana*”, aludindo à localização de alguns cemitérios, o que nos situa em algum lugar na Europa, provavelmente o leste da França, apesar de ambos os protagonistas da novela não serem franceses. Mesmo assim, a nós, leitores e leitoras – sobretudo se não estivermos na Europa – qualquer satisfação referencial mais exata é negada.

A mesma sensação nos visita em outras obras de Beckett. Em *Fim de partida*, encerram-se Clov e Hamm em uma casa isolada, em uma obscura região costeira. Em *Krapp's last tape*, o espaço da ação não passa de um quarto incerto onde habita a personagem solitária do drama. Ao longo da obra, Beckett radicaliza essa ausência referencial. Em *Esperando Godot*, drama que abriu o caminho da fama internacional para Beckett, a discussão de Vladimir e Estragon sobre o lugar onde estão e sobre Estragon não conseguir se lembrar do dia anterior e de outros lugares onde, de acordo com Vladimir, já estiveram, apontam para um estranhamento análogo acerca do espaço e do tempo ocupado pelas personagens. Ao longo de todo o drama, as duas

personagens se relacionam de formas contraditórias com a geografia; Vladimir busca a todo o tempo uma referência que o tranquilize, enquanto Estragon age com certa indiferença e cansaço:

Estragon: You and your landscapes! Tell me about the worms!
Vladimir: All the same, you can't tell me that this [Gesture] bears any resemblance to... [He hesitates] ... to the Macon country, for example. You can't deny there's a big difference.
Estragon: The Macon country! Who's talking to you about the Macon country?
Vladimir: But you were there yourself, in the Macon country.
Estragon: No, I was never in the Macon country. I've puked my puke of a life away here, I tell you! Here! In the Cackon country!
Vladimir: But we were there together, I could swear to it! Picking grapes for a man called... [He snaps his fingers] ... can't think of the name of the man, at a place called... [He snaps his fingers]... can't think of the name of the place, do you not remember? (BECKETT, 2006, p. 57)⁵³

É produtivo também notar algumas diferenças que existem entre as versões inglesa e francesa de *Godot*. Na versão original francesa, os nomes, esquecidos por Vladimir, do homem e do lugar onde colheram uvas, têm seus nomes próprios:

VLADIMIR. - Pourtant nous avons été ensemble dans le Vaucluse, j'en mettrais ma main au feu. Nous avons fait les vendanges, tiens, chez un nommé Bonnelly, à Roussillon. (Idem, 1952, p. 86)⁵⁴

Mesmo com uma referência um pouco mais “precisa”, nenhum consolo vem às personagens ou ao leitor: é impossível experimentar qualquer tranquilidade no lugar onde estão, que se fecha mais e mais ao poder nominativo da palavra. A diferença, entretanto, entre as personagens de *Godot* e o narrador de *Primeiro Amor* é, por sua vez, bastante dramática: este último consegue escapar a todo momento, mesmo contra a sua vontade, do espaço que ocupa, enquanto os dois primeiros são prisioneiros de um espaço que não compreendem, uma “prisão

⁵³ Estragon: Você e suas paisagens! Conte-me sobre os vermes!

Vladimir: Ainda assim, você não pode dizer que isto [Gesticula] guarda alguma semelhança com... [Ele hesita] ... o país de Macon, por exemplo. Não há como negar que há uma grande diferença.

Estragon: O país de Macon! Quem está falando sobre o país de Macon?

Vladimir: Mas você esteve lá, no país de Macon.

Estragon: Não, eu nunca estive no país de Macon. Vomitei todo o vomito de uma vida aqui, no país de Cackon!

Vladimir: Mas estivemos lá juntos, eu poderia jurar! Colhendo uvas para um homem chamado... [Estala os dedos] ... não consigo lembrar do nome do homem, num lugar chamado... [Estala os dedos]... não consigo lembrar do nome do lugar, você se lembra? (Trad. minha; ao longo do texto, todas as citações em língua estrangeira, com exceção de *Primeiro Amor*, foram traduzidas por mim. Para este último, foi utilizada a tradução de Waltensir Dutra, indicada por aspas, publicada em 1987 pela Editora Nova Fronteira.)

⁵⁴ Vladimir: Contudo, estivemos juntos em Vaucluse, ponho minha mão no fogo. Colhemos uvas, veja, para um certo Bonnelly, em Roussillon.

sem barreiras” – para empregar uma imagem de Hans Ulrich Gumbrecht –, impossibilitados que estão de ir embora em virtude da espera.

De volta a *Primeiro Amor*, após sua expulsão repentina da casa de seu pai, nosso narrador então caminha sem rumo ou pouso aparente, até encontrar um canal. À beira, ele se deita sobre um banco, repetindo o mesmo gesto dia após dia, ao final da tarde. Algum tempo depois, inesperadamente, se senta ao seu lado uma mulher, a princípio tão amorfa quanto a cidade e os objetos ao redor. De início, os dois não se falam – Lulu, a mulher sem forma, apenas canta uma melodia sem palavras. Nos dias seguintes, ela retorna, e após o que parece ser uma relação sexual, vai embora. Nos dias que se seguem ao primeiro contato amoroso, nosso narrador pede para que Lulu se ausente, e, se assim não puder fazer, que o encontre o menos possível. O frio o obriga a retirar-se do banco, e no estábulo onde nosso herói encontra um pouso temporário para o inverno, em meio ao esterco bovino, ocorre uma descoberta sublime. É na ausência de Lulu que o narrador se rende a um estranho sentimento: que ele hesita nomear, mas, por fim, o chama de *amor*. A descoberta coincide com sua irritação com o nome “Lulu”: logo que se farta, nosso narrador muda o nome da amada, e Lulu torna-se Anne – ao menos, para ele e o leitor. Claro, isso vai muito bem, o narrador pode fazê-lo. A instabilidade do objeto é, em alguma medida, a instabilidade do seu nome. Quando, farto de ausência e pleno de amor, sai e retorna ao banco, Anne lá o está esperando, a mulher amorfa surge novamente, com novo nome, e o narrador não hesita: os dois se unem, e vão juntos habitar sua casa. Nosso narrador ganha novo pouso.

Habitando os dois o mesmo teto, o narrador põe-se a investigar a casa: primeiramente, descreve seus cômodos e o modo como são divididos. Ao achar um espaço apazível, encerra-se nele, colocando todos os móveis do quarto no corredor, o que torna impossível o acesso ao quarto, criando para si uma espécie de fortaleza, encontrando uma garantia de estabilidade que talvez tivesse desejado um dia, quando da morte do pai: antes de seu casamento, ao ser expulso da antiga casa, ele já havia expressado o desejo de, achando aberta uma porta, entrincheirar-se em sum dos quartos e dali não sair jamais, exceto, talvez, quando impelido pelas necessidades do corpo. Finalmente, então, nosso narrador teria um pouso definitivo. Mas seu sono é perturbado pela própria amada: Anne lhe dirige a palavra e constantemente mostra sua presença, mesmo que diminuta. Ficamos sabendo que ela se prostitui; nosso herói apenas lhe pede para que seus clientes não façam barulho, pois o barulho que fazem o incomoda profundamente. Passados alguns meses, o tormento intolerável vem, inesperadamente: Anne lhe diz que está grávida, e o filho é dele. Assaltado pela necessidade da decisão, nosso herói se apronta a ir embora da casa. E sai, acompanhado pelos gritos das dores do parto de Anne.

Cabe, agora, uma pausa para prestarmos atenção a um movimento que por três vezes se repete, e que é fundamental para o encadeamento da novela: a perda de pouso do narrador, a sua saída inesperada de algum lugar, seja por sua própria iniciativa (como no fim), ou por iniciativa de terceiros (como em sua expulsão da casa pelos inquilinos e sua “expulsão” do banco, pelo inverno e por Lulu). É precisamente esse movimento o que possibilita a articulação entre os três momentos da novela. São eles: habitar a casa/morte do pai; habitar o banco/conhecer Lulu; habitar uma nova casa/tornar-se, ele mesmo, pai. Ao fim, impelido pela necessidade da decisão, nosso herói escolhe abandonar a casa, Anne e o bebê, isto é, a possibilidade de encerrar-se em algum lugar que lhe oferecesse alguma migalha de existência tranquila, e sai pela porta afora, rumo ao desconhecido, o presente indefinido de onde ouvimos – lemos – a sua voz.

Entre diversas chegadas e partidas, se escuta, cada vez mais intensamente, cada vez mais silenciosamente, e, portanto, de forma mais ameaçadora, uma ausência: a ausência de uma ligação com o mundo dos objetos, com aquilo que é não-eu, aquilo que pode enfim dar pouso ao narrador, deixá-lo deitar-se em um banco, observar o canal, e sentir-se irmanado a tudo aquilo que vê. Um dos problemas maiores da novela é aquele da relação entre o *sujeito* e o mundo. Acerca dessa problemática, o narrador pode ainda auxiliar-nos na colocação da questão:

La chose qui m'intéressait moi, roi sans sujets, celle dont la disposition de ma carcasse n'était que le plus lointain et futile des reflets, c'était la supination cérébrale, l'assoupissement de l'idée de moi et de l'idée de ce petit résidu de vétilles empoisonnantes qu'on appelle de non-moi, et même le monde, par paresse. (BECKETT, 1987, p. 29)⁵⁵

Para pensar este problema, será produtivo nos determos um pouco mais sobre o narrador e, também, sobre a personagem de Lulu, protagonistas da relação que justifica o título da novela, de alguma forma.

O narrador-personagem: a contradição do mundo e de si mesmo

No desenrolar da novela, o narrador demonstra certa hesitação, e por vezes expressa um certo desdém, ao falar sobre as *coisas*. Podemos entender por “coisas”, ou “objetos”, ou mesmo mundo – “*par paresse*” – tudo aquilo que se lhe apresenta ou é percebido por ele como não-eu. Há, aqui, uma grande tensão que atravessa toda a narrativa: a tensão entre o mundo interno do

⁵⁵ “A coisa que me interessava a mim, rei sem súditos, da qual a posição de minha carcaça era apenas o mais longínquo e fútil dos reflexos, era a supinação cerebral, o torpor da ideia do eu e da ideia desse pequeno resíduo de ninharias envenenantes a que se dá o nome de não-eu, ou mesmo de mundo, por preguiça.”

narrador e sua “subjetividade” e o mundo externo dos objetos com os quais ele tem contato. No entanto, necessário se faz que tenhamos cautela ao empregar termos como “mundo interno” ou “subjetividade” para nosso herói. Tais expressões podem nos remeter a uma totalidade, a um conjunto de elementos, como características da personalidade, desejos, motivos, que nos dariam a falsa impressão de que estamos falando de uma individualidade fechada e coerente – a falsa impressão de que existe alguma substancialidade nessa personagem. Não é esse o caso. Ao contrário, narrador e mundo, eu e “não-eu”, sujeito e objeto compartilham algumas características importantes, que se tornam manifestas a partir de contradições: o mundo exterior é percebido como uma torrente descontínua e amorfa de objetos que se apresentam ao narrador; por sua vez, seu mundo interior – sua “subjetividade” – é uma torrente de juízos afirmativos e negativos que ele faz sobre si mesmo, revelando a descontinuidade do seu “eu”. Tal procedimento de “vai-e-vem” (LOUAR, 2010, p. 41) é uma característica formal que atravessará a obra beckettiana, seja na prosa ou no drama. Como afirma Nadia Louar:

La langue littéraire de Samuel Beckett se caractérise en effet par une constante dénégation qui se manifeste par une hésitation stylistique et participe d'une ambiguïté formelle fondamentale. Le texte beckettien consiste en effet à réfuter tout énoncé pour en corriger le sens [...] (Idem, p. 41)⁵⁶

“Refutar os enunciados para corrigir o sentido” é: a tentativa frustrada das personagens de conferir algum traço de estabilidade ao mundo que ocupam. Este traço fundamental da poética beckettiana aumenta a sensação de estranhamento e inadequabilidade das personagens diante dos dois mundos que constituem *Primeiro amor*. Apesar de sujeito e mundo se estruturarem a partir de contradições, o primeiro não se sente, de forma alguma, irmanado ao segundo. Os objetos que o rodeiam se “fecham” em sua inapreensibilidade, o que amplifica a inadequabilidade do sujeito ao mundo externo, ao passo que o mesmo sujeito também se fecha para si, na inadequabilidade ao seu próprio mundo interno, que é a impossibilidade de tornar-se idêntico a si mesmo em um conjunto coerente de caracteres. Nosso herói não sabe muito sobre si, além da data de seu aniversário e do amor que sente por Lulu. Ao falar sobre seu casamento, associando-o à morte de seu pai, lemos:

C'est ainsi que je suis en mesure d'affirmer que je devais avoir à peu près vingt-cinq ans alors de mon mariage. Car la date de ma naissance à moi, je

⁵⁶ A linguagem literária de Samuel Beckett se caracteriza com efeito por uma constante negação que se manifesta por uma hesitação estilística e participa de uma ambiguidade formal fundamental. O texto beckettiano consiste com efeito em refutar todo enunciado para corrigir o sentido.

dis bien, de ma naissance à moi, je ne l'ai jamais oubliée, je n'ai jamais été obligé de la prendre par écrit, elle reste gravée dans ma mémoire, le millésime tout au moins, en chiffres que la vie aura du mal à effacer (BECKETT, 1987, pp. 7-8)⁵⁷

Além desta data, o narrador não se queda seguro sobre outras informações acerca de sua vida. Suas afirmações sobre aquilo que, internamente, ele tem como características, se articulam contraditoriamente:

Ce que je connais le moins mal, ce sont mes douleurs. Je les pense toutes, tous les jours, c'est vite fait, la pensée va si vite, mais elles ne viennent pas toutes de la pensée. Oui, il y a des heures, l'après-midi surtout, où je me sens syncrétiste, manière Reinhold. Quel équilibre. D'ailleurs je les connais mal aussi, mes douleurs. Cela doit venir de ce que je ne suis pas que douleur. Voilà l'astuce. (Idem, p. 35)⁵⁸

Ser, em *Primeiro Amor*, é sempre algo penoso. A contradição nos juízos do narrador sobre o mundo e sobre si mesmo colocam a questão de que ser e sofrer estão imbricados de alguma maneira: “*je ne suis pas que douleur*”, ele diz. E, sendo nada além de dor, ele não pode conhecê-la, não pode domesticá-la e, talvez, diminuí-la. De qualquer forma, não é este o seu interesse – julgo que nosso herói não possui outro interesse além dos cemitérios onde caminha, “*assez volontiers*”. Pior ainda é ser *outra coisa*, é perder o controle sobre si em outros estados e situações que não aquela de ser “si mesmo” – ou seja, ser as contradições habituais. Ao sentir desejo por Lulu, o narrador diz que

On n'est plus soi-même, dans ces conditions, et c'est pénible de ne plus être soi-même, encore plus pénible que de l'être, quoi qu'on en dise. Car lorsqu'on l'est on sait ce qu'on a à faire, pour l'être moins, tandis que lorsqu'on ne l'est plus on est n'importe qui, plus moyen de s'estomper. (Idem, p. 31)⁵⁹

Ser outro, ser “*n'importe qui*”, é não saber como interromper, ou disfarçar, o sofrimento de ser qualquer coisa. Eis o terror. E, logo após, enquanto ele e Lulu travam seu primeiro

⁵⁷ “Assim é que estou em condições de afirmar que eu devia ter aproximadamente vinte e cinco anos quando de meu casamento. Pois a data de meu nascimento, digo bem, de meu próprio nascimento, não a esqueci nunca, nunca fui obrigado a anotá-la por escrito, ela permanece gravada em minha memória, o ano pelo menos, em números que a vida terá dificuldade de apagar.”

⁵⁸ “O que conheço menos mal são as minhas dores. Eu as penso todos os dias, é rápido, o pensamento anda depressa, mas elas não vêm todas do pensamento. Sim, há horas, sobretudo à tarde, em que me sinto sincretista, à maneira de Reinhold. Que equilíbrio. Aliás eu as conheço mal também, minhas dores. Isso talvez venha do fato de eu não ser senão dor. Eis a astúcia.” (Trad. Waltensir Dutra)

⁵⁹ “Já não somos nós mesmos, nessas condições, é penoso já não sermos nós mesmos, ainda mais penoso do que ser, não importa o que digam. Pois, quando somos nós mesmos, sabemos o que temos de fazer para o ser menos, ao passo que, quando não o somos mais, somos qualquer um, não há como disfarçar.”

contato, enquanto a experiência amorosa se concretiza fisicamente, o narrador nos surpreende com (mais) um banho de água fria: “*Ce qu’on appelle l’amour, c’est l’exil, avec de temps en temps une carte postale du pays, voilà mon sentiment ce soir*” (Idem, p. 31)⁶⁰. O amor, quando se concretiza, é um gesto de *separação*. Eis a ironia.

Falar sobre o narrador em *Primeiro Amor* nos coloca diante de um dos problemas centrais da obra: o problema da palavra. Tal problema pode ser descrito como o de colocar em questão o poder da palavra na construção da relação entre sujeito e objeto. Sendo ele mesmo uma ausência de unidade, um *eu* contraditório e descontínuo, nosso narrador não se sente plenamente seguro sobre o mundo que o rodeia – isto é, não se sente plenamente seguro para fazer qualquer juízo sobre qualquer coisa. E essa insegurança se relaciona à sua intensa desconfiança da palavra e de seu poder de nomear o mundo que se lhe apresenta. O ato de nomear, ao que parece, é capaz de dar ao mundo algum verniz de inteligibilidade. Nosso herói trava alguns debates consigo mesmo e chega mesmo a lançar algumas questões ao leitor acerca disso, não conseguindo nunca avançar além do movimento duplo e contraditório da afirmação/negação, do qual falamos acima. Sua relação com o mundo é marcada – e delimitada – pela *separação* com os objetos que se lhe apresentam. A história que se conta, aqui, mais uma vez, é a da ligação do sujeito com a palavra (CLÉMENT, 1994, p. 199) e, por meio desta, com o mundo. Ao apontar para esse problema, Bruno Clément descreve como Beckett encontra uma resolução temporária dentro de sua obra: as palavras, ao invés de construírem uma relação do sujeito com o objeto – uma relação de aproximação –, perdem esse caráter aproximativo e se transformam no próprio *espaço* do sujeito. As palavras passam a provocar um estranhamento, aumentando a separação entre o sujeito e o mundo, no lugar de uni-los.

Tais contradições estruturantes o impedem de sentir-se seguro para então nomear o mundo que o cerca. Por vezes, os nomes simplesmente não têm importância alguma, como no caso de Lulu (Anne). Esse movimento também se repete em obras posteriores de Beckett: em *Godot*, a fala de Pozzo – ele mesmo tendo seu nome alterado ao longo do drama – é, como defende Clément, significativa. Na peça, podemos ler: “[...] *what happens in that case with your appointment with this... Godet... Godot... Godin... anyhow, you see who I mean, who has your future in his hands [...]*” (BECKETT, 2006, p. 29)⁶¹. Godot é uma personagem sem forma; e essa ausência de forma definida gera uma inquietação profunda nas personagens Estragon e,

⁶⁰ “O que chamam de amor é o exílio, com um cartão postal da terra de vez em quando, eis meu sentimento aquela noite.”

⁶¹ [...] o que acontece nesse caso com seu encontro [...] com esse... Godet... Godot... Godin... enfim, você sabe quem, que tem o seu futuro nas mãos [...]

de forma mais dramática, Vladimir. Nesse sentido, para falar do problema do *ato de nomeação* enquanto ato que tornaria possível unir – mas sempre falha – o eu ao “não-eu”, torna-se produtivo, em *Primeiro Amor*, falar um pouco sobre Lulu (ou Anne).

Lulu (ou Anne): a mulher sem forma

Lulu ou Anne, Anne ou Lulu: ao narrador, pouco importa. A instabilidade do nome é a porta que se abre para a vista do objeto sem forma. Lulu é uma mulher, disso sabemos. Sabemos também de algumas características percebidas pelo narrador de pouco em pouco a partir do convívio: seus olhos, cada um para um lado; seu corpo disforme; sua face sem atrativos – para ele, ao menos. A sua descrição não escapa da contradição, análoga às que o narrador experimenta internamente: ao rever sua amada, após o breve período de ausência, é assim que ele a percebe:

Je la voyais pour ainsi dire pour la première fois. Elle était toute recroquevillée et emmitoufflée, la tête penchée, le manchon avec les mains sur le giron, les jambes serrées l'une contre l'autre, les talons en l'air. C'était sans forme, sans âge, sans vie presque, cela pouvait être une vieille femme ou une petite fille. (BECKETT, 1987, p. 49)⁶²

Algumas páginas mais adiante:

Elle louchait, mais cela je ne le sus que plus tard. Elle ne semblait ni jeune ni vieille, sa figure, elle était comme suspendue entre la fraîcheur et le flétrissement. Je supportais mal, à cette époque, ce genre d'ambiguïté. Quant à savoir si elle était belle, sa figure, ou si elle avait été belle, ou si elle avait des chances de devenir belle, j'avoue que j'en étais bien incapable. (Idem, pp. 55-57)⁶³

Sem forma, Lulu, ou Anne, é mais um objeto amorfo junto ao qual o narrador busca tranquilidade, mesmo que seja apenas a tranquilidade de não pensar nela. Ele não consegue distinguir se é velha ou moça, não consegue dizer se é bonita ou não, e nem consegue descrevê-la sem contradizer-se. O que ele consegue, o que ele encontra, unindo-se a ela, é alguma

⁶² “Eu a via por assim dizer pela primeira vez. Ela estava toda enrolada, toda agasalhada, a cabeça inclinada, o regalo com as mãos sobre o regaço, as pernas apertadas uma contra a outra, os calcanhares no ar. Não tinha forma, nem idade, quase não tinha vida, podia ser uma velha ou uma mocinha.”

⁶³ “Ela era vesga, mas isso só soube mais tarde. Não parecia nem jovem nem velha, seu rosto, estava como que suspenso entre o frescor e o fenecimento. Eu tolerava mal, naquela época, esse tipo de ambiguidade. Quanto a saber se era belo, seu rosto, ou se tinha sido belo, ou tinha possibilidades de tornar-se belo, confesso que eu era incapaz.”

estabilidade. Ainda que mais intensa, sua relação com Lulu, ou Anne, provoca um sentimento análogo àquele do achar pouso; e, quando o narrador se deita no banco, diante do canal, ele também acha essa estabilidade. O canal é para ele tão disforme quanto Lulu (ou Anne), e é significativo que os dois ali se conheçam: “*Je fis sa connaissance sur un banc, sur les bords du canal, de l’un des canaux, car notre ville en a deux, mais je n’ai jamais su les distinguer*” (Idem, p. 25)⁶⁴.

Lulu funciona, para o narrador, como uma espécie de alívio em meio à ausência de forma do mundo, ainda que ela mesma faça parte dele e seja, também, sem forma definida. Quando ela informa ao nosso herói que tem uma casa, e que os dois podem ir juntos para lá, ele não esconde a sua agradável surpresa:

Je fus donc agréablement surpris de l’entendre qu’elle avait une chambre, très agréablement surpris. Je m’en doutais d’ailleurs. Qui n’a pas sa chambre? Ah, j’entends la clameur. J’ai deux chambres, dit-elle. Combien de chambres avez-vous, au juste? Dis-je. Elle répondit qu’elle avait deux chambres et une cuisine. Cela augmentait à chaque fois. (Idem, p. 57)⁶⁵

Quem não tem um quarto todo seu? O narrador, por exemplo. E Anne, ou Lulu, é sua chance de novamente ter pouso no meio da torrente descontínua do mundo.

Findo o amor: linguagem, separação e horror

O convívio das duas personagens na casa de Lulu, ou Anne, modifica pouco a pouco o tom da novela, fazendo com que o tom dramático supere sua comicidade inicial. Lemos, ao que parece, uma quase novela de horror. Horror que nasce, paradoxalmente, da própria experiência do convívio: o narrador, por mais que se esforce, não consegue achar um descanso definitivo dentro da casa. Tal pouso talvez seria, para ele, ficar sozinho, mesmo na companhia de Anne, ou Lulu – ou seja, sem precisar trocar palavra alguma com quem quer que seja. É parte desse horror, além da própria presença de Anne (ou Lulu), uma consciência, por parte de nosso herói, cada vez maior da palavra e de suas ligações, ou falta delas, com aquilo que ela não é, mas busca exprimir.

⁶⁴ “Conheci-a num banco, à margem do canal, de um dos canais, pois nossa cidade tem dois, mas não consigo nunca distingui-los.”

⁶⁵ “Fiquei portanto agradavelmente surpreso ao ouvi-la dizer que tinha um quarto, muito agradavelmente surpreso. Aliás, eu não duvidava disso. Quem não tem o seu quarto? Ah, ouço o clamor. Eu tenho dois quartos, disse ela. Quantos quartos você tem, exatamente? disse eu. Ela respondeu que tinha dois quartos e uma cozinha. Isso aumentava, a cada vez.”

A expressão cotidiana é usada sem familiaridade ou “substância”; seu uso é apenas retórico, convencional, com vista a certos efeitos que nosso protagonista, distante das outras pessoas, busca provocar conscientemente. Ele já o fazia, quando, com o objetivo de convencer os inquilinos na casa de seu pai de que ele deveria ali permanecer, diz: “*Je leur dis, Gardez cet argent et laissez-moi continuer à vivre ici, dans ma chambre, comme du vivant de papa. J’ajoutai, Que Dieu ait son âme, dans l’espoir de leur faire plaisir*” (Idem, p. 17)⁶⁶. Essa falta de familiaridade com o uso cotidiano da palavra é evidenciada por uma dificuldade em *exprimir* o mundo ao seu redor e os seus acontecimentos. A dificuldade em empregar a palavra de forma familiar se relaciona com a dificuldade para relacionar-se com as coisas do mundo, da forma que elas se apresentam ao sujeito. Ainda na casa de seu pai, lemos:

C’est vous dire combien j’étais constipé, à cette époque. C’est l’anxiété qui me constipait, je crois. Mais étais-je réellement constipé? Je ne le crois pas. [...] C’était bien de la constipation, n’est-ce pas? Ou est-ce que je confonds avec la diarrhée? Tout s’embrouille dans ma tête, cimetières et noces et les différents sortes de selles. (Idem, p. 19)⁶⁷

Tudo se embaralha; tudo se assemelha e se diferencia em uma torrente descontínua e amorfa de dados contraditórios. Tudo corre como os dois canais, sem nome, sem forma, sem cessar. Isso abre a possibilidade para que os objetos sejam aproximados sem critério, para que suas fronteiras sejam transpostas e eles se embaralhem dentro da cabeça do narrador, que não consegue classificá-los.

A dificuldade de expressar esse mundo caótico dos objetos em palavras é tamanha que ele começa a se render e desistir delas:

Mais quelques semaines plus tard, plus mort que vif, je retournerai encore au banc, cela faisait la quatrième ou cinquième fois depuis que je l’avais abandonné, à la même heure à peu près, je veux dire à peu près sous le même ciel, non, ce n’est pas cela non plus, car c’est toujours le même ciel et ce n’est jamais le même ciel, comment exprimer cette chose, je ne l’exprimerai pas, voilà. (Idem, pp. 54-55)⁶⁸

⁶⁶ “Eu lhes disse, Guardem esse dinheiro e deixem-me continuar a viver aqui, em meu quarto, como quando papai era vivo. Acrescentei, Que Deus o tenha, na esperança de lhes ser agradável.”

⁶⁷ “Isso é o mesmo que dizer-lhes o quanto eu estava constipado, naquela época. Era a ansiedade que me constipava, acho. Mas estava eu realmente constipado? Não acho. [...] Era mesmo a constipação, não? Ou será que confundo com a diarreia? Tudo se embaralha em minha cabeça, cemitérios e bodas e os diferentes tipos de fezes.”

⁶⁸ “Mas algumas semanas depois, mais morto do que vivo, voltei outra vez ao banco, era a quarta ou quinta vez depois que a havia abandonado, à mesma hora mais ou menos, quero dizer mais ou menos sob o mesmo céu, não, não é isso também, pois é sempre o mesmo céu e não é nunca o mesmo céu, como dizer isso, não direi, eis aí.”

Sua relação com a palavra começa a assumir um caráter de abandono – ou renúncia – já antes da união derradeira. Quando ele e Anne (Lulu) enfim se unem, se desgasta, porém, o verniz de estabilidade gerado pela união, e a impossibilidade de não usar a palavra se torna intolerável para o narrador. Até que a gravidez e a perspectiva de um filho o surpreendem; é ela o que termina a novela, pondo fim definitivo ao amor por Lulu (Anne), e o narrador o reconhece: “*Ce qui m’acheva, ce fut la naissance. J’en fus réveillé*” (Idem, p. 83)⁶⁹. Ao ser acordado pelo nascimento de seu filho, só resta uma coisa a fazer: fugir, ir embora, para longe, distante de qualquer possibilidade de relacionar-se com algo que, de alguma forma que não nos é dada, ele não consegue irmanar-se. Ao acompanharmos a fuga de nosso herói, chegam até nós os gritos de Anne (Lulu) durante o parto. O narrador se mete para fora da casa, mas dessa vez sem possibilidade de alívio futuro: os gritos o acompanham, e não cessam jamais. Talvez, o bebê e as palavras se assemelhem, pois os dois são como espelhos: talvez esse horror seja análogo àquele da inquietante multiplicação do mundo. E as palavras, assim como o amor, não se deixam controlar.

Referências bibliográficas:

- BECKETT, Samuel. *En attendant Godot*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1957.
- BECKETT, Samuel. *Primeiro Amor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- BECKETT, Samuel. *Waiting for Godot*. In: *The complete dramatic works*. London: Faber and Faber, 2006.
- CLÉMENT, Bruno. *L’Œuvre sans qualités*. Paris: Seuil, 1994.
- GOURLEY, James. The Dialectic of Panic and Anxiety in Beckett’s First Love. *Samuel Beckett Today / Aujourd’hui*, Leiden, 29, 1, pp. 150-161, 2017.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Depois de 1945: latência como origem do presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- LOUAR, Nadia. Samuel Beckett: vers une poétique du bilinguisme. *Limit(e) Beckett*, Paris, n° 0, pp. 39-61, printemps, 2010.

⁶⁹ “O que acabou comigo foi o nascimento. Fui acordado por ele.”

**"O HISSOPE" NO BRASIL MODERNISTA: CONFLITOS, DISCURSOS E
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DA LITERATURA
(1932-1953)**

*Andrezza Alves Velloso*⁷⁰

Resumo: Escrito no final da década de 1760, *O Hissope* foi consagrado na história da literatura portuguesa pelo seu suposto caráter revolucionário por intelectuais como Almeida Garrett, Camilo Castelo-Branco, Ferdinand Denis, Joaquim Manuel Pinheiro Chagas e Teófilo Braga ao longo do século XIX. Contudo, o reconhecimento conferido à obra não se aplica ao autor, António Dinis da Cruz e Silva, que frequentemente dividia a opinião de intelectuais devido às funções jurídicas que exerceu em Portugal e no Brasil durante toda sua vida. O presente artigo visa compreender as análises do poema e de seu autor no Brasil e como isso movimentou um diálogo entre intelectuais brasileiros e portugueses através de publicações literárias e jornalísticas que se deram na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Modernismo, Arcadismo Lusitano, *Hissope*, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira.

**"THE HISSOPE" IN MODERNIST BRAZIL: CONFLICTS, DISCOURSES AND
CONSTRUCTION OF BRAZILIAN IDENTITY THROUGH LITERATURE
(1932-1953)**

Abstract: Written in the late 1760s, *The Hissope* was enshrined in the history of Portuguese literature for its supposed revolutionary character by intellectuals such as Almeida Garrett, Camilo Castelo-Branco, Ferdinand Denis, Joaquim Manuel Pinheiro Chagas and Teófilo Braga throughout the 19th century. However, the recognition given to the work does not apply to the author, António Dinis da Cruz e Silva, who often divided the opinion of intellectuals due to the legal functions he exercised in Portugal and Brazil throughout his life. This article aims to understand the analysis of the poem and its author in Brazil and how this moved a dialogue between Brazilian and Portuguese intellectuals through literary and journalistic publications that took place in the first half of the 20th century.

Keywords: Modernism, Lusitanian Arcadism, *Hissope*, Portuguese Literature, Brazilian Literature.

O Hissope, poema herói-cômico escrito por António Dinis da Cruz e Silva, relata a querela entre o Bispo D. Lourenço de Lancastre e o deão da Sé de Elvas, Jozé Carlos de Lara, na década de 1760. Segundo argumento do autor,⁷¹ o líder religioso obrigava a todos os deões do referido cabido a lhe prestarem a lisonja de preparar os materiais necessários para o seguimento da liturgia em submissão ao alto cargo na Igreja Católica que Lancastre ocupava. Carlos de Lara, que não via fundamentação religiosa para a existência de tal imposição,

⁷⁰ Graduada em História, pós-graduada em Análise e Gestão do Patrimônio Cultural e mestranda em História, pela linha de História e Culturas Políticas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O presente artigo está inserido no escopo de pesquisa em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob orientação de Ana Paula Sampaio Caldeira (UFMG) e financiamento pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail para contato: andrezza.velloso@gmail.com.

⁷¹ Presente em todas as edições impressas e manuscritas do poema, localizadas a partir de levantamento realizado que identificou no total 122 exemplares que contemplam todas as edições conhecidas do poema. O referido levantamento compôs uma das etapas da pesquisa documental realizada para a elaboração da supracitada dissertação em andamento.

procurou a Metropolitana de Évora para questionar as atitudes do bispo. Sem sucesso em sua reivindicação, cumpriu os caprichos do bispo até o fim de sua vida.

Sob a interpretação de Cruz e Silva, que à época atuava como juiz na pequena cidade do Alentejo português, o conflito exemplificava a corrupção presente no corpo clérigo de Portugal e deveria ser anunciado através dos versos para que se corrigissem os maus hábitos da Corte.⁷² A obra rapidamente foi censurada em Portugal, que chegou a instituir um decreto condenando a um exílio de 10 anos na África aqueles que possuísem cópias do manuscrito (CARVALHO, 1921). Entretanto, isso não impediu que a obra circulasse entre leitores e copistas que, dentre as diversas redes de sociabilidades que existiam naquele momento, ajudaram o poema a extrapolar os limites regionais e alcançar o território francês no início do século XIX. A primeira publicação parisiense⁷³ impressa d'*O Hissope*, em 1802, dá início a uma série de edições francesas que desafiavam os órgãos censores de Portugal na difusão dos versos de Cruz e Silva nas primeiras décadas dos mais de 250 anos de existência da obra.

A longevidade do poema deve-se não apenas às quase quarenta edições publicadas entre 1802 e 2006, mas também ao trabalho de intelectuais e mediadores culturais que alocaram os versos de Cruz e Silva no cânone da Literatura Portuguesa. Contudo, as questões acerca do processo de construção de uma História da Literatura em Portugal e como *O Hissope* estaria alocado nela são objetos da minha dissertação, ainda em desenvolvimento, e não poderão ser devidamente contempladas neste artigo. Proponho-me, por hora, a apresentar algumas reflexões que surgiram a partir da análise da recepção da obra em território brasileiro e foram compartilhadas em comunicação realizada no Simpósio Temático *História e Linguagens: Literatura, Biografia e Teoria da História*, que ocorreu na 9ª edição do Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais (EPHIS/UFMG). A temporalidade proposta para este texto compreende o Brasil dos anos de 1932 a 1953, concentrando meu foco

⁷² Conforme apontado por Jorge Antonio Ruedas de La Serna (1995), a Arcádia Lusitana (fundada por Cruz e Silva, António Correia Garção, Teotonio Gomes de Carvalho, Esteves Negrão e Domingos dos Reis Quita, em 1756) visava denunciar as práticas corruptas no sistema em voga, usualmente feita através de poesias e composições líricas. Os arcades, ainda sob concepção de La Serna, integravam o diverso e complexo conjunto de vozes que conjecturavam uma reforma política e cultural para aquele país após o Terramoto de 1755. Ocorrido em 01 de novembro de 1755, o abalo foi responsável pela destruição (quase completa) da capital portuguesa, pois, somado ao maremoto ocasionado pelo sismo, provocou inúmeros incêndios em Lisboa; comprometendo grande parte da documentação existente até aquele período. Vanda Anastácio (2007) corrobora com o argumento ao propor que o acidente foi interpretado na época como um sinal divino para a adoção de uma nova regra social, conferindo a Portugal um interessante período de florescimento artístico e cultural que foi conduzido por uma elite ilustrada.

⁷³ Publicada sob falsa tipografia londrina, a edição de 1802 foi elaborada por editores portugueses que residiam em Paris – supostamente a partir de manuscrito enviado por Francisco José da Silveira Falcato (PINHEIRO, 2002). O falso selo londrino na capa (e a omissão de editores ou casas tipográficas responsáveis pela publicação) foi uma estratégia para enganar os órgãos censores portugueses e garantir que a obra entrasse em território português. A edição foi censurada em 1803, quando Pina Manique (re)conheceu seu conteúdo.

no período do modernismo brasileiro e em como alguns integrantes do movimento compreendiam o poema de Cruz e Silva; recortes não contemplados na supracitada pesquisa em andamento. As proposições aqui apresentadas dependerão de maiores pesquisas para a definição de certas conclusões, portanto meu objetivo é o compartilhamento de algumas inquietações particulares e iniciais.

A consagração de uma obra: a história do livro *O Hissope*

Começou com um gesto de amizade, na então pequena Sé de Elvas,⁷⁴ localizada em Elvas – região do Alentejo, em Portugal. O deão Jozé Carlos de Lara demonstrava o afeto que sentia pelo bispo D. Lourenço de Lancastre, que considerava seu amigo, preparando para ele os instrumentos necessários para auxiliar no ritual litúrgico que o bispo conduzia mensalmente na Igreja. D. Lourenço de Lancastre, por sua vez, interpretou a homenagem como sinal de submissão devido ao alto cargo que ocupava na Igreja Católica e assim “reinava a doce paz na sancta Igreja” (CRUZ E SILVA, 1802). O deão logo percebeu que seu gesto era mal interpretado pelo bispo e cessou a lisonja. Indignado com a recusa de Carlos de Lara em dar seguimento à homenagem, D. Lourenço de Lancastre decretou uma lei obrigando que todos os deões do presente cabido lhe preparassem o hissope,⁷⁵ como sinal de respeito. As tentativas de suspensão do decreto junto à Metropolitana de Évora não foram bem-sucedidas e o deão foi obrigado a cumprir tal imposição até o fim de sua vida.

O sucessor ao cabido foi o sobrinho de Carlos de Lara, Ignacio Joaquim de Alberto de Matos, que, sabendo da injustiça cometida contra seu tio, se recusou a prestar a homenagem ao bispo e enviou um requerimento à Coroa Portuguesa em Lisboa, buscando o fim do decreto infundado. Conforme apontado pelo autor do poema, D. Lourenço de Lancastre (possivelmente temendo uma repreensão da Corte) queimou todos os documentos que pudessem culpá-lo de tal feito e negou tudo perante o Tribunal. O decreto nunca mais foi exigido, mas Alberto de Matos sofreu perseguições locais durante todo o seu tempo de atuação como deão em Elvas.

Isso tudo ocorreu durante a década de 1760, um pouco antes da chegada de um recém-nomeado juiz, António Dinis da Cruz e Silva, à cidade. O magistrado e poeta lisboeta era formado em Direito pela Faculdade de Coimbra e, desde os 28 anos de idade, seguia na carreira

⁷⁴ Atualmente conhecida como Igreja de Nossa Senhora da Assunção, patrimônio cultural da cidade de Elvas, em Portalegre – Portugal.

⁷⁵ Nativa da Europa Meridional, hissope é uma planta herbácea utilizada como erva aromática, medicinal e como material que aspergia água benta nos rituais litúrgicos da Igreja Católica. Atualmente, *hissope* também se refere ao objeto metálico e oco que também possui tal utilidade litúrgica (DICIONÁRIO Oxford, 1990).

jurídica atendendo às determinações da Coroa Portuguesa. As razões que levaram Cruz e Silva a atuar em uma cidade tão distante de Lisboa são questionáveis e compõem uma série de fatos que envolveram a fragmentação da academia literária da Arcádia Lusitana em Portugal. Segundo biografia do jurista elaborada por Teófilo Braga (1870), a evidente censura pombalina ao movimento literário e o isolamento em Elvas ocasionaram um momento conturbado para o letrado, uma vez que “a vida em Elvas não era fácil por causa das parcialidades e antagonismos que reflectiam a dissidência entre o Governador das Armas, Manoel Bernardo de Mello e Castro, e o Bispo D. Lourenço de Lancastre, de orgulhosas prosápias” (BRAGA, 1870, p. 570).

Foi neste momento que Cruz e Silva tomou conhecimento sobre a querela entre Carlos de Lara e D. Lourenço de Lancastre. Apesar de não terem sido identificados indícios que apontem para algum envolvimento jurídico de Cruz e Silva com o caso, biografias como a de Ferdinand Denis (1826; 1867), Teófilo Braga (1870) e Rodrigo Velloso (1876) tendem a acreditar que o jurista soube do ocorrido por causa de um possível diálogo que teve com os demais juízes que atuavam na cidade – principalmente aqueles que trataram de tal demanda.⁷⁶ Além disso, por tratar-se de uma pequena cidade isolada do país, tende-se a acreditar que o *causo* facilmente circularia entre os círculos de sociabilidade dos habitantes de Elvas até que o autor tomasse conhecimento.

Seja como for, a querela foi transformada em um poema herói-cômico de oito cantos⁷⁷, intitulado *O Hissope*, que denunciava a vaidade presente nos representantes da Igreja Católica e os malefícios que ela poderia causar para o Estado Português. O teor crítico e satírico da obra rapidamente atraiu leitores ávidos por uma reforma sociopolítica em Portugal e movimentou a cultura intelectual elvense. As leituras em praças públicas e os manuscritos começaram a se multiplicar, conferindo fama ao poema que começou a circular entre os letrados da região até romper a bolha local e alcançar Lisboa.

A crítica de Cruz e Silva não foi bem recebida pela capital, que rapidamente censurou o poema. Enquanto quase todas as cópias dos manuscritos eram recolhidas e destruídas por Diogo Inácio de Pina Manique, sob aval do Marquês de Pombal e justificativa de intensa relação com

⁷⁶ Segundo estudos da bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro (2002), Francisco José da Silveira Falcato é apontado como o desembargador responsável pela difusão do poema entre os letrados que residiam em Elvas naquele período. A nota biográfica apresentada por Rodrigo Velloso na edição de 1876 de *O Hissope*, indica que a casa de Silveira Falcato foi ponto de encontro de poetas e juristas, onde Cruz e Silva “também ali se achava quase cotidianamente”. VER: VELLOSO, Rodrigo. Aviso do editor. In: CRUZ E SILVA, António Dinis da. *O Hyssope*: poema heroe-comico em 8 cantos. Barcellos: Typ. da Aurora do Cavado, 1876, p. V-XLIV.

⁷⁷ A composição original, conforme indicado em manuscrito datado em 1768, contava com seis cantos. O poema, contudo, passou por inúmeras correções e aperfeiçoamentos feitos por Cruz e Silva, resultando na edição amplamente conhecida de oito cantos. A filóloga Ana María García-Martín (2004) alerta ainda para a existência de uma edição do poema com nove cantos, mas tal cópia foi desconsiderada por não apresentar evidências suficientes que atestassem a participação do autor na composição do suposto nono canto.

a ideologia revolucionária francesa, Cruz e Silva foi nomeado Desembargador da Relação do Rio de Janeiro em 1774 – posição que o colocou a um oceano de distância de Portugal. Quase 20 anos depois, em 1792, Cruz e Silva assumia o cargo como Chanceler da Relação do Rio de Janeiro. Logo após à nomeação, foi convocado como juiz agravante para participar do julgamento dos inconfidentes Tomás António de Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Os três réus eram, além de integrantes ativos da revolução ocorrida em Minas Gerais, poetas árcades brasileiros que articulavam na literatura a disseminação do ideal de emancipação de Vila Rica e possuíam proximidade com Cruz e Silva (TEIXEIRA, 1999). Junto à autoria d’*O Hissope*, este seria um dos momentos marcantes na memória sobre o jurista.

O empenho dos agentes censores não foi suficiente para impedir a circulação da obra. *O Hissope* nasceu da verve poética de Cruz e Silva, encontrou forma pelas letras de Francisco José da Silveira Falcato e ganhou vida nas múltiplas leituras e apropriações daqueles que eram apresentados aos versos. Mas foi apenas quando encontrou o solo francês que a obra alcançou o reconhecimento internacional que possui atualmente (PINHEIRO, 2002).

O Hissope era conhecido pelos órgãos de censura e a veiculação do material já havia sido razão de muitas prisões no final do século XVIII (CARVALHO, 1921). O ideal era investir na publicação fora do território português, onde a censura não conseguiria extinguir o poema. Pouco depois da morte de Cruz e Silva, em respeito ao que foi estabelecido pelo Estatuto da Arcádia,⁷⁸ Silveira Falcato teria enviado o poema para alguns editores portugueses que residiam na França no início do século XIX (VELLOSO, 1876). Desde então, a obra foi marcada por um extenso histórico de edições e reedições francesas que a elevaram ao posto de reconhecimento que ocupa atualmente.

A predileção pelos franceses não se dá em vão. O século XIX é marcado por uma Paris que era considerada o centro das letras e das artes, se transformando em um palco atrativo para letrados e artistas de todos os países – principalmente aqueles que vinham de lugares onde o exercício artístico não podia ser livremente praticado (COOPER-RICHET, 2009). Logo seria identificada uma variedade de nacionalidades instaladas na capital francesa, fazendo com que essa se destacasse também na produção e difusão de materiais impressos produzidos em outras línguas. Segundo apontado por Diana Cooper-Richet (2009), a impressão em língua estrangeira

⁷⁸ Conforme previsto pelo Estatuto da Arcádia, só poderia haver publicações das obras produzidas por seus poetas após o falecimento deles – reforçando a ideia de que a academia possuía grande preocupação em proteger a atuação profissional de seus autores, discernindo-os tanto da identidade árcade e pastoril quanto das obras produzidas por eles. Ver: GARÇÃO, Pedro Correia (et al). *Estatutos da Arcádia Lusitana*. Lisboa: Edições Vercial, 1756.

agradava tanto aos eruditos e especialistas quanto aqueles estrangeiros que visitavam ou residiam em Paris.

Segundo proposto pela historiadora, foram publicados cerca de 560 títulos em português no solo parisiense entre os anos de 1797 e 1850, gerando uma média de 30 publicações anuais empreendidos por casas tipográficas comandadas por nomes como Jean Pierre Aillaud, Francisco Rolland, Junio Constance de Villeneuve, Martin Bossange, Pierre Plancher, a família Didot, Baptiste-Louis Garnier e Louis Mongie – que além de investirem na publicação de obras lusófonas em Paris, também se mudaram para o Brasil a fim de empreender publicações em solo sul-americano. O momento também era oportuno para a inserção de tais impressos no Brasil, que começou a receber um volume considerável de livros exportados pela França – que inflava o cenário de insatisfação da colônia em relação à metrópole portuguesa (COOPER-RICHET, 2009).

Complementar ao comércio de obras lusófonas, o momento também foi marcado pelo surgimento de intelectuais que começaram a refletir sobre a produção literária em Portugal,⁷⁹ conjecturando certa linearidade em um discurso sobre a história da literatura de língua portuguesa. Dentre aqueles, destacarei a contribuição de Ferdinand Denis (2018) que enriqueceu não apenas a construção de um discurso sobre literatura portuguesa, mas também dedicou grande parte de seus estudos a entender a literatura de língua portuguesa produzida no (e para o) Brasil. Conforme apontado por Regina Zilberman (2018), o destaque na produção de Denis está na dissociação entre Portugal e Brasil na compreensão da estrutura e história literária de ambas as nações. Ferdinand Denis foi o primeiro a dividir as literaturas de língua portuguesa entre dois grupos: o núcleo brasileiro e o português. Tal discernimento será um forte aliado dos intelectuais brasileiros na transição entre os séculos XIX e XX que buscam legitimidade e emancipação cultural para o Brasil.

O Hissope no Brasil Modernista: apontamentos iniciais

No Brasil, *O Hissope* ocupou um lugar cômodo e favorável para a sua perpetuidade. Eternizado nas análises de Ferdinand Denis, Teófilo Braga, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas

⁷⁹ Consideraremos aqui as contribuições de Jean-Claude Laborie (2013) e Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016) na interpretação de tais indivíduos enquanto agentes mediadores, ou *passeurs culturels*, na formulação de um conhecimento baseado na condensação de um vasto conhecimento para contribuir com o alcance do cultural e científico em seu país. VER: LABORIE, Jean-Claude. Estudo de mediações: o caso Ferdinand Denis. *Ponto e vírgula: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 13, 2013, p. 66-77; GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

e Camilo Castelo-Branco, o poema configurou-se como importante obra do século XVIII português – que, por outros diversos fatores, estava diretamente relacionado ao cenário brasileiro. A longevidade da obra atravessou as décadas e se fez presente em momentos importantes para a construção e consolidação da identidade e memória brasileiras, mas a figura de Cruz e Silva ainda despertava o questionamento daqueles que refletiam sobre a literatura enquanto expressão da essência de uma nação.

O primeiro contato do poema com o território brasileiro foi em 1843, quando *O Hissope* foi incluído numa série de publicações que visavam a difusão da produção cultural francesa para o público familiar nas páginas do periódico *Museo Universal*, da tipografia do francês Junius Villeneuve, um dos muitos editores que expandiu o mercado de livros em Paris para o Brasil (SANTANA JÚNIOR, 2019). Entre outubro de 1843 e março de 1844, todos os cantos d'*O Hissope* foram publicados separadamente entre as edições do periódico. De tais publicações no *Museo Universal*, nasceu uma compilação posterior, intitulada *Archivo poético, ou seleção de poesias escolhidas* – publicada em 1853 sob selo da Typografia Imp. e Const. De Junius Villeneuve. Esta seria a única edição do poema impressa como livro no Brasil.⁸⁰

O autor, por sua vez, já era amplamente reconhecido pelos intelectuais brasileiros. Mas não pela relação que possuía com o Brasil, proveniente dos anos que residiu no país enquanto atuava como Desembargador e Chanceler da Relação, tampouco pelo domínio das letras ao relatar as paisagens brasileiras em sua versão das *Metamorfoses*, ou sua participação na fundação da Arcádia Lusitana. Sequer as homenagens tecidas por Machado de Assis (SILVA; CEZAR, 2014) suprimiram da memória sobre o autor sua participação no julgamento dos réus da Inconfidência Mineira. Considerado por alguns como traidor de seus amigos de letras, pelo fato de Cruz e Silva ter sido colega de classe de Claudio Manuel da Costa em Coimbra (TEIXEIRA, 1999), o jurista e poeta foi frequentemente questionado por aqueles que buscavam formular uma perspectiva de nação a partir dos escritos literários brasileiros.

Contudo, os questionamentos à figura de Cruz e Silva estavam associados a um momento político, estético e ideológico da elite intelectual brasileira do final do século XIX. O objetivo das críticas não era apenas entender (ou atacar) o autor, mas estabelecer certa independência intelectual – que, conforme defendido por Bernardo Ricupero (2004), se dá pela literatura.

Para os homens, e algumas poucas mulheres, que começam a ter atuação política e literária na época que se segue à independência da maior parte das

⁸⁰ A única cópia da referida edição está armazenada na biblioteca da Universidade de Winsconsin, nos Estados Unidos da América, sem possibilidade de acesso por meio virtual.

antigas colônias ibéricas na América, a tarefa principal que se impõe é definir mais precisamente a identidade política e cultural desta parte do globo tão recentemente colocada em contato com as outras (RICUPERO, 2004, p. 12)

A necessidade de formação de uma identidade nacional não era exclusiva ao Brasil, mas o Brasil foi um dos únicos países da América Latina que não abraçou uma identidade colonizadora. Buscou-se construir algo novo e que se destacasse em relação aos demais países da América Central e do Sul. Dessa forma, “o romantismo caiu como uma luva às necessidades da elite intelectual brasileira do século XIX que, tendo formalizado a independência, necessitava criar um discurso identitário próprio” (MONTEIRO, 2009, p. 211). Desse modo, a transição entre os séculos XIX e XX no Brasil, ao menos no âmbito literário, foi marcada por debates que giravam em torno de uma herança portuguesa contra a autonomia brasileira em sua produção artística e literária. “Foi com base nesse norte que vários intelectuais, entre 1840 e 1870, buscaram ler o passado literário pré-romântico e buscar estabelecer os fundadores da literatura brasileira” (MONTEIRO, 2009, p. 214) para estabelecer o que era ser brasileiro a partir do imaginário literário. Projeto que já havia começado, no início do século XIX, por intelectuais estrangeiros como Almeida Garrett e Ferdinand Denis (MONTEIRO, 2009).

Banhando-se no romantismo brasileiro, o modernismo buscou redescobrir o Brasil por outra perspectiva. Ao modernismo brasileiro, cabe uma compreensão que escapa à ideia de uma origem essencial da pura identidade. Contudo, e respeitando a delimitação traçada por André Monteiro (2009), o modernismo aqui compreendido diz respeito àquele vinculado a Mário e Oswald de Andrade. Desconsiderarei, neste breve artigo, os modernismos do verde-amarelismo e o chamado romance modernista dos anos 30 que estão vinculados “às ideologias identitárias dominantes no romantismo canônico” (MONTEIRO, 2009, p. 216). Reduzindo ainda mais o recorte conveniente a este texto, focarei nos escritos de Oswald de Andrade, em *A Utopia Antropofágica* sobre *O Hissope* e seu autor.

Conforme apresentado por Jorge Schwartz (1995), Oswald de Andrade era um autor altamente envolvido com a realidade social e seu ideário antropofágico, “ainda na década de 1920, revela um homem preocupado em resolver as candentes questões de dependência cultural” (SCHWARTZ, 1995, p. 87), principalmente aquelas sobre o Brasil em relação à Portugal. Reconhecido como importante figura na literatura portuguesa e brasileira, Cruz e Silva era frequentemente associado às inconfidências e aos movimentos literários que surgiram no país a partir de então.

Compreendendo a partir do conceito de *intelectual engagé*⁸¹, o vanguardista considerava como moderno todo e qualquer movimento artístico que se opunha ao passado. Para ele, modernos seriam “o barroco em relação ao romantismo, o renascimento em relação ao classicismo, o simbolismo em relação ao realismo ou as vanguardas em relação ao academicismo” (SCHWARTZ, 1995, p. 88). Dessa forma, abrir o seu manifesto antropofágico com uma reflexão sobre a influência dos poetas inconfidentes e criticando acidamente Cruz e Silva delimita não apenas sua revolta em relação à dependência cultural do Brasil para com Portugal; como também sua insatisfação perante a personalidade burguesa de Cruz e Silva.

Na biografia elaborada por Andrade sobre Cruz e Silva, nos é apresentado um jurista que agia conforme os mandos e desmandos da Corte Portuguesa, característica frequentemente criticada por Andrade. Quando comparado ao seu colega de letras, Padre António Correia Garção, fica evidente o tipo de intelectual que é valorizado pelo modernista. Sobre este, Andrade afirma que “à Garção não sobre só o estro, mas também o caráter” (ANDRADE, 2011). O episódio no qual Cruz e Silva condena os inconfidentes mineiros ficará marcado por Oswald de Andrade como o momento em que ele traiu⁸² os intelectuais.

Desse modo, Andrade estabelece certo distanciamento de Cruz e Silva e aversão ao suposto perfil europeu que ele representa, condenando o aparente alinhamento aos mandos e desmandos da Coroa Portuguesa que, sob a ótica de Andrade, comprometeram o desenvolvimento pleno da literatura brasileira (ANDRADE, 1990). É interessante observar que as principais críticas de Andrade sobre o jurista giram em torno de sua origem portuguesa que o ausentaram das mazelas sofridas pelo povo brasileiro – consideradas fundamentais, pelo modernista, para a produção literária realmente pertinente ao Brasil.

Contudo, até mesmo Oswald de Andrade tece elogios ao *Hissope*. Resignificado por leitores para fins revolucionários, apropriado pela França para cumprir um viés de desmantelamento do Antigo Regime e promover a queda da Coroa Portuguesa, os cantos sobre o deão Carlos de Lara recebem o prestígio pelo vanguardista, sob o cuidado de dissociar tal obra de seu autor. Sua excelência se dá pelo uso atribuído por terceiros, provavelmente superando as expectativas de Cruz e Silva e, certamente, sobressaindo-se em relação ao mesmo.

⁸¹ VER: SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Trad. Sérgio Góes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.

⁸² VER: BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

Referências bibliográficas:

- ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BRAGA, Teófilo. *Arcádia Lusitana*: Garção, Quita, Figueiredo, Diniz. Porto: Livraria Chardron, 1899.
- CARVALHO, Francisco Augusto Martins de. *As edições do "Hyssope"*: apontamentos bibliográficos. Coimbra: Casa Tipographica, 1921.
- CASTELO-BRANCO, Camilo. *Scenas Innocentes da Comedia Humana*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1863.
- CRUZ E SILVA, Antonio Diniz da. *O Hyssope*, poema herói-comico. Paris: sob falsa tipografia londrina, 1802.
- CRUZ E SILVA, António Diniz da. *O Hyssope: poema heroe-comico em 8 cantos*. Barcellos: Typ. da Aurora do Cavado, 1876, p. V-XLIV.
- DENIS, Ferdinand. Notice biographique sur Antonio Diniz da Cruz e Sylva. In: CRUZ E GARCÍA-MARTÍN, Ana Maria. O Hissopo de nove cantos: uma versão pouco conhecida do poema heróico-cômico. *Revista Internacional de Cultura e Ciência*, n. 2, Elvas, 2004, p. 15-42.
- LA SERNA, Jorge Antonio Ruedas. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- MONTEIRO, André. Romantismo e modernismo: a construção do cânone de nacionalidade na literatura brasileira. *Revista Verbo de Minas*, v. 8, n. 15, jan./jun. CESJF. Juiz de Fora. 2009. Pp. 211-223. Acessível em:
https://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2015/12_Andre.pdf
- PINHEIRO, Ana Virgínia. Os manuscritos literários da Biblioteca de D. João, Príncipe Regente de Portugal. *Convergência Lusitana*. Número especial, 2002, p.59-70.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-Americanas*. Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos. São Paulo: Edusp, 1995, p. 45-95
- SILVA, Lucas Henrique da; CEZAR, Adelaide Caramuru. "O País das Quimeras (conto fantástico)" (1862) de Machado de Assis: sua estrutura e peculiaridades, 2014. Disponível em:
< http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/ARTIGOSANAIS_SEPECH/lucashsilva1.pdf>.
Acessado em 17 jul. 2021.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.
- ZILBERMAN, Regina. Almeida Garrett e o cânone romântico. *Via Atlântica*, n. 1, março, 1997, p. 54-65.

PERMANÊNCIAS E ROMPIMENTOS HEGELIANOS EM O ARCO E A LIRA DE OCTAVIO PAZ [1914-1918]

Maycon da Silva Tannis⁸³

Resumo: O presente artigo visa tratar da relação de continuidade e descontinuidade com os elementos da elaboração hegeliana a respeito do pensamento e como este afeta de várias maneiras a compreensão sobre o pensamento ensaístico e poético de Octavio Paz. Neste sentido elaboro nas páginas seguintes um debate que trata da crítica paziana ao proceder dialético de Hegel, bem como a demonstração de que não há uma exata forma de separação entre um e outro. Ainda que Paz trate de compreender a poesia para além da mera conceitualidade e da representação, existe uma certa porosidade entre o projeto hegeliano que encaminha o pensamento para uma determinada efetividade (*Wirklich*) e a elaboração poética centrada no “conforme a fins”. Esta porosidade indica um descaminho possível na elaboração paziana que não está preocupada com resultados apenas, mas na justificativa de um método que permita a visibilidade de um pensamento que não se centra em conceitos.

Palavras-chave: Deontologia; Octavio Paz; Poesia; Estética; Teoria.

Abstract: This article aims to dealing with the relationship of continuity and discontinuity with the elements of the Hegelian elaboration regarding thought and how it affects in various ways the understanding of the essayistic and poetic thought of Octavio Paz. which deals with the Pazian critique of Hegel's dialectical procedure, as well as the demonstration that there is no exact form of separation between one and the other. Although Paz tries to understand poetry beyond mere conceptuality and representation, there is a certain porosity between the Hegelian project that directs thought towards a certain effectiveness (*Wirklich*) and the poetic elaboration centered on “according to the ends”. This porosity indicates a possible deviation in the Pazian elaboration that is not concerned with results only, but with the justification of a method that allows the visibility of a thought that is not centered on concepts.

Keywords: Deontology; Octavio Paz; Poetry; Aesthetics; Theory.

A História, descoberta de sua situação *in medias res* com o ficcional e o conceitual, abre as portas para um renascimento – ou assim deveria ser – e para uma compreensão da natureza do discurso histórico. No outro lado não há chance de dar certo. Octavio Paz evidencia essa impossibilidade tomando partido contra a entrada da poesia nos conformes de uma dialética que permite a re-invenção do real. Para o poeta, o discurso poético não pode ser dialético por si só, é um elemento que existe e produz sentido no mundo, isto é, tem ou se liga à efetividade (*Wirklich*) sem a necessidade de aderir ao pressuposto da não-contradição, quando seus termos apresentariam uma acalmia em relação às suas existências dentro do objeto poemático. Isto seria uma adequação sem a tensão, sem a produção de um vazio. Dito de outra forma, tomar a

⁸³ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro sob orientação do Professor Doutor Luiz de França Costa Lima Filho. Onde desenvolve a pesquisa “História Poética e Poética da História em Octavio Paz” cujo financiamento é propiciado pela Bolsa FAPERJ/ Nota10. E-mail: ms.tannis@yahoo.com .

poesia, ou mesmo qualquer objeto estético (*mímema*), não se adequa à lógica dialética, pois é uma finalidade sem fim e, como sua base é de conceito segundo a fins, as forças que o compõe não são anuladas em sua contradição, elas são a própria contradição, a própria tensão, como afirma Paz:

Não é necessário recorrer a uma impossível enumeração de imagens para perceber que a dialética não abrange todas. Algumas vezes o primeiro termo devora o segundo. Outras, o segundo anula o primeiro. Ou então, não se produz o terceiro termo e os dois elementos aparecem frente a frente, irreduzíveis, hostis. (PAZ, 2012. P.104)

Essa condição não muda, não se estabiliza. Dizer isso é mais uma real condenação ao paradigma da imitação e seus correlatos. Qualquer traço de imitação do real, seja como Ideia (platônica) ou mesmo Representação, não se seguram diante da impossibilidade de ter no objeto estético uma recriação do real ou mesmo uma confiança nos dados de realidade que esse objeto traz consigo. Não à toa, Paz especifica as imagens de Humor como as que se fecham mais nessa forma de produção: “As imagens de humor pertencem geralmente a esse último tipo: a contradição só serve para afirmar o caráter irreparavelmente absurdo da realidade, ou da linguagem” (PAZ, 2012. P. 104), uma vez que o humor é a mais alta forma de produção de vazio. Se pudéssemos falar em uma dialética do humor, ela seria sempre vazia e com a formatividade sempre prenhe de um Ser-aí possuidor de uma autenticidade momentânea, que sempre retorna à inautenticidade do mundo da vida, sempre, no entanto, arrasando a sua efetividade. Paz retira assim o objeto mimético de um sistema que se desdobre a partir do conceito:

Enfim, embora muitas imagens se desdobrem segundo a ordem hegeliana, quase sempre se trata mais de uma semelhança que de uma verdadeira identidade. No processo dialético pedras e penas desaparecem em favor de uma terceira realidade, que não é mais pedra nem pena, e sim outra coisa. Mas em algumas imagens – precisamente as mais elevadas – as pedras e as penas continuam sendo o que são: isto é isto e aquilo é aquilo; e, ao mesmo tempo, isto é aquilo: as pedras são penas sem deixar de ser pedras. O pesado é o leve. Não se dá a transmutação qualitativa que a lógica de Hegel pede, como não houve a redução quantitativa da ciência. Em suma, também para a dialética a imagem constitui um escândalo e um desafio, também viola as leis do pensamento. (PAZ, 2012. P. 105)

E ao tomar uma postura definida pela oposição a Hegel, Paz traz à tona seu grande espantinho, que vai desenvolver uma crítica profunda. Mas aqui neste trabalho cabe a pergunta: que Hegel é esse contra qual Paz se levanta? Na passagem acima, Paz é bastante pontual e econômico – o que não retira a profundidade e a força de suas palavras – a respeito da sua própria compreensão do sistema Hegeliano. Considerando o que o ator fez e não o que ele

deixou de fazer, é importante tomarmos a centralidade de sua crítica que está na impossibilidade de a poesia ser localizada na *Aufhebung* (suprassunção). Na sequência, Paz ainda aponta outro aspecto vital para a sua teorização:

A razão dessa insuficiência – porque é uma insuficiência não poder explicar algo que está aí, diante de nossos olhos, tão real quanto o resto da chamada realidade – talvez consista que a dialética é uma tentativa de salvar os princípios lógicos – especialmente o da contradição – ameaçados por sua incapacidade cada vez mais visível de digerir o caráter contraditório da realidade. A tese não se dá ao mesmo tempo que a antítese; e ambas se dão como realidades simultâneas, e ambas desaparecem para dar lugar a uma nova afirmação que, ao englobá-las, as transmuta. Em cada um dos três momentos reina o princípio da contradição. Afirmação e negação nunca se dão como realidades simultâneas, pois isso implicaria suprimir a própria ideia de processo. Ao deixar intacto o princípio da contradição, a lógica dialética condena a imagem, que faz pouco caso desse princípio. (PAZ, 2012. P. 106)

O argumento paziano é breve, porém eficaz. Por um lado, deve-se tentar enxergar o ganho que essa compreensão sobre a dialética hegeliana tem, bem como seu enquadramento funcional dentro da fundamentação epistêmica que silencia o pensamento a respeito da *mimesis* para além da sua versão incompleta, ineficaz e omissa: a imitação e seus correlatos. Por se dirigir ao conceito (tendendo ao conceito puro), o tratamento que se pauta na lógica dialética de Hegel, como podemos observar em Auerbach e sua monumental obra *Mimesis* (1941), não se abre para uma instância que privilegie a teorização do objeto mimético e suas estruturas fundamentais. Cito aqui Auerbach como um exemplo de como a proximidade com o – no caso do filólogo, uma imersão no – sistema hegeliano produz uma resposta para o mundo, mas não para a teorização. Se o ganho do pensamento de Auerbach está no contraste que seu pensamento sobre a *mimesis* tem em relação à Aristóteles, a força e a teleologia (centrada no real e para o real) reafirma a imitação como um valor da arte (ainda que em outros correlatos). Em Auerbach a *mimesis* é tomada como um elemento de representação direta da realidade pois os conformes do sistema hegeliano exigem que o objeto estético estabeleça uma relação com o mundo da vida, uma relação de toque sensível:

Imitação da realidade é a imitação da experiência sensível na vida terrena, a cujas características essenciais parecem pertencer a sua historicidade, a sua mutação e o seu desenvolvimento; por mais liberdade que se queira dar ao poeta imitativo para a sua criação, esta qualidade, que é a sua própria essência, ele não deve tirar da realidade. (AUERBACH, 2016. P. 66)⁸⁴

⁸⁴ Como a presente (e única edição Brasileira) me parece ter mudado muito o sentido original exposto por Auerbach, faço questão de ofertar ao leitor deste trabalho a tradução em língua inglesa: “*Imitation of reality is imitation of the sensory experience of life on earth – among the most essential characteristics of which would seem to be its possessing a history, its changing and developing. Whatever degree of freedom the imitating artist may*

A adesão ao sistema hegeliano é bastante ampla na obra de Auerbach, a sua concepção de literatura está colada na efetividade do real (*Wirklich*), essa junção dialética com o mundo da vida reduz a compreensão da literatura tanto quanto do fenômeno mimético à base da imitação. Não necessariamente a *imitatio* propriamente dita, mas, toda a compreensão se satisfará com o reconhecimento de estruturas de representação do real da obra. A discussão ampla no campo historiográfico sobre representação – de quando em quando passando por outros termos que, sem deixar de se remeter ao realismo típico de nossa cultura intelectual, fazem as vezes de análises disruptivas a respeito da natureza do *mimesis*⁸⁵ – parece ser o limite que a restrição ontológica do pensamento e do consequente emudecimento teórico tem como efeito.

Retomando o pensamento paziano, o ganho é a verificação da insuficiência que representa o pensamento pautado pela dialética. A dialética aplicada ao objeto estético precisa necessariamente deslocar a sua natureza do terreno “conforme a fins” para uma conceitualidade que permita dar conta da obra e fixar suas origens no real, o seu sentido (um sentido específico), ainda que haja um direcionamento fluido que “imprime sentido à marcha ziguezagueante do poema.” (PAZ, 2012. P. 166).

Essa estrutura de pensamento é complexa e permite respostas relacionais com o contexto, ao mesmo tempo que a complexidade dada se torna externa à obra (ficção externa) e partimos nesta tese da compreensão paziana de que a criação poética “*assume sempre a forma de intrusão*” (PAZ, 2012. P. 164), o que nos remete à possibilidade de termos na poesia uma criação que não seja a fixa expressão de uma subjetividade, mas, considerando a composição formal do poema, Paz nos aponta um caminho mais completo e menos visível: “A voz do poeta é e não é dele.” (PAZ, 2012. P. 164). E ao afirmarmos isso começamos a questionar as bases do pensamento cuja linhagem comete o duplo engano, segundo Paz: “*Uns afirmam que a poesia vem do mundo externo; outros que o poeta é autossuficiente.*” (PAZ, 2012. P. 164), e os dois modos reafirmam a possibilidade de explicar o poema e explicar tomando em consideração a sua ambiência sócio-histórica.

O contexto impõe um realismo analítico que encerra a possibilidade de teorização e de abertura constante da obra. Quando se considera a obra nessa estrutura de pensamento, os seus

be granted in his work, he cannot be allowed to deprive reality of this characteristic, which is its very essence.” (AUERBACH, Erich. *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*. 1946. Princeton: Princeton UP, 2003.)

⁸⁵ Dentro dos conjuntos teóricos que atravessam a experiência brasileira, destaco ainda a tentativa de uma definição do sentido imitativo e anti- teórico da *mimesis*, cuja tentativa de tradução se dá como Mimese se comporta como a mera representação do real no objeto estético.

valores se tornam fixos e a obra deixa de fazer parte do seu tempo e vira mera representação deste. A força mimética da obra se fecha sobre o domínio da semelhança. A diferença, por sua vez, é tomada como fator estilístico ou como desenvolvimento interno da obra. A insuficiência, em Paz, é também uma crítica às tentativas mais exemplares de resumir a obra a qualquer elemento, mesmo ela própria. A obra de arte é sempre dotada de um vazio sobre o qual não se pode falar, apenas esperar seu preenchimento e realização em quem experimenta.

Por outro lado, a consideração paziana se pauta, como muitas outras, em uma crítica a um hegelianismo que se resume à dialética. Ora, o elemento da dialética é o ponto deveras importante no sistema de Hegel, mas não é seu ponto final, tampouco, seu objetivo. O sistema hegeliano percorre caminhos necessariamente próximos ao da dialética, mas ela representa, em um plano macroestrutural desse sistema, uma parcela muito curta e localizada em um movimento específico do encaminhamento para a efetividade (*Wirklich*). Em termos mais claro, já no Prefácio de 1812 da *Ciência da Lógica* ele indica resumidamente a base trinitária de seu sistema, a mesma base que é possível estender um arco de pensamento que vai da *Fenomenologia do Espírito* (1807) até as *Lições sobre Estética* (1838) cuja organicidade da lógica (sistema do pensamento) é um elemento que se mantém. A sua base trinitária é formada pelo *Entendimento*, pela *Razão Negativa* e pela *Razão Positiva*:

O Entendimento determina e mantém as determinações; a razão é negativa e dialética porque ela dissolve as determinações do entendimento em nada; ela é positiva porque produz o universal e compreende o particular inserido nele. Assim como o entendimento costuma ser tomado como algo separado da razão em geral, assim também a razão dialética costuma ser tomada enquanto separada da razão positiva. Mas em sua verdade a razão é o espírito, que é mais elevado do que ambos, a razão entendedor ou entendimento racional. (HEGEL, [1812] 2016. P.28)

O que ainda nos levaria a pensar que mesmo em Hegel há uma divisão de tarefas bastante contundente em relação às 3 etapas do pensamento. Se por um lado, em diferença a Kant, Hegel permite a interação com as coisas do mundo e a sua interiorização no homem a partir da linguagem (HEGEL, [1831] 2016. P.32), isto é, tudo o que o homem compreende do mundo é feito a partir da linguagem, todo o seu conhecimento está nela:

A linguagem se inseriu em tudo aquilo que se torna para ele [o seu humano] em geral um interior, uma representação, em tudo aquilo de que ele se apropria, e o que ele torna linguagem e exprime nela contém de modo mais encoberto, mais misturado e mais elaborado uma categoria; tão natural que lhe é o lógico, ou, precisamente: o mesmo é a sua natureza peculiar. (HEGEL, [1831] 2016. P.32)

A consideração de Paz se omite a respeito da totalidade da obra hegeliana, ao mesmo tempo em que está muito próximo do seu sistema de pensamento. Hegel já considera a linguagem como o elemento de intermediação entre o homem e o mundo. Ela perpassa todo o seu sistema, bem como toda a experiência humana. Lembrando o ainda pouco citado, Auerbach, a imitação é a imitação da experiência sensorial da vida, sendo assim, tudo o que nos é perceptível pelos sentidos é elaborado a partir de uma razão; Em Hegel a razão primeira é o entendimento, o primeiro contato entre o mundo da vida e uma estrutura que nos permite interpretá-lo. Claro, em termos hegelianos a razão, mesmo na imediatez do cotidiano, é juma razão que age por si só. Não há na compreensão de sensível, sensorial ou linguagem, elementos que extrapolem. Essa separação é problemática pois racionaliza em excesso e joga para fora tudo o que não pode ser elaborado de forma radicalmente racional, como por exemplo as emoções, a metáfora absoluta. De modo que a sua compreensão é sempre restrita às suas possíveis representações, respaldadas no conjunto de estruturas racionalmente dispostas a partir dos conjuntos universais, isto é, as categorias.

Com isso Hegel faz uma importante passagem: o entendimento é, ainda que a instância mais próxima ao acontecimento, um elemento mediado e formado pela linguagem (a mesma que formulará os outros 3 termos), ao mesmo tempo que ele não é suficiente, pois a sua proximidade com o objeto o torna incapaz de pensar sobre ele. Para tal movimento é necessário que haja um afastamento. A razão é quem opera esse afastamento, tanto do si mesmo, quanto deste para o objeto do mundo. Hegel afirma categoricamente que “a Razão é Espírito, que é mais elevado que ambos, a razão entendedora ou o entendimento racional” (HEGEL, [1812] 2016. P.28). E, por sua vez, “O Espírito é o negativo, aquilo que constitui a qualidade tanto da razão dialética como do entendimento; - ele nega o simples, e assim ele põe a diferença determinada do entendimento; ele também assim a dissolve, assim ele é dialético.” (HEGEL, [1812] 2016. P.28). A passagem de uma modalidade do pensamento para a outra – interiorização do elemento do mundo da vida (*Res/Ding an Sich*) – se dá pelas possibilidades de rompimento que a dialética traz. A dialética apresenta uma possibilidade de ganho, em termos de pensamento, pois ela cria o terceiro, o terceiro termo capaz de produzir uma acalmia das duas forças que ela põe em jogo, ou seja, sua capacidade de suprasumir tese e antítese e dar lugar a um termo que se abra para além do contingenciamento de ambas as forças. Mas esse movimento não se encerra na mera dialética, para o próprio Hegel a dialética é um movimento de anulação de forças, mas não da contradição motora que a forma. O Espírito é um lugar de movimento, a partir do momento em que se forma o termo suprasumido, agora é possível o reestabelecimento de uma nova forma simples, como no entendimento, mas que se abre a uma

univocidade, a univocidade do conceito, que é, essa sim, a mais alta instância que o sistema hegeliano toma como fundamentos radicais do pensamento. O Espírito,

Contudo, ele não conserva em nada deste resultado, mas é nisso igualmente positivo e, com isso, é concreto em si; sob este universal não é subsumido um particular dado, mas naquele determinar e na sua respectiva dissolução o particular já se co-determinou. Esse movimento espiritual que em sua simplicidade fornece a si a sua determinidade e, nessa última, sua igualdade consigo mesmo, movimento este que, com isso, é o desenvolvimento imanente do conceito, é o método absoluto do conhecer e, ao mesmo tempo a alma imanente do próprio conteúdo. (HEGEL, [1812] 2016. P.28)

A determinação proposta por Hegel se encaminha para seu projeto de estabelecer uma lógica que estivesse unida a um projeto metafísico, a autoconsciência do espírito se forma em um ambiente metafísico. Esses dois vetores são parte de seu enfrentamento à ontologia anterior, isto é, à ontologia kantiana que reduziu o papel da metafísica no pensamento:

“A doutrina exotérica da filosofia kantiana – de que o entendimento poderia ultrapassar a experiência, caso contrário, a faculdade do conhecimento tornar-se-ia razão teórica, que para si, daria à luz nada a mais que quimeras – justificou pelo lado científico, a renúncia ao pensar especulativo.” (HEGEL, [1812] 2016. P.28),

e Hegel se lamenta por isso, sua resposta, claro, é um rearranjo das faculdades de conhecimento que permitam a reintegração da metafísica no sistema de pensamento, ainda que o corte de validade de um conhecimento não seja a metafísica, mas a capacidade de a razão não ser anulada por nenhuma outra força.

Uma vez que seja no homem, em sua relação de externalidade com o mundo, onde se realiza o pensamento em sua mais alta forma, o especulativo. Isto é, a doutrina exotérica de Hegel é uma interpretação da doutrina kantiana com preocupações metafísicas. Tornando todo o sistema móvel. A mobilidade com a qual conta o sistema hegeliano é imensa, uma vez que o objeto também tem a capacidade de interagir com o observador. Em comparação com Kant que tinha no objeto (*Gegenstand*) um elemento imóvel, afetado somente pela razão e, mesmo assim, sob a forma de compreensão. Assim, a projeção de uma metafísica no sistema hegeliano não é um recuo, mas uma extrapolação da metafísica kantiana visando tão somente a unificação entre sujeito e objeto, entre lógica e metafísica. Sem, no entanto, se tornar transcendental. A salvaguarda da metafísica feita por Hegel pretende-se como a formulação de uma extensibilidade que permita a não-exclusão da razão da relação homem-mundo. A metafísica é a salvaguarda da razão pois ela unifica todo o processo do pensamento.

A lógica de Hegel então se encaminha do Entendimento, cuja intenção é abstrata e interiorizante:

El pensamiento en cuanto entendimiento se queda parado en la determinidad fija y en la distintividad de ella frente a otra; un tal abstracto [así] delimitado vale para el entendimiento como siendo de suyo y como subsistente. (HEGEL, 1980. §80 P. 184)

É refinada pela dialética ou pelo que ele chama de razão negativa, onde as forças são anuladas – ou, como prefiro, entram em acalmia – em nome da suprassunção e se mantêm negativas, existe a contradição, mas o que se forma é um desenrolar que se abre como possibilidade para o conceito: “*El momento dialéctico es el propio superar de tales determinaciones finitas y su pasar a sus opuestas.*” (HEGEL, 1980. §81 P. 184) Esse encaminhamento para a suprassunção não se separa e se torna uma derivação científica nele mesmo, do contrário, se tornaria apenas uma mera negação e um dos termos. Essa confusão é comum em circuitos de pensamento que tomam a dialética hegeliana como sendo formada por tese, antítese e síntese. A síntese é um conceito que parte de um princípio de exclusão da contradição, não da manutenção acalmada desta. A dialética, na concepção de Hegel:

(...) se considera habitualmente como una habilidad extrínseca que puede producir arbitrariamente una confusión en determinados conceptos y una mera apariencia de contradicción en ellos, de modo que [según este modo de ver] lo nulo no serían aquellas determinaciones, sino la apariencia [de contradicción], y lo que el entendimiento capta, por el contrario, sería más bien lo verdadero. Frecuentemente la dialéctica se considera como algo que no va más allá de un sistema subjetivo para columpiar raciocinios que van de acá para allá y de allá para acá (HEGEL, 1980. §81 P. 184).

A esta diferença se soma que o próprio autor toma a dialética como a mais confiável ou verdadeira das determinações. Frente ao entendimento, a dialética já é um movimento de superação: “*Pero en su determinidad propia, la dialéctica es más bien la propia y verdadera naturaleza de las determinaciones del entendimiento, de las cosas y de lo finito en general.*” (HEGEL, 1980. §81 P. 184) O que nos faz questionar, mas de que forma a dialética se comporta estando no meio da grandiosidade que é o entendimento para a linguagem e do salto posterior que é o Especulativo? Hegel, sem entrar na determinação de sua doutrina do Ser estabelece um paradigma que sustenta a sua compreensão da necessidade dialética para o pensamento:

La dialéctica, por el contrario, es este rebasar inmanente en el cual se expone la unilateralidad y limitación de las determinaciones del entendimiento tal como es, a saber, como su propia negación. Todo lo finito es este superarse a sí mismo. Por ello, lo dialéctico constituye el alma móvil del proceder científico hacia adelante y es el único principio que confiere conexión inmanente y necesidad al contenido de la ciencia, del mismo modo que en él

reside en general la verdadera y no extrínseca elevación sobre lo finito (HEGEL, 1980. §81 P. 184).

E ainda:

La dialéctica tiene un resultado positivo porque tiene un contenido determinado o [lo que es lo mismo], porque su resultado no es verdaderamente la nada abstracta y vacía, sino la negación de determinaciones [sabidas como] ciertas, las cuales se conservan en el resultado, precisamente porque éste no es una nada inmediata, sino un resultado. (HEGEL, 1980. §82 P. 184).

Por fim, e contra o que Paz realmente se levanta, é o Racional-positivo, ou simplesmente, especulativo, onde Hegel afirma que “*Lo especulativo o racional-positivo aprehende la unidad de las determinaciones en su oposición, lo afirmativo que se contiene en la disolución. de ellas y en su pasar.*” (HEGEL, 1980. §82 P. 184). No momento anterior, a suprassunção concebe uma acalmia, mas mantendo a ordem de sua negatividade, a dialética da negatividade que ocasiona a continuidade do pensamento; o momento positivo, o especulativo, que é instância mais ampla do pensamento hegeliano, pois consegue arregimentar todas as categorias que foram formuladas a partir do movimento dialético e as subsumir sob um particular, sob um conceito. A partir daí, o observador que realiza o pensamento especulativo se torna aberto ao ganho real em termos de consciência de si para si, tampouco para o absoluto, que é a instância superior e meta do pensamento hegeliano:

Este [resultado] racional, por consiguiente, aunque sea algo pensado e incluso abstracto, es a la vez algo concreto porque no es una unidad simple, formal, sino unidad de determinaciones distintas. Con meras abstracciones o pensamientos formales la filosofía nada tiene que ver en absoluto, sino solamente con pensamientos concretos (HEGEL, 1980. §82 P. 184).

De onde podemos retirar a compreensão de que mesmo estando enraizado no procedimento dialético, a lógica de Hegel não é plenamente dialética, pois ela não se pretende como pragmática ou dogmática a fim de resolver como se daria a relação do homem com seu entorno (como fizera Kant). Hegel estabelece dois parâmetros, Espírito e Pensamento, ambos vetores se encaminham para o absoluto, mas o que é essa absoluto senão a reunião de todas as coisas possíveis e coesas pela metafísica. Se Hegel rompe com a estática das coisas, se ele as torna objetos dinâmicos na relação de si para si, ele não tende à dispersão, pois o julgo da metafísica ainda lhe é válido e edificador de seu sistema, para ele, em contraposição de Kant, existe a possibilidade de manter a existência da metafísica sem que ela incorra no transcendental, mas, ao fazer isso Hegel renova os acordos com a ontologia, não mais a

ontologia anterior, mas uma ontologia própria que se torna passível de ser escrutinada com a lógica. A lógica para Hegel é a compreensão absoluta da efetividade/realidade (*Wirklich*). De modo que o que resta a ser feito é percorrer o longo caminho do pensamento em suas divisões. Assim:

Estos tres lados no constituyen tres partes de la lógica, sino que son tres momentos de todo lo lógico-real, es decir, de todo concepto o de todo lo verdadero en general. Pueden ponerse en conjunto bajo el primer momento, es decir, bajo el entendimiento, y así mantenerlos separados, pero de este modo no son tratados con [arreglo a] su verdad propia. —La indicación que aquí se hace sobre las determinaciones de lo lógico, como también sobre su división, debe tomarse en cualquier caso como una indicación de carácter histórico y como anticipo (HEGEL, 1980. §79 P. 183).

Assim, compreendemos que ao tentar dar conta da unificação entre metafísica e lógica, Hegel elabora um sistema tripartido que corresponde à ascensão do pensamento ao especulativo. Ascensão, pois ao se retirar do contato imediato com os elementos que formam o costumeiramente chamado real, as coisas, sem renunciar às interiorizações destas, ele, o pensamento, se abre para um ganho, que é a compreensão dessas coisas em relação à sua posição na ontologia, na efetividade, no real: três palavras distintas, com naturezas afastadas para definir a elevação do pensamento (Entendimento, Dialético e Especulativo) para a sua forma capaz de pensar autenticamente. A dialética em Hegel é, então, um elemento que não ocupa o lugar mais amplo. Antes de tudo ele é um movimento que dota de mobilidade as forças que formaram o pensamento. A dialética, como pensada por Hegel é uma força motriz do fenomenicidade do outro, que ocasiona a sua extrusão para além de si mesmo e a interiorização do outro em si. Mas ela não resume todo a escalada proposta por Hegel.

Ao tomar a dialética como contraponto da sua teoria, Paz cria, à sombra de Hegel, um espantinho muito eficiente. Como crítico e frequentador de círculos muito influenciados pelo marxismo – com o qual vai romper oficialmente anos mais tarde – e mesmo pelo tradicionalismo hegeliano que já havia desembarcado nos EUA a partir da entrada e penetração das obras de Erich Auerbach e Leo Spitzer, podemos compreender melhor contra o que se debate Paz, uma vez que a sua imagem sobre o sistema hegeliano é incompleta e específica demais para tomarmos como uma oposição verdadeira. A princípio me pareceu que Paz trata da compreensão sobre a ênfase do conceito e, posteriormente, o que ele chama de *transmutação qualitativa* – de modo muito genial, uma vez que Paz sai da simples vulgarização da tradução de *Aufhebung* como Síntese, o que venho chamando, ao modo de Frei Henrique Vaz (Vozes, 1992), em sua tradução, de *Suprassumir*, a fim de erguer seu próprio programa intelectual,

inegavelmente influenciado por seu contato com a obra de Martin Heidegger. Mas, se sua crítica não se completa por conta de uma insuficiência em relação à consideração ao sistema hegeliano, o que pretende o projeto intelectual de Paz no *Arco e a Lira*?

Há falta de rigor filosófico em relação ao sistema hegeliano quando desviamos o foco da empreitada de Paz. Primeiramente, a escrita do *Arco e a Lira* é ensaística e o grau de invenção compensa essa insuficiência. Não é uma discussão sobre o sistema hegeliano e seus efeitos sobre o panorama crítico ocidental, mas é um ensaio sobre algo que impede a abertura para o pensamento poético. Ora, se considerarmos esse salto como uma possibilidade analítica nossa, enquanto leitores guiados por Paz, temos um ganho possível: que a crítica de Paz está se referindo a uma insuficiência do ocidente que é anterior ao próprio pensamento hegeliano. Essa insuficiência é definida por Paz a partir de um movimento de invenção (não do espantinho, mas ficcional). A escolha pelo sistema hegeliano é um dado muito claro da ausência de questionamento a respeito do terreno que ele chama de poético, mas, em ampla visão, a ausência crítica é a mesma que produz o ostracismo da teorização da *mimesis* fora dos parâmetros de mera imitação, cópia ou representação do real, tanto quanto faz com que a metáfora seja jogada como mera figura retórica.

Ora, os escritos de Paz indicam que há um ostracismo e uma redução ao conceitual para um elemento que não tem sua natureza fixada em conceitos – e, em adição a isso, complemento com a laudatória kantiana que não se fixa em conceitos senão em conceitos segundo a fins. A crítica paziana, portanto, se move de modo ensaístico em seu diagnóstico do problema da poesia e da deformidade gravitacional que esta forma em relação ao pensamento, bem como se ergue no ocidente uma forma insuficiente para dar conta desse elemento deformador. Mas seu segundo movimento é mais precioso: munido da abertura que a filosofia heideggeriana traz para o seu próprio pensamento, Paz, elabora o lugar e a natureza desse elemento poético. A ficção poética em Paz desafia a apreensão crítica pois ela, se considerarmos o sistema hegeliano, passa no teste de imediatez do entendimento, desmonta a acalmia proposta pela dialética e não se contenta com as estruturas categóricas de funcionamento do pensamento especulativo. O que é um triunfo para Hegel e para todos nós (principalmente nós historiadores), que ambicionamos uma contente e eficaz saída do pensamento e do sistema hegeliano, para Paz é a miséria do pensamento a respeito do fenômeno poético.

O homem precisa da estabilidade do mundo da vida, então, sua existência cotidiana não se encaminha para uma autenticidade, mas antes para a correspondência ideológica que lhe permite a sua autopreservação dentro da estrutura ontológica que omite o *Dasein*. Mas, como se não bastasse, a *mimesis* é o *Pharmakon* do mundo da vida. Ao mesmo tempo que permite

um desenvolvimento das estruturas simbólicas que são próprias ao homem, e somente a ele, elas também rompem a cada instante com essa conformidade. *Pharmakon* (Φαρμακόν), veneno e remédio em uma só palavra. Se no caso do vocábulo grego se necessita da correta dosagem para que não se envenene o paciente, no caso do objeto estético se dosa não a sua quantidade, mas a quantidade de controle (negativo) que há de se por sobre ele. Platão era poeta, seus trabalhos filosóficos passam por uma determinada estrutura mimética, considerando o exemplo de Íon para pensarmos nisso, mas seu esforço teórico a respeito da ontologia do mundo grego é *A República*, onde ele subsume as necessidades da *Pólis* no discurso ficcional e inaugura uma forma de controle voltada à pedagogia cidadã. E para cada momento histórico, uma forma maior ou menor, mas sempre presente de controle.

O que Paz nos abre à possibilidade de compreender é justamente o retorno que a poesia nos propicia em sua realização. Retorno, pois sua estrutura aponta a constante necessidade de um recomeço:

Seja qual for o desenlace da sua aventura, a verdade é que, desse ângulo, a história do Ocidente pode ser vista como a história de um engano, um extravio, no duplo sentido da palavra: é que nos afastamos de nós mesmos ao perder-nos no mundo. Precisamos começar de novo. (PAZ, 2012. P. 107-108).

Limitação, insuficiência e engano. Todas as palavras que circundam o sistema da lógica ocidental quando esta se debruça sobre o objeto mimético. A verificação desta problemática nos indica ainda um outro aspecto da problemática do poema: A sua forma, do poema, necessita de um pensamento que suporte o constante acontecer. Isto é, uma forma de pensamento que acompanhe o instante.

Referências Bibliográficas

- PAZ, Octavio. *O Arco e a Lira*. Cosac-Naify: São Paulo, 2012.
- AUERBACH, Erich. Farinata e Cavalcante. In *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. Editora Perspectiva: São Paulo, 2016.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: The Representation of Reality in Western Literature*. 1946. Princeton: Princeton UP, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Prefácio à Ciência da Lógica (1812). In *Ciência da lógica*. Tomo I: Doutrina do Ser. Editora Vozes: Petrópolis, 2016.
- HEGEL, G.W.F. Prefácio à Ciência da Lógica (1831) In *Ciência da lógica*. Tomo I: Doutrina do Ser. Editora Vozes: Petrópolis, 2016.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopedia de las ciencias filosóficas en compendio*. Alianza Editorial: Madrid, 1997.

ENTRE EFEITOS DE SENTIDO E EFEITOS DE PRESENÇA: DESTERRO E FRAGMENTAÇÃO NAS OBRAS *ESSA TERRA*, DE ANTÔNIO TORRES, E *ZERO*, DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

*Matheus Silva Marciano*⁸⁶⁸⁷

Resumo: Nossa proposta é, partindo-se das obras *Essa Terra*, de Antônio Torres, e *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, a tematização das atmosferas (*Stimmungen*) específicas de suas obras tendo em vista uma *Stimmung* mais geral dos anos 1970, que é melancólica. Acompanhar estas tonalidades que se intensificam como atmosfera exigiu que pensássemos, buscando uma analítica da temporalidade, algumas dimensões das configurações estéticas dessas narrativas, considerando-as índices de modos de compreensão e crítica das experiências e expectativas do período. Logo, a percepção de que a estética realista em algumas produções literárias brasileiras do período operava através de refrações de realidades, lançou-nos em um espaço fronteiro no qual o processo mimético (efeitos de sentido) e as afetividades mobilizadas nas obras (efeitos de presença) atuavam como recurso criativo e crítico, de caráter destrutivo, realçando ainda mais uma postura e uma ambiência melancólica por onde estas obras caminhavam.

Palavras-chave: *Essa Terra*; *Zero*; Realismo; Desterro; Fragmentação; *Stimmung*.

BETWEEN MEANING EFFECTS AND PRESENCE EFFECTS: BANISHMENT AND FRAGMENTATION IN THE WORK *ESSA TERRA*, BY ANTÔNIO TORRES, AND *ZERO*, BY IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Abstract: Our proposal is, stem from the works *Essa Terra*, by Antônio Torres, and *Zero*, by Ignácio de Loyola Brandão, the thematization of the specific atmospheres (*Stimmungen*) of their works bearing in mind a general *Stimmung* of 1970s, which is melancholic. Accompanying these tonalities that intensify as an atmosphere required us to think, seeking an analysis of temporality, some dimensions of the aesthetic configurations of these narratives, considering them indices of modes of understanding and criticism of the experiences and expectations of the period. Therefore, the perception that realistic aesthetics in some Brazilian literary productions of the period operated through refractions of realities, launching us into a borderline space in which the mimetic process (meaning effects) and the affectivities mobilized in the works (presence effects) performing as a creative and critical resource, of a destructive character, enhancing even more a posture and a melancholic ambience where these works walked across.

Keywords: *Essa Terra*; *Zero*; Realism; Banishment; Fragmentation; *Stimmung*.

***Stimmung* (atmosfera) e temporalidade**

A possibilidade de leitura e tematização de dimensões afetivas do passado, abordando-se artefatos literários e seus relacionamentos com realidades externas às narrativas, perpassam os objetivos e as perspectivas de diferentes correntes de pensamento. Segundo Hans Ulrich

⁸⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

⁸⁷ Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) (defesa ocorrida no dia 24/06/2021). Integrante do GHEP (Grupo de Pesquisa em História, Ética e Política), vinculado ao NEHM (Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade). Integrando dois projetos: Melancolia: uma leitura possível dos anos 1970 (Projeto de Mestrado financiado pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior) e A urgência do ético: O giro ético-político na Teoria da História e na História da Historiografia Contemporânea, coordenado pelo Professor Dr. Marcelo de Mello Rangel. E-mail: matheus.marciano@aluno.ufop.edu.br.

Gumbrecht, a possibilidade de se pensar em uma ontologia da literatura, no século XX, esteve restrita a dois grandes campos (os estudos culturais e os estudos de identidades) (GUMBRECHT, 2014, p. 9).

Diante de tal situação, Gumbrecht oferece um outro ponto de vista: a leitura com atenção voltada às atmosferas (*Stimmungen*). Ao construir algumas apreciações do que se pode extrair de um conceito de *Stimmung*, Hans Ulrich Gumbrecht as considera como algo que nos envolve, nos confronta e nos afeta, como a voz ou o clima, interferindo em nossas formas de estar-no-mundo. Sendo assim, “as atmosferas e os estados de espírito, tal como os mais breves e leves encontros entre nossos corpos e seu entorno material, afetam também nossas mentes; porém não conseguimos explicar sua causalidade” (GUMBRECHT, 2014, p. 13).

A partir disso, pode-se considerar que as atmosferas não desvelam algo novo, mesmo que antes não percebido, mas ao afetar os estados-de-ânimo de quem lê, possibilita a intensificação de afetos que podem, ou não, e com maior ou menor intensidade, nos envolver, circular e ser partilhado nas relações mais pragmáticas do dia-a-dia e no relacionamento com o tempo. Por causa desse entendimento, Gumbrecht considera que as atmosferas emergem de condições latentes e que elas intensificam afetividades deslocando, com isso, questões de representação da centralidade da análise para as humanidades (GUMBRECHT, 2014, p. 14).

Dessa forma, se torna relevante a consideração do que envolve o encontro, o constante estar-em-contra, entre quem lê e a obra pois, “Ser afetado pelo som ou pelo clima atmosférico é uma das formas de experiência mais fáceis e menos intrusivas, mas é, fisicamente, um encontro (no sentido literal de estar-em-contra: confrontar)” (GUMBRECHT, 2014, p. 13). Este “acontecer” ao corpo se realiza, obviamente, de forma mais complexa no que se refere às possibilidades de uma ontologia da literatura. Esta complexidade se dá, então, com a possibilidade de tematização das atmosferas estar envolvida na constituição dos efeitos de presença como objetos de estudo mais gerais.

Logo, os efeitos de presença, ou mesmo desejos, irrompem nesses constantes confrontos que envolvem recepção e artefato literário. Uma forma de compreendermos esta noção de “presença” é apresentada por Eelco Runia. Nas palavras do autor:

“Presence”, in my way of view, is “being in touch” – either literally or figuratively – with people, things, events and feelings that made you into the person you are. [...] It is a desire to share in the awesome reality of people, things, events, and feelings, coupled to a vertiginous urge to taste the fact that

*awesomely real people, things, events, and feelings can awesomely suddenly cease to exist. (RUNIA, 2006, p. 5. Grifos nossos)*⁸⁸

Desse modo, os contatos, os encontros, os toques e confrontos (“*being in touch*”) e seus efeitos são estimulados como desejos de partilha (“*desire to share*”) e entrega do que se toca e se sente estar sendo tocado. O relacionamento entre atmosfera e presença exige, com isso, uma maior atenção voltada às formalidades pelas quais estas partilhas vêm à tona, o que sublinha um nivelamento entre reflexão histórica (os efeitos de sentido) e a experiência estética (os efeitos de presença) (GUMBRECHT, 2014, p. 26).

Pode-se perceber, com isso, que a articulação entre atmosferas e presença ocasiona uma abertura a diferentes, ou obscurecidas, formas de se ler, sentir e apreender mundos. Se no caso de Gumbrecht a atenção é voltada para os efeitos de presença, em Eelco Runia encontramos um movimento que também considera os efeitos de sentido:

*Both meaning and presence are antithetical to another drive, the drive to be taken up in the flux of experience. But, again, opposition to this drive, however heartfelt, doesn't necessarily have to take the form of a struggle for meaning. It may also be a quest for presence, or, as in a work of art, an attempt to create an enduring and enjoyable intersection of both meaning and presence. (RUNIA, 2006, p. 5. Grifos nossos)*⁸⁹

Esta interseção entre efeitos de sentido e efeitos de presença inaugura uma duração, estabelece tensões que envolvem recepção e artefato literário, conjugando sentidos e afetos mais ou menos disponíveis, em suas dimensões denotativas e conotativas. Sendo assim, pode-se considerar que a emergência e intensificação das atmosferas se dá a partir e através das tensões entre experiências e expectativas (KOSELLECK, 2006).

Dessa maneira, aquilo que nos toca e nos envolve enquanto atmosfera, na interseção entre efeitos de sentido e efeitos de presença, caminhará de forma clandestina (RUNIA, 2006), ou seja, de maneira indeterminada, mas que, ainda sim, interfere no que Hans Ulrich Gumbrecht chama de “sensibilidade objetiva”. Portanto, aquilo que “nos afeta de um modo corpóreo, na medida em que faz despertar dentro de nós sentimentos e desconfortos para os quais

⁸⁸ Presença”, a meu ver, é “estar em contato” – literal ou figurativamente – com pessoas, coisas, eventos e sentimentos que fizeram de você a pessoa que você é. [...] É um desejo de compartilhar a incrível realidade de pessoas, coisas, eventos e sentimentos incrivelmente reais podem, de repente, deixar de existir. (Trad. Editores).

⁸⁹ Tanto o significado quanto a presença são antitéticos a um outro impulso, o impulso a ser retomado no fluxo da experiência. Mas, novamente, a oposição a esse impulso, por mais sincera que seja, não precisa necessariamente assumir a forma de uma luta por significado. Também pode ser uma busca por presença ou, como em uma obra de arte, uma tentativa de criar uma interseção duradoura e agradável de significado e presença. (T.E)

difícilmente temos conceitos descritivos” (GUMBRECHT, 2014a, p. 42) atravessa, através e em consequência disso, dimensões dos relacionamentos de mulheres e homens com/no tempo. Mas, o que queremos dizer com isso? Pode-se entender que estes confrontos e suas leituras possibilitadas pela tematização das atmosferas nos abre a questões temporais e a modos de leituras deste encontro entre historicidades. Tendo em mente que a imediatez histórica possibilitada pelas *Stimmungen* não pode ser encarada como uma ingenuidade política (GUMBRECHT, 2014, p. 26), Hans Ulrich Gumbrecht escreve que a leitura com a atenção voltada para as atmosferas insiste na distância, ou seja, não ignora a historicidade do objeto com o qual se confronta. Desse modo, o objetivo do autor é acompanhar as formulações de atmosferas e ambientes buscando encontrar “em formas intensas e íntimas, a alteridade” (GUMBRECHT, 2014, p. 23).

Mesmo considerando-se a distância, esse acontecer, ou a imediatez de um passado-tornado-presente possibilitado pelo confronto com as atmosferas, pode nos indicar um encontro com dimensões afetivas-temporais subterrâneas, menos óbvias (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 45-46). Como escreve Runia, os efeitos de presença são como “*a whisper of life breathed into what has become routine and clichéd – it is fully realizing things instead of just taking them for granted*”⁹⁰ (RUNIA, 2006, p.5). O que queremos indicar, com isso, é que a interseção indicada por Eelco Runia, entre efeitos de presença e efeitos de sentidos – o que não quer dizer que seja um encontro estável e sem tensões – que podem se intensificar enquanto atmosfera (*Stimmungen*), são caminhos para uma percepção de índices de formas de relacionamento com o tempo.

Ampliando-se o leque para pensarmos os estudos sobre as atmosferas, Birgit Breidenbach constrói seu argumento sobre as *Stimmungen* tendo em vista os relacionamentos possíveis entre texto e recepção e, com isso, aprofunda o que podemos entender sobre a interferência das atmosferas nas formas de se relacionar com o mundo. Para a autora, a tematização das atmosferas depende de uma outra concepção de leitor e, consequentemente, considera que a forma com que as afetividades interferem no ato de leitura apresentam uma dinâmica mais complexa. Nas palavras de Breidenbach, tem-se que entender os relacionamentos entre quem lê e artefato...

(...) as an ever-evolving negotiation between the locus of the self and the world. In this context, the (written) text represents the world, as a linguistic structure of reference that draws on a historically and culturally defined

⁹⁰ Um sussurro de vida soprado no que se tornou rotina e clichê – é compreender inteiramente as coisas em vez de apenas tomá-las como garantidas. (T.E.)

semiotic system, and in relation to which the reader-position is established.
(BREIDENBACH, 2017, p. 40-41. Grifos nossos)⁹¹

Sendo assim, a imediatez de passados-tornados-presentes pelas atmosferas, o encontro com alteridades, ou seja, com dimensões menos óbvias que atuavam nas experiências e nas expectativas de passados, são constituídos por e através de afetividades que “inauguram” tempi (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 44) e mobilizam a interminável negociação que envolve os entes em questão. Se, por um lado, o confrontar-se com afetos que se apresentam como mais ou menos gerais, principalmente se pensarmos em termos de intensidade e repetição, não pode ser considerado unívoco, pois a partilha de afetividades é ampla e diversa; por outro lado, é inegável que esses movimentos nos lançam ao confronto *retrospectivo* com algo que, como escreve Hans Ulrich Gumbrecht, “não havíamos prestado atenção – ou mesmo algo perdido para sempre – [que] teve impacto decisivo em nossa vida, em algum momento da história, e fez parte de cada presente que existiu desde esse momento” (GUMBRECHT, 2014a, p. 54. Grifos nossos.).

Dessa forma, nas tensões entre efeitos de sentido e efeitos de presença, ou seja, entre dimensões mais eucrônicas e as afetividades que se mobilizam de formas policrônicas, heterocrônicas e até anacrônicas, esses confrontos poderiam indicar tonalidades e índices de formas de se relacionar com/no tempo. Nossa proposta, com isso, é perpassar por estes caminhos a partir de certa literatura realista brasileira dos anos 1970. Sendo assim, apresentaremos a partir das obras *Essa Terra* e *Zero* algumas nuances de presença e, posteriormente, algumas nuances de sentido a partir das tonalidades mobilizadas pelas obras.

Efeitos de presença: desterro e fragmento

Como exposto no tópico anterior, nossa proposta é caminhar por atmosferas (*Stimmungen*) específicas de algumas obras visando uma mais geral, que é melancólica. *Essa Terra*, obra de Antônio Torres publicada em 1976, e *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, de 1975, são as obras selecionadas para nosso artigo. A escolha destas obras se deu pela temática, forma diversa e a amplitude das *Stimmungen* mobilizadas por elas. Infelizmente, a tematização será breve e, por isso, serão realçados alguns momentos em que consideramos que há uma maior intensificação das atmosferas das obras. Iniciaremos, então, com *Essa Terra*.

A obra de Antônio Torres narra parte da história de vida de uma família do interior da Bahia, residentes no Junco. Dividido em quatro capítulos: 1º. Essa terra me chama; 2º. Essa terra

⁹¹ Como uma negociação em constante evolução entre o *locus* do *self* e o mundo. Nesse contexto, o texto (escrito) representa o mundo, como uma estrutura linguística de referência que se baseia em um sistema semiótico definido historicamente e culturalmente, e em relação ao qual se estabelece a posição do leitor. (T. E.)

me enxota; 3º. Essa terra me enlouquece; e 4º. Essa terra me ama. Nestes, diversos momentos da vida da família Silva e da cidade do Junco são desvelados a partir do suicídio de Nelo, que desestabiliza a vivência de toda a cidade.

Quem narra estes eventos é o irmão do suicida, Totonhim. Tudo se inicia com as expectativas do retorno de Nelo, que fora para São Paulo e, para a população do Junco, era uma das provas que aquela terra também produzia grandes homens. Com isso, pode-se dizer que, em um primeiro momento, estamos diante de uma narrativa que tematiza a tragédia dos migrantes diante das promessas da modernidade. Ao longo da narrativa, esta expectativa de uma alegorização da trajetória do migrante nordestino vai se dissolvendo, pois as experiências que começam a emergir da voz de Totonhim e de outras personagens realçam o desterro, ou a desestabilização do relacionamento com as raízes do Junco, como dado geral que mobiliza os circuitos afetivos, os horizontes, as experiências e as expectativas da vida daquelas pessoas.

O movimento elaborado pela narrativa, a partir da voz de Totonhim, é um movimento pendular, “Vinte anos para frente, vinte anos para trás. E eu no meio, como dois ponteiros eternamente parados, marcando sempre a metade de alguma coisa – um velho relógio de pêndulo que há muito perdeu o ritmo e o rumo das horas” (TORRES, 1991, p. 18-19). E o Junco, que se apresenta como um cenotáfio formado de “sopapo, caibro, telha e cal” (TORRES, 1991, p. 14).

No intervalo que a narrativa trata, entre o suicídio de Nelo e o desfecho do romance, o balançar do pêndulo é, também, um aprofundamento em dimensões da experiência de vida no Junco. Desde a morte de Nelo, o que se expõe na narração é uma escavação através de afetos que são partilhados e orientam as personagens. A esperança na partida, que se realiza com um retorno e um suicídio, a falência do pai que aceita uma proposta, como outros da cidade, para plantar sisal e perde a fazenda por dívidas, e a loucura da mãe diante das dores causadas por filhos e filhas e pelo relacionamento com o marido.

Sendo assim, Junco é lugar de partida e de retorno (para viver ou morrer), como uma condenação ou uma expulsão. A demarcação temporal do antes e depois parece, de forma geral, se tornar inútil. Pois as espacialidades, Junco e São Paulo, se tornam coisa amorfa e fortemente estressada pelas simultaneidades que emergem no movimento pendular demonstrado por Totonhim. Isso nos parece indicar que nem o deslocamento espacial, em busca de outras possibilidades, abriria o tempo da realização, alcançaria uma diferente configuração dos relacionamentos com a temporalidade. O que se destaca, na verdade, é a dureza que acomete às raízes ao longo do tempo, ausências presentes que se transmutam em presenças ausentes e estreitam as próprias possibilidades antes enunciadas.

Sendo assim, vale apontar o encerramento, ou melhor, as reticências abertas ao fim da narrativa. Boa parte do que aqui se tentou demonstrar pode ser realçado pelo diálogo final da obra, quando Totonhim afirma ao pai mudaria para São Paulo, e escuta: “– Você faz bem – disse – Siga o exemplo –; Abaixou as vistas, sem completar o que ia dizer” (TORRES, 1991, p. 111)

Já na narrativa de Ignácio de Loyola Brandão, *Zero*, percebe-se ocorrer algo como uma dissolução das condições de existência no espaço e no tempo exegético da obra, fortemente marcada por simultaneidades fragmentadas. Essa dissolução atravessa personagens realçando uma ignorância mútua (do mundo e entre as personagens), coexistindo em uma ambiência de possibilidades encerradas.

Os fragmentos impõem impedimentos ao tempo da narrativa e à organização da temporalidade da narração, realçando um caráter alheio, um despertencimento com relação à existência, através da inevitabilidade da violência como catalizadora da circulação de afetividades. A narrativa se inicia com uma descrição da personagem José, demarcando que não há nada de espetacular sobre este sujeito. “É um homem comum, 28 anos, que come, dorme, mijá, anda, corre, ri, chora, se diverte, se entristece, trepa, enxerga bem dos dois olhos, mas toma melhoral, lê regularmente livros e jornais [...]” (BRANDÃO, 1984, p. 19).

Na mesma página em que essa descrição é feita, diagramada na lateral direita, há informações sobre o universo e a terra, o peso, a velocidade, idade, formação e, ao final, em meio aos gigantescos números que apontam estas características da terra e do universo, “José: pesa 70 quilos ou quilogramas” (BRANDÃO, 1984, p. 20). Logo, a redução da presença física e da existência de José diante do tamanho do universo e do planeta Terra é o que nos faz perceber, logo nas primeiras páginas, a cisão, ou mesmo uma desproporção que destaca o despertencimento com relação à existência.

Os fragmentos simultaneamente lançados à superfície da narrativa ajudam e prejudicam, dão ordem e desordenam, constroem e destroem sentidos. Sendo assim, podemos considerar que a ordenação pela desordem da narrativa pode ser lida como um perder-se constante. Lembranças de cruéis brincadeiras com animais quando criança, de familiares, dos lugares e das pessoas com quem José convive, a mexicana que não quer transar com nosso personagem por ele ser manco (o risco de gerar uma criança com deficiência), o amigo Átila que namora uma imagem de outdoor e fuma maconha “para tirar eu de eu” (BRANDÃO, 1984, p. 22).

Estas descrições simultâneas de experiências intensifica uma desordem temporal que envolve todo o universo exegético da narrativa. Neste ponto, a trama desafia quem lê a demarcar

alguma referencialidade cronológica, pois, em alguns fragmentos há sobreposições de períodos que se esperaria estarem distantes no tempo.

A constituição fragmentária/fragmentada da narrativa apresenta uma aceleração de simultaneidades que são intensificadas com a organização sintática da narrativa, que parece buscar formas de apreender aquilo com que se confronta. O uso de pontos de interrogação no início das orações e o recorrente recurso às onomatopeias acentua um estranhamento entre quem lê e obra, tendo em vista que a recepção e o artefato passam a partilhar a busca e a dificuldade de apreensão de sentidos.

Sendo assim, a mobilização de fragmentos dispersos no espaço e no tempo encontram a violência como *topoi* das experiências apresentadas e partilhadas, intensificando o caráter absurdo que recorta os relacionamentos entre as personagens, de um lado, e a dúvida sobre como se movimentar em meio à generalização de certas formas de se estar-no-mundo, de outro.

Ao apresentarmos algumas dimensões de efeitos de presença, devemos retomar o que abordamos no tópico anterior. A possibilidade de a leitura tendo em vista as atmosferas (*Stimmungen*) tornarem possíveis a percepção de índices de organização temporal que se intensificam, se dá com a consideração de os tons mobilizados nas obras, tanto em momentos específicos quanto das obras como um todo, atuarem na própria composição das narrativas. Neste sentido, o marcante desterro, na obra de Antônio Torres, e a fragmentação generalizada, na obra de Ignácio de Loyola Brandão, nos encontram como formas de se tentar apreender e, conseqüentemente, entregar dimensões afetivas que (des)organizariam a temporalidade do tempo de suas publicações. Mais do que fazer um movimento sistemático para encontrar alguma espécie de concordância imediata com experiências com o “real” nos anos 1970, entendemos que temos de dar atenção a forma com que as estéticas das duas obras, em suas diversidades, e acompanhar as possibilidades de entendimento destas “realidades” (re)elaboradas no âmbito do ficcional.

Retratos dispersos: realismo e refração.

A estética literária realista de 1970 foi recebida e criticada de forma diversa, sendo realçado como característico das obras incluídas nesta generalização seu caráter neonaturalista e alegórico (ARRIGUCCI JR, 2012; SÜSSEKIND, 1984; 1985) mas, também, sua postura crítica e sua tentativa de denúncia da atuação violenta do regime ditatorial (CANDIDO, 1989; COSSON, 2001; SILVERMAN, 1978; 2000). Entretanto, algumas leituras também se preocuparam em destacar algumas peculiaridades formais de certas produções (LIMA, 1981;

SANTIAGO, 2000; 2004), e mesmo revisando e colocando em tensão o que se entendia, ou o que se poderia entender, como realismo em uma leitura mais ampla da produção literária latino-americana a partir de 1970. (LUDMER, 2010; PELLEGRINI, 1999; 2018; SANTIAGO, 2000; 2004).

Os caminhos possíveis de se prosseguir são diversos, mas iniciaremos com uma tematização mais ampla, que é o retorno do naturalismo como ideologia estética. Encontramos em obras de Flora Süssekind uma erudita leitura destes retornos, dos quais nos preocuparemos em apresentar alguns argumentos no que se refere aos anos setenta.

Dois apontamentos de aspectos mais abrangentes são destacados pela autora: o primeiro é o caráter reconciliador (*band-aid* naturalista) de certa ideia de identidade, brasilidade, ou seja, o recurso ao naturalismo como tentativa de sanar fraturas marcantes na formação da sociedade brasileira; outra dimensão destacada por Süssekind é, na incorporação da estética jornalística e sua pretensa objetividade à prosa, a tentativa de escamotear a ficcionalidade dando maior atenção ao descritivo. Através destas duas questões encontramos uma grande gama de argumentos, desde uma pobreza criativa da arte e da cultura brasileira, ou o vazio cultural (FAVARETTO, 2019; HOLLANDA, 1980; JARDIM, 2017; NOVAES, 2005), até a atuação da censura e a formação de uma autocensura, mas em sua maior parte na esteira do apresentado por Flora Süssekind.

O desenvolvimento do argumento da autora é envolvido pela tese de que os retornos da estética naturalista visa cumprir “a delicada função de restaurar, por meios terapêuticos, econômicos ou jornalísticos, fraturas e divisões flagrantes na sociedade brasileira” (SÜSSEKIND, 1984, p. 173). O que Flora Süssekind parece indicar é que a literatura realista neonaturalista em algumas obras literárias de 1970 operavam na tentativa de, com maior ou menor efetividade, mais ou menos cooptada, preencher algo em falta, supostamente ausente.

O que se faz é um retrato 2x2 da realidade brasileira. E, como “singularizar”, “particularizar” simplesmente não atraem leitores, foi preciso acrescentar a tal processo um atributo: o naturalismo. É preciso que tais “reduções” produzam impressão de realidade. É preciso que dêem ao leitor-consumidor o que lhe falta. E restaurem nele a credibilidade na imprensa, na figura do jornalista. E na possibilidade de ação histórica. Mesmo que para isso se tenha feito do repórter um herói romântico e da História alegoria. (SÜSSEKIND, 1984, p. 182-183)

O que nos parece marcante é que, para a autora, a atuação da literatura “no mundo” parece estar ligada à “qualidade” literária da literatura. Neste sentido, o campo analítico tende a, de fato, ser mais restritivo e, conseqüentemente, trabalhar mais em encerramentos. Apesar

disto, entendemos que o trabalho de Sússekind possibilita, além do erudito panorama das produções literárias enquadradas em certa “tradição” naturalista, a elaboração de uma série de questões que se movimentam através da literatura e das experiências dos anos de chumbo.

Vale, então, destacar alguns outros momentos de trabalhos da autora. Com relação às intenções de quem escreve e aos possíveis efeitos, Sússekind escreve que, com relação a esta literatura realista-naturalista, “Oculta-se do leitor a *produção* da notícia, da ficção” (SÜSSEKIND, 1984, p. 175). Nesse sentido, o que a autora indica é que não há nas narrativas espaço para pluralidade e, com isso, restringe a diversidade de possibilidades de efeitos na recepção, unindo “naturalismo e fantástico num idêntico projeto estético: o de uma literatura cujo eixo é a referência e não o trabalho com a linguagem, é o recalque da ficcionalidade em prol de um texto predominantemente documental” (SÜSSEKIND, 1985, p. 61).

Como escrevemos anteriormente, a “qualidade” da produção artística aos olhos de certa crítica se mistura com a atuação repressiva dos censores. Nas palavras de Sússekind, se a cooptação seria o par da censura, o mesmo poderia ser dito nos relacionamentos entre os romances-reportagem e as parábolas, pois se a censura atuava a partir de supressões e a cooptação pela direção da produção, a literatura criada a partir de fatos que exigiria objetividade e uma ligação vertical, direta, entre a linguagem e seus possíveis significados (SÜSSEKIND, 1985, p. 61).

Aparentemente procedimentos diferentes: um sinal de menos para a linguagem, de um lado; um sinal de mais para as “figuras” literárias, de outro; negação ou proliferação. Quando, no entanto, tal proliferação está a serviço de uma chave mestra referencial e não de uma pluralidade de significados, trata-se unicamente da “vontade de verdade” dos naturalistas com outra roupagem. (SÜSSEKIND, 1985, p. 61)

A partir destas considerações de Flora Sússekind, alguns questionamentos podem ser colocados. O primeiro é com relação à elaboração das narrativas por quem escreve e aos efeitos possíveis em quem lê. Para a autora, as marcas da produção ficcional da notícia romanceada são ocultadas, restringindo-se às narrativas a descrição de fatos e colocando a recepção em um lugar passivo (SÜSSEKIND, 1984, p. 175). Uma outra inflexão que nos acometeu é sobre se a atitude descritiva destas, com a incorporação da estética jornalística, de fato trairia a ficcionalidade das produções.

Trazemos estes questionamentos pois, ao entramos em contato com obras de autores marcantes dos anos 1970 no Brasil, como Renato Tapajós, Ignácio de Loyola brandão, Rubem Fonseca, Lygia Fagundes Telles, Antônio Torres, José Louzeiro, entre outros, nos defrontamos

com identidades que realçam mais uma impossibilidade de uma homogeneidade ou mesmo comunidade possível, do que propriamente uma tentativa de sanar fraturas da formação social e política do Brasil. Sendo assim, não poderíamos considerar este retorno do naturalismo como mais um tom mobilizado pelas narrativas, ou seja, um recurso que retorna, no caso dos anos 1970, como um índice crítico que destaca imagens e identidades que não são incluídas na fotografia de certa ideia de brasilidade?

Considerando-se uma outra forma de leitura da produção literária realista de 1970, Tânia Pellegrini questiona alguns pontos da argumentação de Flora Süssekind. Pellegrini inicia sua análise tocando nos envolvimento entre censura, massificação da mídia e a produção literária, trazendo para a leitura dos realismos de 1970 uma dinâmica maior.

Com relação aos constantes retornos dos realismos, Pellegrini propõe a possibilidade de entender a literatura realista como “uma forma particular de captar a relação entre os indivíduos e a sociedade” (PELLEGRINI, 2018, p. 17), que tanto ato criativo quanto o ato de leitura estão enraizados “na força configuradora da história” (PELLEGRINI, 1996, p. 23). Ao contrário do que escreve Flora Süssekind, Tânia Pellegrini considera que a paisagem representada do “real”, com relação à literatura realista de 1970, operaria através do negativo de fotografias que afirmariam uma reconciliação, ou mesmo uma homogeneidade possível, revelando, “pois os contornos se esbatem, as linhas se esfumam e os traços tornam-se assustadoramente irreconhecíveis” (PELLEGRINI, 1996, p. 21).

Pode-se dizer, com isso, que o realismo elaborado por certa literatura brasileira de 1970 trabalha no destrear de imagens alegóricas e de tons mais ou menos assentados sobre temáticas caras ao período, como a tortura, a repressão, a tragédia do migrante frente aos fracassos das expectativas de progresso, as ambiguidades, contradições e paradoxos que envolveram a resistência armada, a circulação da violência como afeto mediador dos relacionamentos... É neste sentido que, como apresentado por Tânia Pellegrini, podemos entender os realismos de 1970 no Brasil como “refrações” da realidade.

Esse novo realismo parece apresentar-se como uma convenção literária de muitas faces; daí a proposta de entendê-lo como refração, metaforicamente “decomposição de formas e cores”, clara tanto nos temas como na estruturação das categorias narrativas e no tratamento dos meios expressivos, cuja análise – até certo ponto –, permite perceber a naturalização das representações. (PELLEGRINI, 2018, p. 17)

Sendo assim, a forma com que as imagens que referenciam certo “real” se torna central para nós. Acompanhando os argumentos de Tânia Pellegrini, pode-se considerar que a autora lança mão de uma relação mais tensa entre “real” e “ficcional” e, também, a consideração do

realismo como uma estética que tenta atuar, de alguma forma, na (re)criação do universo do qual as narrativas utilizam como referências.

Uma das questões que entendemos ser central para o desenvolvimento desta perspectiva é que, considerando as reflexões de Pellegrini, mesmo diante da crise e da possibilidade de uma “crise da crise” (PELLEGRINI, 2018, p. 17) o realismo persiste e reconfigura a si e o mundo. Sendo assim, o que a autora apresenta é um relacionamento específico, uma espécie de simbiose entre as estéticas mobilizadas nas obras realistas e as dimensões sociais, políticas, culturais e históricas que as envolvem, como produtos destes contextos. De tal forma que “o processo mimético efetivado pelo realismo não é de dimensão apenas denotativa, técnica, referencial, descritiva; trata-se de imitação em profundidade, cuja dimensão conotativa está inextricavelmente ligada à história e à sociedade” (PELLEGRINI, 2018, p. 34).

Efeitos de sentido: processo mimético e realce à diferença

Como apontado por Tânia Pellegrini, o processo mimético realizado pelo realismo opera através de imitações em profundidade. Neste sentido, entendemos que algumas questões podem ser colocadas: a primeira questão é sobre a efetividade do argumento sobre os realismos de 1970 apontarem para uma descrição identitário-essencialista da sociedade brasileira, através do possível reforço do veto ao ficcional; a segunda, de extrema importância para nosso texto, interroga se o que acompanha o retorno do realismo indica, na verdade, a abertura de um “campo minado”, onde fraturas e fragmentações de possibilidades que se intensificam no contexto (ditadura, globalização, censura, pobreza...) lançam ao mesmo nível o próprio “real” que se tenta apreender e a absurdidade dos universos exegéticos “ficcionalizados”.

Dando sequência às nossas considerações, podemos considerar a partir do exposto nos tópicos anteriores, as (trans)formações e as mutações estéticas (*Zero* é um destes exemplos) operadas pelas obras brasileiras realistas de 1970 parecem intensificar com seus tons algo como uma (des)realização de alguma identidade possível. É neste ponto que o processo mimético se torna central para nossos apontamentos, pois entendemos que essas reelaborações estéticas em conjunto com seus conteúdos transitam através de um espaço fronteiro de busca de apreensão e formas de reelaboração do “real” através do “ficcional”, em temos do imaginário.

Sendo assim, a relevância da mimesis para as reflexões sobre o objeto criativo perpassa os relacionamentos e atravessamentos que envolvem o mundo criado no objeto e sua forma, o que a obra referencia e refrata e os relacionamentos possíveis em quem recebe. Segundo Luiz Costa Lima, a mimesis pode ser considerada “categoria central da ficcionalidade, [que] não

tem, contudo, dimensões fixas e intemporais, por estar sempre ligada à *atmosfera* envolvente das representações sociais, que, da sua parte, se relacionam com a base material da sociedade” (LIMA, 1980, p.79. Grifos meus).

Logo, a mimesis se realiza no estabelecimento de sentidos e significados variáveis, ambíguos e que, por isso, trabalham na esfera do possível de um “real” (ir)representável. Essa variabilidade necessária ao processo mimético destaca, segundo Lima, seu caráter dialético, ou seja, “permanência que não se nega ao transformado, transformado que não lança um abismo ante o que passou” (LIMA, 1980, p. 4). Logo, “O discurso mimético distinguir-se-á do não mimético por esta *variabilidade necessária*” (LIMA, 1980, p. 23-24. Grifos meus.).

Portanto, a mimesis seria uma forma de realização da tensão entre o que é contemporâneo e o que se apresenta na esfera do (im)possível. De tal modo que ela tentaria fixar, mesmo que relativamente, um dinamismo próprio ao “real”, sendo, conseqüentemente, “permanência sempre mutante” (LIMA, 1980, p. 5).

Percebe-se, com isso, que não existe um controle tão efetivo do ato criativo sob a recepção, mas sim um tensionamento, ainda que sujeito às conjecturas históricas, sociais e culturais, entre o texto ficcional e suas possíveis recepções que não se estabilizam e nem se encerram. Desse modo, “a experiência da *mimesis* é histórica e culturalmente variável, porquanto a primeira sensação que ela provoca, a sensação de semelhança, deriva da correspondência com os quadros e expectativas históricas e culturalmente variáveis” (LIMA, 1989, p. 68).

Nesse sentido, o processo mimético opera com um dinamismo que não se encerra nem no produto criativo, nem na intervenção de quem lê. Seus movimentos são de constantes reelaborações das semelhanças e das diferenças na própria experiência que envolve artefato e recepção. Nas palavras de Luiz Costa Lima, a intervenção do leitor, no processo mimético,

é, ao contrário, pluralizadora, pois depende da atividade do imaginário do receptor. *A mimesis é assim um processo que se concretiza na forma da ficção. [...] É só na experiência literária que ela encontra o desideratum necessário do processo da mimesis. Processo que então não se confunde com o da expressão eu, mas, ao contrário, a vivência de seu desdobramento.* (LIMA, 1989, p. 69)

Ampliando-se as possibilidades de tematização da mimesis, o artigo *Criando irrealidades: a mimesis como produção da diferença*, de Gabriele Schwab (1999), realça a intervenção do processo mimético na reelaboração de formas de estar-no-mundo. Na elaboração de suas colocações sobre a relevância da mimesis para a antropogênese de sujeitos, Schwab

afirma que a mimesis é uma das organizadoras do “real”, estando em “uma posição de transição entre o sujeito e o mundo, entre interior e exterior” (SCHWAB, 199, p. 118).

Dessa forma, o processo mimético agiria na constituição de espacialidades, atuando nas reelaborações internas do que se confronta no mundo externo, através de critérios pessoais e culturais. Dito isto, a autora considera que a mimesis atua na transformação do “real” “através de imagens e códigos simbólicos”, o que realça seu caráter mediador (SCHWAB, 1999, p. 118). Neste sentido, os objetos culturais e artísticos “continuam a reativar os vínculos com os proferimentos performativos do corpo, afirmando as dimensões produtiva, transformadora, performativa e comunicativa da *mimesis*” (SCHWAB, 1999, p. 121). Logo, é na mediação e na comunicação entre interior e exterior, nas quais os objetos artísticos avivam dimensões transformadoras e performativas, que Schwab considera a mimesis - e, em nosso caso, a atividade desempenhada pela literatura realista da década de 1970 - enquanto (re)organizadora do mundo através do imaginário.

Tendo em conta o que se escreveu até então, o processo mimético se configura enquanto espaço de mediações específicas, de tal modo que suas intervenções na experiência do contato com as produções literárias direcionam para uma atividade constituinte de espacialidades outras, tendo em vista que “a mimesis produz a diferença de um horizonte da semelhança” (SCHWAB, 1999, p. 126). A partir destas apreciações, podemos destacar duas leituras sobre o fenômeno literário realista no Brasil em 1970: uma, de Luiz Costa Lima, na qual o autor analisa dois contos de Rubem Fonseca, presentes no livro *Feliz Ano Novo*, de 1975, na qual o crítico realça o desafio que a narrativa de Fonseca impõe à recepção, pois a presença da violência banalizada nos contos é, também, uma forma de violentar quem lê, pois

A linguagem aparece como a indicadora crua do social e sua crueza não admite prazer. E assim aparece não porque redublique, conforme a proposta de um realismo ingênuo, mas porque a torna visível através de uma precisa organização formal. (LIMA, 1981, p. 152).

Outra de Tânia Pellegrini que, ao destacar o que poderíamos entender sobre as alegorias enquanto recurso recorrente na literatura realista de 70, considera que para além da cumplicidade, por parte do leitor, que as alegorias dos realismos de 1970 podem indicar que “só através do caos aparente, da fragmentação, da acumulação de elementos, da fusão de gêneros, a literatura conseguiu apresentar uma imagem da totalidade do mundo referencial completamente caótico e estilhaçado” (PELLEGRINI, 1996, p. 27).

Levando-se em consideração essas leituras, certa literatura brasileira realista dos anos 1970 intensificam a produção da diferença de um horizonte da semelhança não através das

semelhanças mais imediatas e assentadas sobre o “real”, mas sim nas imitações em profundidade, como escreve Pellegrini, em que as paisagens, digamos, mais comuns sobre as experiências que se narra são apenas o meio através do qual tons, afetos, contradições e paradoxos menos óbvios atravessam e interferem na própria organização temporal e espacial das obras. Sendo assim, a mimesis opera em uma dinâmica “tal como o “real” é ele próprio mais um terreno de diferença que um território estático claramente delineado” (SCHWAB, 1999, p. 126).

Neste sentido, a mimesis articula as possibilidades de “processamento do real como diferença”. Consequentemente, “a literatura abre um espaço em que as imagens, os estados de espírito, as ilusões e incorporações criadas no espaço interior e solitário podem ser reincorporadas a um intercâmbio ou comunicação com o mundo social” (SCHWAB, 1999, p. 126).

Sobre os anos 1970, o que percebemos sobre os realismos é uma intensificação do que Hans Ulrich Gumbrecht considera ser central para mimesis na modernidade que é não uma produção fantasiosa do mundo, mas uma reconstrução por meio do que “Costa Lima denomina “diferença crítica” do autor. Atitudes de ironia e distanciamento, em virtude das quais a realidade representada aparece numa perspectiva diferente, são, segundo ele, a chave para uma compreensão da *mimesis* literária moderna” (GUMBRECHT, 1999, p. 142).

Consideramos, com isso, que inseridos nessa forma de se pensar o processo mimético, certa literatura realista brasileira de 1970, ao operar através de imitações em profundidade e da pluralidade de gêneros incorporados à produção literária lança mão de uma postura crítica e, ao mesmo tempo, de uma busca por formas de apreensão das experiências que recortam a temporalidade de 1970. Sendo assim, a proposta de tentarmos compreender e analisar a temporalidade dos anos 1970 no Brasil, a partir e através da tematização das *Stimmungen*, do encontro entre efeitos de sentido e efeitos de presença, entende estas formas de mobilização e (re)criação do “real” pelo “ficcional” possíveis índices para a compreensão de formas de relacionamento com/no tempo.

Por entre efeitos de presença e efeitos de sentido: uma atmosfera (*Stimmung*) melancólica

Considerando-se tudo o que foi escrito até então, o movimento que propomos foi de um “balançar” por entre algumas possibilidades de entendimento da experiência com/no tempo, abordando a configuração estética de certo realismo que é marcante em determinada literatura

brasileira e as afetividades intensificadas enquanto atmosfera. Com isso, quais considerações finais podemos apontar?

Em primeiro lugar, a atenção voltada aos efeitos de presença e aos efeitos de sentidos possíveis nos oferecem alguns índices de orientação no tempo que podem atuar simultaneamente. Desse modo, as transformações e mutações formais, a incorporação de uma estética da comunicação, os realismos sendo mobilizados através de refrações, as atmosferas (*Stimmungen*) de desterro e de fragmentação indicam uma postura melancólica, ou de outra forma, uma atitude criativa diante dos destroços, uma busca ainda que desesperançosa por algum sentido que (des)organize e (des)oriente historicidades.

Segundo Jean Starobinski, a melancolia é caracterizada pela assimetria entre tempo interior e tempo exterior e, por isso, uma fragilização do agir protensivo (STAROBINSKI, 2016, p. 493). Uma consideração que nos ajuda nesta compreensão é desenvolvida por Jackie Pigeaud que vê, atravessando esta assimetria, uma confusão que não se encerra na inanição, mas no aprofundamento crítico nesta disritmia (PIGEAUD, 2009, p. 198-199).

Quando, no início deste artigo, escrevemos que as *Sitmmungen* emergem da tensão entre experiências e expectativas, queríamos dizer que é nesta tensão que se torna possível a interseção entre efeitos de sentido e efeitos de presença. A intensificação de uma busca através do processo mimético é, com isso, uma tentativa de realçar as sombras, as possíveis afetividades que envolvem experiências menos óbvias, não somente como uma denúncia, mas como indicadores de “coeficientes de mudanças” (KOSELLECK, 2006, p. 317) que obscurecidos e, com isso, realça a violenta relação dos artefatos literários para com a recepção através da forma e do conteúdo.

Logo, a atitude e a postura melancólica que encontramos nas formalidades das obras nos lançam em um acompanhamento do que Walter Benjamin denomina “caráter destrutivo”. Dessa maneira, a atmosfera melancólica que se generaliza é mobilizada na intensificação do desterro e da fragmentação generalizada tendo em vista a abertura de caminhos e “vê caminhos por toda parte, mesmo quando outros esbarram com muros ou montanhas. Como, porém, vê por toda parte caminhos, tem de estar sempre a remover as coisas do caminho” (BENJAMIN, 2013, p. 97-99).

Pode-se considerar, com isso, que esta atmosfera melancólica perpassa a absurdidade das experiências que se confrontam no “real” e sua (re)elaboração através do “ficcional”. Sendo assim, diante do absurdo de uma vida em alguma medida privada de sentido (CAMUS, 2014), que no caso das obras tematizadas se intensifica pelo desterro e pela fragmentação enquanto afetividades marcantes e características da ambiência melancólica, o aprofundamento de uma

orientação que entra em disritmia é, também, uma tentativa de reelaboração de horizontes a partir e através de experiências eclipsadas, sem se dar ao luxo de uma esperança ingênua.

Referências bibliográficas

- ARRIGUCCI JR., D.; VOGT, C.; AGUIAR, F.; WISNIK, L. T.; LAFETÁ, J. L. *Jornal, Realismo, Alegoria (Romance brasileiro recente)*. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 1, p. 11-50, 2012. DOI: 10.20396/remate.v1i0.8636424. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636424>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- BENJAMIN, Walter. O caráter destrutivo. In.: _____. *Imagens de pensamento/Sobre o haxixe e outras drogas*. Edição e tradução de João Barreto. – 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2013. – (Coleção Filô/Benjamin; 4); p. 97.
- BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Zero*. 9. ed. São Paulo: Global 1984.
- BREIDENBACH, Birgit. *Stimmung and modernity: the aesthetic philosophy of mood in Dostoevsky, Beckett and Bernhard*. PhD thesis, University of Warwick. (2017) Disponível em: <http://wrap.warwick.ac.uk/95560/>
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo* / Albert Camus; tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. – 11º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.
- CANDIDO, Antonio. **A nova narrativa**. IN.: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989
- COSSON, Rildo. *Romance-reportagem: o gênero*. / Rildo Cosson. – Brasília : Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2001
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo : história da arte e anacronismo das imagens* / Georges Didi-Huberman ; tradução Vera Casa Nova, Márcia Arbex. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2015.
- FAVARETTO, Celso. *Contracultura, entre a curtição e o experimental* / Celso Favaretto. – São Paulo : N-1 edições, 2019.
- GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque; VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura* / Elio Gaspari, Heloisa Buarque de Hollanda, Zuenir Ventura. - Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung : sobre um potencial oculto da literatura* / Hans Ulrich Gumbrecht ; tradução Ana Isabel Soares – 1. Ed. – Rio de Janeiro : Contraponto : Editora PUC Rio, 2014.
- _____. *Depois de 1945: latência como origem do presente* / Hans Ulrich Gumbrecht; Tradução Ana Isabel Soares. – I. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014a.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem : CPC, vanguarda e desbunde : 1960-1970*. São Paulo: Brasiliense, 1980;
- JARDIM, Eduardo. *Tudo em volta está deserto: encontros com a literatura e a música no tempo da ditadura* / Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- KOSELLECK, Reinhart. **“Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativas”:** **duas categorias históricas**. IN.: *Futuro passado : contribuição à semântica dos tempos históricos* / Reinhart Koselleck ; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira ; revisão da tradução César Benjamin.- Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *Mímesis e modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Edições Graal 1980.
- _____. *O cão pop e a alegoria cobradora*. In.: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria* / Luiz Costa Lima. - Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

- _____. *O controle do imaginário : razão e imaginação nos tempos modernos /* 2.ed. Luiz Costa Lima – Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1989.
- _____. *Melancolia: Literatura.* / Luiz Costa Lima. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- LUDMER, Josefina. “Literaturas pós-autônomas”. Tradução de Flavia Cera. *Sopro 20. Panfleto político-cultural*. Desterro, janeiro de 2010. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/posautonomas.html>>. Acesso em: 12/nov/2020.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Anos 70: ainda sob a tempestade*. [Rio de Janeiro]: Aeroplano, SENAC RIO, 2005;
- PELLEGRINI, Tânia. *Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70.*/ Tânia Pellegrini – São Carlos, SP : EDUFScar – Mercado de Letras, 1996;
- _____. *A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea /* Tânia Pellegrini. – Campinas, SP : Mercado de Letras; São Paulo : Fapesp, 1999;
- _____. *Realismo e realidade na literatura : um modo de ver o Brasil /* Tânia Pellegrini. – 1. Ed. –São Paulo : Alameda, 2018.
- PIGEAUD, Jackie. *Metáfora e melancolia: ensaios médico-filosóficos*. Rio de Janeiro: PUC Rio/Contraponto, 2009.
- RUNIA, Eelco. Presence. *History and Theory* 45 (February 2006), 1-29. Wesleyan University 2006 ISSN: 0018-2656.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In.: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Rocco, 2000. pp. 9.
- _____. Intensidades Discursivas. In.: SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2004. pp. 45.
- SCHWAB, Gabriele. “Criando irrealidades”: a mimesis como produção da diferença. In.: Hans Ulrich Gumbrecht; João Cezar de Castro Rocha. *Máscaras da mimesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 115.
- SILVERMAN, Malcolm. *Moderna ficção brasileira: ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Brasília: INL 1978;
- _____. *Protesto e o novo romance brasileiro*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2000.
- STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia: Uma história cultural da tristeza* – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? : uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- _____. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos /* Flora Süssekind. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1985.
- TORRES, Antônio. *Essa terra*. 9. ed. São Paulo: Ática 1991;
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou /* Zuenir Ventura. - Rio de Janeiro : Objetiva, 2013.

A IMAGERIA AQUÁTICA EM VIRGINIA WOOLF, UM ESTUDO DE CASO

Ana Carolina de Azevedo Guedes⁹²

Resumo: O campo de estudos que relaciona história e literatura tem se ampliado cada vez mais, e sua interação propõe uma abertura no que se refere à narrativa, levando o historiador a problematizar cada vez mais a sua atividade no momento da escrita. Ao pensar essas relações é interessante perceber a porosidade existente entre história e ficção e em como é possível um pensamento mais amplo sobre essa questão, principalmente no que se refere ao século XX. O presente trabalho visa a apresentação do “esboço de conceito” da imageria como possibilidade de análise das obras de Virginia Woolf (1882 – 1941), tendo como ponto principal as metáforas empregadas pela autora referentes ao mundo aquático. Para isto, utilizo como interlocutor a obra “Naufrágio com Espectador” (1979) de Hans Blumenberg (1920-1996). Assim, o que se espera é afirmar o lugar da metaforologia e da imageria como possibilidades analíticas do texto literário, inicialmente no início do século XX.

Palavras-chave: Virginia Woolf; Imageria; Literatura Inglesa; Século XX; Mimesis.

AQUATIC IMAGERY IN VIRGINIA WOOLF, A CASE STUDY

Abstract: The field of studies that relates history and literature has been expanding more and more, and its investigation investigates an opening in relation to narrative, leading historians to increasingly problematize their activity at the time of writing. When thinking about these relationships, it is interesting to notice the porosity between history and fiction and how a broader thought on this issue is possible, especially in the 20th century. The present work aims to present the “concept sketch” of imagery as a possibility for analyzing the works of Virginia Woolf (1882 - 1941), having as main point the metaphors used by the author that refer to the aquatic world. For this, I use the work “Naufrágio com Espectador” (1979) by Hans Blumenberg as an interlocutor. Thus, what is expected is to affirm the place of metaphorology and imagery as analytical possibilities of the literary text, a bulletin in the beginning of the 20th century.

Keywords: Virginia Woolf; Imagery; English literature; 20th century; Mimesis.

O percurso de pensamento proposto nesse artigo é posicionar a metáfora como ponto principal de análise para o texto literário produzido por Virginia Woolf ao longo de sua produção ficcional. Inicialmente a imageria foi pensada por Herbert Marder como sendo parte de um referencial ao uso das metáforas aquáticas na obra woolfiana (na biografia que versa sobre os últimos dez anos de vida de Woolf). Os exemplos aquáticos encontráveis na literatura de Virginia Woolf remetem a ideia de profundidade e superfície, de estarmos sempre à beira de um evento e inseridos em um momento que modificará o rumo da narrativa. Em carta para

⁹² Doutoranda em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), desde 2016. Editora da Revista ANIMA (revista discente do curso de história Social da Cultura), desde 2016. Parecerista da Revista Entrelaces (UFC). Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2014, bolsista CAPES. Graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ em 2011.

Duncan Grant, a fim de elogiar uma manta estampada que ele desenhou para ela, a autora diz que o objeto “lhe dava a sensação de ser um peixe tropical flutuando em águas quentes sobre florestas submersas em rubi e esmeralda [...]. O sonho da minha vida, você sabe, é ser um peixe tropical nadando numa floresta submersa” (MARDER, 2011, p. 65). A evocação das imagens de mergulhos é latente em Woolf, que as mobiliza nas diferentes formas e narrativas que produz, criando essa atmosfera de enfrentamento ao desconhecido e, ao mesmo tempo, de busca pelo conhecimento.

A questão se direcionava para um único caminho metafórico: água. Muito influenciada pelo trabalho de Herbert Marder, este foi o primeiro passo intuitivo dado no sentido de estabelecer um caminho explicativo para as metáforas de Virginia Woolf.

Ela usou essa imagem de mergulhar seguidas vezes para se referir àquele estado transcendente. Queria ‘ser tragada por algum poço escuro e sombreada por mato’. Sua imageria submarina se harmonizava com seus estados mutáveis, o fantasista e o poético. (MARDER, 2011, p. 65)

No entanto, o autor não desenvolve a noção de imageria ao longo da obra, ou em outros escritos, simplesmente confiando ao leitor a tarefa de buscar sua definição como sendo apenas um coletivo de imagens, ou mesmo como sinônimo de imaginário.

A metáfora tem sido evitada durante boa parte dos estudos, tratada como sendo algo figurativo ou decorativo para se obter o reconhecimento do outro do que se diz. Contudo, ela possui a capacidade de presentificar um problema vital, como lidar com um indivíduo que não tem acesso a todo o seu ser, mas que é cotidianamente condicionado a manter-se autoconsciente.

Então, de modo objetivo, a imageria seria um efeito poético, por conta de sua relação baseada no lastro necessário para a produção de sentido, mas irrealizado já que a *mimesis* é um fenômeno criador de um novo real irrealizado. A imageria, para além do conjunto de metáforas, seria o catalizador da estrutura de escrita de Woolf, onde há, a partir de uma metáfora, o deslocamento de vários elementos miméticos.

Quando se atribui à imageria o sentido de conjunto de metáforas, se impõe pensar que estas não são escolhidas a esmo. Estão presentes na literatura de Virginia Woolf de forma a obter a maior proximidade possível com o “real”, que se tornaria a base da construção de metáforas sobre o mesmo, como contornos definidores no caminho de atribuição de sentido. Como conjunto, tais metáforas possibilitam a compreensão das obras como construtoras de sentido, para além de uma mera cópia do passado. Atribuem, assim, formas de interpretação do passado e do presente, apostando na capacidade do leitor de atribuir significado ao que está sendo narrado.

As metáforas mobilizadas buscam criar sentidos e sensações que alcancem a transposição do leitor para a situação que se desenrola na narrativa, efeito em que se esmeram os escritores desde o seu primeiro esforço mimético. No entanto, as imagens produzidas por Woolf pretenderam estabelecer a narrativa dentro de um *frame*, no qual as águas teriam movimentos que se assemelhariam às ações humanas, ou que as tornassem parte das obras, figurando como personagens.

Posteriormente, ao discutir a qualidade metafórica das obras da autora, a reflexão se encaminhou para uma ampliação da percepção dos usos da metáfora como parte de seu trabalho mimético. Jacques Rancière, em *O destino das imagens*, define imageria da seguinte forma: “o termo deve ser tomado aqui em sentido amplo – relativo a todas as formas de produção e reprodução de imagens, e não especificamente as produzidas por ‘equipamento imageador’, - como repertório de imagens disponíveis” (RANCIÈRE, 2012, p. 24).

Esse *equipamento imageador* mencionado por Rancière relaciona sua capacidade de reprodução com as imagens da arte, as formas sociais da imageria e os procedimentos teóricos da crítica da imageria. Segundo ele, a criação de um mercado para essa imageria coletiva estabelece referenciais para a criação de produtos comerciais, possíveis através de todo o maquinário comercial, o que por um lado gera a popularização das imagens, mas também a sua vulgarização. Para o autor, assim como a imageria que reside no campo do social, ela não seria uma potência criadora, porque traria consigo a dessemelhança e a percepção de sintomas sociais claros, apontados por Sigmund Freud, através dos quais os signos (imagens) tornam possíveis a leitura de um determinado período.

Bachelard pensa a imagem poética como variável, apartada de um conceito constitutivo. Possuindo uma ação mutante, a imagem poética é a forma tomada pela reflexão após a constituição poética. É na apropriação e na tomada para si que o leitor faz que o recurso narrativo, que a poesia tem, e a imagem, tomam posição.

É preciso estar presente, presente à imagem no minuto da imagem: se houver uma filosofia da poesia, essa filosofia deve nascer no momento em que surgir um verso dominante, na adesão total a uma imagem isolada, no êxtase da novidade da imagem. A imagem poética é um súbito relevo do psiquismo, relevo mal estudado nas causalidades psicológicas secundárias. Também não há nada de geral e coordenado que possa servir de base a uma filosofia da poesia. (BACHELARD, 2008, p. 183)

Logo, a expressão de imagem poética na literatura é trazida à subjetividade do leitor e faz daquele novo elemento parte de seu repertório para a compreensão do mundo. A repercussão do observado se faz presente no leitor através das ressonâncias em seu vocabulário e atitude

frente ao novo. O sujeito que Bachelard conclama em sua análise do poético é o que se entrega à imagem.

Assim, a imagem que a leitura do poema nos oferece faz-se verdadeiramente nossa. Enraíza-se em nós mesmos. Recebemo-la, mas nascemos para a impressão de que poderíamos cria-la, de que deveríamos cria-la. A imagem se transforma num ser novo de nossa linguagem, exprime-nos, fazendo-nos o que ela exprime, ou seja, ela é ao mesmo tempo um devir de nosso ser. No caso, ela é a expressão criada do ser. (BACHELARD, 2008, p. 188)

A imagem que reverbera no leitor se comunicará com as experiências vividas por ela e se colocará como parte do processo mimético. O processo de leitura torna-se uma reidentificação com o outro e consigo mesmo. O outro é sempre colocado quando se fala ou escreve e nesse compartilhamento de linguagem, nessa relação dialética que a experiência estética se completa.

O leitor, no confronto com o texto, coloca-se como anônimo, único e transparente, possuindo o poder de inscrever o livro em uma temporalidade e local que se comunique como seu conhecimento prévio. É nesse processo de leitura que a obra passa por uma reescritura.

A leitura não é uma conversação, ela não discute, não interroga. Jamais pergunte ao livro e, com mais fortes razões, ao autor: “O que foi que você quis dizer exatamente? Que verdade me traz, portanto?” A leitura verdadeira jamais questiona o livro verdadeiro; mas tampouco é submissão ao texto. (BLANCHOT, 1987, p. 194)

A obra literária exige do leitor uma abertura, uma porosidade que é inerente a ela, que se realiza no processo de leitura. É nessa passagem que a atribuição de sentido se faz. É na angústia e na incerteza da leitura que o processo de conhecimento se dá, e nesse sentido Blanchot vê em Mallarmé o mesmo movimento que observo em Woolf, de produção de imagens na literatura que se abrem para interpretações com caráter individual e único. Com isso não quero dizer que a obra possui uma infinidade de interpretações, mas que dentro do limite que a obra possui, as individualidades se traduzem de modo a se comunicarem com uma subjetividade.

A obra não proporciona certeza nem clareza. Nem certeza para nós nem clareza sobre ela. Não é firme, não nos fornece apoio sobre o indestrutível nem sobre o indubitável, valores que pertencem a Descartes e ao mundo de nossa vida. Assim como toda a obra forte nos tira de nós mesmos, do hábito de nossa força, nos torna fracos e como que aniquilados, também ela não é forte aos olhos do que é, ela está sem poder, impotente, não porque seja o simples reverso das formas variadas da possibilidade, mas porque designa uma região onde a impossibilidade já não é privação, mas afirmação. (BLANCHOT, 1987, p. 223)

Apesar de levar em conta o fator históricossocial, a imageria encontrada em Virginia Woolf não pode ser lida como signo, mas é possível lê-la através do movimento de apercepção kantiana mencionado acima. O olhar poético é o caminho possível, e mais interessante, de interpretação dessa metaforologia que Woolf constrói em cada obra. As metáforas, tanto em suas prosas como em seus ensaios, não são simplesmente palavras decorativas, mas possuem significado cognitivo, o que estabelece a união entre o poético e as funções da linguagem.

A metáfora toma parte no que Woolf chama de *pattern* do texto, no estabelecimento de um padrão ou modelo na criação de personagens reconhecíveis, até mesmo de um modo formal. Ela usa o termo de forma livre, como o padrão de uma toalha, mas também de forma mais ‘positiva’, como para se referir a alguma coisa mais vital e vibrante, emergindo do caos moderno e das percepções que a envolve. Os padrões emergem das obras através de repetições de imageria e vocabulário e menos frequentemente como repetições de ações. Um exercício ou experimentação pode ser feito aqui, a fim de exemplificar o argumento apresentado.

Este é o valor dos estudos históricos quando mobiliza o literário: plasmar um momento e narrá-lo, inserindo o indivíduo no meio do campo em que se desenrola um fenômeno astronômico e, ao mesmo tempo, passar o horror da criação do mundo e do inesperado. A compreensão de que a História é um ambiente onde a porosidade é um componente benéfico em sua criação é um dos pontos mais importantes nos estudos de Reinhart Koselleck e de Hayden White. O homem, por sua necessidade de experimentação e de reconhecimento, vai buscar na metáfora e no campo do ficcional elementos de reconhecimento e estranhamento, a fim de auxiliar no desenvolvimento de sua percepção de mundo.

Tudo isso advém do experimentalismo de *Jacob's Room*, *Unwritten Novel* e *The Mark on the Wall* porque traz consigo um simbolismo que se expõe a uma construção subjetiva que, ao mesmo tempo em que flerta com a antiga forma, se mostra envolto de um ritmo poético que convence o leitor da história narrada, “forçando-o” a abrir mão de sua incredulidade, quebrando a parede que separa o homem da experiência do vivido através da literatura. Ilumina-se assim, os campos do individual e do subjetivo comum que o levam na direção do poético.

O formato aqui é o menos importante, já que na visão de Woolf os poetas deixaram a subjetividade para a prosa, alimentando-a de um novo elemento que enriquece e abre possibilidade para uma nova forma espacial, termo cunhado por Joseph Frank .

Esse flerte acaba por criar uma forma mais compreensível e atualizada da prosa. Mais importante do que isso: aqui reside a atualidade de Virginia Woolf na literatura contemporânea. Ao aproximar-se de uma mitologia e imageria próprias, ela atualiza um conjunto imagético

coletivo, trabalhando (de modo freudianon) com os seus ‘fantasmas’ pessoais e ancestrais, pondo à sua frente uma nova forma de manipular o tempo e a representação desse tempo nos romances, mas também na busca de um novo sentido. São histórias sobre fantasmas que se confrontam com a falta de sentido deixada pelos conflitos da Grande Guerra (1914 – 1918).

O dado mitológico acima assinalado está diretamente ligado ao resgate das tragédias gregas nos escritos dos ingleses desse período, ligando-o diretamente com um dado de permanência adotado quando o referencial temporal se encontra perdido. Partindo desse princípio, obras como *Mrs Dalloway* e *Voyage Out* ganham seu referencial em *Antígona* e *Eneida*. O exemplo mais claro seria o da *Odisseia*, de Homero e o *Ulysses*, de James Joyce.

O ‘impreenchível’ metafórico age dentro da coexistência entre metáfora e conceito contra o pensamento dominante da primazia do conceitual sobre o metafórico. O terreno em que a metáfora absoluta se move é ainda mais fértil, mas não menos difícil de ser atravessado, já que prevê a impossibilidade de transferência, transposição ou substituição de termo por outro; movimento possível na analogia. Ela é indizível, contendo em si uma carga metafórica que a afasta do conceito, estabilizando-se com uma margem mínima de compreensão (o núcleo mínimo do conceito e a base analógica).

O irrealizável assim se exemplifica: a alma não consegue alcançar a razão, mas não pode renunciar a ela, a rodeia e encontra, desta forma, a mais precisa “metáfora absoluta” em que se realiza a mimesis. É por sua capacidade mutante que a metáfora pode apresentar esse movimento, sendo capaz de dar conta da adaptação das imagens que a história e a ficção demandam.

O simbólico incluído sempre nas obras de Virginia Woolf é o elemento de reconhecimento que ela propõe como estabelecimento temporal, mas que não se confunde com a metáfora por sua fixidez.

O desenho metafísico que faz com que o mundo brote como explicação da unidade divina da coincidência opositiva até a ‘metafórica explosiva’ uma busca legítima da estrutura interna do processo de criação retrocedendo no sentido inverso ao fundamental originário. (BLUMENBERG, 2004, p. 245)

Essa é uma das propostas que tenho neste pequeno ensaio, a de não justificar o uso das imagens e metáforas pela existência da autora, ou cair no *Zeitgeist* do século XX. É importante a consciência de que, na criação da *mimesis* da escrita woolfiana, as metáforas desempenham papel fundamental e que se estruturam de forma a permitir que se indague sobre uma investigação através da metaforologia.

Ao pensar a metáfora de forma criadora, e não simplesmente no sentido retórico, observo que a escrita de Virginia Woolf se abre para diferentes sentidos possíveis e entra no terreno da indagação, que extrapola o ato de leitura unilateral, partindo para uma concepção de leitor ativo no texto de forma contínua e necessária para que ele cumpra seu papel comunicativo, como pensado enquanto texto ficcional. Ao passar próximo à simples analogia em alguns momentos, o leitor toma para si a responsabilidade de, em conjunto com o texto, mobilizá-lo de forma inteligente e não sempre ou apenas visceral, memorialista ou unidimensional.

A aproximação feita entre Blumenberg e Woolf parte do uso das metáforas conectadas à água, como forma de expressão do período entreguerras, como expressão do indizível, e a natureza surgiria como um caminho, como um retorno às origens da humanidade.

O estabelecimento da diferenciação entre metáfora e metonímia no seu sentido mais direto pode se mostrar dúbio ou mesmo desnecessário para o que entendo como conjunto de metáforas. Não ignoro a proximidade entre a imageria e o imaginário, dado que ambas nascem do mesmo conjunto semiológico, mas o primeiro termo propõe uma amplitude sensorial que não se encerra no campo do visível, pressupondo-se como um conjunto de metáforas, se seguirmos sua definição no dicionário comum. Estabelecer um conjunto de metáforas próprias de cada obra e de cada autor possibilita observar como é construída uma rede que conflui na relação entre ritmo (compreendido na montagem feita por Woolf entre a cadência, na qual a história é contada, e o uso de pontuação e sinais gráficos), símbolo (não em seu sentido coletivo, mas como uma imagem a ser apreendida de modo geral e logo depois individualizada no leitor) e metáfora. A imagem é um primeiro contato que o leitor tem com o material narrativo que o autor dispõe, logo o mais comum e menos individualizado. O que está sendo proposto com a imageria é justamente uma conexão entre autor e leitor, de compartilhamento comum de metáforas que passem pelo âmbito da leitura de uma determinada temporalidade e que se permita atualizar na extremidade oposta ao autor no jogo do texto.

Tendo estabelecido de forma periférica o que se compreende como imageria no contexto desse estudo, algumas metáforas podem ser exploradas como forma de apresentação do que foi dito. No caso de *Ao Farol* (1927), Virginia Woolf ambientaliza seu romance na Ilha de Skye, na Baía de St Ives, entre 1910 e 1920, onde a família Ramsay passa suas férias. Na história, Mr. Ramsay e Mrs Ramsay não possuem nomes próprios, o que traz continuamente a sensação de uma importância atribuída pela autora, como se o interior de cada componente daquela viagem fosse maior do que os acontecimentos / eventos. A estadia na ilha é acompanhada por amigos, como a pintora Lily Briscoe, Charles Tansley (admirador de Mr. Ramsay), Minta Doyle, Paul

Rayley e Augustus Carmichael, além dos filhos do casal. Este é o grupo que vai criar um espaço onde os dramas internos e familiares entrarão em conflito.

Ao longo do romance o leitor tem a oportunidade de ouvir os pensamentos das personagens e é nesse contexto que o uso de metáforas é interessante, na medida em que se cria, assim, uma relação entre leitor e personagem, e também por produzir imagens que de alguma forma individualiza a experiência estética. Em uma caminhada à beira-mar, Mrs Ramsay permite-se pensar sobre a paisagem e além.

(...) de maneira que o monótono quebrar das ondas na praia, que, na maior parte do tempo, dava uma compassada e calmante cadência aos seus pensamentos e parecia repetir como um consolo, sempre e outra vez, enquanto estava ali sentada com os filhos, as palavras de alguma antiga canção de ninar, murmurada pela natureza: “Eu cuido de vocês – eu sou o seu amparo” -, mas que, outras vezes, repentina e inesperadamente, sobretudo quando sua mente se afastava ligeiramente da tarefa por acaso em andamento não tinha esse sentido benfazejo, mas, como um fantasmagórico rufar de tambores marcava sem piedade a medida da vida, nos fazia pensar na destruição da ilha e sua submersão no mar, prevenindo-a, a ela, cujo dia se esgotava numa lida atrás da outra, de que tudo era efêmero como um arco-íris – esse som, ribombou surdamente em seus ouvidos, fazendo-a erguer os olhos num impulso de horror. (WOOLF, 2017, p. 16)

A intenção de uma caminhada, que trouxesse um certo acalento para o difícil momento de desilusão do menino sobre uma possível ida ao farol, faz com que Mrs. Ramsay se preocupe com os sons ao seu redor. Enquanto ouve a voz do marido conversando com seu discípulo tudo é calma e tranquilidade, mas quando o silêncio toma conta da sala, ela retorna sua atenção para o mar. O mar é o ponto de inconstância e confiança que ela busca, exigindo dela apenas que não retire seus olhos dele. É nesse momento de desatenção que ele deixa de ser cuidado e amparo e passa a ser uma lembrança da passagem assustadora do tempo, marcando os instantes vividos que nunca mais retornarão.

Lily Briscoe, uma pintora solteira que vê na figura de Mrs. Ramsay uma personalidade que deseja eternizar, ao olhar para Mr. Ramsay não vê generosidade, e sim uma pessoa hipócrita, tirânico e injusto no modo de tratar sua esposa e seus filhos. No entanto, em um momento de fragilidade, ela direciona o seu olhar para ele e se questiona por que Mrs. Ramsay ainda continuaria casada com ele e pensa no equilíbrio necessário para a manutenção da família.

Eles se tornavam parte daquele irreal mas penetrante e emocionante universo que é o mundo visto pelos olhos do amor. O céu se prendia a eles; os pássaros cantavam através deles. E o que era ainda mais emocionante, ela também sentia, ao ver o Mr. Ramsay se aproximando e se afastando, a Mrs. Ramsay sentada com James na janela e a nuvem se movendo e a árvore se curvando,

como a vida, feita, como era, de pequenos de separados incidentes que se viviam um a um, tornava-se encaracolada e inteira como uma onda que nos erguia e nos atirava junto com ela, ali, com uma pancada, na praia. (WOOLF, 2017, p. 43)

É na visão do cotidiano que Lily observa como a vida é feita de pequenos fragmentos que formam um quadro, que pode compor um todo feliz e satisfatório, ou não. Não era através da paixão e da emoção que Lily elaborava seus quadros, e sim da demorada observação que via refletida na felicidade do casal Ramsay ou no carinho dedicado pela mãe a seus filhos. Esse pensamento torna possível compreender a demora de Lily Briscoe em terminar sua obra e reconhecer os limites dela, dando ao leitor material para sua elaboração através de um efeito estético.

Uma das possibilidades que a imageria pode indicar nesse movimento é a presença de linguagem metafórica que pretenda dar conta da vida. O mar como uma imagem que consiga reunir e elucubrar o caminho até o pensamento acerca da existência de uma possibilidade de reflexão sobre um momento histórico que corre próximo ao indizível. Quando no romance o mar surge novamente, vem para questionar novamente a vida.

Embaixo no oco de uma onda, via a próxima onda elevando-se cada vez mais alto acima dela. Pois o que podia ser mais formidável do que aquele espaço? Aqui estava ela de novo, pensou, recuando para contemplá-lo, arrastada da tagarelice, da vida, da companhia das pessoas para a presença desse seu antigo e formidável inimigo – essa outra coisa, essa verdade, essa realidade, que subitamente deitava suas mãos sobre ela, emergia poderosa de detrás das aparências e exigia sua atenção. (WOOLF, 2017, p. 136)

Quando a vida retorna na narrativa, como uma possibilidade de observar os movimentos inesperados que dela podem advir, e propor a esse questionamento em torno do que se compreende como vida. Pensar os romances sob a lente da imageria permite ver a presença forte do ritmo e seu jogo com o poético/poemático, o uso inovador do simbolismo e a presença da metáfora fora do sistema de signo-significado (de modo ampliado), com o ponto de vista da autora estabelecido. A experiência será explorar algumas metáforas mobilizadas nas obras mencionadas, buscando traçar esse conjunto que a imageria pressupõe.

Quando se fala de ondas, por exemplo, o efeito simbólico de sua metafóricidade tende à vida e a ela se ligam, de modo que seus símbolos e o efeito deles são também possíveis graças à disponibilidade da memória dos leitores que reconhecem sua sonoridade e significado, elaborando uma experiência individual, isto é, Virginia Woolf abre a exploração da individualidade a partir de uma reflexão da vida por sua imageria, sem criar um símbolo puro e único, mas algo mutável em uma representação que permite essa conexão. A metáfora

desempenha um papel na obra de Woolf que não diz respeito somente à sua forma local, apresentada nos romances, mas nos rastros que tornam seus romances comunicantes entre si, formando a possibilidade de questionar-se sobre a existência de um projeto literário.

“O que é a vida?” é uma das questões que mais surgem ao longo dos cinco romances que analiso, publicados entre 1925 e 1936, e sua intensidade vai apenas aumentando quando da progressão do tempo. A aproximação que realizo entre a ideia de metáfora e água é uma das tentativas de resposta para uma pergunta que termina com uma metáfora por si só. As ondas surgem na natureza devido a dois movimentos concomitantes do vento e da correnteza, pressionando a água para que se mova em diferentes velocidades e forças até atingir a praia. Os homens passam pela vida terrena pressionados por dois *a priori* base do pensamento kantiano, tempo e espaço, somos o tempo todo pressionados por eles. Como ignorar a força metafórica que Woolf põe na natureza como forma de construção de sentido?

Bibliografia:

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução Maria Joias. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987
- BLUMENBERG, Hans. *Paradigmas para una metaforologia*. Tradução e introdução de Jorge Pérez de Tudela Velasco. Madrid: Minima Trotta, 2003.
- FREEDBERG, David. *The power of images: studies in the History and Theory of Response*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- MARDER, Herbert. *A medida da vida*. Tradução: Leonardo Fróes. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. *O destino das imagens*. Tradução: Monica Costa Netto. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RYDSTRAND, Helen. *Rhythmic Modernism: the mimesis of life itself in the short fiction of D. H. Lawrence, Katherine Mansfield and Virginia Woolf*. Australia: The University of New South Wales, 2016.
- WOOLF, Virginia. *Ao Farol*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VARIA

OCUPAÇÃO URBANA, HISTÓRICA E TURÍSTICA DO RIO DE JANEIRO: APAC DO LIDO, FORMAÇÃO DO BAIRRO DE COPACABANA E A BOSSA NOVA.

*Simone Feigelson Deutsch*⁹³
*Laís Severiano Oliveira*⁹⁴

Resumo: O presente artigo busca apresentar a área do Lido, situada no bairro de Copacabana, seu singular conjunto arquitetônico em estilo Art Déco e a sua contribuição para o surgimento da Bossa Nova, além de demonstrar como a medida pública de implantação da APAC do Lido se fez necessária, já que a mesma é uma importante forma de manter a memória cultural da região viva. Neste artigo propõe-se uma argumentação a respeito de que forma o setor turístico poderia utilizar-se do local e transformá-lo em um destino atrativo em função de sua importância histórica e arquitetônica.

Palavras-chave: Copacabana; Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC); Bossa Nova; Art Déco; Turismo.

RIO DE JANEIRO'S URBAN, HISTORICAL AND TOURISTIC OCCUPATION: LIDO'S APAC, THE FORMATION OF THE COPACABANA NEIGHBORHOOD AND THE BOSSA NOVA.

Abstract: This article aims to present Lido's area, located on the Copacabana neighborhood, its unique Art deco architectural ensemble and its contribution to the emergence of Bossa Nova, showing how the implementation of the public measure of Lido's APAC was necessary, since it is an important way to keep the cultural memory of the place alive. In this article an argument is proposed as to how the tourism sector could use the place and turn it into an attractive destination due to its historical and architectural importance.

Keywords: Copacabana; Protected Area of the Cultural Environment (APAC); Bossa Nova; Art Deco; Tourism.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, fundada em 1565 a partir da ocupação portuguesa no atual território entre o Morro Cara de Cão e o Morro Pão de Açúcar, desde seus primórdios foi um importante local para a criação do que hoje conhecemos como Brasil. Segundo Enders (2015), a cidade segue representando, para os olhos estrangeiros, uma figura de capital simbólica

⁹³ Simone Feigelson Deutsch, arquiteta e urbanista, Doutora em Engenharia Civil e Prof. Adjunta do curso de Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil Departamento de Turismo e Patrimônio; Membro do grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Turismo e Cidades. (autora principal). E-mail: feigelson@globo.com

⁹⁴ Estudante de Graduação em Turismo. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil. E-mail: lais.severiano@edu.unirio.br

brasileira, e o carioca segue sendo considerado um sinônimo de brasilidade. O prestígio da cidade se comprova, por exemplo, quando, em 1º de julho de 2012, a mesma foi classificada pela UNESCO como Patrimônio Mundial de Paisagem Cultural Urbana ou quando, em 2019, também pela UNESCO, recebeu o título de Capital Mundial da Arquitetura.

Dentre todas as localidades que fazem do Rio de Janeiro a Cidade Maravilhosa que habita o imaginário de diversos turistas ao redor do mundo, Copacabana, que é um grande destino turístico principalmente devido às suas belezas naturais, é uma das imagens que desde o século passado se tornaram parte da identidade brasileira. Costa e Garcia (2018), ao analisarem e compararem mapas turísticos do Rio, perceberam que por volta dos anos 20 o Centro da cidade passou a dividir seu espaço de importância com a Zona Sul, o que gerou uma transformação na maneira em que os turistas se relacionavam com a cidade e seus atrativos. Essa modificação na forma de experienciar e de viver a cidade se deu por conta da crescente valorização do que é denominado pelas autoras como “a vida burguesa à beira-mar”, que segue existindo até os dias atuais.

Entretanto, o bairro possui muitos atrativos fora do segmento de “Sol e Mar”, podendo ser citada, por exemplo, a área em que se constitui a APAC (Área de Proteção do Ambiente Cultural) do Lido. Embora o objetivo das APACs não seja voltado para o turismo, a visitação das mesmas se integraria ao conceito do segmento de Turismo Histórico-cultural, visto que, segundo o Ministério do Turismo (2005), neste segmento as atividades turísticas estão relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Os objetivos desta pesquisa são, portanto, discorrer a respeito da ocupação urbana em Copacabana, tratar especificamente sobre a APAC situada no bairro do Lido utilizando informações encontradas no Guia das APACs nº 12, lançado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2012, e demonstrar como o setor turístico poderia se utilizar deste território para a criação de um roteiro turístico alternativo.

A formação do bairro de Copacabana

O bairro de Copacabana foi oficialmente fundado em 6 de julho de 1862, no mesmo dia em que foi inaugurado o Túnel Real Grandeza - atualmente chamado de Túnel Prefeito Alair Prata ou Túnel Velho - construído pela Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, com o

intuito de criar uma ligação entre a cidade e Copacabana, tornando mais fácil a ocupação no local.

Além disso, em 1890, é formada a Empresa de Construções Civis por Alexandre Wagner, proprietário de terras que hoje equivalem à metade de Copacabana, junto com seus genros Otto Simon e Theodoro Duvivier, e também com Antônio de Paula Freitas e Torquato Tapajós. A empresa abriu ruas e construiu casas no trecho entre as atuais ruas Francisco de Sá e Francisco Otaviano, também possibilitando que o bairro passasse a ser povoado.

O surgimento dos bondes e o loteamento de terrenos foi essencial para o início da ocupação urbana de Copacabana, que até então era apenas um areal quase deserto e de difícil acesso, contando com apenas choupanas de pescadores, algumas pensões balneárias comuns na época, pois acreditava-se que o clima e as águas das praias eram benéficos para curar pessoas enfermas, e a Igreja de Nossa Senhora de Copacabana, ampliada a pedido do bispo D. Antônio do Desterro, após o mesmo ter sido salvo de um naufrágio, e que em 1918 foi demolida e anexada ao Forte de Copacabana, no posto 6.

Numerosos balneários se desenvolveram na Europa no século XVIII, com objetivo medicinal, fato que não foi diferente em Copacabana, onde há relatos da Clínica do Dr. Figueiredo de Magalhães, médico português que, no fim década de 1870, ao enxergar uma possibilidade de reproduzir o que estava sendo feito na Europa, se instalou no bairro e adquiriu uma chácara na Ladeira do Barroso com o intuito de criar uma casa com hotel anexado destinada ao cuidado de convalescentes, receitando os ares e os banhos de mar em Copacabana em seus tratamentos. Como se tratava de um local de difícil acesso, o médico implantou um serviço regular de diligências para transportar os interessados da Rua Real Grandeza à Ladeira do Barroso. (O'DONNELL, 2011 e 2014).

Posteriormente, como bem cita Urry (2001), a orla passou a ser procurada após a Revolução Industrial, quando se inicia um período de férias e feriados, que eram desfrutados à beira mar, principalmente na Inglaterra, fazendo com que o território passasse a ser olhado como uma fonte de lazer.

O desenvolvimento de Copacabana também foi incentivado pela construção da Avenida Atlântica, obra executada no período do Prefeito Pereira Passos, possibilitando uma integração do centro com todas as outras regiões da cidade. (AZEVEDO, 2003).

Todos estes incentivos advindos dos setores público e privado possibilitaram que Copacabana passasse então a ser mais povoada, inicialmente por pessoas de diferentes classes sociais, como pescadores e trabalhadores que moravam em pensões do bairro, e posteriormente por pessoas de classes abastadas que buscavam se afastar do Centro da cidade e viram em

Copacabana a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida ao adotar um estilo de vida voltado para a valorização do salubre, do praiano e do moderno.

A Área do Lido e o Art Déco

A área do Lido é localizada entre os bairros de Copacabana e do Leme e sua história começa em 1923 com a inauguração do hotel Copacabana Palace, que passou a ser um grande atrativo para turistas internacionais. Segundo Fernandes (2006, pg. 152-154 apud Valente e Eduardo, 2014):

“(...) o Copacabana Palace emerge na teia urbana do bairro como um ícone das transformações que a ele se sucederiam – e, mesmo que não intencionalmente, lá está até hoje como a marcar tamanha monta de transformação. A partir do seu empreendimento, Copacabana acabaria por encetar a visão monumental que fez antever um novo estilo de vida, uma nova forma de gestão do urbano e eclodir o mito que a fez ser representativa do moderno.”

A construção do Copacabana Palace trouxe ainda mais ares de sofisticação, luxo e elegância para a região e fez com que em quarteirões ao seu redor fossem estabelecidos lotes de terrenos mais largos e menos profundos, proibindo a instalação de casas comerciais (SCHWAB FIRME, 2010). Nessa mesma época, o começo do século XX, inicia-se uma revolução técnica na construção civil com o uso de concreto armado, que possibilitou a construção de edificações mais altas, iniciando pelo Edifício “A Noite”, na Praça Mauá, em estilo Art Déco. Dá-se início a um processo de verticalização, principalmente em áreas em estágio inicial de ocupação, tal como Copacabana, com a construção de “arranha-céus” transformando a paisagem urbana do bairro (CHAGASTELLES, 2012) e modificando a visão das classes médias e altas acerca de habitações coletivas.

Segundo Gilberto Velho, estas edificações residenciais multifamiliares possuíam quatro a oito andares e áreas internas comparáveis a de casas, variando de 200 a até mais de 600m², e foram construídas de acordo com estilos arquitetônicos que eram a moda da época no início do século XX, sendo o principal deles o Art Déco, estilo francês que foi influenciado por culturas e arquiteturas antigas como a egípcia, a maia, a asteca e a africana (PORTO, 2013), grande sucesso no mundo e no Brasil, sendo o Rio de Janeiro o estado brasileiro com maior quantidade de edificações neste estilo (cerca de 300, incluindo a maior escultura Art Déco no mundo, o Cristo Redentor), que, de acordo com Kaz (p.71, 2010),

baseava suas linhas e volumes em projeções futuristas, condensando todos os símbolos do mundo moderno, da ciência e das técnicas: linhas retas, planos ortogonais, metais cromados, cores industriais, plásticos, mobiliário mínimo, sóbrio e objetivo.

A justificativa para o uso deste estilo nas edificações do Lido se dá pelo fato de que o auge do Art Déco, no Brasil e no mundo, ocorreu entre os anos de 1920 e 1930, período em que começaram as construções de moradias na área. De acordo com o site do Instituto John Graz, - artista plástico, escultor e designer suíço de grande renome em território nacional e um dos precursores do estilo Art Déco no Brasil -, o estilo era tido como elegante, funcional e também “ultramoderno”, e era justamente isto que a elite carioca queria alcançar em Copacabana, mais especificamente no Lido.



Figura 1- Primeiro prédio em estilo Art Déco no Lido (à direita), Edifício Ribeiro Moreira (antigo Edifício OK), construído em 1928. Fonte: Simone Feigelson.

No Brasil, o estilo Art Déco se mescla ao estilo indígena marajoara, principalmente por conta do período político que buscava resgatar as origens brasileiras e valorizar o “bom selvagem” e a natureza local (ROITER, 2010), criando uma fusão entre o moderno e o tradicional, que Roiter demonstra ao analisar a fachada do Edifício Itahy, localizado na Av. Nossa Senhora de Copacabana, n° 252.

Por conta de a ocupação no Lido ter sido feita de modo acelerado, o resultado obtido foi uma homogeneidade de arranha-céus no estilo Art Déco, que acabaram por criar um conjunto urbano com imagem, identidade e ambiência únicas, repletas de valor cultural e histórico, e com necessidade de serem protegidas e conservadas.

A APAC do Lido

Segundo Pacheco (2009), o site da Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória histórico-cultural da Cidade do Rio de Janeiro (SEDREPAHC), em 2009, afirmava que:

Na formação da identidade cultural urbana entra uma complexa série de ingredientes que tornam cada bairro único e familiar aos seus moradores e freqüentadores. Preservar esse ambiente, sua fisionomia aproximam o Patrimônio do cotidiano da cidade e da vida de seus habitantes. E representa a parceria do poder público com a comunidade – que em diversas ocasiões inicia o processo de discussão e reivindica proteção da memória edificada de seu bairro – para a manutenção da qualidade de vida e à participação no planejamento da cidade.

Estes são os propósitos das APACs (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural), criadas em 1992 pela Prefeitura do Rio de Janeiro e que, ao estabelecer imóveis que poderão ser preservados, tombados, ou que são passíveis de renovações e/ou substituições, desde que as mesmas sejam feitas de maneira que a ambiência preservada permaneça coesa, possibilitam que a memória urbana seja mantida e que a imagem e a identidade do território se perpetuem. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2012).

A APAC do Lido foi criada oficialmente em 1992, por meio do decreto nº 11.448, por ordem do então prefeito Marcello Alencar, e estabelece condições especiais de proteção ambiental e de ocupação do solo para a área do Lido e suas adjacências em Copacabana.

A altura, a volumetria, os elementos arquitetônicos e decorativos originais de fachadas e seus materiais de revestimento são determinados no artigo 3º do decreto como os elementos a serem preservados nas edificações. Também são estabelecidos a proteção de elementos construtivos como materiais de revestimento de pisos, paredes e tetos, elementos decorativos, estatuárias, luminárias, vitrais, portas, portões e escadarias (Art. 4º) e o número de pavimentos e a altura máxima para os imóveis do local (Art. 10º).



Figura 2 - Área da APAC do Lido.

Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354711/4166445/Mapa_APAC_Lido_A2_rev01.pdf

A APAC do Lido possui 84 edificações protegidas, e é delimitada em uma área que engloba parcialmente a Rua Ministro Viveiros de Castro, a Avenida Atlântica, a Rua República do Peru, a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, a Rua Rodolfo Dantas, a Rua Duvivier, a Rua Ronald de Carvalho e a Rua Belfort Roxo, e completamente a Rua Fernando Mendes e a Rua Carvalho de Mendonça.

Além do conjunto arquitetônico em estilos art déco e art déco marajoara, na APAC do Lido localiza-se também o “Beco das Garrafas”, berço da Bossa Nova.

A Bossa Nova e o Beco das Garrafas

A Bossa Nova, gênero musical que uniu o samba, a música clássica e o jazz americano, surgiu no final da década de 50 em Copacabana na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente entre os n° 21 e 37 da Rua Duvivier em uma travessa sem saída conhecida inicialmente como Beco das Garrafadas, e que depois teve seu nome simplificado para Beco das Garrafas. O espaço era preenchido por bares, casas noturnas e boates, sendo um grande reduto da boemia carioca. De acordo com Castro, (1990 p.285 - 287, apud. Gomes, 2012), o beco recebeu esse nome pois os moradores dos edifícios ao redor tinham o costume de jogar garrafas nas cabeças dos barulhentos frequentadores locais.



Figura 3 - Entrada do Beco das Garrafas. Fonte: Simone Feigelson.

A bossa nova virou um dos maiores movimentos da história da música popular brasileira, rapidamente tornando-se mundialmente conhecida e apreciada, (KAPPAUN; SILVA, 2011), e conseqüentemente transformou-se em uma das principais representações, não só da cidade do Rio de Janeiro, mas também do Brasil.

Embora o Beco tenha sido um dos mais importantes *points* para a Bossa Nova, a partir da década de 70 ele começou a entrar em decadência, e embora diversas tentativas tenham sido feitas para restabelecer seu protagonismo como local de lazer e turismo na cidade, todas falharam. No ano de 2014, a empresa cervejeira Heineken financiou a revitalização da área, porém o contrato não foi renovado (MENDES, 2018), o que fez com que os estabelecimentos locais entrassem novamente em crise.

A importância do Beco das Garrafas é tão grande para a manutenção da memória histórica e cultural da cidade que, no ano de 2005 o mesmo é declarado como Patrimônio Cultural Carioca através do Decreto 25918 feito pelo então Prefeito Cesar Maia. Este decreto, diferentemente do decreto da APAC do Lido, fala diretamente sobre a possibilidade do bem protegido se tornar um atrativo turístico, ao levar em consideração a vocação turística do Rio de Janeiro.

Conclusões

Copacabana é um grande destino turístico brasileiro, entretanto, sua história ainda é pouco apresentada como um atrativo, e isso pode ser percebido através da falta de conhecimento

que a própria população fluminense possui a respeito do bairro, que para muitos se resume a praia e ao calçadão.

Embora a oferta de roteiros turísticos no Rio de Janeiro esteja cada vez mais se diversificando, e mais segmentos de turismo estejam sendo inseridos como potencializadores do fenômeno turístico, ainda é possível perceber que com relação ao Turismo Histórico e Cultural, o Centro da Cidade segue sendo a região mais procurada e divulgada. O protagonismo desta região é justificável, já que a mesma foi e ainda é importante para a criação da identidade da cidade. Entretanto, a maior característica do Rio é sua pluralidade, o que torna possível que em um único território coexistam diversos modos de se pensar e de se realizar o turismo.

Em Copacabana, a APAC do Lido se encontra praticamente de frente para o mar e abrange restaurantes e bares que estabelecem o bairro como um polo gastronômico da cidade. A quantidade de serviços turísticos ofertados no local torna ainda mais interessante e viável a realização de roteiros alternativos voltados à exposição do conjunto arquitetônico local e o berço da Bossa Nova, valorizando a história e a cultura singular locais.

Referências:

- ABRAMPA (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente). *Rio de Janeiro é Patrimônio Cultural da Humanidade*. Disponível em: <<https://abrampa.jusbrasil.com.br/noticias/3170687/rio-de-janeiro-e-patrimonio-cultural-da-humanidade>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- Azevedo, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 41 p., maio-ago., 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/tu000019.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CHAGASTELLES, Gianna Maria Montedônio. Copacabana arranha os céus: a sua verticalização e a sua abertura para o mundo (1928 - 1950). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL - MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 11., 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1329406958_ARQUIVO_ve_rticalizacaocopacabanacasanova.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.
- Copacabana. A história de Copacabana, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<https://copacabana.com/historia-de-copacabana>>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- COSTA, Amanda Danelli; GARCIA, Karina Gomes Silva. Imagens turísticas da cidade do Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX: uma viagem através de guias, mapas e das crônicas de viagem em Aguafuertes Cariocas. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 39-52, jan./abr. 2018. Disponível em: <[file:///home/chronos/u-bb0ce2923e0ef74e9f3f05de4201dbde7100f5aa/MyFiles/Downloads/3192-Texto%20do%20artigo-19734-1-10-20180709%20\(2\).pdf](file:///home/chronos/u-bb0ce2923e0ef74e9f3f05de4201dbde7100f5aa/MyFiles/Downloads/3192-Texto%20do%20artigo-19734-1-10-20180709%20(2).pdf)>. Acesso em: 25 maio 2021.
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Gryphus, 2015.

- FIRME, Fernando Schwab. *Enclaves residenciais: morfologia urbana e organização da vizinhança. O caso do bairro Peixoto em Copacabana*. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ARQD-86FKRD/1/microsoft_word_disserta_o_em_elabora_o.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.
- GOMES, Vinícius José Spedaletti. *Hélio Delmiro - Composições para violão solo*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27157/tde-22092015-143912/publico/VINICIUSJOSESPEDALETIGOMESVC.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.
- INSTITUTO JOHN GRAZ. *Como o estilo Art Déco chegou ao Brasil*. 2017. Disponível em: <<http://www.institutojohngraz.org.br/como-o-estilo-art-deco-chegou-ao-brasil/>>. Acesso em: 26 maio 2021.
- KAPPAUN, Leonardo Kronemberger; SILVA, Caroline Pereira. *Turismo Cultural no Rio de Janeiro: a Bossa Nova como Patrimônio carioca*. In: ENCONTRO SEMINTUR JR., 2., 2011, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/04_turismo_cultural.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.
- KAZ, Stela. *Um jeito Copacabana de ser: o discurso do mito em O Cruzeiro e Sombra*. 2010. 249f. Tese (Doutorado em Design) - Faculdade de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1806097/DLFE-237571.pdf/umjeitocopacabanadeser.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2021.
- MENDES, Vinícius. *Os melancólicos dias finais do Beco das Garrafas, joia da noite carioca onde Elis estreou nos palcos*. jul. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44783821>>. Acesso em: 03 jun. 2021.
- O'DONNELL, Julia Galli. *Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana*. 2011. 298f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp156271.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2021.
- O'DONNELL, Julia – *A invenção de Copacabana, Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro* – Editora Zahar – 2014 – Rio de Janeiro
- PACHECO, Angela Matos. *A proteção municipal do patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro*. 2009. 58f. Monografia (Especialização em Direito Ambiental) - Faculdade de Direito, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k210845.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- PORTO, Claudia. *Art Nouveau e Art Déco*. Rio de Janeiro, 2013. (Apostila). Disponível em: <<https://claudiaporto.files.wordpress.com/2013/10/art-nouveau-art-deco.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2021.
- RIO DE JANEIRO, Prefeitura. *Guia das APACS*. 2012, nº12. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6433361/4172414/guia12.compressed.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- RIO DE JANEIRO. Decreto n. 11.448 de 07 de outubro de 1992. Estabelece condições especiais de proteção ambiental e de ocupação do solo para a área conhecida como Lido, e adjacências, em Copacabana. Rio de Janeiro: Prefeitura, [1992]. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354711/4107444/copacabana_dec11448_92_lido.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.
- RIO DE JANEIRO. Decreto n. 25.918 de 26 de outubro de 2005. Declara Patrimônio Cultural o Beco das Garrafas. Rio de Janeiro: Prefeitura, [2005]. Disponível em:

<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/dec_25918.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ROITER, Márcio Alves. A influência da arte marajoara no art déco brasileiro. *Revista UFG*, Goiás, v.12, n°8, jul. 2010. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/08_AinfluenciamarajoaranoArtDecobrasileiro.pdf>. Acesso em: 23 maio 2021.

UNESCO. Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountains and the Sea. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

URRY, John. *O Olhar do Turista*, lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3 ed. São Paulo. Studio Nobel: SESC, 2001.

VALENTE, Luiz Ricardo Schiavinato; EDUARDO, João Pedro de Andrade. O processo de verticalização de Copacabana, Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404069552_ARQUIVO_O_PROCESSO_DE_VERTICALIZACAO_DE_COPACABANA_ARTIGOCOMPLETO_.pdf>. Acesso em: 9 maio 2021.

VELHO, Gilberto (org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. 3 ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2006.

ELOGIO DA VELHICE: PERCEPÇÕES SOBRE O CORPO IDOSO NO BRASIL

Valmir Moratelli⁹⁵

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a construção social da velhice no Brasil, a partir do levantamento de alguns relatos históricos que contribuem com a análise da evolução da expectativa de vida. Desse modo, pretende-se levantar aspectos da dominação do corpo idoso em uma sociedade historicamente desigual. Traz-se ainda uma pesquisa sobre os elogios referidos aos idosos, como forma de exemplificar seu lugar social almejado e a forma como eles se veem na marcação de identidade e posicionamento perante os demais grupos etários. Conclui-se que sua posição de produtividade consegue superar a crítica sobre fatores físicos que marcam representação da velhice.

Palavras-chave: Velhice; Corpo; Elogio; Autoestima.

OLD AGE PRAISE: RESEARCH ON THE PERCEPTION OF THE ELDERLY BODY IN BRAZIL

Abstract: This article aims to discuss the social construction of old age in Brazil, based on a survey of some historical reports that contribute to the analysis of the evolution of life expectancy. Thus, it is intended to raise aspects of the domination of the elderly body in a historically unequal society. There is also a survey on the praise referred to the elderly, as a way to exemplify their desired social place and the way they see themselves in marking their identity and positioning in relation to other age groups. It is concluded that its productivity position manages to overcome the criticism about physical factors that mark the representation of old age.

Keywords: Old Age; Body; Praise; Self Esteem.

*“De que serve a juventude,
quando corrompida pelo veneno de uma hipocondria senil?”
(Elogio da Loucura)*

O título desse trabalho faz uma alusão ao célebre ensaio *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Roterdão, publicado em 1511, considerado uma das mais influentes obras da Reforma Protestante. Aqui, nossa análise é dividida em duas partes: na primeira, tem-se como objetivo traçar um apanhado histórico sobre a compreensão do sujeito idoso no país; e na segunda parte, apresentam-se os resultados de uma pesquisa quantitativa na qual se pergunta que elogios são

⁹⁵ Bacharel e mestre em Comunicação e doutorando do PPGCOM da PUC-Rio. Integrante do Grupo de Pesquisa “Narrativas da vida moderna na cultura midiática – dos folhetins às séries audiovisuais”. Áreas de pesquisa: velhice; identidade; masculinidade. <https://orcid.org/0000-0002-6071-1360>

esperados por quem tem a partir de 60 anos e de que forma eles se veem como sujeitos inseridos em contexto social.

Tomando como premissa a complexidade da sociedade brasileira, os embates e controles de corpos são uma forma de gerenciamento de poder. Suas consequentes divisões e hierarquização permitem essa gerência de acordo com as estruturas vigentes. As crises nem sempre são passíveis de discussão, mas silenciadas por uma dominação estrutural ao longo da história.

(...) Como toda sociedade dependente, colonial e periférica, a nossa tem um alto nível de conflitos e de crises. Mas entre a existência da crise e o seu reconhecimento existe um vasto caminho a ser percorrido. Há formações sociais que logo buscam enfrentar as crises, tornando-as como parte intrínseca de sua vida política e social, enquanto, em outras ordens sociais, a crise e o conflito são inadmissíveis. (...) Tudo indica que, no Brasil, concebemos os conflitos como presságios do fim do mundo, e como fraquezas – o que torna difícil admiti-los como parte de nossa história (DAMATTA, 1997, p. 183).

Entre os diversos processos que constroem o sujeito envelhecido no Brasil, há intensificação das práticas efetivadas pelas políticas públicas desde a redemocratização, o que determina mudanças nas classificações etárias fortemente relacionadas ao envelhecimento populacional.

Para fins metodológicos, alguns institutos consideram como idoso o indivíduo a partir dos 60 anos – como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde. Ainda assim, é possível visualizar diversos aspectos sociais que reforçam o estudo sobre velhice brasileira como objeto heterogêneo e de atravessamentos complexos. Em 2020, o IBGE contabilizara 32 milhões de idosos no país, com previsão de aumentar para 67 milhões em 30 anos.

Envelhecer no “jovem” Brasil

O século XX assistiu à população global sair de 1,6 bilhão em 1900 para 6 bilhões em 2000, puxada pelo aumento da expectativa de vida e queda da mortalidade infantil. O Brasil despertou em 1900 com uma expectativa de 33,4 anos, e dormiu em 2000 com 69,9 anos. Um século antes do início dessa transformação planetária, a Europa estava mergulhada em guerras napoleônicas e o Brasil seria rota final da fuga da família real, em 1808, experimentando pela primeira vez ser centro do poder do império português.

A partir de relatos trazidos por Gilberto Freyre [1900-1987], em seu clássico *Casa-grande e senzala* ([1933] 2003), exemplifica-se como se deram, no país, as alterações etárias no campo simbólico. Nos séculos XVII e XVIII, viajantes impressionados comentavam em diários de viagem que uma mulher antes de completar 18 anos já era considerada velha.

(...) Quase todos os viajantes que nos visitaram durante o tempo da escravidão contrastam a frescura encantadora das meninas com o desmaiado do rosto e o desmazelo do corpo das matronas de mais de dezoito. De Mrs. Kindersley (...): as senhoras “ficavam com o ar de velhas muito depressa” (“*they look old very early in life*”). Seus traços perdiam a delicadeza e o encanto. O mesmo notou Luccock no Rio de Janeiro. Olhos vivos, dentes bonitos, maneiras alegres — tal o retrato que nos traça de meninas de treze ou quatorze anos. Aos dezoito anos, já matronas, atingiam a completa maturidade. Depois dos vinte decadência. Ficavam gordas, moles. Criavam papada. Tornavam-se pálidas. Ou então murchavam. Algumas, é certo, tornavam-se fortes e corpulentas como o original de certo retrato antigo, que hoje se vê na galeria do Instituto Histórico da Bahia: mas feias, de buço, um ar de homem ou virago (FREYRE, 2003, p.430-431).

Ainda a respeito do período Brasil-colônia, no século XVII, Freyre (2003) conta que um observador holandês, em Pernambuco, relatara que as jovens mulheres brasileiras “perdiam os dentes; e pelo costume de estarem sempre sentadas, no meio das mucamas e negras que lhes faziam as menores coisas, andavam ‘como se tivessem cadeias nas pernas’” (2003, p.431). Sobre o meado do século seguinte, há relatos como o do etnógrafo alemão Karl von den Steinen, de 1885, e que Freyre assim reproduz: “Estas brasileiras, aos doze e treze anos, quando já na puberdade, e a mãe começa a pensar seriamente em casamento, encantam e enleiam com sua beleza florescente. (...) Pena que (...) seu encanto só durasse mesmo até os quinze anos” (FREYRE, 2003, p. 431).

Dando salto histórico até os primeiros registros iconográficos da população indígena no Brasil, no século XVI, há pertinentes indícios de como a velhice era retratada. Em sua pesquisa sobre canibais em território brasileiro, o historiador colombiano Yobenj Chicangana-Bayona (2017) analisa como, em várias xilogravuras, as indígenas velhas “encarnam o que é mais temido e odiado dos índios e suas práticas. Na visão dos cronistas, elas não só são as mais gulosas e incorrigíveis, como também as incitadoras do canibalismo” (CHICANGANA-BAYONA, 2017, p.151), por isso são retratadas como sádicas nos rituais de vingança contra o inimigo. As velhas aparecem, quase sempre, zombando das vítimas antes de degolarem-nas sob canto e dança. Elas preparavam os cozidos e separavam as partes que seriam comidas por todos.

A representação das velhas tupinambás chupando os próprios dedos seria alusão à falta de dentes, “só podendo chupar e sorver sangue e gordura, mas não morder a carne”

(CHICANGANA-BAYONA, 2017, p.146). Na imagem abaixo, como se percebe, a segunda mulher do canto esquerdo é assim representada. Segundo Chicangana-Bayona (2017), há uma associação entre a experiência das velhas no canibalismo e a leitura europeia do corpo degenerado repleto de vícios.

Gravuras sobre o consumo das vítimas mostram que todos os tupinambás participavam do banquete – jovens, velhos, homens, mulheres e crianças. Mas, na visão europeia escandalizada com o Novo Mundo, apenas a mulher ocupava posição decrépita, porque acreditava-se que era dissimulada, “propensa a cair em tentação, um ser inferior e imperfeito, relacionada à falta de moderação” (CHICANGANA-BAYONA, 2017, p.171). A representação da mulher velha, que potencializa essa inferioridade, fazia parte da cultura cristã da Europa. Basta lembrar que a temática de bruxaria era tida como heresia pela Igreja. Vem dos séculos XV e XVI a representação de bruxas como “mulheres velhas, de seios caídos, pele enrugada e rostos grotescos” (CHICANGANA-BAYONA, 2017, p.167). A valorização do feminino se dá pela juventude, que seria perdida pelo acúmulo de pecados, desgastando o corpo e a alma.

O que os relatos dos viajantes europeus do século XVII têm em comum com as gravuras sobre os tupinambás? A questão etária registrada é sempre a feminina, quase não há relatos sobre a velhice masculina. Listamos entres os motivos por que ela não chama atenção: 1. os relatos são sempre do ponto de vista do homem sobre a mulher; e 2. por mais que a construção da velhice passe por diversos atravessamentos, que incluem estruturas políticas e econômicas, a masculinidade permite experimentar resquícios de poder mantidos na velhice. A fragilidade e animalidade do corpo masculino velho é compreendida mais tardiamente, pois há fluidez em se imaginar como as classificações por idade permeiam o campo simbólico de forma inconstante no processo civilizatório.

Ainda sob o ponto de vista histórico, cabe outro exemplo. Com a fuga da família real para o Brasil, país cuja expectativa média de vida não alcançava os 30 anos, era de se admirar a figura de D. Maria I [1734-1816], mãe do príncipe regente D. João VI, que entraria para a História sob a alcunha de “rainha louca” devido às alucinações que a perturbavam (WILCKEN, 2004). Ao desembarcar no Rio de Janeiro, aos 73 anos, a rainha foi carregada numa liteira por dois homens sob cortejo para a população. A historiadora Mary del Priore conta que “sua longevidade tinha o gosto do heroísmo. Ser velho, então, era roubar pequenos prazeres à vida, era assistir a corpo e espírito se paralisando por males físicos. Era aceitar a decrepitude” (DEL PRIORE, 2019, p 182).

A família real também trouxe, nesse momento, todo o fervor que a fazia uma das monarquias mais intimamente católicas da Europa. Atrasados nos estudos anatômicos que os

italianos desenvolveram séculos antes, os médicos portugueses, sem autorização para dissecar cadáveres, “acreditavam que o coração dos velhos diminuía de volume com a idade, até desaparecer, o que provocava a morte” (DEL PRIORE, 2019, p 182). Com a proclamação da República, em 1888, a ideia de um “novo” país surgia para enterrar o arcaico. Freyre define que o Império morreu “sob as barbas brancas e nunca maculadas pela pintura do imperador D. Pedro II, ao passo que, em seu lugar, resplandeciam as barbas escuras dos jovens líderes republicanos, ávidos pelo poder” (FREYRE, 1974, p. 132).

E assim a população brasileira ao longo dos últimos dois séculos passa por verdadeira revolução etária, saindo de patamares de expectativa de vida irrisórios, comparados ao que se vivia na Grécia Antiga, para a atual equidade a níveis europeus. O envelhecimento populacional no país acompanha fenômeno percebido em diversas partes do mundo, a partir da difusão de técnicas de planejamento familiar, movimento feminista, aumento do conhecimento científico e do nível educacional, urbanização, maior acesso a serviços de saúde etc. A projeção de 2020 para a expectativa de vida do brasileiro chegou a 76,7 anos, dados divulgados pela Tábuas Completas de Mortalidade do Brasil⁹⁶, do IBGE, em 2017. Ainda assim, com a pandemia de Covid-19, perdeu-se quase dois anos de esperança de longevidade – ou seja, 74,8 anos, retornando ao patamar anterior a 2013.

Ainda na década de 1970, Freyre (1977) atentara que a crescente presença de idosos na sociedade cria “novas relações entre as categorias júnior, média e *sênior* que as constituem. São todas categorias a serem integradas num desenvolvimento global de sociedades” (FREYRE, 1977, p. 74). Desse modo, a liderança de uma categoria não deveria significar a exclusão de outra, mas uma conformidade de relações. Até porque, chegar à velhice satisfatoriamente realizado é um processo que atravessa medidas que tangem – e não excluem – infância e fase adulta. Como lembra Durkheim, “as categorias são representações essencialmente coletivas, elas traduzem antes de tudo estados de coletividade, dependem da maneira pela qual essa é constituída e organizada, da sua morfologia, das suas instituições religiosas, morais, econômicas etc” (DURKHEIM, 1989, p.45).

Esta introdução sobre as alterações históricas de visão da velhice tem relação com a pesquisa que traremos mais a seguir, sobre os elogios a respeito do corpo velho.

⁹⁶ Disponível em <<https://cutt.ly/ZITXoSS>>. Agência Brasil. Publicado em 29/11/2018.

Corpo e poder na discussão etária

Ao entender que as classificações etárias passam por uma percepção visual sobre o outro, ou sobre o corpo do outro, e que essas percepções estão atreladas a um imaginário de capacidades física e psíquica, é necessário que se apresente algumas percepções sobre a utilização do corpo como lugar de existência, agregando signos culturais e sendo interpretado de acordo com o exercício de poder.

Em “Algumas formas primitivas de classificação”, que faz parte do livro *Ensaio de Sociologia*, Marcel Mauss e seu tio Émile Durkheim chamam atenção para a relevância do poder social nas formas de classificação. Para os sociólogos, “toda classificação implica numa ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem nossa consciência nos oferece modelo. Deve-se, pois, perguntar onde fomos procurá-lo” (DURKHEIM, 2009, p. 403). Além disto, todo tipo de classificação seria especulação da realidade, com a finalidade de tornar compreensíveis as relações entre os seres, antes mesmo de ser utilizado como modo de ação. Mauss e Durkheim (2009) defendem que as formas de classificação são, assim, produto da necessidade humana de relacionar ideias, para que o conhecimento possa ser agrupado em campos específicos de compreensão – sejam eles grupos de gênero, cor, faixa etária, fator econômico, entre outros. Todos esses campos são, portanto, construídos por valores sociais.

Partindo dessa premissa, o recorte de gênero, por exemplo, carrega consigo características socialmente construídas, que reforçam diferenciações entre os sexos, muito além da questão biológica. A figura do homem, tal como a da mulher, traz atributos que marcam posição na sociedade, tipo de valorização econômica, papel desempenhado na família, no ambiente de trabalho, no lazer. Intrínseco ao exercício da masculinidade que o coloca em posição privilegiada em determinadas culturas, o indivíduo é primeiramente incorporado ao processo de homogeneização através do gênero, para depois passar por subdivisões.

Ainda que as diferenças de identidade sejam resultado de processos de produção simbólica e discursiva, a diferenciação por meio do qual elas são produzidas está longe de ser simétrica, e se perpetua até a velhice, visto que

(...) a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p.80).

O que é visto como “diferente” num contexto social ganha dimensão de destaque. As divisões podem ser da esfera de gênero, de cor, de sexualidade, de fator econômico, de

nacionalidade e, também, de idade. As diferenças entre o masculino e feminino, por exemplo, são instrumentalizadas para controlar e cercear possibilidades.

Para entender de que forma o corpo é utilizado para meio de organização social, é importante trazer ao debate como Foucault (1987) entende as dimensões externas do corpo como visibilidade e, a partir disso, luta política. Se a referência é um corpo aparentemente “invisível”, no caso o corpo idoso, então este, como Foucault diz, “também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, p.28).

Isso possibilita entender como a representação de corpos é utilizada para aquisição de um saber ou mesmo instalação e manutenção de um poder. Corpos iguais são agrupados em uma mesma categoria, corpos diferentes são agrupados em outra (os diferentes). Dentre eles, há os corpos mais úteis e os menos úteis, os mais belos, os mais capazes, os mais produtivos, os mais dóceis, entre tantas definições. A este entendimento se aplica o exercício de poder, uma força externa ao indivíduo, mas dele oriunda; a que Foucault classifica de “tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 28). Ou seja, há uma compreensão do saber do corpo que não passa pelo seu estado, e um controle de forças que não depende dele. O corpo é instigado a dar retorno de acordo com a incidência de poder que age sobre ele, e que o mesmo absorve. Por exemplo: o que se espera do corpo feminino jovem é que seja reprodutor, o que se espera do corpo masculino jovem é que seja viril e forte, e assim por diante.

Muito além de determinar aspectos de aparência, o envelhecimento delimita o comportamento que se anseia da outra pessoa. Ao defender que é impossível separar “biologia” e “cultura” na espécie humana, o antropólogo Roberto DaMatta sugere que a invenção da cultura foi “a grande responsável por mudanças básicas na nossa estrutura neurobiológica e anatômica. O corpo somatiza a cultura, bem como épocas históricas” (DAMATTA, 2021)⁹⁷. Assim como para o também antropólogo José Carlos Rodrigues, “a cultura, distintivo das sociedades humanas, é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social” (DAMATTA, 1975, p.11). Outro autor que trabalha a ideia de corpo como instrumento político, o sociólogo francês David Le Breton prefere a hipótese de que “a sociologia aplicada ao corpo se distancia das asserções médicas que desconhecem as dimensões pessoal, social e cultural de suas percepções sobre o corpo” (BRETON, 2010, p.36).

⁹⁷ Anotações de aula, na disciplina Tópicos Especiais I, proferida pelo prof. Dr. Roberto DaMatta, no primeiro semestre de 2021.

Na questão etária, vê-se que, ainda que visível por aspectos físicos, o envelhecimento é delimitado por substratos sociais que são variáveis entre sujeitos, de cultura para cultura, de época para época. Logo, não é possível pensar a velhice sem o componente histórico-cultural no qual se insere.

Pelo caráter biológico, o processo do envelhecimento é carregado por alterações nos aspectos motores, funcionais e psicológicos; entretanto há ainda o caráter psicossocial, que impregna sentidos antagônicos à velhice. Por um lado, o corpo idoso pode ser valorizado como símbolo da sabedoria, responsável pela manutenção da memória de seu grupo social; por outro, pode ser entendido como improdutivo, dependente, um peso orçamentário. É esta última a compreensão que se faz quando se discute, por exemplo, reforma da previdência – o idoso como dependente do Estado.

Pensar o corpo como aglutinador de fatores é uma visão que nasce com Marx e Engels, para quem o corpo é resultado de cultura. A crítica marxista a condições operárias da Revolução Industrial não deixa de ser uma análise sobre como funciona a organização social dos corpos, inserida no contexto de dominação e, por isso, sendo urgente a necessidade de modificações. À luz dos avanços tecnológicos, Marx ([1867] 1998, p.451) acreditava que a maquinação do processo industrial tornaria “supérflua a força muscular”, abrindo novas frentes de emprego de trabalhadores sem esta característica, o que daria oportunidade a mulheres e aos mais velhos. O aproveitamento, entretanto, ocorreu em curtos momentos, como em períodos de guerra. O que permite supor que estas exceções são recursos do capitalismo para manter o padrão de equilíbrio do capital, ao invés de se buscar inserção de grupos marginalizados do sistema produtivo. Saindo a força muscular como base de produção, os mesmos agentes agora são realocados, sem abrir brechas nas possibilidades de comando.

O corpo idoso, descartado pelas fábricas após décadas de serventia, e ignorado pela sociedade, tende a ser um corpo improdutivo do ponto de vista industrial, mas também um corpo desqualificado do ponto de vista social. Os idosos perdem esse pertencimento no momento em que já não são produtivos – homens pela força, mulheres pela fertilidade. Na atualidade, corpos que não produzem perdem capital simbólico. Como se verá na segunda parte desse trabalho, na pesquisa quantitativa, o elogio relacionado ao trabalho é o que mais agrada aos entrevistados, o que se explica pela sua importância relacionada à capacidade de agregar valor simbólico ao corpo que produz.

Na Modernidade, o corpo idoso, tirado da compreensão de capacidade física e intelectual, é imediatamente sucumbido ao esquecimento. As rugas devem ser evitadas, os cabelos brancos precisam ser tingidos, a dentadura deve ser omitida, a bengala é sinal de

ineficiência, a fala vagarosa e o pensamento esquecido são reflexos de descontinuidade, a diminuição da potência sexual é reflexo de masculinidade enfraquecida, o andar arrastado não condiz com a velocidade do tempo urgente e, por último e igualmente importante, a associação com a proximidade da morte impossibilita a crença no futuro. Porém, mais do que belo, é preciso que se tenha um corpo útil. Este aspecto se mostra bem ilustrado na pesquisa que foi realizada para este trabalho.

Antes de trazemos os dados registrados, é necessário que se reforce que a compreensão biológica sobre o corpo, amparada pelos avanços científicos, favoreceu o pensamento de que o corpo envelhecido é mais vulnerável, prestes a adoecer ou a ser interrompido. Vem daí a prática de controle sobre o corpo idoso, a ser vigiado, alimentado, amparado. Vigia-se até com quem ele pode se relacionar. Em plena pandemia de Covid-19, que avança no país desde março de 2020, aos idosos também foi designada a classificação de “grupo de risco”, pela sua inicial vulnerabilidade à doença.

Uma contradição que se percebe: é da posse do idoso um corpo interpretado no processo de degeneração, mas não é mais de sua posse o que este corpo pode cumprir, estando sob rígida vigilância moral. Essas construções do corpo idoso/velho traduzem o olhar sobre o outro, homogeneizando sua interpretação. Do mesmo modo – seguindo Le Breton (2010), para quem o corpo é vetor semântico pelo qual a relação com a realidade é construída, – o controle da gestão social do corpo é determinante para manutenção de um poder econômico e cultural, majoritariamente padronizado na ideia de produtividade.

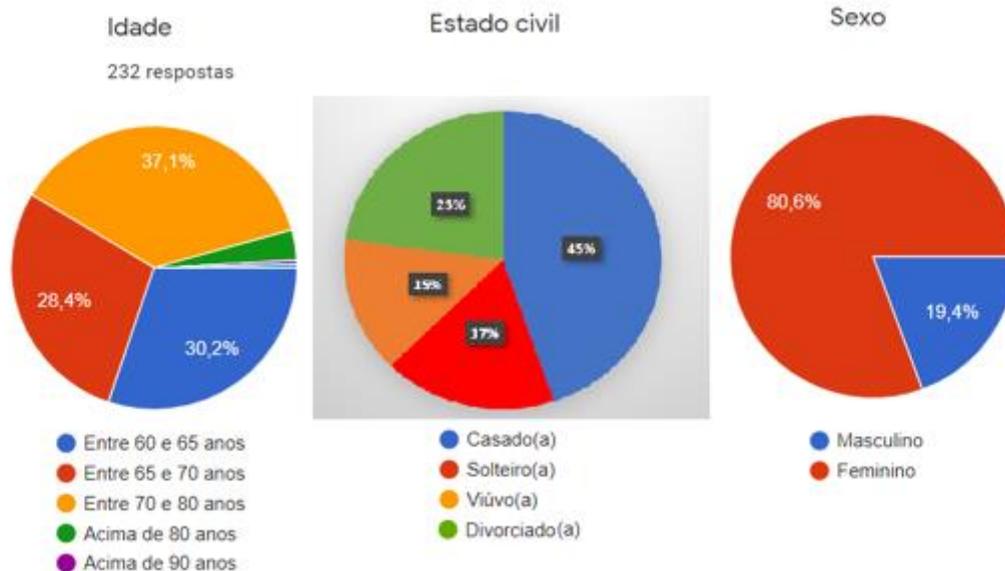
Pesquisa dos elogios

Como metodologia da presente pesquisa adotada, foi realizado um questionário online de forma anônima, no qual se pergunta, num primeiro momento: idade, sexo e estado civil. Por entendermos que os recortes de gênero e idade poderiam influenciar em diferenças significativas nas respostas, e também compreendendo a heterogeneidade do que se classifica como velhice, preferimos organizar as faixas etárias em: 60-65 anos, 66-70 anos, 71-80 anos; acima de 80; acima de 90.

O questionário foi respondido por um grupo de 232 pessoas entre os dias 24 de junho e 02 de julho de 2021. Em nove dias, foi enviado um link com o formulário contendo, ao todo, nove questões. Em alguns casos, parentes precisaram auxiliar os idosos com o acesso à internet, a fim de que eles respondessem de forma oral e, em seguida, que a marcação fosse realizada de forma precisa por terceiros. Isso é importante de ser mencionado, visto que pode ter havido

interferências externas nas respostas – como a própria percepção do idoso em mascarar suas compreensões. Ainda assim, a pesquisa foi respondida, em sua maioria, pelos próprios, sem auxílio de terceiros, com a utilização de celulares. Por ainda estar em curso a pandemia de Covid-19, o auxílio de ferramentas digitais na pesquisa possibilitou maior zelo com os informantes, evitando qualquer aproximação física com os mesmos.

Gráfico – Perfil dos entrevistados



Como se percebe, há um equilíbrio maior no quantitativo das três primeiras faixas etárias: 60-65 anos, 66-70 anos, 71-80 anos (sendo esta a maior faixa, com 37,1% do total). Entretanto, a maioria das respostas é do sexo feminino, um pouco mais de 80%. Entre os entrevistados, 45% informaram que são casados, 37% são solteiros, 23% divorciados e 15% são viúvos.

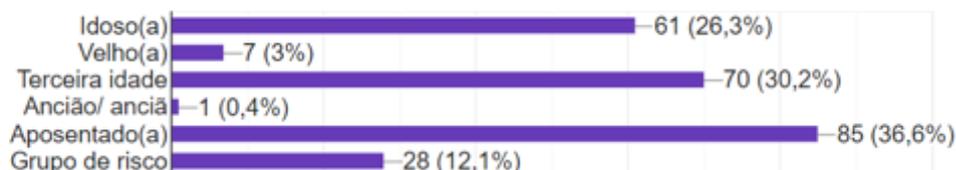
No mesmo questionário, foi perguntado “Qual desses termos melhor te define?”, podendo ser selecionada mais de uma resposta entre seis opções ou ainda a oportunidade de ser incluído um outro adjetivo qualquer. A maioria, 36,6%, prefere ser chamada de “aposentado”, seguida por “terceira idade”, com 30,2%, e “idoso”, com 26,3%. “Grupo de risco” teve identificação com 12,1% dos informantes, “velho” apenas 3% e, por fim “ancião” com 0,4%. Entre os adjetivos extras que foram incluídos pelos informantes, tem-se menção individual de: “ativa”, “menina”, “cidadão”, “melhor idade”, “resistente”, “madurescência”, “flor da idade”, “madura”, “jovem” “senhora” e “adulto”.

Ressalta-se que o termo “grupo de risco”⁹⁸ passou a ser designado mais recentemente no debate público e por parte da mídia em referência aos idosos principalmente com o avanço da pandemia de Covid-19 no país, desde março de 2020.

Gráfico – Termo definidor

Qual desses termos melhor te define? (Pode marcar quantas respostas quiser)

232 respostas



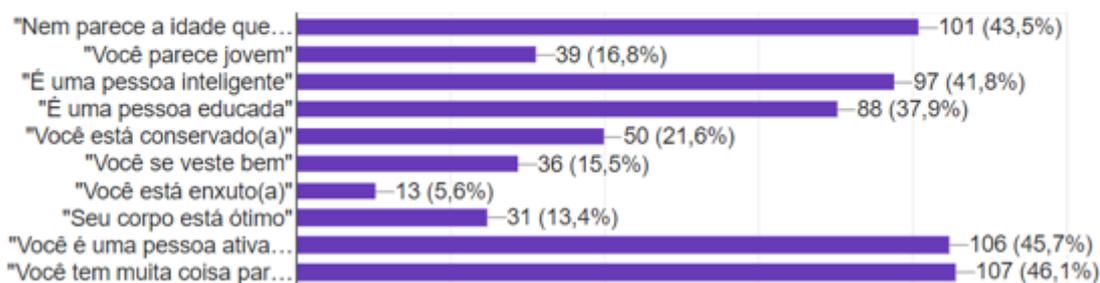
Em seguida, “Que elogio gosta de receber?”, podendo marcar quantas respostas quisesse e incluir algum outro elogio que não estivesse relacionado na listagem. “Você tem muita coisa para ensinar” foi assinalado por 107 pessoas, ou 46,1% do total, seguida de um quase empate pelo elogio “Você é uma pessoa ativa com seu trabalho”, segunda resposta mais assinalada, por 106 pessoas, 45,7% do total. Apenas em terceiro lugar surge o elogio sobre a aparência física, “Nem parece a idade que tem”, com 43,5% dos entrevistados, ou 101 respostas.

Em *Você sabe com quem está falando?*, DaMatta (1997, p.192) reforça que “as relações podem começar marcadas pelo eixo econômico do trabalho, mas logo depois adquirem uma tonalidade pessoal”. Ou seja, aparentemente “as perplexidades de uma estrutura social em que a hierarquia parece estar baseada na intimidade social”.

Gráfico – Elogios

Que elogio gosta de receber? (Pode marcar quantas respostas quiser)

232 respostas



⁹⁸ São considerados grupo de risco para agravamento da Covid-19, além dos idosos: portadores de doenças crônicas (diabetes e hipertensão, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica), fumantes, gestantes, puérperas e crianças menores de 5 anos. Existem estudos que também incluem nesta categoria os grupos de portadores de enfermidades hematológicas (anemia falciforme e talassemia), doença renal crônica em estágio avançado, imunodepressão provocada pelo tratamento de condições autoimunes (lúpus ou câncer), obesidade e doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica.

Entretanto, neste ponto há uma mudança de perspectiva se separarmos as respostas por fator de gênero (gráfico a seguir). É interessante perceber que, entre as mulheres, maioria entre os entrevistados, permanece como principal elogio o que se refere à atividade de trabalho e ensinamentos a serem transmitidos. Já entre os homens, o elogio mais receptivo é o que se refere a não parecer ter a idade que tem.

Gráfico – Elogios divididos por gênero

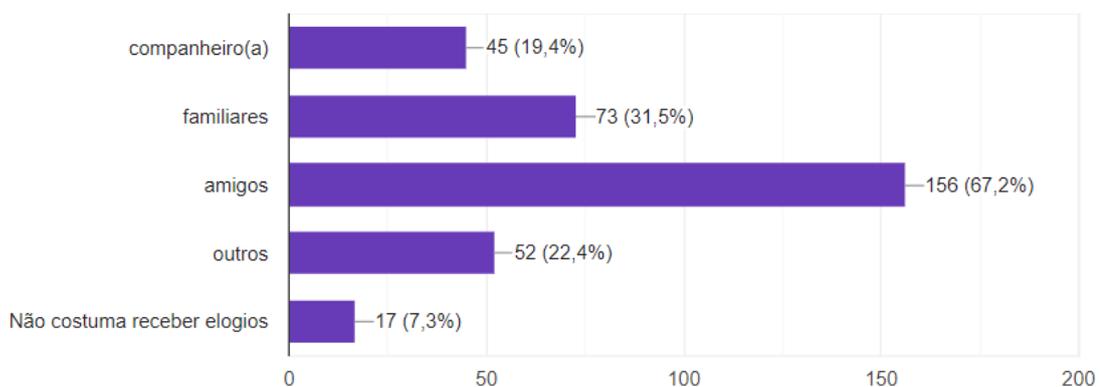


Do total de 232 entrevistados, 156 pessoas disseram que os elogios partem, majoritariamente, dos amigos (67,2%), seguido por familiares (31,5%) e, 7,3% assumem que não recebem elogios de ninguém. Como se vê no gráfico abaixo:

Gráfico – Quem pratica o elogio

Quem mais te elogia no dia a dia?

232 respostas



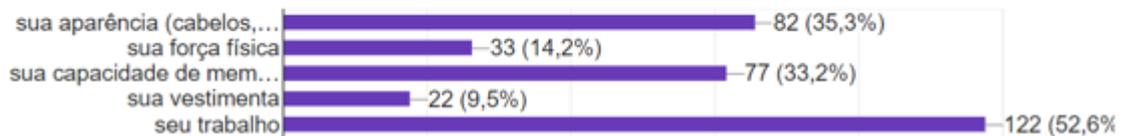
Também foi perguntado: “O que você gosta que elogiem?”. O trabalho aparece bem na frente de aparência (cabelo, pele, rosto) e da memória, só depois vêm a força física e a

vestimenta. Ou seja, se repete aqui a questão do trabalho, da vitalidade de se exercer uma atividade importante para a sociedade, como algo elogioso de extrema relevância para o grupo da velhice.

Gráfico – Aspecto a ser elogiado

○ que você gosta que elogiem?

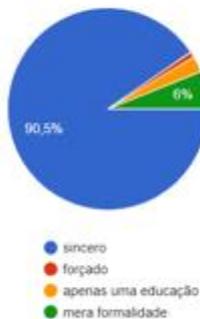
232 respostas



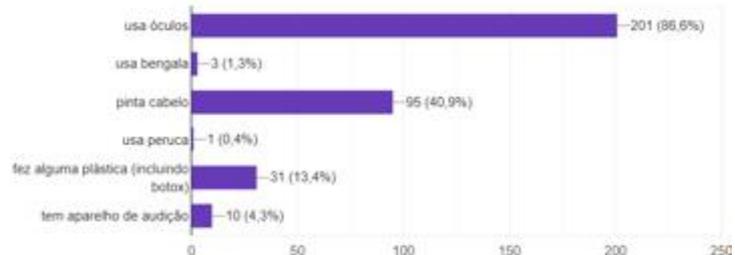
Perguntamos ainda se os entrevistados reconhecem que os elogios costumam ser sinceros, algo confirmado pela maioria – 90,5%. Apenas para fins de caracterização estética desse grupo, finalizamos perguntando se apresentam algum tipo de objeto/ acessório com regularidade ou que tenham realizado alguma interferência estética no corpo. A maioria usa óculos (86,6%), mas um número considerável admite pintar cabelo (40,9%) ou já ter feito cirurgia (13,4%).

Gráfico – Reação ao elogio e aspectos da aparência

Geralmente você reconhece que o elogio é:



Marque se você:



É importante o levantamento sobre a utilização de objetos que ajudam a definir um grupo social, pois bengalas e óculos, por exemplo, compõem representações sobre velhice, e ajudam a codificar o fato social na formatação de comportamentos e significados para a identidade (ROCHA, 2001). Por fim, conclui-se a complexidade de se definir velhice, categoria que passa por diversas transformações no país, marcado historicamente por desigualdades sociais. Ainda que haja interpretação subjetiva sobre as formas de elogio, elemento para valorização do indivíduo, é pertinente que se pense sobre as consequências diretas em sua autoestima.

Considerações finais

Propondo discussão sobre as transformações do entendimento da velhice ao longo da construção da sociedade brasileira, dividiu-se a análise em duas partes: na primeira, um apanhado histórico sobre a compreensão do sujeito idoso no país e, na segunda, a apresentação dos resultados de uma pesquisa sobre elogios esperados pelos idosos, como forma de interpretar como eles se veem inseridos no contexto social.

A qualidade de vida na velhice não passa unicamente pela aceitação pessoal ou familiar do indivíduo na sua condição biológica, mas também da sociedade em valorizá-lo. A pesquisa a respeito dos elogios que idosos gostam de receber aponta para interpretações sobre suas vivências sociais. Entre as mulheres, os elogios mais pertinentes se referem a trabalho e ensinamentos; e entre os homens, referentes à aparência que não condiga com a idade real.

O Brasil, que no último século presenciou seu gradativo envelhecimento populacional vindouro a partir de conquistas sociais em meio a transformações políticas, precisa lidar com a temática da velhice com urgência, para que se persiga, de fato, uma democracia igualitária. Portanto, uma possível conclusão sobre o elogio da velhice é que a mesma necessita de inserção social através da visibilidade, a se valorizar acúmulo de sabedoria e experiência. Idosos são alicerces de contribuição para sociedade mais justa.

Referências bibliográficas

- CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. *Imagens de canibais e selvagens do novo mundo*. Do maravilhoso medieval ao exótico colonial (séculos XV-XVII). Campinas: Ed. Unicamp, 2017.
- DAMATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? In: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *Você sabe com quem está falando?: Estudos sobre o autoritarismo brasileiro* (eBook). 1ª edição. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2020.
- _____. Anotações de aula, na disciplina Tópicos Especiais I, proferida pelo prof. Dr. Roberto DaMatta, no primeiro semestre de 2021. PPGCOM PUC-Rio.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Paulinas, 1989.
- DEL PRIORE, Mary. *D. Maria I. as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como “a louca”*. São Paulo: Benvirá, 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global Editora, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*, 3. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

- MAUSS, Marcel e DURKHEIM, Émile. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: O processo de produção do capital*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- ROCHA, Everardo. A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. *Revista Alceu*, v.2, n.3. Rio de Janeiro, Jul./dez. 2001.
- RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1975.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- WILCKEN, Patrick. *Império à deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO: DO DIREITO, DA MANUTENÇÃO E DAS TESES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

*Lucas Melo Rodrigues de Sousa*⁹⁹

RESUMO - Estudar os fundamentos e as teses do direito ambiental é essencial para se conseguir inserir tais prerrogativas no dia a dia. Ao identificar o fundamento é possível elaborar meios para uma aplicação mais eficaz, capaz de dialogar com todos os homens. Esta pesquisa tem como objetivo explicitar e construir hipóteses acerca do problema evidenciado, aprimorando as ideias, fundamentos e os assunto em questão abordados na pesquisa. Para tanto, essa pesquisa envolve um levantamento bibliográfico. Conclui-se que o Estado deve militar pró ambiente.

Palavras-chaves: direito, fundamentais, humanos, intergeracionais, Teses.

ABSTRACT - Studying the fundamentals and thesis of environmental law is essential to be able to insert such prerogatives in everyday life. By identifying the foundation, it is possible to devise means for a more effective application, capable of dialoguing with all men. This research aims to clarify and build hypotheses about the problem highlighted, improving the ideas, fundamentals and the subject matter covered in the research. Therefore, this research involves a bibliographic survey. It is concluded that the State must pro-environment military.

Keywords: law, fundamental, human, intergenerational. theses.

Introdução

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado vai além da esfera do indivíduo, ultrapassa o interesse coletivo e projeta-se como um direito intergeracional, determinando responsabilidades desta geração com as futuras, e assim em constante sequência.

É um direito pertencente a todos os indivíduos que habitam o globo terrestre e consubstanciado no dever de proteção e defesa para que haja sustentabilidade ambiental.

[...] os direitos coletivos diferem-se dos difusos em razão da determinabilidade dos titulares. [...] o direito difuso é aquele que se encontra difundido pela coletividade, pertencendo a todos e a ninguém ao mesmo tempo. Os coletivos, por sua vez, possuem como traço característico a determinabilidade dos seus titulares (FIORILLO, 2014, p. 45).

O presente estudo objetiva tecer breves considerações acerca do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, verificando medidas de mitigação em decorrência de sua lesão e por fim apresentar as atuais teses dos Tribunais.

⁹⁹Pós-graduando em Direitos Humanos na faculdade FOCUS bem como em Direito do Trabalho e Previdenciário na Pontifícia Católica de Minas Gerais. Bacharel em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. lucastmelo@yahoo.com <https://orcid.org/0000-0002-9718-807>

O direito ao meio ambiente equilibrado

Equilíbrio ecológico é um termo usado para descrever organismos vivos como seres humanos, plantas e animais, bem como seu meio ambiente. A fotossíntese que ocorre no ecossistema contribui para a construção de um bom ambiente que estabiliza a coexistência de todos os organismos. Relacionamentos harmoniosos refletem um equilíbrio ecológico saudável e desejável.

O ser humano desempenha um papel fundamental para manter o equilíbrio ecológico porque tem a maior capacidade de pensamento em comparação com outros organismos vivos.

A disponibilidade suficiente de alimentos para todos os organismos e sua estabilidade refletem a existência de equilíbrio ecológico. Portanto, esse equilíbrio é muito importante porque garante a sobrevivência, existência e estabilidade do meio ambiente.

A primeira fonte do direito supracitado encontra-se na Constituição Federal, sendo uma conquista para sociedade brasileira:

A principal fonte formal do direito ambiental é a Constituição da República. Aliás, a existência do artigo 225, no ápice, e todas as demais menções constitucionais ao meio ambiente e à sua proteção demonstram que o Direito Ambiental é essencialmente um direito constitucional, visto que emanado diretamente da Lei Fundamental. Essa é uma realidade nova e inovadora em nossa ordem jurídica (ANTUNES, 2014, p. 61).

Várias espécies sobrevivem porque ecossistemas favoráveis foram criados. Isso garante que cada organismo prospere e se multiplique conforme o esperado, pois eles recebem comida suficiente para mantê-los vivos.

O equilíbrio ecológico também é importante porque leva à existência contínua dos organismos. Ele garante que nenhuma espécie em particular seja explorada ou usada em demasia. Por exemplo, as atividades humanas, como a agricultura e a exploração de recursos, são controladas para evitar a destruição excessiva das florestas, pois o desmatamento leva à seca. A seca reduz a produção de alimentos, resultando em alimentos insuficientes. Alimentos insuficientes levam à fome e a morte posterior, reduzindo assim a existência de algumas espécies.

Melhorar um ambiente instável e com desequilíbrios ecológicos como enchentes, fome causada pela seca, vendaval que pode varrer tudo e a caça de predadores. Exige esforços coletivos, pois as atividades humanas influenciam na estabilidade ambiental.

O plantio de árvores e a redução da taxa de desmatamento evitam mudanças climáticas indesejáveis. O controle de habitantes excessivos mantém o crescimento populacional desejado. Portanto, um ser humano pode contribuir positivamente para criar e manter o equilíbrio ecológico.

Uma ideia inicial é a de que a concepção de todos, que traz a característica do bem difuso, estaria exteriorizada com base no que estabelece o art. 5º da Constituição Federal. Assim, brasileiros e estrangeiros residentes no país poderiam absorver a titularidade desse direito material. Tal concepção reafirma ainda o princípio da soberania, preceito fundamental da República Federativa do Brasil. Daí entendemos que a Constituição, ao fixar fundamentos visando a constituir um Estado Democrático de Direito, pretendeu destinar às pessoas humanas abarcadas por sua soberania o exercício pleno e absoluto do direito ambiental brasileiro (FIORILLO, 2014, p. 48).

Em resumo, o equilíbrio ecológico concebe a existência do mundo. Os habitantes da Terra, como seres humanos, plantas, animais e outros microrganismos vivos, continuam a sobreviver, pois essas espécies obtêm ambiente propício para se multiplicarem e prosperarem. Isso significa que o mundo atinge seu estado de equilíbrio que beneficia e protege todos os organismos vivos nele.

Maneiras de se manter o meio ambiente equilibrado

Os organismos da Terra interagem com o meio ambiente em um ciclo delicadamente equilibrado. As plantas usam a energia do sol e se tornam alimento para outras criaturas. O ciclo continua à medida que as formas de vida vegetal e animal morrem e são consumidas por microorganismos. Porém, este ciclo de vida está em risco pelo uso excessivo dos recursos naturais pela humanidade e pelos danos ao ecossistema causados pela poluição.

A expansão da civilização inflige um fardo crescente ao ecossistema. Minerais, combustíveis fósseis e outros recursos naturais desaparecem em um ritmo alarmante. A sobrepesca e a destruição do habitat criam uma perda de biodiversidade que terá consequências negativas de longo prazo para o ecossistema. O uso excessivo ou a destruição de seus habitats ameaçam as espécies de extinção. Pode-se ver isso em ecossistemas marinhos, onde a perda de apenas algumas espécies pode ameaçar um ecossistema inteiro. Um esforço concentrado para usar os recursos naturais de maneira sustentável ajudará a proteger e manter o equilíbrio ecológico.

Na natureza, os predadores impedem as espécies de superpopulação. Infelizmente, os humanos não têm predadores naturais para controlar a população. Seria necessário agir em nível

individual e governamental para controlar a população. Este problema é importante apesar da sensibilidade emocional, cultural ou religiosa ao assunto. Assim como muitos peixes em seu aquário sujaram a água, muitos humanos no planeta podem perturbar o equilíbrio ecológico. Entre 1927 e 1987, a população da Terra aumentou para 5 bilhões. No ano de 1999, a população total atingiu 6 bilhões, e estima-se que quase 9 bilhões de pessoas viverão na Terra no ano de 2050. O controle da taxa de natalidade por meio da contracepção e do planejamento familiar reduzirá a pressão sobre o ecossistema, reduzindo a taxa em que as pessoas consomem recursos naturais. (ANTUNES, 2014)

A contaminação de esgoto e a poluição de manufatura e escoamento agrícola ameaçam o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. O esgoto e o escoamento agrícola podem causar uma cascata de efeitos prejudiciais ao ecossistema. Tomar medidas para reduzir ou eliminar a poluição de fontes difusas, como ruas e fazendas, ajudará a manter o equilíbrio ecológico. O esgoto e o escoamento de fertilizantes agrícolas podem causar o rápido crescimento de algas em lagos e riachos. O crescimento de algas bloqueia a luz do sol e esgota o oxigênio da água. Isso causa uma redução na quantidade de vida vegetal natural no ecossistema marinho. Os animais que se alimentam das plantas morrem, o que leva à morte dos animais que os atacam. As algas em decomposição promovem o crescimento de organismos anaeróbicos, que liberam compostos tóxicos para os animais marinhos na água. (ANTUNES, 2014)

Economizar energia escolhendo aparelhos e automóveis com maior eficiência energética. Se todos usarem menos energia, a poluição diminuirá e menos carvão é usado para abastecer a nação e o mundo. As famílias e os amigos têm o dever de consciência ecológica na maneira como vivem no dia a dia. Assim como muitas mãos tornam o trabalho leve, muitas pessoas trabalhando juntas podem ajudar, protegendo e mantendo o equilíbrio ecológico. (ANTUNES, 2014)

Legislação ambiental

Não obstante os muitos aspectos positivos da legislação ambiental do país, a redação das leis ambientais é frequentemente confusa e vaga e, portanto, vastas controvérsias sobre sua interpretação são comuns. Além disso, as discussões sobre se as regras ambientais devem prevalecer sobre os interesses privados é um tema igualmente debatido.

Nesse cenário, os tribunais brasileiros têm sido constantemente desafiados com a tarefa de dar a devida interpretação aos mandamentos normativos, que necessariamente devem ser cumpridos em consonância com seu dever constitucional de salvaguarda do meio ambiente.

Devido ao amplo leque de disciplinas que estão vinculadas às questões ambientais, esse processo tem exigido dos juízes um certo nível de especialização em outras áreas que não o direito e um certo grau de sensibilidade ecológica, ou seja, aos aspectos delineados na primeira seção deste artigo.

Os juízes têm certamente uma séria responsabilidade "[...] para enfatizar o significado ecológico do desenvolvimento sustentável, em particular no processo de integração de interesses diversos, e muitas vezes em conflito" (VOIGT, 2013) Isso requer grandes esforços e um movimento contínuo de aprimoramento de suas técnicas de interpretação e análise de casos.

Neste sentido, o Supremo Tribunal de Justiça tem vindo a demonstrar na sua jurisprudência, cujas decisões emblemáticas serão abordadas posteriormente, exemplos exitosos de adoção de orientações e princípios do Estado de Direito e da hermenêutica ambiental na sua tomada de decisão, que tem frequentemente fornecido soluções interessantes e constitucionalmente adequadas para as complexas controvérsias decorrentes da crise ecológica antropocêntrica.

No que se refere à aplicação da hermenêutica ambiental pelo judiciário, em geral esta deve ser norteada pelos princípios explícitos e implícitos estabelecidos pelo texto constitucional (MORATO LEITE; VENÂNCIO, 2015), reconhecendo inicialmente uma maior relevância para o meio ambiente quando se verifica uma colisão de interesses. Portanto, em uma abordagem multidisciplinar, que engloba temas como epistemologia ambiental, justiça e ética; adotando uma perspectiva sistêmica e teleológica para a análise de casos de direito ambiental (MORATO LEITE; VENÂNCIO, 2015)

JOSÉ LEITE E GERMANA BELCHIOR (2009) defendem que nos casos em que o direito fundamental ao meio ambiente colide com outros direitos fundamentais duas etapas devem ser seguidas pelo Judiciário, a saber, a avaliação de todos os interesses, valores e bens públicos e privados envolvidos na colisão e posterior aplicação do princípio da proporcionalidade, conferindo, a princípio, um peso maior ao meio ambiente.

Além disso, HERMAN BENJAMIN (2014) propõe que a aplicação da hermenêutica ambiental deve ser orientada principalmente por alguns temas específicos, em particular: (1) o princípio da não regressão, (2) o dever do Estado de restaurar os processos ecológicos essenciais, que inclui o dever de preservar o que existe e o dever de restaurar o que foi danificado; (3) dever do Estado de preservar a biodiversidade e os recursos genéticos; (4) o princípio da função ecológica da propriedade; e (5) o princípio *in dubio pro natura* .

Segundo este último, em caso de incerteza, as questões devem ser resolvidas de forma a favorecer a proteção e conservação do meio ambiente, dando-se preferência a alternativas

menos nocivas ao meio ambiente. Este princípio implica na prevenção da realização de ações quando seus potenciais impactos adversos ao meio ambiente são desproporcionais ou excessivos em relação aos benefícios deles derivados.

Em suma, nos últimos anos o STJ vem aplicando os princípios e estratégias da hermenêutica ambiental a diversas controvérsias criminais, administrativas e civis relacionadas ao meio ambiente, com resultados positivos. Assim, o Tribunal tem contribuído para que o Estado cumpra com o seu dever de proteção do ambiente ao mesmo tempo que contribui para a aplicação da lei, constituindo uma sólida jurisprudência para os tribunais de primeira instância e os juízes locais. Isso mostra que os juízes do Tribunal estão cada vez mais compreendendo e lidando adequadamente com a complexidade das questões ambientais transdisciplinares. O pensamento complexo implica o abandono do raciocínio linear, típico do paradigma modernista, e a compreensão do mundo sob uma perspectiva global não uniforme.

Diante desse cenário, dedica-se a próxima seção a apresentar as principais decisões recentes do STJ em matéria ambiental, destacando situações emblemáticas em que os princípios do direito ambiental foram devidamente convocados e utilizados em consonância com um estado de direito para a natureza.

Jurisprudência do tribunal superior: desenvolvimentos recentes e operacionalização de princípios

O STJ é o tribunal de mais alta instância no Brasil para a legislação federal, portanto, tem a importante atribuição de uniformizar a interpretação das leis federais no sistema judiciário do país. A jurisprudência do STJ orienta os Tribunais Estaduais e os juízes locais, que devem proferir decisões em linha com a jurisprudência do Tribunal Superior.

Disputas sobre responsabilidade civil e compensação de danos ambientais; áreas protegidas e seus aspectos legais; crimes ambientais; e as limitações à autoridade dos órgãos do Estado são apenas alguns dos assuntos sobre os quais o Tribunal tem proferido decisões.

Embora a jurisprudência do STJ em relação às questões ambientais seja vasta e diversa, muitos dos entendimentos e opiniões mais relevantes da jurisprudência do Tribunal podem ser verificados em suas Teses de Direito Ambiental. A Série de Teses do STJ é uma publicação periódica elaborada pela Secretaria de Jurisprudência do Tribunal e que reúne os principais desdobramentos da jurisprudência do Tribunal, com cada edição focando em um tema jurídico específico. Sintetizadas por HERMAN BENJAMIN (2014), Veja algumas:

1ª Tese: A condenação simultânea e cumulativa das obrigações de fazer e não fazer para compensar é admitida dentro da aplicação do princípio da compensação completa por danos ambientais;

2ª Tese: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) não pode impor sanções administrativas além das expressamente previstas em lei;

3ª Tese: Não há direito adquirido a poluir ou degradar o meio ambiente e a legislação brasileira não permite que um proprietário de terras para continuar com as práticas em curso proibido por lei. Por exemplo, o titular de uma licença ambiental pode ter seu direito revogado ou modificado se as condições sob as quais a licença foi concedida mudarem significativamente e a atividade ou propriedade licenciada começarem a prejudicar o meio ambiente;

4ª Tese: O princípio da precaução requer a inversão do ônus de prova da prova; portanto, a pessoa que supostamente causou o dano ambiental deverá provar que não foi responsável por isso ou que a substância lançada no meio ambiente não é suscetível de prejudicá-lo;

5ª Tese: O IBAMA não pode impor sanções por infrações penais, que são jurisdição Tribunais;

6ª Tese: O uso do fogo em práticas agropastoris e florestais requer autorização prévia emitida pelo Estado;

7ª Tese: Os responsáveis pela degradação ambiental são solidariamente responsáveis, a lei determina, como regra o litisconsórcio de partidos em classe ou ações coletivas;

8ª Tese: No que diz respeito à proteção ambiental, o Estado é civilmente responsável quando a sua omissão no exercício do seu dever supervisão representam uma circunstância relevante para a ocorrência ou agravamento do dano ambiental;

9ª Tese: O proprietário de um imóvel tem a obrigação de corrigir qualquer degradação ambiental ou danos infligidos sobre ele, mesmo se ele ou ela não deu causa que, dada a *propter rem* natureza dos danos ambientais;

10ª Tese: A responsabilidade por danos ambientais é rigorosa, de acordo com a teoria do risco integral, portanto, uma empresa responsável pelo dano ambiental não pode discutir razões para exclusão de responsabilidade civil em sua defesa;

11ª Tese: A Administração Pública tem cinco anos para aplicar a multa relacionada com infrações ambientais, a ser contado a partir do fim do processo administrativo.

É importante lembrar que as Teses Ambientais do STJ são fruto de decisões reiteradas sobre a mesma matéria, onde se aplicou raciocínio semelhante. Além disso, representam uma adoção de posições de vanguarda por parte do tribunal, que muitas vezes vem emitindo decisões alinhadas com a ideia de alcançar uma proteção ambiental integral, salvaguardando o interesse

público em detrimento do privado (por exemplo, décima tese). De certa forma, essas decisões atendem ao desafio de alcançar um sistema mais verde em nível judicial, pois operacionalizam nossa estrutura constitucional e padronizam a interpretação dos princípios ambientais fundamentais e comandos legais, que são recorrentemente negligenciados e/ou mal interpretados por outras instâncias judiciais.

Analisaremos brevemente mais profundamente alguns princípios representativos e alguns de seus casos relacionados, que fornecem, em nosso entendimento, bons exemplos do alinhamento da Corte com o emergente Estado de Direito pela natureza.

De acordo com Dworkin, princípios são comandos de ponderação, ou seja, não estamos diante de um fato em que será atribuído diretamente uma norma jurídica, mas ponderar-se a partir do caso concreto. São um suporte do direito que deve ser observado na criação, interpretação e aplicação da norma jurídica, pois sistematizam e concebem institutos (SOUSA, 2021. p.9).

Princípio da precaução e da prevenção

O princípio da precaução e da prevenção são amplamente reconhecidos na jurisprudência brasileira, embora tribunais e juízes nem sempre cheguem a um consenso sobre sua extensão. Eles estão ligados a situações de risco em virtude da dinâmica do conhecimento científico.

O escopo é evitar a incidência de danos ambientais. Essa é a ideia chave dos princípios da prevenção e da precaução, já que as sequelas ao meio ambiente muitas vezes são graves e irreparáveis. A tendência primária em âmbito global em matéria de Direito Ambiental é a prevenção e não a reparação. O princípio da prevenção visa evitar que os danos sejam comprovadamente apresentados e por tanto são adotadas medidas preventivas.

Em ambos os casos se adotam medidas em favor do meio ambiente, tirando o “elemento” de circulação, assim é adotada uma postura de fixação de determinados procedimentos de segurança. Importante salientar que o risco deve ser relevante, tais princípios não se baseiam no direito do medo.

O princípio da precaução é considerado uma garantia contra riscos potenciais de acordo com o estado atual do conhecimento, não podendo ainda ser identificado, logo a incerteza científica milita em favor do meio ambiente, devendo o interessado provar que as intervenções pretendidas não são perigosas ou danosas ao meio ambiente, todavia o risco deve ser grave e/ou

irreversível, não é atribuído a qualquer risco, pois, assim se inviabilizaria o próprio desenvolvimento econômico e científico.

Veja julgado do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL -AÇÃO CIVIL PÚBLICA -DANO AMBIENTAL -ADIANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS PELO PARQUET -MATÉRIA PREJUDICADA -INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA -ART. 6º, VIII, DA LEI 8.078/1 990 C/C O ART. 21 DA LEI 7.347/1.985-PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. (...) JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, TRANSFERINDO PARA O EMPREENDEDOR DA ATIVIDADE POTENCIALMENTE PERIGOSA O ÔNUS DE DEMONSTRAR A SEGURANÇA DO EMPREENDIMENTO, A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DO ATE. 6º, VIII, DA LEI 8.078/1 990 ELE C/C 21 DA LEI 7.347/11 985, CONJUGADO AO PRINCÍPIO AMBIENTAL DA PRECAUÇÃO. (STJ, RESP. 972902 I RS, REI. MIN. ELIANA CALMON, DJE 14/09/2009)

Quadro 1: Precaução e Prevenção

PRECAUÇÃO	PREVENÇÃO
Risco atrelado a incerteza científica. Ocorre algo do ponto de vista científico que pode ou não ser uma ameaça ao ser humano e demais bens naturais. De acordo com o princípio da precaução, é preciso tomar as medidas necessárias para se evitar o dano ambiental por não se conhecer as consequências ou reflexos que determinado ato, ou empreendimento, ou aplicação científica causarão ao meio ambiente no espaço e/ou no tempo. Há incerteza científica não dirimida quanto ao impacto ambiental determinado.	Aqui o conhecimento científico apresenta certeza que existe ameaça aos seres humanos e demais bens ambientais. De acordo com o princípio da prevenção, é preciso tomar as medidas necessárias para evitar o dano ambiental porque as consequências de se iniciar determinado ato, prosseguir com ele ou suprimi-lo são conhecidas de plano, pois o nexos causal é cientificamente comprovado.

Fonte: Elaborado pelo autor

Princípio do desenvolvimento sustentável

O princípio do desenvolvimento sustentável, por outro lado, só recentemente começou a ser invocado pelo STJ. Em geral, diz respeito à manutenção de um meio ambiente saudável, O princípio combina fatores adjacentes dentro da sociedade, pois o desenvolvimento efetivo deve-se pautar na combinação de aspectos ambientais, econômicos e sociais desenvolvendo os diversos aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos a ele vinculados, para as gerações presentes e futuras. Além disso, implica também respeitar os limites biofísicos da Terra, em consonância com a ideia de uma sustentabilidade forte.

Os casos emblemáticos relacionados com a sua aplicação estão relacionados com a interpretação do artigo 54 da Lei de Crimes de Direito Ambiental, que está relacionado com o

crime de poluir o meio ambiente em quaisquer formas ou níveis que resultem, ou possam resultar, em danos à saúde humana, animal ou natural.

Os princípios de desenvolvimento sustentável e prevenção estabelecidos pelo art. 225 da Constituição Federal, deve nortear a interpretação das leis ambientais, sejam elas administrativas ou criminais, uma vez que o meio ambiente é patrimônio desta geração e das que virão, bem como direito fundamental, o que deve resultar em condutas cautelosas, evitando o risco de causar danos, mesmo que potenciais, ao meio ambiente. (SOUSA, 2021)

Ao contrário:

É delimitado pelas grandes convenções ambientais que o maior problema que impede uma ampla e efetiva tutela ambiental é a pobreza e a intergeracionalidade da tutela ambiental, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável é pensado na conjuntura da geração atual com futuras, um grande problema. Aqui temos um grande impasse que impede uma tutela ambiental efetiva, pois o modelo econômico atual busca a obtenção de riquezas ilimitadas e imediatas. (SOUSA, 2021, p. 9)

Conclusão

De modo geral, observamos que o direito ambiental se depara no Antropoceno com grandes desafios que exigem que os juristas revisem seus próprios fundamentos. Um estado de direito emergente para a natureza exige, portanto, o esverdeamento de todos os níveis de governança e a obtenção de um equilíbrio entre os valores 'bem-estar humano' e 'natureza'. Na esfera judicial, isso implica na necessidade de juízes mais qualificados tecnicamente que compreendam a complexidade das questões ambientais, a adoção de técnicas de interpretação adequadas, em consonância com os princípios e estratégias da hermenêutica ambiental, e a verdadeira operacionalização do marco constitucional do país, que já garante uma proteção notável ao meio ambiente.

Concluindo, o Judiciário brasileiro está percorrendo um notável caminho de aprimoramento da compreensão das questões e legislações ambientais e, com isso, o STJ desempenha um papel importante no esclarecimento de grandes controvérsias, ajudando a superar um dos principais desafios da legislação ambiental brasileira, ou seja, sua interpretação adequada. Suas recém-lançadas Teses de Direito Ambiental reuniram importantes decisões judiciais de base ecológica, oferecendo um instrumento de auxílio à tomada de decisões judiciais nas respectivas matérias. É certo que muito ainda deve ser feito no enfrentamento das grandes questões ambientais do Brasil, mas esses avanços recentes na jurisprudência

certamente mostram que estamos caminhando para uma aplicação mais efetiva da legislação ambiental pelo Judiciário.

Referências

- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1120117 Apelação Cível nº 2009/0074033-7, Rel.: Min. Eliana Calmon, Julgado em: 10/11/2009, T2 –SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/11/2009). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/>> Acesso em: 01 de jan. de 2021.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 16. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.
- BENJAMIN, Antonio Herman de Vasconcellos e. Hermenêutica do Novo Código Florestal. Revista de Direito Ambiental, [*Sl*], p. 1-9, 2014.
- BUGGE, Hans Christian. Doze desafios fundamentais em direito ambiental: uma introdução ao conceito de Estado de Direito para a natureza. In : VOIGT, Christina. Estado de direito para a natureza: novas dimensões e ideias no direito ambiental. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 3-26.
- de Sousa, L. M. R. (2021). Políticas de conservação e critérios ambientais: princípios, conceitos e protocolos. *Conexão ComCiência*, 1(2). Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/4824>
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental brasileiro. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MORATO LEITE, José Rubens e Germana Belchior. Estado de direito ambiental: uma análise da recente jurisprudência ambiental do STJ sob o enfoque da hermenêutica jurídica. Revista de Direito Ambiental, [*Sl*], v. 56, p. 55-92, 2009